

co nhecer

Debate entre o
público e o privado



Editorial

É com imensa satisfação que lançamos o volume 11, número 27, da revista Conhecer: **Debate entre o Público e o Privado**. Os artigos ora publicados, foram selecionados a partir do fluxo contínuo da revista e refletem o debate atual das ciências sociais.

Iniciamos o número com uma discussão sobre a ciência, debate trazido pelos professores Pedro Demo e Renan Antônio Silva no artigo intitulado *Ciência crítica autocrítica: validade relativa que melhor vale, por enquanto*.

Os artigos seguintes discutem a violência como fenômeno social. Camila Holanda, no artigo *Dores da periferia: mapas afetivos e vozes que recusam os silenciamentos femininos* analisa a violência a partir de um mapeamento das falas de mulheres da periferia que não se deixam calar diante da dor e da violência cotidiana. Daniele dos Santos, Daniele Negreiros e Marília Maia Barreira discutem o feminicídio no artigo, *Até que a morte nos separe: aspectos socioculturais do feminicídio no Ceará*. O tráfico de drogas é tratado por João Pedro Santiago Neto, Tuany Moura e Clodomir Cordeiro no artigo *História de vida, tráfico e violência nas periferias de Fortaleza-CE*. Fechando este bloco Roberto Bassan discute a Política Estadual da Socioeducação no artigo *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo como mecanismo de regulamentação da punição*.

Alexandre Galindo analisa a participação na gestão pública em seu artigo intitulado *Processos participativos na gestão pública municipal: o plano plurianual (2014-2017) de Macapá-AP*.

O tema da economia criativa é tratado por Angélica de Oliveira e Daniel Ribeiro Mill no artigo *Percepção de valor de assinantes de cursos on-line em economia criativa*.

José Joaquim Neto Cisne, Ana Thais Cisne e Leticia Cisne abordam a evolução do *planejamento na gestão pública* no artigo *Planejamento governamental: estratégia de modernização da administração pública no Ceará*.

Finalizando esta edição João Tadeu de Andrade faz uma reflexão sobre a experiência do ensino da Pós-Graduação com os Mestres Populares no artigo *Encontro de Saberes: experiência intercultural na pós-graduação da Universidade Estadual do Ceará*.

Uma boa leitura a todos!!

Maria Andréa Luz da Silva

Editora Executiva

Para citar este editorial:

Norma A – ABNT

SILVA, M. A. L. Editorial. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 11 n. 27, p 5-6, 2021.

Norma B – APA

Silva, M. A. L. (2021). *Editorial. Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 11(27), 5-6.

Norma C – Vancouver

Silva, MAL. Editorial. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2020 [cited agosto 28, 2021]; 11(27), 5-6.

Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/7208>

Ciência crítica autocrítica: validade relativa que melhor vale, por enquanto...

Pedro Demo

*Professor Emérito da Universidade de Brasília – UnB
Pesquisador de Produtividade 1B do Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
lepp@rc.unesp.br
<https://orcid.org/0000-0002-5514-2781>*

Renan Antônio da Silva

*Professor na Universidade Estadual do Ceará – UECE
Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico – FUNCAP
r.silva@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0003-1171-217X>*

Resumo

Recordemos que a sigla STEM (Science, Technology, Engineering, Mathematics) vale quase como comando escolar para o sucesso produtivo e competitivo, sendo seguido à risca em escolas asiáticas, sobretudo as chinesas, que hoje ocupam o primeiro lugar no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Programme for International Student Assessment [PISA]) em leitura, ciência e matemática e fazem a glória do chamado instrucionismo global. Tal “pedagogia” sempre foi contestada, embora hoje reine soberana na indústria global da educação, atrelada ao mercado liberal. Diversos autores refletem não só pertinentes argumentações pedagógicas, mas experiência própria: a pedagogia chinesa, como exemplo, se mostra opressiva, domesticadora, brutal e leva muitos estudantes ao desespero - principalmente diante da matemática e ignorando que a aprendizagem, um processo evolucionário natural e de rara profundidade autoral e integral, implica o bem-estar físico e mental dos estudantes.

Palavras-chave educação; ciência crítica; estudantes.

Conhecer: debate entre o público e o privado

2021, Vol. 11, nº 27

ISSN 2238-0426

DOI <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2021.11.27.5606>

Licença Creative Commons Atribuição (CC BY 4.0)

Data de submissão 10 mar 2021

Data de publicação 28 ago 2021

Self-critical critical science: the best relative validity, for the time being...

Abstract

Reading and studying James C. Scott's book *Seeing like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed* has proven to be a great source of actual learning of the constraints on linear, sequential, mathematicized, and/or algorithmic scientific intervention. Let us remember that the acronym STEM (Science, Technology, Engineering, Mathematics) is used almost as a school-bred imperative for productive and competitive success, being strictly followed in Asian schools, especially Chinese ones, which currently occupy the first position in the Programme for International Student Assessment (PISA) in terms of reading, science, and maths and make the case for the glory of the so-called global instructionalism. Several authors reflect not only pertinent pedagogical arguments, but their own experience: Chinese pedagogy, for example, proves to be oppressive, domesticating, brutal and leads many students to despair especially when faced with mathematics and ignoring that learning is a natural and evolutionary process. rare authorial and integral depth, implies the physical and mental well-being of students.

Key words education; critical science; students.

Ciencia crítica autocrítica: la mejor validez relativa, por el momento...

Resumen

La lectura y el estudio del libro de James C. Scott *Seeing like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed* ha demostrado ser una gran fuente de aprendizaje concreto de las limitaciones de la intervención científica lineal, secuencial, matemática y/o algorítmica. Recordemos que el acrónimo STEM (Science, Technology, Engineering, Mathematics) se utiliza casi como un imperativo escolar para el éxito productivo y competitivo, siendo estrictamente seguido en las escuelas asiáticas, especialmente las chinas, que actualmente ocupan el primer puesto en el Programa Internacional para la Evaluación de Estudiantes (Programme for International Student Assessment [PISA]) en términos de lectura, ciencias y matemáticas y defienden la gloria del llamado instruccionalismo global. Varios autores reflejan no solo argumentos pedagógicos pertinentes, sino su propia experiencia: la pedagogía china, por ejemplo, demuestra ser opresiva, domesticadora, brutal y lleva a muchos estudiantes a la desesperación, especialmente cuando se enfrentan a las matemáticas e ignoran que el aprendizaje es un proceso natural y evolutivo y rara profundidad autoral e integral, implica el bienestar físico y mental de los estudiantes.

Palabras clave educación; ciencia crítica; estudiantes.

Science critique autocritique : la meilleure validité relative, pour l'instant...

Résumé

La lecture et l'étude du livre de James C. Scott *Seeing like a State : how certain schèmes to improve the human condition have failed* s'est avérée être une source importante d'apprentissage concret des limites de l'intervention scientifique linéaire, séquentielle, mathématisée et/ou algorithmique. Rappelons que l'acronyme STEM (Science, Technology, Engineering, Mathematics) est utilisé presque comme un impératif scolaire pour le succès productif et compétitif, strictement suivi dans les écoles asiatiques, notamment les chinoises, qui occupent actuellement la première place du Programme International pour le Suivi des Acquis des Élèves (Programme for International Student Assessment [PISA]) en matière de lecture, de sciences et de mathématiques, et font la gloire du soi-disant instructionalisme globale. Plusieurs auteurs reflètent non seulement des arguments pédagogiques pertinents, mais leur propre expérience : la pédagogie chinoise, par exemple, s'avère oppressive, domestique, brutale et conduit de nombreux élèves au désespoir surtout face aux mathématiques et ignorant que l'apprentissage est un processus naturel et évolutif rare profondeur d'auteur et intégrale, implique le bien-être physique et mental des étudiants.

Mots-clés éducation; science critique; étudiants.

Introdução

Sempre causou estranheza a admiração dos ocidentais pela pedagogia asiática - mais especificamente, além da chinesa, daquela de Singapura, do Japão e da Coreia do Sul (Ripley, 2013; Sahlberg, 2017) -, já que a pedagogia europeia lhes parece muito mais congruente, abrangente, integral (Zhao, 2012, 2014, 2016, 2018; Zhao, Emler, Snethen, & Yin, 2019). Não se discute aqui o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Programme for International Student Assessment [PISA]) ou o instrucionismo, mas se alerta para uma pedagogia sem a mínima autocrítica, embora seja o caso não responder a extremos com extremos opostos (Demo, 2020b).

Como na escola brasileira a matemática se encontra, em muitos sentidos, “em extinção” (Demo, 2020a, 2020d), precisamos encontrar alguma saída para garantir o acesso dos estudantes à matemática, também porque a matemática guarda uma forte relação com maiores chances de inserção no mercado de trabalho, sobretudo no digital. O livro de Scott (2020) toma outra direção, sem se opor, por óbvio, à ciência, à matemática, à engenharia: explora-se como a ciência foi mal usada para implantar grandes projetos que diziam querer melhorar a condição humana, mas provocaram fracassos retumbantes, como aldeamentos forçados na África, coletivização despótica da agricultura na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), iniciativas de engenharia florestal que resultaram em matas homogêneas que vieram a ruir, bem como um tipo insustentável de economia que destrói o planeta. Em geral, está por trás de tudo isso uma fé inabalável na ciência e na tecnologia, que substitui a religião tradicional por crenças científicas. Em geral, estruturas estatais despóticas são subjacentes aos megaprojetos prepotentes, imperiais, que abusam da ciência para atingir fins aéticos. A matemática pode ser neutra, mas os matemáticos não o são.

Este artigo elabora uma argumentação sobre a sabedoria dos limites da ciência, de cunho epistemológico, buscando algum meio-termo entre o fascínio da ciência como um troféu superlativo do eurocentrismo autocrático e sua efetiva importância para a sociedade, quando sabe portar-se autocriticamente. Evocamos Harari (2015), que trabalha magistralmente o modo como o conhecimento científico se autorrenova quando orientado por aquilo que ainda lhe falta, e não pelas glórias já colhidas, isto é, como uma obra sempre inacabada. Harari (2017) analisa as rotas desastrosas dos seres humanos quando pretendem usurpar poderes acima de sua capacidade ou de sua natureza. Na conhecida alegoria bíblica, o pecado de Adão e Eva foi um “pecado do conhecimento”, não da luxúria, pois eles almejavam ser aquilo que não podem ser (deuses). Defendemos a importância da ciência, em especial contra o atual negacionismo retrógrado adotado pelas extremas direitas, mas reforçamos a urgência da autocrítica por parte da ciência (Harari, 2018).

Sentidos da ciência

Para a glória dos cientistas, Dyson (2006) os considerou **rebeldes**. Esse foi o tom maior do Iluminismo, em grande parte inspirado no poder libertário da ciência: esta poderia livrar os seres humanos das credices, superstições, alquimias e bruxarias, bem como da religião, do mero senso comum, do papo-furado, da ignorância etc.; ademais, a humanidade recorre à tecnologia para superar o atraso socioeconômico. No contexto iluminista, a ciência, devido ao seu método lógico-experimental, era vista como a alternativa mais segura para sair das trevas (isto é, a Idade Média - com predomínio da superstição, das credices e da alienação) e adentrar uma era esclarecida e socioeconomicamente desembaraçada. A ciência apresenta um lado naturalmente rebelde, por conta de seus métodos seletivos, ao desconstruir a realidade visível, bem como devido ao discurso aceito para falar sobre a realidade. Ao menos metaforicamente, tal **gesto desconstrutivo**, que, epistemologicamente, funda a ciência mais do que outras atitudes, pode ser visto como uma rebeldia. Galileu Galilei foi assim encarado pelo Papa, embora não tivesse um projeto político explícito por trás de sua nova visão do mundo, tampouco pretendesse derrubar Sua Santidade. Para fundamentar sua posição, ele usou o método lógico-experimental, inspirado mormente na matemática, ou seja, na **autoridade do argumento** e não no **argumento de autoridade**. Não aceitar a realidade como ela aparece nem o discurso vigente sobre ela é uma atitude de divergência fundante que torna a ciência, naturalmente, uma iniciativa desestabilizadora. Rovelli (2014), frisando a ciência como uma rebelião, formula o conhecimento repousando em jogar fora aquilo que pensamos; esse autor se refere ao “primeiro cientista”, Anaximandro, como instigador dessa perícia desconstrutiva (Rovelli, 2011).

A ciência já não perderia seu tempo com o conhecimento atingido - que reflete o passado. Sua medida é o conhecimento que falta, sempre maior do que o já atingido, em uma aritmética que não fecha: a diminuição aumenta a distância (Harari, 2015). Mas nem todos veem assim, em especial os positivistas, que ainda apostam em uma teoria final ou acerca de tudo (Hawking, 2006), postulando que podemos estar chegando ao fim da saga científica, como afoitamente sugerido por Horgan (1997) - que logo se desdisse (Horgan, 2002). Hawking (2006) foi um dos muitos defensores da teoria final, uma pretensão comum no positivismo mais ortodoxo, mas ele poderia ter percebido que, não havendo teórico final, nenhuma teoria pode assumir essa aura. Outros colegas são tremendamente mais modestos, como Panek (2011), que sugere sabermos do universo apenas 4% - ou seja, quase nada! (96% do universo é matéria negra que ainda não se sabe o que é). Muitos reconhecem que não sabemos o que a realidade, ao final, é (E. Laszlo, A. Laszlo, Chopra, & Grof, 2016), já que o próprio método, seletivo intrinsecamente (só apanha o lado lógico-experimental da realidade, linear, sequencial, formal), é aproximativo, incompleto. Sabemos da realidade de fenômenos operacionais lineares que cabem no método e maneja-mos as

respectivas tecnologias que podemos reconstruir para nossos propósitos, sem falar que analisamos a realidade integrados a ela, ou seja, parcialmente.

Uma confusão comum nesse debate envolve a matemática e o matemático, a forma e o formulador, o código e a autoria. A matemática tem validade universal formal (provavelmente o teorema de Pitágoras tem a mesma validade fora da Terra ou do Sistema Solar), mas não o matemático; a forma lógica pode ser universal, mas o formulador não o é; o código é repetido, mas o autor não o é. Essa manha da ciência pode ser apreendida pela noção de **ambiguidade**, em especial no seu aspecto histórico-cultural (pode ser usada e abusada) ou mesmo em seu aspecto formal (em si é meio, mas nunca é apenas meio na sociedade concreta), o que admite sua natural **politicidade** (Demo, 2016): meio não tem importância em si - esta advém do uso social. Cultivamos a matemática também em si, como um importante conhecimento humano, independente do uso, mas, ao final, o uso prático dela conta mais do que tudo. Para a sociedade, a matemática é importante pelo que podemos fazer com ela, sendo que, na era digital, ela se reforçou ainda mais, uma vez que o mundo digital é intrinsecamente matemático - programação, analítica digital, computador, algoritmo etc. (Manovich, 2013; Rushkoff, 2010). Em todas as tecnologias, a estruturação matemática é a estratégica adotada para o domínio de seu funcionamento e de seus resultados, em especial nas tecnologias materiais, como eletricidade, motores, aeronaves, energia solar etc. O cientista continua “mortal”, incompleto, aperfeiçoável, mas nunca perfeito, como consta no processo evolucionário (Deacon, 2012). A ciência é uma empreitada humana, com virtudes e defeitos, aspirações e realizações, êxitos e fracassos (Latour, 2013; Latour & Woolgar, 2013); lidando com relações formais, não adquire, por isso, validades formais; como reconstrução humana, é falível e aperfeiçoável. Mostra-se fundamental que seja falível, porque disso advém sua permanente autorrenovação, sua retomada de si, bem como é importante ser aperfeiçoável para continuar descortinando horizontes, sem os esgotar. Discute-se se essa é a herança mais maravilhosa que o Ocidente legou à cultura global, como sugere Rovelli (2014), porque não é prudente colocar qualquer história concreta em pedestal mais elevado do que as outras em âmbito global. É, contudo, algo muito instigante que a ciência possa incorporar tal ideia revigoradora de sempre renascer das cinzas, autorrenovar-se interminavelmente, realçando a condição de mudança estrutural - que parece algo contraditório, porque tendemos a ver a estrutura como uma forma invariante a sustentar a mudança (aquilo que não muda na mudança), mas, como só permanece aquilo que muda, a ciência, contradizendo seu método formalista linear, pode não gostar de repetir-se; ela busca reinventar-se, embora, como instituição, prefira o medíocre ao inovador. Observando sociologicamente a impactante análise de Kuhn (1975), a ciência, ao se institucionalizar, cede às mazelas próprias de toda instituição humana, com seus chefes, suas ideologias, suas disputas por poder, suas condutas aéticas etc. A ciência não é um edifício formal, asséptico, esterilizado, mas a tapeçaria dinâmica, também

desencontrada, disparatada das existências reais dos cientistas, com altos e baixos, solavancos e tropeços, idas e vindas, bondades e maldades. Enquanto o lado institucional empurra para a zona de conforto reprodutiva, girando em torno de si, o lado dinâmico, aberto, pede infindável autossuperação. Quando se contratam novos membros para um departamento, a tendência institucional é preferir um candidato alinhado, mas o candidato mais apropriado sempre seria aquele que vem para desalinhar, provocar, desestabilizar. Ciência pertinente desestabiliza o *status quo*, ciência comum vai reproduzindo-se, repetindo-se, autoconfirmando-se no próprio vazio.

Tal visão é muito significativa, em grande parte porque, no sistema escolar e universitário, andamos na contramão. Por exemplo, o currículo, tomado como um repositório de conteúdos a trabalhar na escola e na universidade, sugere a visão muito pobre de algo a ser transmitido, e assim o é na aula copiada para ser copiada - isto é, na aula prototípica. Tomando a ciência não como, comumente, um repositório daquilo que se atingiu, mas como uma busca rebelde da autorrenovação, o currículo assumiria outro significado: **conteúdos a reconstruir, jamais apenas a transmitir**. Talvez sequer seja o caso de definir conteúdos alfanumericamente codificados como se fossem artigos constitucionais, mas indicar desafios reconstrutivos, em face do que o estudante pretende tornar-se em sua formação sistemática aberta. O currículo aponta a posição retrógrada de formação fechada, hoje inútil. Formação que se conclui ser uma mentira em si, pois nada é mais mentiroso do que alguém que se acha definitivamente formado - ele(a) está deformado(a). Nesse contexto, pode-se distinguir entre dois tipos de instituição escolar, sobretudo no caso das universidades: aquelas que reproduzem conteúdos, isto é, só dão aula, imbecilizando seus estudantes; e aquelas que incitam a reconstrução autoral de seus estudantes. Todas as instituições escolares (básicas e superiores) precisam lidar com a reconstrução autoral do conhecimento, deixando de lado a insistência na aula (usando-a como meio eventual, apenas subsidiário), praticando avidamente as atividades de aprendizagem (Demo, 2015, 2018), e não as de ensino. As “metodologias ativas” são do estudante; elas não servem para enfeitar a aula (Bacich & Moran, 2018). Como sugere Rovelli (2014), “nosso conhecimento, como a Terra, flutua no nada. Sua natureza provisória e seu vazio subjacente não tornam a vida sem sentido; tornam-na mais preciosa”. Tipicamente, não sabemos onde está aventura leva, mas o conhecimento científico - “revisão contínua crítica do conhecimento aceito, abertura à possibilidade de rebelião contra toda crença, habilidade de explorar novas imagens do mundo e criar outras novas” (Rovelli, 2014) - parece ser um dos capítulos mais significativos na lenta evolução da humanidade, não para chegar a algum porto seguro, mas para navegar na imensidão aberta. A evolução também não sabe aonde vai chegar, porque se define pela abertura sem fim, e não por aquilo que realiza.

A ciência tem seu lado cáustico, a própria desconstrução implacável: ela não aceita verdade final (todas têm dono); não há conhecimento sacrossanto (todos são falíveis); não

existe certeza inabalável (tudo tem prazo de validade). Por isso, a ciência deve ser vista como um dos conhecimentos importantes para os seres humanos, nunca o único, muito menos superior, supremacista. A sociedade gosta de preservar seus processos de socialização, aculturação, domesticação e a ciência, em seu aspecto social, cede facilmente a essa tentação; mas, em sua estruturação de abertura indomável, não protege nenhuma teoria (antes, expõe ao debate severo), não tem resultado definitivo (todos podem ser superados), não tem formato único e final (ciência se faz de muitos modos, mesmo girando em torno de um método, cuja validade, porém, é relativa). Certeza, só da incerteza (Poerksen, 2004). O universo é muito mais complexo do que nossas formalizações lineares, sobretudo em suas formas de vida, que não se exaurem em expressões sequenciais de causa e efeito, razão pela qual toda teoria é um ordenamento ad hoc, sob o ponto de vista do observador (Demo, 2002). Em seu satírico *A ordem do discurso*, Foucault (2000) desdobra que a ordem é do discurso, não da realidade. Nossas fraquezas mentais gostam de bengalas infalíveis, mas nada é mais falaz do que ciência infalível, porque isso é uma fraude.

A ciência, contudo, é muito mais dinâmica do que complexa, ela é mais conturbada, instigante e temerária, absurda e encantadoramente ambígua do que se imagina, como mostra, entre outras, a obra de Bruno Latour (2000, 2001, 2005, 2017, 2018) que passou a vida estudando ciência e cientistas. Lamentamos o atual negacionismo, que tenta desqualificar a ciência porque ela é incômoda para a extrema direita (como é para a extrema esquerda), mas não podemos esconder que o lado humano da ciência – **os cientistas** – abriga maus comportamentos inacreditáveis: fraudes no laboratório (Chevassus-au-Louis & Elliott, 2019); fabricação de dados; golpes em obtenção de certificados (por exemplo, mestrados e doutorados); defesas arranjadas de dissertações e teses; cursos de baixa qualidade com diplomas forjados etc. (McIntyre, 2019; Pacchioni, 2018; Pinker, 2018; Wootton, 2015). A isso se acresce a eterna suspeita de sinecura acadêmica, sobretudo em entidades públicas (Coelho, 1988), ao lado de desempenhos incompatíveis com tempo integral, salário mais elevado, carreira estável assegurada, dedicação exclusiva etc., junto com ofertas didáticas sem qualquer mérito acadêmico, sobretudo na graduação e na educação básica (Demo, 2020a). O acesso à ciência continua afunilado, desde a creche ou a pré-escola, onde os mais privilegiados são ainda mais privilegiados, enquanto a escola pública tende a ser coisa pobre para o mais pobre, ou, na expressão de Popkewitz (2001), “efeito de poder”. O mérito acadêmico se reduz facilmente ao bolso do estudante, sendo “igualdade de oportunidades” uma farsa escabrosa, porque o rico e o pobre têm oportunidades muito diversas, nunca iguais (Sandel, 2020). Podem fazer o mesmo “vestibular”, mas em condições absurdamente díspares. A ciência pode ser um jogo sujo como qualquer outro, ainda mais se levarmos em conta sua relevância para a sociedade, para a mobilidade social, para as vantagens produtivas e competitivas etc. A ideia do cientista angélico a ponto de ser a imagem da ingenuidade (pode ser matemático superlativo, mas, mas em casa, suas

contas nunca fecham, porque gasta mais do que ganha...), é infantil, pois sensibilidade ética não é marca científica, mas moral. Entre tantos capítulos da fraude acadêmica, destaca-se o plágio (Blum, 2009; Lang, 2013; Posner, 2007), hoje muito facilitado por habilidades digitais e que tem aparecido constantemente em avaliações públicas de currículo, como em novo membro do Supremo Tribunal Federal (STF) ou de outra entidade de destaque na República. Olhando com calma, como propõe Latour (2013), o mundo da ciência, por deter acentuado destaque em nossa sociedade, envolve-se em confusões próprias da avidez por poder, fama, influência, cargos etc. Como alegou Foucault (1971), o saber não se reduz ao poder, mas são siameses, moram juntos, coligam-se bem. A politicidade da ciência, se possui o lado auspicioso da habilidade humana de emancipação instigante, também conta com o lado do golpe, da astúcia, da malandragem. Assim como é ingênua a perplexidade em face de um hierarca religioso pego com a boca na botija ou praticando o contrário daquilo que prega – seria estranho não existir esse problema! (Kurzban, 2010) – é cândida a expectativa de que, em ambientes como a universidade, transitam nossos melhores anjos. Não há politicidade que não admita ser politqueira, porque isso faz parte do jogo.

Crerios de cientificidade, que gostamos de fantasiar como formais, objetivos, neutros, porque consideramos o método lógico-experimental isento, imune, acabam engolidos na intersubjetividade dos cientistas - que sempre têm a palavra final. A uma tese de doutorado não basta ser lógica, experimental; ela precisa ser “aprovada” pela banca. Por isso, vale em sociedade não a forma, que tem sempre seu lugar, mas como é realizada intersubjetivamente. Isso significa aceitar, mesmo de mau grado, que a politicidade predomina, ao final – critérios políticos se sobrepõem, porque não há avaliador que não seja político. Este faz muito bem em se esforçar ao máximo para ser isento, imune, mas se trata mais de uma questão de boa vontade e transparência ética do que de uma condição histórica crível. Em culturas mais politqueiras, como a nossa, a ciência vive mais facilmente de acertos cabalados ou compadrios do que de procedimentos transparentes, até porque um procedimento transparente só é viável com um avaliador transparente, o que não existe. Mesmo quando praticamos, em princípio salutarmente, a revisão por pares, a politicidade humana logo consegue achar os pares implicados e estes logo formam patotas, cruzam suas informações e mantêm seus parâmetros preferenciais de aprovação. Não há revista de primeira linha que não tenha “dono”, simplesmente porque “primeira linha” é objeto de disputa, não de isenção. A ciência é bem isso: uma disputa, com regras, se Deus quiser; como estas são concertadas, a exceção sempre faz parte, até se tornar a regra.

Por ter em sua alma mais sensível o gesto desconstrutivo, a ciência sofre, por coerência, uma sempre factível desconstrução, como testemunhamos agora com o alarmante negacionismo. Foi uma postura flagrantemente politqueira a de Donald Trump, ao se instalar no Poder Executivo dos Estados Unidos da América (EUA): sua gestão tinha apenas minutos de vigência e as referências à mudança climática desapareceram do *site*

da Casa Branca. No fim desse dia, o *Twitter* do National Park Service (NPS) foi brevemente trancado, pois o presidente não aceitou o retuíte mostrando lado a lado que a multidão em sua posse foi menor do que na de Barack Obama, em 2009. O diretor mandou novas fotos, mas elas não diziam o contrário... Começou, então, a batalha para silenciar os cientistas em agências climáticas, bem como o movimento contrário para resgatar o papel da ciência. A manipulação da ciência sempre foi comum em governos prepotentes e mesmo outros não tão prepotentes, mas que têm dificuldade para lidar com questionamento científico, em geral por razões mezinhas. Trump foi derrotado em 2020 e a ciência, ao invés de sair menor, desqualificada, só se fortaleceu, não como verdade absoluta, algo que não pode existir, mas como plataforma capaz de autorrevisar-se e reinventar-se sem fim (Parker & Welch, 2017).

Ganhou notoriedade na Inglaterra o movimento Extinction Rebellion - rebelião contra a extinção do planeta e da espécie humana ou da vida (Hudson, 2019) -, por interferir pesadamente na vida cotidiana dos londrinos, parando os metrô noturnos. Surgiu uma crítica azeda contra isso, mas outros argumentaram que, perante a urgência da causa, os reclamantes serão, mais à frente, acusados de não terem feito nada, além de só se queixarem. Disse uma vez o abolicionista F. Douglas: “se não houver luta, não há progresso. Quem professa a favor da liberdade, mas deplora agitação, são pessoas que querem colheita sem arar o solo; querem chuva sem trovão e raio” (Hudson, 2019). Há pontos obscuros no embate climático, também porque a ciência não é salvaguarda certa - não produz certezas, apenas posicionamentos metodologicamente mais bem argumentados. O tamanho do risco que o planeta está correndo é discutível, embora existam sinais mais do que prolíferos, inclusive muito alarmantes, de degradação irreversível. Como houve tantas catástrofes climáticas em eras anteriores, quando os seres humanos sequer existiam ou não tinham intervenção significativa, é difícil garantir ou descartar o apocalipse. Mas a posição mais razoável - cientificamente - é o crescente cuidado com o destino do planeta, nossa única morada comum - pelo menos por enquanto. Outros críticos são mais frontalmente ideológicos, como Naomi Klein (2009, 2010, 2013), colocando a insustentabilidade na conta do capitalismo predatório e conclamando a revolta. Alega-se que o planeta já não consegue responder ao ritmo da degradação, valorizando-se a resistência de movimentos populares para romper a farsa capitalista, um sistema produtivo que se desgarrou da sociedade.

Quando se fala de ciência rebelde (Demo, 2012), facilmente pensamos em cientistas politicamente articulados, mas não podemos deixar de lado o quanto isso pode ser ambíguo. Enquanto foi chamativo o grito de *Perestroika* na ciência política, que se articulou em torno do pleito do pluralismo metodológico, tornando a disciplina mais relevante e acessível a não especialistas e ao público em geral (Monroe, 2005), não faltam cientistas conservadores, que usam seu saber especializado e sofisticado para fins retrógrados, a exemplo dos cientistas que serviram ao nazismo ou a Trump. Cientistas, contudo, tendem

a ser mais recatados e inserem sua ideologia política nas entrelinhas, também porque a política esperta se esgueira nas brechas, beiradas, curvas, sem chamar a atenção. Lembremos da Primavera Árabe, que no início foi aclamada como tecnologia a serviço da libertação, com governantes depostos e alguma mudança nos regimes, mas hoje é vista como algo praticamente abortado, porque o vento que sopra de um lado pode ser o mesmo do outro: a internet é usada, com a mesma perícia, tanto para promover quanto para sufocar a liberdade (Feldman, 2020; King, 2020; Prashad, 2012).

Troféu ocidental superlativo e ambíguo

Não basta, então, contar com o gesto desconstrutivo da ciência, porque, socialmente falando, é de propensão formal e permanece ambíguo. A ciência pode ser uma das melhores invenções humanas, mas também uma das piores, dependendo da ideologia de fundo ou de sua politicidade. Ciência é o que mais está por trás da designação da espécie como *Homo sapiens*, embora, como todo foco simplificado, primeiro, realça algo que pareceria exclusivo e não é (outros animais também são inteligentes, como hoje sabemos fartamente) e, segundo, não visualiza outras qualidades ainda mais partilhadas por outros animais, como afeto, subjetividade, consciência etc. Para Herculano-Houzel (2016), neurocientista brasileira, os seres humanos têm no cérebro avantajado, em especial no neocórtex, uma “vantagem”, e não uma superioridade, supremacia ou exclusividade. A evolução é um processo de mistura generalizada, não de exclusividade (biodiversidade), de adaptações autopoiéticas muito vezes efetivas, outras nem tanto: podemos encontrar defeitos importantes na estruturação física e cerebral humana, como fizeram Lents (2018) apontando falhas físicas, desde ossos inúteis até genes quebrados, e Buonomano (2011), apontando *bugs* cerebrais. É “natural”, como bem analisa Deacon (2012) em uma natureza estruturalmente incompleta, que pode aperfeiçoar-se sem se tornar perfeita. O fato de que apostamos no *sapiens* como supremacia é sugerido pelo domínio humano do planeta, um feito tão grandioso quanto desastroso, porque o homem não sabe lidar com seus limites. Harari (2015) captou finamente a condição do *sapiens*, que decai para o *Homo deus* (Harari, 2017): como mostra Scott (2020), sempre que nos metemos a melhorar a condição humana, se não levamos em conta a natureza como algo dinâmico, complexo e não linear, linearizamos a vida desastrosamente. A evolução não é limitada por defeito, necessariamente, mas como condição natural de uma dinâmica aberta que desafia o ambiente e vive se desafiando, consegue aprender autoralmente (Demo, 2015; Maturana, 2001), reinventa-se durante a vida toda, mas não escapa de decair, degenerar-se, morrer (pelo menos por enquanto). A condição humana pode ser melhorada, certamente, porque, sendo os humanos uma tecnologia da natureza, eles evoluem, podem ser mudados, podem

superar-se, mas dentro de sua condição natural; como toda tecnologia, os humanos podem até desaparecer. A vida continua (Harari, 2018). A natureza não cria; ela recria, reconstrói, mistura dimensões lineares com outras não lineares, complexas. Aprender é reconstruir, trata-se de um gesto de autoria que usa aquilo que já se aprendeu, recorrendo à instrução direta (linear), mas se exara mais marcadamente na complexidade criativa reconstrutiva (Demo, 2018). Assim, retirar milhares de camponeses da roça familiar e colocá-los em uma aldeia programada linear, sequencial, ordenada em detalhe para aí residirem em cenário asséptico e artificial, trabalharem em monocultura agrícola científica tecnológica, coletivizada, centralizada, é uma fórmula certa para o desastre em todos os sentidos, como a história escancara sobejamente (Scott, 2020). Na paranoia cientificista de engenheiros sociais desenraizados, uma monocultura cientificamente controlada, uniformizada, produtiva, competitiva é a “ideal” para chegar ao mercado mais lucrativo, mas se trata de um experimento suicida, como sempre foi. Hoje sabemos que o manejo da floresta exige a biodiversidade; uma floresta uniforme morre. Esta é bem mais fácil de manejar, controlar, cuidar, mas agride a condição natural da biodiversidade. Ademais, tal engenharia social sem chão natural é um projeto ditatorial, serve para controlar os seres humanos como gado confinado, não para melhorar sua condição.

Por um lado, a ciência é uma das maiores glórias humanas, uma engenharia do espírito de incrível alcance, profundidade e significado para a existência no planeta, embora não sirva para outras necessidades vitais - como sentido da vida, felicidade, identidade -, que vamos buscar em procedimentos diversos. O apreciado texto de Holton (1996), que analisa a rebelião contra a ciência no fim do século XX, oferece uma dedicatória generosa, mas um tanto ingênua:

[...] dedicado aos incontáveis homens e mulheres no século XX que devotaram suas vidas ao avanço da ciência e ao melhoramento da condição humana - que creram, com Thomas Jefferson, que “conhecimento é poder, conhecimento é segurança, conhecimento é felicidade”.

Trata-se, contudo, de um apanhado da evolução histórica da ciência desde o Iluminismo até o fim do século passado, espelhado em seu ídolo científico, Albert Einstein, por ter cultivado um estilo aberto, epistemologicamente revisável, criativo da lide científica. *Por outro lado*, a ciência está sob ataque de múltiplas origens e motivações, destacando-se o atual negacionismo, que não é um ponto focal de Holton (1996), já que tal fenômeno se agravou recentemente. Pontos focais são razões que levam as pessoas a desqualificar o conhecimento científico, por: questões religiosas (uma das querelas mais renitentes que rivaliza com verdades absolutas); razões de poder (os poderosos costumam

abominar a ciência porque ela se contrapõe às pretensões absolutistas de autoridade, posicionando-se diante da autoridade do argumento e não do argumento de autoridade); razões de socialização e educação (formar mentes abertas é algo encarado com horror pelos regimes fechados, já que o sistema não teme um pobre com fome, mas teme um pobre que sabe pensar) (Demo, 2007); razões de usos e costumes (ciência deterge vícios atávicos, como patriarcalismo, racismo, autoritarismo, em nome da força sem coerção do melhor argumento) (Demo, 2011a; Habermas, 1989). A ciência é basicamente malvista por cabeças fechadas, pois pode abrir mentes ou, na expressão original do Iluminismo, “esclarecer”, “iluminar” (Pinker, 2018). Entre os obstáculos ao absolutismo, nenhuma moral ou moralismo conseguiram ser mais incisivos do que a análise científica desconstrutiva, como no caso da família real. Cientificamente falando, não existe qualquer família real, a não ser devido a algum “trambique originário” - muito menos se pode falar em “direito divino dos reis”. Toda família é comum, natural. Mas quase sempre nos deparamos com mandatários autocráticos que não admitem ser contestados, tal qual na figura de ditadores reais ou potenciais que se apresentam com a Bíblia nas mãos, citando algum “evangelho” sobre a verdade libertadora! Dentre as detergências mais impactantes da ciência temos a noção de que verdade surge no plural, ela sempre tem donos ou, na expressão iluminada de Habermas (1989), trata-se de uma “pretensão de validade” (Foerster & Poerksen, 2008). Quanto ao racismo, a ciência aberta não consegue achar raças inferiores, apenas naturais, evolucionárias, contradizendo o soberano branco supremacista. É nesse sentido que muitos veem, como Holton (1996), a ciência como um dos mais marcantes passos civilizatórios (Elias, 2000; Pinker, 2011), que também está por trás, por exemplo, da queda da violência ao longo da história (Pinker, 2011), em favor de estilos de convivência do Estado de direito, mesmo que seja o liberal capitalista, como no caso do conservador Steven Pinker (2011, 2018). Sempre tivemos “conhecimento proibido”, uma chaga aberta nos humanos, pois alguns se imaginam capazes de coibir que outros “pensem” por si (Rescher, 1987; Shattuck, 1996), buscando manietar as mentes (lavagem cerebral, intimidação grave, tortura etc.). Na verdade, essa pecha tem fundamento bíblico (no Antigo Testamento, no Gênesis): Adão e Eva foram proibidos de acessar o conhecimento reservado a Deus (ou aos deuses), conhecendo o bem e o mal. A hierarquia religiosa, dona da *Bíblia*, sempre obstaculizou o quanto pode a interpretação bíblica, até que a Reforma Protestante derrubasse a proibição. A posição da ciência é coerente: conhecer é uma função natural, embora seja ambígua; não há como proibir que alguém pense, a não ser mediante um gesto paranoico.

Encontramos um monumental paradoxo na complexa relação entre saber e poder: enquanto, por um lado, ambos podem ser aliados fatais, por outro, podem ser rivais. Não há fundamento científico na extravagante ideia de que negros nasceram para ser escravos, exceto em posturas supremacistas, que também não têm fundamento científico, apenas pretensões delirantes. Aí está uma das raízes para autocráticos detestarem a ciência,

porque lhes limita a supremacia. A ciência assevera que autoridade não é um dom divino incontestável, nem uma propriedade pessoal intrínseca, mas gerada no contexto do relacionamento social e que só se reconhece sob acordos bilaterais plurais, como se faz na democracia. Autoridade incontestável, nem na ciência! E isso incomoda o poderoso: ciência é, possivelmente, a autoridade mais respeitada na sociedade, mas ela não tem validade absoluta. É tipicamente relativa, não relativista. É restrita, não resolve todos os nossos problemas e aspirações. Sempre precisa ser revista e reconstruída. Mesmo assim, é a mais interessante, de modo geral, ou talvez por isso mesmo: a autoridade que pode funcionar é a contestável, do líder que serve aos liderados, do comandante que realmente tem a confiança dos comandados. No bizarro entrevero entre o Presidente da República, Jair Bolsonaro, e o ex-Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), este respondeu com a serenidade da autoridade do argumento: os dados são, sim, sempre contestáveis; nenhum dado é absoluto, porque quem os obtém também não o é. Mas, tecnicamente, tais dados podem mostrar-se fidedignos com base na autoridade do argumento. Essa é a resposta científica mais adequada, modesta e profunda, com fundamento, mas sem fundo último. Exceto para seus asseclas fundamentalistas, as pessoas “esclarecidas” percebem que o ex-presidente do INPE foi digno e confiável, enquanto o autoritarismo presidencial tornou sua atuação ainda mais excêntrica, para não dizer fraudulenta (Terra, 2019).

A ciência, por mais potente que possa ser, sobretudo quando traduzida em novas tecnologias, sempre se mostra limitada, pela natural razão de que os seres evolucionários são intrinsecamente limitados, não por defeito, mas por sua própria constituição - aberta e complexa. Não temos qualquer chance de produzir um conhecimento último, definitivo, imbatível, certo, porque tal produtor absoluto não existe - somos seres relativos, de validade relativa, que é a validade que nos cabe evolucionária e socioculturalmente. Na ciência há, ainda, muitos autores que falam em verdade científica, em especial no positivismo - busca-se uma “teoria final” ou “de tudo” (Demo, 2011b; Hawking, 2006) - porque consideram a ciência é substituta da religião, quando se trata de outra abordagem fundamental da realidade, complementar e rival. Um método seletivo não pode conter a realidade inteira, mas apenas o que seleciona e olhe lá! O positivismo, porém, aposta que aborda a realidade tal qual ela é, toda, sobretudo em seus fundamentos lineares sequenciais, formalizáveis, matematizáveis, ignorando, porém, outras dimensões que não cabem no método (“ditadura do método”), como dimensões da vida, da consciência, da subjetividade etc. (Davies, 2019; Gelernter, 2016; Kauffman, 2019; Koch, 2019). A questão da **validade relativa** pode aborrecer facilmente os cientistas (sobretudo nas ciências exatas e naturais), mas, primeiro, não afeta validades universais formais, como lógica, matemática, embora lá não more ninguém e, segundo, volta-se para a ciência como instituição no espaço e no tempo (Holton, 1996; Kuhn, 1975). As instituições humanas só admitem uma validade relativa, não porque valham menos, mas porque é seu modo de validade. Seres evolucionários podem

aperfeiçoar-se em mil dimensões possíveis, mas jamais serão perfeitos, porque a perfeição está além ou fora da dinâmica evolucionária; não faz parte dela. Todos passamos pela vida, duramos um tempo e vamos embora: esta é a típica validade relativa; vale, sim; mas não no nível de uma validade formal que se sobreporia ao espaço e ao tempo, mesmo que isso também seja questionado eventualmente (Unger & Smolin, 2014). Nossas instituições são assim configuradas: a Constituição da República Federativa do Brasil (CF, 1988) tem validade relativa, por isso precisa de um STF que a “guarde”; a democracia tem validade relativa, pode estiolar (Levitsky & Ziblatt, 2018), pode ser derrubada, embora isso valha, ainda, para a ditadura (todas passam); usos e costumes também, já que alguns são muito questionáveis, como o patriarcalismo, o machismo, o supremacismo branco etc.; as sociedades e civilizações desaparecem, elas valem por certo tempo e sucumbem (Diamond, 2005, 2012); a própria espécie é passageira, ela não constitui o sentido ao universo nem é imprescindível – vale o quanto pesa.

A autoridade moral da ciência – como corpo de conhecimento, fonte de aplicações tecnológicas, geradora de modelos de pensar e agir, desafiadora e perturbadora de ideias estabelecidas – é afetada pela sociedade, como outros componentes da cultura, religião, arte. Holton (1996) lembra do conceito das “duas culturas” proposto por Charles Percy Snow (1959)¹ – a ciência e as aplicações podem impactar decisivamente o destino humano, como aconteceu na Segunda Guerra Mundial, com a dianteira dos aliados em termos de radar, física, informática – quebra de códigos. Conclamou-se tantas vezes a ciência na guerra contra a ignorância, as doenças e outras pestes e sobrecargas humanas; até a noção de direitos humanos se expandiu por achados científicos que contestaram a ideia de “raças inferiores”; e a medicina tem avançado enormemente, como em contraceptivos, libertando as mulheres de modo decisivo. Tudo era repensado, sua cultura e aquilo que deveria acontecer, seus papéis e suas pretensões. Isso pode desafiar a própria legitimidade da ciência e tecnologia na cultura e a própria condição social, já que eximir a ciência de ser questionada é algo incoerente: desconstrói-se a realidade e a ciência também será

1 As duas culturas de C. P. Snow:

“Muitas vezes estive presente em encontros de pessoas que, pelos padrões da cultura tradicional, são vistas como altamente educadas e que estiveram com grande ímpeto expressando sua incredulidade no analfabetismo dos cientistas. Uma ou duas vezes fui provocado e perguntei a quem me rodeava quantos podiam descrever a Segunda Lei da Termodinâmica. A resposta foi fria: foi também negativa. Mas estava perguntando algo que gira em torno do equivalente científico de: ‘leu uma das obras de Shakespeare?’ Agora, creio que se tivesse feito uma pergunta até mais simples – como, o que entende por massa, ou aceleração, que é o equivalente científico de dizer ‘sabe ler?’ – não mais que 1 em cada 10 das pessoas altamente educadas poderiam ter sentido que eu estava falando a mesma língua. Assim, o grande edifício da física moderna vai crescendo, e a maioria das pessoas mais inteligentes no Ocidente tem acerca disso tanto *insight* quanto os ancestrais neolíticos tiveram” (C. P. Snow, n.d., tradução nossa).

Esta declaração, de 1959, condenava o sistema britânico educacional por ter, desde o período vitoriano, promovido as humanidades à custa da educação científica. Acreditava-se que isso privava as elites britânicas (em política, administração e indústria) de preparação adequada nas ciências e humanidades, e um ensino melhor científico capacitava os comandantes de outros países a competir mais efetivamente na era científica.

desconstruída! Todavia, o grau de desconfiança intriga Holton (1996), trata-se de algo que nunca havia ocorrido desde o Iluminismo, mas isso se deve em parte ao susto decorrente do fato de que a versão positivista da ciência se entranhou nos EUA de tal forma que vale, *mutatis mutandis*, até hoje. Parecia-lhe irônico que o contramovimento se afirmou logo quando o entendimento dos fenômenos naturais, os métodos de atingir tal entendimento e o acordo entre cientistas sobre conduta responsável estariam em seu ponto mais alto. Criticou-se muito a noção de progresso: fora do laboratório, parecia uma ideia ultrapassada (Dupas, 2006). Lembra-se a Rebelião Romântica, conceito de Isaiah Berlin, contra noções de racionalidade e objetividade, alegando-se que a razão e a ordem aprisionam o espírito (Holton, 1996). Imagina-se um contrato social há muito persistente em torno da validade da ciência, como ocorreu ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando Roosevelt recebeu o *Vannevar Bush Report* - relatório de um grupo de cientistas, engenheiros e outros intelectuais - que prometia “uma vida mais plena e produtiva, se a pesquisa científica fosse promovida e financiada. No fim do século, porém, cortavam-se despesas, inclusive no Congresso, contando também com certa apatia da comunidade científica, estatelada (Holton, 1996, p. XI, tradução nossa). Reporta-se que nas universidades mais destacadas a atenção à ciência e à matemática exigida dos estudantes se mostra mínima, acentuando um vácuo do analfabetismo científico que muito contribui para posturas bizarras sobre ciência, cientistas e outros papéis na sociedade.

Em seu devido lugar, a ideia do progresso é inegável até mesmo no processo evolucionário, pois as espécies podem progredir em suas habilidades adaptativas, assim como os seres humanos, advindos dos grandes macacos, experimentaram avanços monumentais: é inegável que, em tecnologia, encontramos-nos em outro patamar em comparação aos primeiros *Sapiens*. Se compararmos a caverna inicial com a cidade de Nova York, o progresso material é inegável. A ideia do progresso sempre é questionada porque se tornou um fetiche capitalista liberal eurocêntrico, constituindo a razão de ser da humanidade, mesmo sendo um ponto de vista entre outros, em termos do que mais valorizar na vida. A prosperidade material como razão central dos países e dos Estados virou uma compulsão que uniformiza as economias, as democracias e as nações, embora pudéssemos nos organizar de modos muito diversos, não fosse a obsessão eurocêntrica. A prosperidade econômica passa a ser um problema quando, não sendo mais sustentável, vira vantagem de uns poucos às custas do planeta e das maiorias. O progresso linear também não cabe, porque a sociedade não evolui linearmente, mas por linhas tortas. E a ciência, quando aberta, autocrítica, não abona tais obsessões - muito pelo contrário. Spengler (1991) já especulava o fim da ciência, mas o Círculo de Viena (nos anos 1920 e no início dos 1930) fez uma contrapartida, agregando muitas cabeças privilegiadas da época, como Kurt Gödel, Otto Neurath e Karl Popper, e exarando um manifesto (Hahn, Neurath, & Carnap, 2001) sobre a concepção científica do mundo, em 1929, no contexto do empirismo lógico

que ganhou uma proeminência acadêmica já bem estabelecida. O método científico foi esquadrinhado e validado em tom maior, mesmo com divergências internas importantes. Popper (1959) se sagrou um positivista mais aberto, ao afastar a indução como validação científica, usando-a apenas para falsificar teorias e aceitando que as teorias são naturalmente falíveis. A Escola de Frankfurt criticou frontalmente o positivismo (Adorno, Habermas, & Popper, 1972), porquanto, ao defender a objetividade e neutralidade, deixava a ciência à mercê dos aproveitadores, por desistir de envolvimento ético e social, sem falar que reduzir a realidade complexa a suas faces lógico-experimentais era uma intervenção brutal. Reconhecendo a complexidade da realidade, a Escola de Frankfurt preparou o terreno para metodologias alternativas, qualitativas, destinadas a analisar dinâmicas que exigem olhares mais cuidadosos para dimensões que o método não capta adequadamente (Demo, 2001).

Sempre fizeram muito mal à ciência os desmandos de pesquisadores sem escrúpulos, que Broad e Wade (1983) alcunharam “traidores da verdade”, uma expressão em si infeliz, porque a ciência não lida com a verdade, mas com o argumento aberto, crítico autocrítico. Os autores analisaram casos de laboratórios fraudulentos, onde os pesquisadores “ajeitavam” as coisas para que coubessem em suas teorias ou jogadas sujas de marketing. Como Latour e Woolgar (2013) propõem, a “construção dos fatos científicos” pressupõe um trabalho meticuloso, testado e retestado inúmeras vezes, mensurado em detalhe e sempre reproduzível por outrem que se interesse em verificar, chegando aos mesmos resultados. Talvez o termo “construção” seja forte demais; ficaria melhor “reconstrução”, embora não mude a condição epistemológica de fundo: os fatos existem independentemente de nós, mas aqueles usados em ciência são cientificamente reconstruídos, ou seja, formalizados e teorizados conforme o contexto laboratorial em questão. Há pesquisadores, porém, que “inventam” os fatos conforme sua conveniência, assim como há entrevistadores que preenchem o questionário por si. Sendo uma atividade bem complexa, meticulosa, em geral longa, as chances de adulteração dos procedimentos são enormes. Isso tem abalado a confiança nos achados científicos laboratoriais, quando se descobre que os cientistas também têm pés de barro.

De modo geral, a ciência é vítima de sua própria empáfia quando se vende como objetiva e neutra para esconder manobras ilícitas ou duvidosas, em particular quando se apõe como abordagem completa, definitiva, inabalável, contrariando sua histórica prática de esforço, tão meritório quanto falível. O positivismo é a empáfia mais gritante porque, sendo ao fundo um projeto “divino” do *Homo deus* (Harari, 2017), como na pretensão da teoria final ou acerca de tudo (Hawking, 2006), sempre expõe a ciência ao ridículo, porque nada lhe faz mais mal do que substituir a religião. Em si, não deveria ser uma questão tão agônica porque, sendo os humanos seres incompletos, evolucionários, abertos, eles não produzem nada final, não criam do nada (reconstróem a partir daquilo que existe), o que torna a ciência uma conquista também controversa, discutível, tal qual os próprios seres

humanos. Isso não diminui a ciência, já que não sendo viável criar algo divino, recriamos o mundo à nossa semelhança, dentro de nosso contexto sociocultural e evolucionário. O **método científico**, por sua vez, é seletivo, tentativo, aproximativo, mesmo sendo possivelmente uma das tecnologias do espírito mais retumbantes da história humana, por conta de sua potencialidade emancipatória contundente. Epistemólogos brilhantes, porém, alegam que a falibilidade é a glória da ciência, pois lhe faculta ressuscitar das cinzas incessantemente (Hume, 2007; Popper, 1967). Autorrenova-se incansavelmente porque, ao lado de desconstruir a realidade e o discurso sobre a realidade, autodesconstrói-se, por coerência. As teorias se sucedem em arena aberta de disputa pela autoridade do argumento, mantendo-se aquela que, expondo-se sem restrições à discussão intersubjetiva aberta, é mais acatada, por ora. De fato, postular que a realidade se reduz a procedimentos **lógico-experimentais** não é resultado de análise prévia adequada que daria conta da realidade toda, mas, tipicamente, uma **hipótese seletiva de trabalho**. Porém, o positivismo, transforma o método em critério da realidade, invertendo os papéis: só é real aquilo que cabe no método.

Ignora-se que os seres humanos sempre acreditaram em realidades além disso, sempre creram haver dimensões sobrenaturais, mesmo não tendo nenhuma evidência empírica. É temerário jogar essa tradição incessante e forte (Bellah, 2011) no lixo só porque diverge do método. Sabemos que a existência de Deus não pode ser deduzida logicamente; precisa ser induzida empiricamente, mas isso nunca ocorreu em condições de averiguação científica. Mesmo assim, muita gente crê em Deus e até assegura que nenhuma realidade é mais real, mesmo sem jamais tê-la observado concretamente. Muito da religião é mistificação, ignorância, ou desespero de causa, mas há gente que a vê com tal tranquilidade e confiança que dificilmente podemos supor que se trata de uma alienação doentia (Shermer, 2018). Decerto, há rivalidades entre ciência e religião porque elas visam a realidades bem diversas, buscando lidar com dimensões muito díspares, mas acabam sendo “complementares”, no sentido de que satisfazem a outras necessidades no complexo espectro da existência humana. É ridículo imaginar que os seres humanos se bastam com questões lógico-experimentais... Em particular, o desafio do sentido da vida que a ciência desqualifica ou chacoteia com facilidade, só porque não cabe no método, não tem resposta científica; mas isso não sacia a necessidade de resposta humana, que vai buscar apoio em outros tipos de conhecimento. Nagel (2012), estudando a mente e o cosmos, reconhece que a “concepção materialista neodarwiniana da natureza é quase certamente falsa”. Edelman e Tononi (2000), estudando a consciência, concedem candidamente que a ciência não sabe “como a matéria se torna imaginação”. A ciência está repleta de fenômenos que ela não consegue explicar, embora eles possam a vir ser explicados mais adiante, mas hoje cresce a percepção de que não é o caso de apenas apontar a seletividade e o reducionismo do método, mas de contestar o próprio método lógico-experimental, quando se espera

que ele dê conta da realidade toda. Não temos qualquer ideia do que seria essa “realidade toda” e já supomos que o método seja capaz de desvendar tudo. Não sabemos sequer quem somos, a rigor, em termos científicos, mas imaginamos explicar o universo! Trata-se da tragédia do *Homo deus* (Harari, 2017).

Podemos especular, para dar asas à imaginação e à ficção, que existem outros seres no universo, similares ou não a nós, mas possivelmente tão “inteligentes” quanto nós ou muito mais e que acharam interessante montar um experimento em um planeta irrelevante, só para ver no que isso iria dar. Inventaram a tecnologia da vida e o fenômeno evolucionário, dimensões lineares e complexas da realidade, um cérebro analítico e sensível, e assim por diante. Nós, que acreditamos ser filhos de Deus, predestinados como razão do universo, com pretensões divinas, somos, ao final, penduricalhos de outra “civilização” acima de nós. Não sabemos o que a realidade é, mas temos algum domínio de suas operações lineares (que cabem no método), ou seja, conseguimos arrumar tecnologias efetivas de manejo da realidade, que nos permitem progredir a ponto de também nos tornarmos uma força evolucionária. Conferiram ao experimento a marca da ambiguidade, de modo a apreciar a abertura da imprevisibilidade e relativa criatividade: podemos alçar voos inauditos ou nos destruir bisonhamente. Explicamos alguma coisa, mas a maior parte continua sendo um mistério e morremos sem saber bem para que vivemos... Para compensar tantas angústias, facultaram o desenvolvimento de múltiplos conhecimentos, entre eles o religioso, que sempre teima em afirmar outras dimensões das quais não temos qualquer verificação empírica. Os seres humanos podem ser uma maravilha e uma desgraça, o que depende, em grande parte, de nós mesmos – uma autonomia e autoria que pode ser uma grande chance ou o suicídio final.

Esse experimento na Terra pode desenvolver-se em outros planetas, já que o universo é de tal ordem enorme, tão extenso que não há palavras para descrevê-lo, sendo plausível supor que, em tal diversidade quase infinita, existam outras oportunidades de existência. O experimento pode ter outra configuração, por certo, com seres muito diferentes, para cima ou para baixo, ou em dimensões não imaginadas ou imagináveis. Pode ser que estejamos rodeados de outras “civilizações” que não vemos, sentimos, percebemos, mas elas nos veem e riem ou não de nós. Nas teorias da reencarnação, pode ser que estejamos perambulando por aqui agora, tendo estado antes no outro lado do universo. Dizem alguns que a vida é abundante no universo, não se restringindo à Terra nem ao nosso formato (Tegmark, 2017). Outros alegam que a consciência é propriedade do universo, não é gerada pelo cérebro; este é apenas uma antena de captação eventual. Pode ser, então, que ao contrário de vermo-nos perdidos em um planeta minúsculo e irrelevante, somos parte de uma aventura muito maior, da qual não temos ideia. Alguém pode ver o experimento da vida natural no planeta como algo de mau gosto, por conta de tanto sofrimento, angústia, injustiça, truculência, onde a vida de um depende de acabar com a vida do outro (por exemplo, os

carnívoros), sem falar que, na procriação, a fêmea assume uma tarefa absurdamente mais pesada do que o macho, o que levaria a suspeitar que o(s) inventor(es) desse experimento são “machistas” mal-intencionados! A leoa gesta, gera e educa os filhotes, com todos os riscos envolvidos, ainda tem de caçar para se alimentar e alimentar as crias, enquanto o macho, em geral, só observa e aproveita. Quem teria tido uma ideia tão estúpida? Entre os seres humanos as coisas não são tão diferentes: a mulher é muito mais sacrificada e achamos isso algo natural, não é? De repente, o patriarcalismo e o machismo são legados interplanetários!

São muitas perguntas sem respostas. Nem a ciência consegue responder, não só porque não tem como induzir minimamente, mas porque entram no radar questões que não cabem no método. Por isso, dizem alguns que ciência é ótima de pergunta, mas péssima de resposta. Disso surgiu uma tecnologia espetacular: cursinhos que ensinam a achar as respostas certas! Usamos o cérebro para imbecilizar.

Crítica autocrítica

O positivismo tem horror à ideia de que a ciência é controversa, porque espera que ela dirima controvérsias e estabeleça certezas definitivas. No entanto, mostra-se bem lógico que, sendo a ciência uma abordagem desconstrutiva da realidade e do discurso sobre a realidade, ela também possa/deva ser desconstruída, tal qual a própria evolução em sua dinâmica que se reconstrói incessantemente, desconstruindo-se. Nada é fixo; só aquilo que muda permanece. Porém, a ciência institucionalizada não gosta da dinâmica, só do lado ordeiro da dinâmica (o que não é dinâmico na dinâmica, as invariantes, leis, regularidades). O que é um artifício de análise da realidade acaba sendo um modo de vida dos cientistas, que tendem a detestar a mudança. Por isso, a academia prefere transmitir conteúdos a reconstruí-los e um professor não vê maiores dificuldades em dar a mesma aula e aplicar a mesma prova durante 20 anos. Os alunos, que repetidamente relatam tal situação, sabem como lidar com isso! O lado mais incoerente da academia é que, advogando ser crítica de modo geral, pelo menos para fazer boa figura, abomina ser criticada. Trata-se de um equívoco lógico abusivo: criticar implica ser criticado, porque são dois lados da mesma equação: um não vai adiante sem o outro. Tipicamente, a academia adota a crítica como uma arma contra os outros, imaginando não ser alvo dessa arma. Ora, **a coerência da crítica recai sobre a autocrítica**, ecoando Sócrates (Haber, 2020).

Se admitimos que a ciência é controversa, não como defeito, mas como condição natural – trata-se da própria tessitura da autoridade do argumento, da força sem coerção do melhor argumento, de compor um argumento com contra-argumento, com multiplicidade de visões, com variações da teorização, com divergências criativas – admitimos que

podemos fazer ciência de muitas maneiras, girando em torno da autoridade do argumento, com abertura. O modo positivista, muito respeitável porque se mostra o mais produtivo e institucionalizado, é um jeito, mais próprio das ciências exatas e naturais, enquanto outras achegas, postulando realidades também complexas, precisam de flexibilidade metodológica, como na pesquisa qualitativa ou nos métodos adotados nas ciências sociais e humanas. Não segue disso que a ciência seja qualquer coisa, embora possamos correr esse risco. A ciência pede um objeto formalizável (Demo, 2001), capaz de ser linearizado adequadamente, mensurado, classificado - trata-se de uma exigência do método. Sempre se pratica um reducionismo, que, no positivismo, torna-se escrachado por não ver nada na realidade além da dimensão linear, enquanto em outras abordagens se vai até certo ponto, onde a evolução nos dotou de capacidade para explicar simplificando, teorizando esquematicamente, ordenando a desordem para nela achar alguma ordem, sequência, causalidade. Podemos observar tal *démarche* metodológica em Karl Marx, em especial na interpretação althusseriana (Althusser, 1971; Althusser & Balibar, 1970). Buscando explicar a sociedade pelo materialismo histórico e dialético, reduziu-se a sociedade à “infraestrutura” e comparou-se ao naturalista que busca na natureza suas leis (que se imporiam com “necessidade de bronze”), enquanto ele investigava as leis da história, com a mesma tessitura determinista (Demo, 1995; Marx, 1973a). Nessa passagem de sua vida, Marx procedeu de modo positivista, determinista, embora ao fim da vida ele recuasse, reconhecendo que as condições objetivas e subjetivas teriam a mesma importância para a sociedade (em especial em sua análise da Comuna de Paris) (Demo, 2019)². É interessante que Marx possa ser analisado em 3 fases de sua produção científica: na juventude, ainda muito filosofante, voluntarista; na idade madura, tendencialmente positivista; e na velhice, mesclando condições objetivas e subjetivas. Essa variação em vida indica que ciência pode ser praticada de muitos modos, também dependendo do praticante. Quem aprende, muda. Um fato curioso da vida de Marx é que, em muitas ocasiões, ele alegava, perante puxa-sacos que se diziam marxistas, que ele mesmo não era um marxista (Demo, 2020c; Schmidt-Salomon, 2005). Embora Marx tenha fama de obcecado materialista histórico e dialético, na prática ele sempre viu sua obra como um “*Grundriss*” (um esboço, um rascunho)³.

Em muitos pesquisadores, a noção de ciência, embora ainda muito incipiente, de que, segundo Platão, Sócrates cultivava em seu modo de dialogar com os outros – buscando oferecer outro a oportunidade de burilar a autoridade do argumento, a fundamentação elaborada, refletida – constitui um dos maiores patrimônios epistemológicos humanos, ao fundamentar a coerência da crítica na autocrítica. Primeiro, a ciência é um “diálogo” com

2 A última parte desse texto analisa a Comuna de Paris, na versão de Marx e na de Engels, ao republicar o texto 20 anos depois (1890).

3 Hoje, um dos textos mais famosos é precisamente *Grundrisse* (Marx, 1973b), elaborado como rascunho para sua obra maior, *O Capital* (em 3 volumes).

a realidade e com o discurso sobre a realidade, com tom tipicamente desconstrutivo e reconstrutivo, autoral. Segundo, usa como procedimento mais apropriado a autoridade do argumento, aberta, não o argumento de autoridade, que pede a submissão do interlocutor ou do aluno. Terceiro, consagra a autocrítica intersubjetiva (mormente dos cientistas) como critério maior de cientificidade, que respeita a teoria que sobrevive à crítica coletiva e argumentada, por ora. Quarto, sempre realça a dúvida, a pergunta, a desconstrução, em vez de qualquer resposta, porque a dúvida, longe de superar a dúvida, traz outras, talvez até mais instigantes (Hecht, 2003). Embora seja comum apreciar a *Wikipédia* como uma instigação à *ciência aberta* (Cribb & Sari, 2010; Demo, 2011a; Nielsen, 2012), cumpre lembrar que essa “moda” já aparecia nos diálogos socráticos. De fato, na *Wikipédia* só vale a autoridade do argumento proposto pela autoria coletiva, seguindo alguns parâmetros metodológicos (textos de interesse geral e devidamente formulados; sem usar dados particulares não publicados; texto referendando outros textos publicados), o que a torna um clube de autores, além do charme de ser – com todos os riscos, mas também as graças – uma ciência “mais popular”.

No entanto, é bem típico que em publicações sobre o método socrático maiêutico, que são prolíferas, facilmente puxadas para a academia e a sala de aula e até para as empresas, não aparece, como regra, a referência à *autocrítica*, apenas à crítica⁴, inclusive na entrada da *Wikipédia* (Socratic method, n.d.). O “pensamento crítico” virou moda, também na esfera empresarial e do empreendedorismo, indicando que o capitalismo é bem mais “esperto” do que todos nós juntos: ao declarar que prefere trabalhadores dotados de pensamento crítico, com certeza não espera que ele questione a empresa, o empresário e/ou o sistema produtivo, mas que tenha “boa cabeça” para cuidar ainda melhor da competitividade e da produtividade. Ironicamente, é esperado, ainda, que o trabalhador crítico saiba autorrenovar-se como uma virtude permanente, o que implica uma dose alta de autocrítica (Dintersmith, 2018; Wagner, 2012), reificada (mercantilizada) no exercício ocupacional.

Nessas peripécias nem sempre muito coerentes, é o caso de frisar a coerência da crítica autocrítica como uma das maiores qualidades epistemológicas da ciência aberta e ética, a ponto de transformar ciência em sabedoria da vida, para além de ser uma arma bélica. Com seu “desconfiômetro” ligado, a ciência é capaz não só de autorrenovar-se incansavelmente, revisando-se, desconstruindo-se humilde e efetivamente, como também de se repensar, refazer sua relevância sociocultural, em especial na relação, em geral muito duvidosa, com a prosperidade material, a economia e o mercado liberal, o colonialismo

⁴ Cf. Anne (2009); Bean (1996); Boylan (2009); Brookfield (1995, 2011); Carroll (2004); Copeland (2005); Darder, Baltodano e Torres (2009); Elder (2007); Frasca (2001); Halpern (2009); Hooks (2009); Jones (1999); Jones, Judge e McCreery (2009); Kanecki (2009); Kemp (2009); Landow (2006); McCreery (2010); Megill (2008); Mezirow (1990, 2000); Moon (2009); Moore (2008); Noddings (2006); Pearse e Walton (2011); Spiller (2002); Warnick (2002); Williams (2001).

eurocêntrico, a supremacia branca etc. Esse reconhecimento coloca em xeque a academia “deitada eternamente em berço esplêndido”, incapaz de desconstruir-se, reconstruir-se, repensar-se, autorrenovar-se. Fechar para balanço, algo que as empresas fazem todos os anos, deveria ser o “método socrático” da academia, que, de tempos em tempos, recolhe-se para morrer e ressuscitar, descer ao inferno e voltar para a vida. Porém, ao contrário disso, trata-se de uma das instituições mais retrógradas da atual sociedade, embora não se possa passar a régua, por ser extremamente complexa e longeva. As graduações caducaram, não só porque produzem “disciplinados” (corpos dóceis e cabeças fechadas), sendo isso ainda mais visível nos pedagogos e nos licenciados que vêm atuando nas escolas. Sem lhes atribuir culpa, eles têm sua parcela de responsabilidade pela baixíssima aprendizagem dos estudantes, que, no Ensino Médio da rede pública, pode chegar a 0% (Demo, 2020a; Todos pela Educação, 2020). A pós-graduação *lato sensu*, que é mera extensão de uma graduação inepta, não faz qualquer sentido atualmente, tanto que, na escola, apresentá-la só tem o efeito de melhorar o salário docente (algo que deveria ser bom), mas isso não se reflete na aprendizagem autoral do estudante (Todos pela Educação, 2020). A pós-graduação *stricto sensu*, que se mantém como uma das maiores marcas da academia, por cuidar da autoria do candidato em vez da transmissão de conteúdos, significa que, por um lado, a universidade sabe bem o que é aprender como autor, mas, por outro, hipocritamente, reserva tal primazia para sua elite docente. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na graduação, uma iniciativa reconhecidamente de grande mérito didático, é um evento esporádico e seletivo, embora, aprendendo com a experiência, fosse o caso de organizar a graduação na “maiêutica” do PIBIC (Calazans, 1999). Em termos da relação com o mercado de trabalho, os (de)formados são alinhados nas tropas de um exército ultrapassado, com exceção das melhores entidades (muito poucas), que conseguem postar-se à frente de seu tempo (Deresiewicz, 2014).

A universidade é vezeira em pretender **mudar sem se mudar**, um eterno “conto do vigário” proveniente de uma instituição “mofada” e “perdida”. Um dos charmes da ciência aberta é não “mofar”. Para isso, ela se sacode incansavelmente, apelando para uma autocrítica acerba, penetrante e efetiva, para poder ressuscitar das cinzas. Aqui, faço referência a um autor da hora, muito produtivo (talvez até demais, para os ciumentos de plantão), Cass Sunstein (n.d.), por ser um acadêmico muito “desencanado”, livre e solto, muito interdisciplinar (é cientista social de origem; foi professor em Chicago e, depois, de trabalhar com Barack Obama, é professor em Harvard), muito crítico e muito acolhedor. Entre suas muitas tiradas provocativas e contundentes temos a análise da “câmara de eco”, hoje provocada mais facilmente pela internet, que facilita (tecnologicamente) se fechar em nichos protegidos, para escutar apenas o que se deseja escutar, eliminando a necessidade de divergir (princípio fundante da *fake news* e da indústria da desinformação) (Disinformation, n.d.). Democracia exige oposição, divergência, bem como a ciência, que

só avança por conta daqueles que resolvem não aceitar o curso das coisas, as teorias vigentes, os comportamentos habituais, as patotas autoprotégidas – seus dissidentes são seus verdadeiros heróis (Sunstein, 2005, 2017a, 2017b), como foram os *hackers* divergentes os heróis da revolução digital (Isaacson, 2014). Enquanto Sunstein (2006) valoriza a “infotopia” (como muitas mentes produzem conhecimento), questiona a “república.com 2.0” (Sunstein, 2007), quando feita de visões uniformizadas extremistas incapazes de autoquestionarem-se (Sunstein, 2009). A sociedade prefere a uniformidade (socialização para dentro) (Sunstein, 2019a), o bom menino, a boa moça; mas a mudança vem do malcomportado (2019b), dos fanáticos da liberdade (Sunstein, 2016), tomando liberdade em sua monumental complexidade existencial (2019c). Informação demais desinforma (Sunstein, 2020a), mostrando-se fundamental a presença do Estado para gerir possíveis equilíbrios na arena do poder e do mercado (Sunstein, 2020b). É um fenômeno para que alguém possa produzir tanto e tão bem, pelo menos aos olhos de leitores, embora nem sempre de acadêmicos, acrescentando o toque importante da sensibilidade por questões e questionamentos do mundo atual. Cabe perguntar:

- Qual instituição é mais “câmara de eco”, clube fechado, patota autoprotégida, do que a universidade, sobretudo as universidades públicas (em especial as federais)?
- Que ciência se faz aí, onde o compadrio é comum, os conchavos a regra, a autodefesa o modo básico de se portar, impedindo a crítica, a divergência, a alternativa, que estariam na alma dessa “alma mater” sem alma?

Autoperpetuar-se é a condição básica, totalmente antievolucionária, antissocial, antidemocrática, incapaz de autorrenovar-se. Entende-se facilmente por que a instituição não aceita ser criticada, porque teme ruir. Mesmo que Cass Sunstein fosse apenas um “espalha-brasas” alucinado, querendo mais vender livro do que reconstruir a democracia aberta e inclusiva, mostra-se pertinente a incansável busca de autorrenovação que não existe mais em uma instituição que vive de mirar o próprio umbigo.

A ciência foi uma das invenções mais revolucionárias que a humanidade já propôs, mexeu com ela inteira em todos os seus segmentos (economia, religião, Estado, governos, educação, socialização, guerra, paz etc.), mas, talvez por sua origem eurocêntrica banhada em colonialismo supremacista, foi devidamente “amansada” – era uma leoa; agora é uma gatinha que só sobrevive sendo mimada e indolente. Cass Sunstein aponta saídas pertinentes, embora muito difíceis, como a divergência, o dissenso, o questionamento e mormente o autoquestionamento, que estão no centro da lide científica, quando tocada como procedimento de abertura, pesquisa livre, dúvida, divergência. A ciência é uma estratégia de desbravamento, desconstrução e reconstrução, sempre a caminho em uma rota sem fim, recomeçando todo dia, ao contrário do cemitério do ensino, que se limita a

transmitir conteúdos embalsamados. Quem estuda com Cass Sunstein precisa sacudir-se, reinventar-se, jogar ao mar o que fazia e encontrar outra praia. Enquanto isso, o sistema produtivo capitalista demanda um pensamento crítico, um aprender a aprender, mas não para incitar a divergência criativa do trabalhador, servindo para amansá-la e atrelá-la à produtividade e competitividade, do modo mais previsível e controlável possível (Scott, 2020). Tal tática insidiosa, porém, não foi inventada na empresa; ela vem da universidade.

Conclusão

Weinberg (1977) tem muitas tiradas contundentes, sendo uma das mais famosas e provocativas a seguinte: *quanto mais o universo parece compreensível, mais ele parece sem sentido* (Giberson & Artigas, 2007). Esse positivismo extremado afasta qualquer possibilidade da ciência virar alguma sabedoria da vida, porque o sentido da vida não entra no método. Podemos lamentar isso ou não, dependendo do olhar. Talvez seja mesmo mais ajuizado que a ciência fique fora disso, porque possivelmente só iria azedar ainda mais o já conturbado cenário da ética da vida. Mas é uma pena: uma de nossas melhores e maiores invenções tem mera utilidade prosaica. Ela serve para ir à Lua, construir aeronaves muito oportunas, erguer moradias confortáveis, mas não serve para elevar a alma. Weinberg (1977) não parece preocupado com isso, porque toma como natural que a ciência se aplica à realidade definida seletivamente em sua física. Ele disse muitas vezes, quando questionado, que, para fazer o bem, não é preciso religião nem um supervisor sobrenatural. É preciso uma ética mundana, compaixão, empatia, e isso a evolução oferece naturalmente.

No entanto, como podemos “ter um pé atrás” com a ciência que precisa de desconfiômetro para não de se meter em tudo, também podemos dizer isso das religiões: elas são terrivelmente ambíguas. Se aceitarmos que o sentido da vida é uma das questões que mais nos afligem e acabamos nunca a resolvendo, o silêncio da ciência é cúmplice: denota sua origem elitista, materialista, eurocêntrica, supremacista, acima de tudo uma arma de guerra. Dessa “objetividade/neutralidade” precisam os cientistas para usar a ciência para os fins trágicos, como foi a construção da bomba atômica que levou ao término da Segunda Guerra Mundial. Sempre podemos alegar que foi o jeito de acabar com essa guerra; os cientistas agiram bem, em especial porque chegaram antes dos nazistas. Mas seria o caso lamentar que precisemos disso, que a estratégia para evitar a guerra é fazê-la tão horrenda que não se pode recorrer a ela, pois acabaria com tudo. Tal perícia inaudita e escabrosa é um feito científico, tão sofisticado, quanto tresloucado.

É tempo de rever esse positivismo radical, porque ostensivamente desumano. Não é o caso de questionar apenas os excessos do método, mas o próprio método, como tentou a Escola de Frankfurt; que foi abandonada pela academia positivista ao se instalar definitivamente, em parte por meio das bênçãos do Círculo de Viena, normalizando a

metodologia como já indiscutível. Tudo o que se evita discutir é aquilo que mais devemos discutir. *Freud dixit*. Precisamos de outra universidade, de outro cientista. Um dos compromissos dessa outra ciência seria cuidar de sua validade relativa, porque ela é como a rosa: murcha logo; precisa ser replantada repetidamente. Saber viver bem com seus limites, sem perder o senso pelas utopias impossíveis que turbinam as possibilidades mais interessantes, é a expectativa de uma dinâmica que só se reaviva, quando questionada. E é tão influente (ou mais válida), quando relativiza sua validade. A força sem coerção do melhor argumento!

Referências bibliográficas

- Adorno, T., Habermas, J., & Popper, K. R. (1972). *Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie*. Berlin, Deutschland: Luchterhand.
- Althusser, L. (1971). *La revolución teórica de Marx*. México, DF: Siglo XXI.
- Althusser, L., & Balibar, E. (1970). *Para leer El Capital*. México, DF: Siglo XXI.
- Anne, T. (2009). *Critical reasoning: a practical introduction*. London, UK: T & F.
- Bacich, L., & Moran, J. (Orgs.). (2018). *Metodologias ativas para uma educação inovadora*. Porto Alegre, RS: Penso.
- Bean, J. C. (1996). *Engaging ideas: the professor's guide to integrating writing, critical thinking, and active learning in the classroom*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Bellah, R. N. (2011). *Religion in human evolution: from the Paleolithic to the axial age*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Blum, S. D. (2009). *My word! Plagiarism and college culture*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Boylan, M. (2009). *Critical inquiry*. Boulder, CO: Westview.
- Broad, W. J. & Wade, N. (1983). *Betrayers of the truth: fraud and deceit in the halls of sciences*. New York, NY: Simon and Schuster.
- Brookfield, S. D. (1995). *Becoming a critical reflective teacher*. London, UK: Jossey Bass.
- Brookfield, S. D. (2011). *Teaching for critical thinking: tools and techniques to help students question their assumptions*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Buonomano, D. (2011). *Brain bugs: how the brain's flaws shape our lives*. New York, NY: W. W. Norton & Co.
- Calazans, J. (Org.). (1999). *Iniciação científica: construindo o pensamento crítico*. São Paulo, SP: Cortez.
- Carroll, R. T. (2004). *Becoming a critical thinker: a guide for the new millennium*. New York, NY: Pearson Custom.

-
- Cass Sunstein. (n.d.). Recuperado de https://en.wikipedia.org/wiki/Cass_Sunstein
- Chevassus-au-Louis, N., & Elliott, N. (2019). *Fraud in the lab: the high stakes of scientific research*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Coelho, E. C. (1988). *A sinecura acadêmica: a ética universitária em questão*. Rio de Janeiro, RJ: Vértice.
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. (1988). Brasília, DF.
- Copeland, M. (2005). *Socratic circles: fostering critical and creative thinking in middle and high school*. Portland, OR: Stenhouse.
- C. P. Snow. (n.d.). Recuperado de https://en.wikipedia.org/wiki/C._P._Snow
- Cribb, J., & Sari, T. (2010). *Open science: sharing knowledge in the global century*. New York, NY: Cairo.
- Darder, A., Baltodano, M. P., & Torres, R. D. (Eds.). (2009). *The critical pedagogy reader*. London, UK: Routledge.
- Davies, P. (2019). *The demon in the machine*. London, UK: Penguin.
- Deacon, T. W. (2012). *Incomplete nature: how mind emerged from matter*. New York, NY: W. W. Norton & Co.
- Demo, P. (1995). *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo, SP: Atlas.
- Demo, P. (2001). *Pesquisa e informação qualitativa*. Campinas, SP: Papirus.
- Demo, P. (2002). Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo, SP: Atlas.
- Demo, P. (2007). *Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Demo, P. (2011a). *A força sem força do melhor argumento: ensaio sobre "novas epistemologias virtuais"*. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
- Demo, P. (2011b). *Forças e fraquezas do positivismo*. Recuperado de <https://drive.google.com/file/d/1YyW0J0xRWzJy3ty0WfqvkvIFyoKEtBd/view>
- Demo, P. (2012). *Ciência rebelde: para continuar aprendendo, cumpre desestruturar-se*. São Paulo, SP: Atlas.
- Demo, P. (2015). *Aprender como autor*. São Paulo, SP: GEN.
- Demo, P. (2016). *Politicidade da matemática*. Recuperado de https://docs.google.com/document/d/1yNscG9fM6B6FS5R1raWsF1f_dnl8lzNhUjjBuD2g-tl/pub
- Demo, P. (2018). *Atividades de aprendizagem: sair da mania do ensino para comprometer-se com a aprendizagem do estudante*. Recuperado de <https://drive.google.com/file/d/1FKskDCxNB422PVhrjDjD48S4cjsb77-/view>

-
- Demo, P. (2019). *Direitos humanos supremacistas à brasileira: de como fabricar cidadanias privilegiadas*. Recuperado de <https://drive.google.com/file/d/1q9IkToL5jPHSSfEXbJa8DAy8n-KWORjM/view>
- Demo, P. (2020a). *Educação devastada: um sistema de ensino caduco, fraudulento, injusto*. Recuperado de <https://pedrodemo.blogspot.com/2021/02/ensaio-620-educacao-devastada-um.html>
- Demo, P. (2020b). *Sucesso educacional em questão: supremacia asiática educacional contestada*. Recuperado de https://pedrodemo.blogspot.com/2020/08/ensaio-532-sucesso-educacional-em_25.html
- Demo, P. (2020c). *Marx não foi marxista*. Recuperado de <https://pedrodemo.blogspot.com/2020/12/ensaio-555-marx-nao-foi-marxista.html>
- Demo, P. (2020d). *Educação à deriva: à direita e à esquerda - instrucionismo como patrimônio nacional*. Recuperado de <https://pedrodemo.blogspot.com/2020/05/ensaio-512-educacao-deriva-direita-e.html>
- Deresiewicz, W. (2014). *Excellent sheep: the miseducation of the American elite & the way to a meaningful life*. New York, NY: Free Press.
- Diamond, J. (2005). *Collapse: how societies choose to fall or succeed*. New York, NY: Viking.
- Diamond, J. (2012). *The world until yesterday: what can we learn from traditional societies?* New York, NY: Penguin Books.
- Dintersmith, T. (2018). *What school could be: insights and inspiration from teachers across America*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Disinformation*. (n.d.). Recuperado de <https://en.wikipedia.org/wiki/Disinformation>
- Dupas, G. (2006). *O mito do progresso*. São Paulo, SP: Ed. UNESP.
- Dyson, F. (2006). *The scientist as rebel*. New York, NY: New York Review Books.
- Edelman, G. M., & Tononi, G. (2000). *A universe of consciousness: how matter becomes imagination*. New York, NY: Basic Books.
- Elder, L. (2007). *Critical thinking: tools for taking charge of your professional and personal life*. London, UK: Prentice Hall.
- Elias, N. (2000). *The civilizing process: sociogenetic and psychogenetic investigations*. Cambridge, MA: Blackwell.
- Feldman, N. (2020). *The Arab winter: a tragedy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Foerster, H., & Poerksen, B. (2008). *Wahrheit ist die Erfindung eines Lügners: Gespräche für Skeptiker*. Berlin, Deutschland: Carl-Auer-Systeme.
- Foucault, M. (1971). *A arqueologia do saber*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (2000). *A ordem do discurso*. São Paulo, SP: Loyola.

-
- Frasca, G. (2001). *Videogames of the oppressed: videogames as a means for critical thinking and debate*. Recuperado de <http://www.ludology.org/articles/thesis/FrascaThesisVideogames.pdf>
- Gelernter, D. (2016). *The tides of mind: uncovering the spectrum of consciousness*. New York, NY: Liveright.
- Giberson, K., & Artigas, M. (2007). *Oracles of science: celebrity scientists versus God and religion*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Haber, J. (2020). *Critical thinking*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Habermas, J. (1989). *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro.
- Hahn, H., Neurath, O., & Carnap, R. (2001). The scientific conception of the world: the Vienna circle. In F. Stadler, *The Vienna Circle: studies in the origins, development, and influence of logical empiricism* (pp. 334-339). Wien, Österreich: Universität Wien.
- Halpern, D. F. (2009). *Thought & knowledge: an introduction to critical thinking*. London, UK: Psychology.
- Harari, Y. N. (2015). *Sapiens: a brief history of humankind*. New York, NY: Harper Perennial
- Harari, Y. N. (2017). *Homo deus: a brief history of tomorrow*. New York, NY: Harper Perennial.
- Harari, Y. N. (2018). *21 lessons for the 21st century*. New York, NY: Spiegel and Grau.
- Hawking, S. W. (2006). *The Theory of Everything: the origin and fate of the universe*. Beverly Hills, CA: Phoenix.
- Hecht, J. M. (2003). *Doubt: a history – the great doubters, their legacy of innovation from Socrates and Jesus to Thomas Jefferson and Emily Dickinson*. New York, NY: Harper.
- Herculano-Houzel, S. (2016). *The human advantage: a new understanding of how our brain became remarkable*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Holton, G. (1996). *Einstein, history, and other passions. The rebellion against science at the end of the 20th century*. Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/154870412.pdf>
- Hooks, B. (2009). *Teaching critical thinking: practical wisdom*. London, UK: T & F.
- Horgan, J. (1997). *The end of science: facing the limits of knowledge in the twilight of the scientific age*. New York, NY: Broadway.
- Horgan, J. (2002). *A mente desconhecida: por que a ciência não consegue replicar, medicar e explicar o cérebro humano*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Hudson, M. (2019). *Extinction Rebellion's commuter and science critics are missing the point*. Recuperado de <https://theconversation.com/extinction-rebellions-commuter-and-science-critics-are-missing-the-point-125402>
- Hume, D. (2007). *An enquiry concerning human understanding: and other writings*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

-
- Isaacson, W. (2014). *The innovators: how a group of hackers, geniuses, and geeks created the digital revolution*. New York, NY: Simon & Schuster.
- Jones, S. (Ed.). (1999). *Doing internet research: critical issue and methods for examining the net*. Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Jones, P., Judge, B., & McCreery, E. (2009). *Critical thinking skills for education students*. New York, NY: Learning Matters.
- Kanecki, D. (2009). *Critical thinking and the philosophy of knowledge*. Whitmore, CA: Kaneck.
- Kauffman, S. A. (2019). *A world beyond physics: the emergence and evolution of life*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Kemp, G. (2009). *Critical thinking: a concise guide*. London, UK: T & F.
- King, S. J. (2020). *The Arab winter: democratic consolidation, civil war, and radical Islamists*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Klein, N. (2009). London No Logo. Picador. Harper Perennial
- Klein, N. (2010). *The shock doctrine: the rise of disaster capitalism*. New York, NY: Metropolitan.
- Klein, N. (2013). *Naomi Klein: how science is telling us all to revolt*. Recuperado de <https://www.newstatesman.com/2013/10/science-says-revolt>
- Koch, C. (2019). *The feeling of life itself: why consciousness is widespread but can't be computed*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Kuhn, T. S. (1975). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Kurzban, R. (2010). *Why everyone (else) is a hypocrite: evolution and the modular mind*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Landow, G. P. (2006). *Hypertext 3.0: critical theory and new media in an era of globalization*. Baltimore, MD: The John Hopkins University Press.
- Lang, J. M. (2013). *Cheating lessons*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Laszlo, E., Laszlo, A., Chopra, D., & Grof, S. (2016). *What is reality? The new map of cosmos, consciousness, and existence*. New York, NY: SelectBooks.
- Latour, B., & Woolgar, S. (2013). *Laboratory life: the construction of scientific facts*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Latour, B. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo, SP: Ed. UNESP.
- Latour, B. (2001). *A esperança de Pandora*. São Paulo, SP: EDUSC.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social: an introduction to Actor-Network Theory*. Oxford, UK: Oxford University Press.

-
- Latour, B. (2013). *An Inquiry into modes of existence: an anthropology of the moderns*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Latour, B. (2017). *Facing Gaia: eight lectures on the new climate regime*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Latour, B. (2018). *Down to earth: politics in the new climatic regime*. Cambridge, UK: Polity.
- Lents, N. (2018). *Human errors: a panorama of our glitches, from pointless bones to broken genes*. New York, NY: Weidenfeld & Nicolson.
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *How democracies die*. New York, NY: Broadway Books.
- Manovich, L. (2013). *Software takes command*. New York, NY: Bloomsbury.
- Marx, K. (1973a). *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa, Portugal: Estampa.
- Marx, K. (1973b). *The Grundrisse*. New York, NY: Peter Smith.
- Maturana, H. (2001). *Cognição, ciência e vida cotidiana*. , Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG.
- McCreery, E. (2010). *Critical thinking skills for education students*. London, UK: Learning Matters.
- McIntyre, L. (2019). *The scientific attitude: defending science from denial, fraud, and pseudoscience*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Megill, D. (2008). *The critical in critical thinking: an essay*. [n.l.]: eMegill.
- Mezirow, J. (1990). *Fostering critical reflection in adulthood: a guide to transformative and emancipatory learning*. New York, NY: Jossey-Bass.
- Mezirow, J. (2000). *Learning as transformation: critical perspectives on a theory in progress*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Monroe, K. R. (Ed.). (2005). *Perestroika! The raucous rebellion in political science*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Moon, J. (2009). *Critical thinking: an exploration of theory and practice*. London, UK: T & F.
- Moore, B. N. (2008). *Critical thinking*. London, UK: McGraw-Hill.
- Nagel, T. (2012). *Mind and cosmos: why the materialistic neo-Darwinian conception of nature is almost certainly false*. New York, NY: Audible Studios.
- Nielsen, M. (2012). *Reinventing discovery: the new era of networked science*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Noddings, N. (2006). *Critical lessons: what our schools should teach*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Pacchioni, G. (2018). *The overproduction of truth: passion, competition, and integrity in modern science*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Panek, R. (2011). *The 4 percent universe: dark matter, dark energy, and the race to discover the rest of reality*. Wilmington, DE: Mariner.

-
- Parker, L., & Welch, C. (2017). *3 things you need to know about the science rebellion against Trump*. Recuperado de <https://www.nationalgeographic.com/news/2017/01/scientists-march-on-washington-national-parks-twitter-war-climate-science-donald-trump/>
- Pearse, M., & Walton, K. M. (2011). *Teaching numeracy: 9 critical habits to ignite mathematical thinking*. Thousand Oaks, CA: Corwin.
- Pinker, S. (2011). *The better angels of our nature: why violence has declined*. New York, NY: Viking.
- Pinker, S. (2018). *Enlightenment now: the case for reason, science, humanism, and progress*. New York, NY: Viking.
- Poerksen, B. (2004). *The certainty of uncertainty: dialogues introducing constructivism*. London, UK: Imprint Academic.
- Popkewitz, T. S. (2001). *Lutando em defesa da alma: a política do ensino e a construção do professor*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Popper, K. R. (1959). *The logic of scientific discovery*. London, UK: Hutchinson.
- Popper, K. R. (1967). *El desarrollo del conocimiento científico: conjeturas y refutaciones*. Buenos Aires, Argentina: Paidós.
- Posner, R. A. (2007). *The little book of plagiarism*. New York, NY: Pantheon Books.
- Prashad, V. (2012). *Arab Spring, Libyan winter*. Oakland, CA: AK Press.
- Rescher, N. (1987) *Forbidden Knowledge and Other Essays on the Philosophy of Cognition*, D. Reidel, Dordrecht, Holland.
- Ripley, A. (2013). *The smartest kids in the world: and how they got that way*. New York, NY: Simon & Schuster.
- Rovelli, C. (2011). *The first scientist: Anaximander and his legacy*. Yardley, PA: Westholme.
- Rovelli, C. (2014). *Science is rebellion: knowledge relies on throwing out what we think*. Recuperado de <https://iai.tv/articles/science-is-rebellion-auid-455>
- Rushkoff, D. (2010). *Program or be programmed*. New York, NY: OR.
- Sahlberg, P. (2017). *FinishED leadership*. Thousand Oaks, CA: Corwin.
- Sandel, M. J. (2020). *The tyranny of merit: what's become of the common good?* New York, NY: Farrar, Strauss, and Giroux.
- Schmidt-Salomon, M. (2005). *“Ich weiss nur dies, dass ich kein Marxist bin...”: Karl Marx und die Marxismen – Aufklärung und Kritik*. Recuperado de <http://www.schmidt-salomon.de/marxismen.pdf>
- Scott, J. (2020). *Seeing like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Shattuck, R. (1996) *Forbidden Knowledge*, St. Martin's Press, New York.

-
- Shermer, M. (2018). *Heavens on Earth: the scientific search for the afterlife, immortality, and utopia*. New York, NY: Henry Holt & Co.
- Snow, C. P. (1959). *The two cultures and the scientific revolution*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Socratic method. (n.d.). Recuperado de https://en.wikipedia.org/wiki/Socratic_method
- Spengler, O. (1991). *The decline of the West*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Spiller, N. (Ed.). (2002). *Cyber reader: critical writings for the digital era*. London, UK: Phaidon.
- Sunstein, C. R. (2005). *Why societies need dissent*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Sunstein, C. R. (2006). *Infotopia: how many minds produce knowledge*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Sunstein, C. R. (2007). *Republic.com 2.0*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Sunstein, C. R. (2009). *Going to extremes: how like minds unite and divide*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Sunstein, C. R. (2016). *The world according to Star Wars*. New York, NY: Dey Street.
- Sunstein, C.R. (2017a). *#Republic: divided democracy in the age of social media*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Sunstein, C. R. (2017b). *Impeachment: a citizen's guide*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Sunstein, C. R. (2019a). *Conformity: the power of social influences*. New York, NY: New York University Press.
- Sunstein, C. R. (2019b). *How change happens*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Sunstein, C. R. (2019c). *On freedom*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Sunstein, C. R. (2020a). *Too much information: understanding what you don't know*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Sunstein, C. R. (2020b). *Law and Leviathan: redeeming the administrative State*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Tegmark, M. (2017). *Life 3.0: being human in the age of artificial intelligence*. New York, NY: Knopf.
- Terra. (2019). *Entenda a polêmica envolvendo Bolsonaro e o INPE. Dado sobre desmatamento da Amazônia provocou demissão de diretor*. Recuperado de <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/entenda-a-polemica-envolvendo-bolsonaro-e-o-inpe,f7e27aa4a276cd32e59978704d-2794194z00o4g1.html>
- Todos pela Educação. (2020). *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020*. Recuperado de <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/securepdfs/2020/10/Anuario-Brasileiro-Educacao-Basica-2020-web-outubro.pdf>

-
- Unger, R. M., & Smolin, L. (2014). *The singular universe and the reality of time: a proposal in natural philosophy*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Wagner, T. (2012). *Creating innovators: the making of young people who will change the world*. New York, NY: Scribner.
- Warnick, B. (2002). *Critical literacy in a digital era: technology, rhetoric, and the public interest*. London, UK: Lawrence Erlbaum.
- Weinberg, S. (1977). The search for unity: notes for a history of quantum field theory. *Daedalus*, 106(4), 17-35.
- Williams, M. (2001). *Problems of knowledge: a critical introduction to epistemology*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Wootton, D. (2015). *The invention of science: a new history of the scientific revolution*. New York, NY: HaperCollins.
- Zhao, Y. (2012). *World class learners: educating creative and entrepreneurial students*. Thousand Oaks, CA: Corwin.
- Zhao, Y. (2014). *Who is afraid of the big bad dragon: why China has the best (and the worst) education system in the world*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Zhao, Y. (2016). *Counting what counts: reframing education outcomes*. Bloomington, IN: Solution Tree.
- Zhao, Y. (2018). *What works may hurt: side effects in education*. New York NY: Teachers College Press.
- Zhao, Y., Emler, T. E., Snethen, A., & Yin, D. (2019). *An education crisis is a terrible thing to waste: how radical changes can spark student excitement and success*. New York NY: Teachers College Press.

Para citar este artigo

Norma A – ABNT

DEMO, P.; SILVA, R. A. Ciência crítica autocrítica: validade relativa que melhor vale, por enquanto... *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 11, n. 27, p. 07-40, 2021.

Norma B – APA

Demo, P., & Silva, R. A. (2021). Ciência crítica autocrítica: validade relativa que melhor vale, por enquanto... *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 11(27), 07-40.

Norma C – Vancouver

Demo P, Silva RA. Ciência crítica autocrítica: validade relativa que melhor vale, por enquanto... *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2021 [cited Ago 21, 2021];11(27): 07-40.

Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/5606>

Processos participativos na gestão pública municipal: o plano plurianual (2014-2017) de Macapá-AP¹

Alexandre Gomes Galindo

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC

Professor Adjunto da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

alexandregalindo@bol.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-7153-7185>

Resumo

Este artigo analisa a participação na gestão pública com um olhar específico sobre o processo participativo adotado na elaboração e execução do plano plurianual (PPA) de Macapá-AP para o quadriênio de 2014 a 2017. Três inquietações relativas à gestão proposta no período delimitado por nosso recorte da pesquisa (2013 a 2016) emergiram como elementos norteadores do estudo: a) De que modo as intencionalidades do processo participativo de gestão foram integradas ao planejamento da administração pública de Macapá após a criação do Estado do Amapá? b) De que modo o processo participativo de gestão integrou a ideologia, filosofia e plataforma da equipe de governo que assumiu a administração pública de Macapá nos anos de 2013 a 2016? e c) De que modo os membros da gestão pública municipal incorporaram o desenho participativo na estrutura da Prefeitura de Macapá e nas dinâmicas de elaboração e execução do plano plurianual para o quadriênio 2014-2017? Sob essa perspectiva, a obtenção de documentos oficiais da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores de Macapá e a realização de entrevistas com membros da gestão pública municipal foram os principais meios para a coleta de dados. Estes foram submetidos a técnicas de análise documental e de análise de conteúdo, com o propósito de resgatar os elementos vinculados aos processos de gestão da participação e os elementos que distinguiram o desenho participativo adotado pela gestão pública municipal que exerceu seu mandato no período delimitado por nosso recorte da pesquisa.

Palavras-chave democracia; democracia participativa; participação; participação social; participação popular.

1 Texto compilado com base no Capítulo 2 de Galindo (2017).

Participatory processes in municipal public management: the multi-year plan (2014-2017) of Macapá, Amapá, Brazil

Abstract

This article analyzes participation in public management with a specific look at the participatory process approach in the development and execution of the multi-year plan (plano plurianual [PPA]) of Macapá, Amapá, Brazil, for the quadrennium 2014-2017. Three concerns linked to the proposed management within the period of our research outline (2013-2016) have emerged as the study's guiding elements: a) How were the participatory management process's purposes connected to public administration planning in Macapá after the creation of the State of Amapá? b) How did the participatory management process connect the ideology, philosophy, and platform of the government team that took over the public administration in Macapá from 2013 to 2016? and c) How did the municipal public management members incorporate participatory design into the structure of the Macapá City Hall and into the development and execution dynamics of the multi-year plan for the quadrennium 2014-2017? From this perspective, obtaining official documents from the Macapá City Hall and City Council and conducting interviews with municipal public management members were the main data collection means. This data set has undergone documentary analysis and content analysis, aiming to gather the elements linked to participatory management processes and the elements that distinguished the participatory design used by the municipal public management that was in office within the period of our research outline.

Key words : democracy; participatory democracy; participation; social participation; popular participation.

Procesos participativos en la gestión pública municipal: el plan plurianual (2014-2017) de Macapá, Amapá, Brasil

Resumen

Este artículo analiza la participación en la gestión pública con una mirada específica al proceso participativo adoptado en la preparación y la ejecución del plan plurianual (plano plurianual [PPA]) de Macapá, Amapá, Brasil, para el cuatrienio 2014-2017. Tres inquietudes relacionadas con la gestión propuesta en el período delimitado por nuestra investigación (2013-2016) han emergido como elementos rectores del estudio: a) ¿Cómo se integraron las intenciones del proceso de gestión participativa en la planificación de la administración pública de Macapá luego de la creación del Estado de Amapá? b) ¿Cómo el proceso de gestión participativa integró la ideología, la filosofía, y la plataforma del equipo de gobierno que asumió la administración pública de Macapá de 2013 a 2016? y c) ¿Cómo los integrantes de la administración pública municipal incorporaron el diseño participativo en la estructura del Municipio de Macapá y en la dinámica de preparación y ejecución del plan plurianual para el cuatrienio 2014-2017? Desde esta perspectiva, la obtención de documentos oficiales de la Alcaldía y el Consejo del Ayuntamiento de Macapá y la realización de entrevistas con miembros de la gestión pública municipal fueron los principales medios de recolección de datos. Este conjunto de datos ha sido objeto de análisis documental y análisis de contenido, con el objetivo de recoger los elementos vinculados a los procesos de gestión participativa y los elementos que han distinguido el diseño participativo adoptado por la gestión pública municipal que estuvo en ejercicio en el período delimitado por nuestra investigación.

Palabras clave democracia; democracia participativa; participación; participación social; participación popular.

Processus participatifs dans la gestion publique municipale: le plan pluriannuel (2014-2017) de Macapá, Amapá, Brésil

Résumé

Cet article analyse la participation à la gestion publique avec un regard spécifique sur le processus participatif adopté dans la préparation et l'exécution du plan pluriannuel (plano plurianual [PPA]) de Macapá, Amapá, Brésil, pour le quadriennat 2014-2017. Trois préoccupations liées à la gestion proposée dans la période délimitée par notre recherche (2013-2016) ont émergé comme éléments directeurs de l'étude: a) Comment les intentions du processus de gestion participative ont-elles été intégrées dans la planification de l'administration publique à Macapá après la création de l'État d'Amapá? b) Comment le processus de gestion participative a-t-il intégré l'idéologie, la philosophie, et la plate-forme de l'équipe gouvernementale qui a assumé l'administration publique de Macapá de 2013 à 2016? et c) Comment les membres de l'administration publique municipale ont-ils intégré le design participatif dans la structure de la Mairie de Macapá et dans la dynamique d'élaboration et d'exécution du plan pluriannuel pour le quadriennat 2014-2017? Dans cette perspective, l'obtention de documents officiels de la Mairie et du Conseil Municipal de Macapá et la réalisation d'entretiens avec des membres de l'administration publique municipale ont été les principaux moyens de collecte de données. Cet ensemble de données a fait l'objet d'une analyse documentaire et d'une analyse de contenu, visant à rassembler les éléments liés aux processus de gestion participative et les éléments qui distinguaient le design participatif adopté par l'administration publique municipale qui a exercé son mandat dans la période délimitée par notre recherche.

Mots-clés démocratie; démocratie participative; participation; participation sociale; participation populaire.

Aspectos introdutórios

A descrição de dinâmicas vinculadas ao processo participativo de elaboração e execução do plano plurianual (PPA) de Macapá-AP para o quadriênio de 2014 a 2017 exige certa cautela daqueles que trilham o percurso reflexivo, à medida que continuidades e rupturas de gestão compartilham estreitas relações tanto com as trajetórias de formação política e ideológica de lideranças locais que assumiram postos na estrutura de poder da Prefeitura Municipal quanto com um contexto nacional caracterizado pela perspectiva democrática indutora de abertura de canais institucionalizados de participação social no desenvolvimento de políticas públicas.

Três questões relativas à proposta de gestão do período delimitado por nosso recorte de pesquisa (2013 a 2016) emergiram como elementos norteadores deste estudo:

1. De que modo as intencionalidades do processo participativo de gestão foram integradas ao planejamento da administração pública de Macapá após a criação do Estado do Amapá?
2. De que modo o processo participativo de gestão integrou a ideologia, filosofia e plataforma da equipe de governo que assumiu a administração pública de Macapá nos anos de 2013 a 2016?

3. De que modo os membros da gestão pública municipal incorporaram o desenho participativo na estrutura da Prefeitura de Macapá e nas dinâmicas de elaboração e execução do plano plurianual para o quadriênio 2014-2017?

Sob a perspectiva da abordagem empírica, relacionada à descrição do processo de elaboração do PPA de Macapá, a trajetória metodológica perpassou a análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas com representantes da Prefeitura de Macapá. A pesquisa documental envolveu esforços voltados à identificação, localização e obtenção de diversos documentos oficiais que integraram o *corpus* compreendido: a) pelos 5 últimos PPA do município; b) pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias anuais vinculadas ao PPA vigente; c) pelos relatórios de gestão da Prefeitura; d) pelas 4 mensagens do prefeito à Câmara Municipal apresentadas na abertura dos anos legislativos de 2013 a 2016; e e) pelo relatório do processo de elaboração do PPA de Macapá para o quadriênio de 2014 a 2017, contendo a metodologia, os dados registrados e as atas transcritas de todas as assembleias.

As narrativas dos representantes da Prefeitura foram lidas por meio das entrevistas realizadas com o prefeito, os secretários municipais, os técnicos e os servidores envolvidos nos processos de concepção metodológica, gestão, mobilização e sistematização, com o propósito de descortinar aspectos descritivos do desenho institucional implementado por tal experiência participativa.

Mediante esse esforço de pesquisa, apresenta-se a seguir uma leitura das intencionalidades declaradas de abertura de canais de diálogo com a sociedade e de gestão da participação nos processos de elaboração e execução do planejamento municipal dos governos eleitos após a criação do Estado do Amapá, bem como se analisa a trajetória de implantação da proposta de gestão ampliada do governo que assumiu a administração municipal nos anos de 2013 a 2016, implantando experiências participativas com variados modelos e denominações, a exemplo de “O Povo no Comando”, “Congresso do Povo” e “Prefeitura na sua Rua”, dentre outras.

Plano plurianual (2014-2017) de Macapá: uma experiência tucuju

O orçamento, cuja palavra deriva do termo náutico italiano *orzare*, pode ser considerado o mais importante instrumento de gestão dos recursos públicos, à medida que sua elaboração, considerada um exercício de poder, possibilita identificar previamente os recursos a disponibilizar e aplicar segundo as prioridades estabelecidas pelo governo, cujo uso pode variar da fixação das despesas a pagar em dado exercício à divulgação das ações planejadas do governo junto à sociedade (Pires & Motta, 2006).

O orçamento público, fruto de uma evolução histórica iniciada no século XIII, tem sido incorporado na administração das finanças públicas brasileira desde a vinda da Família Real, em 1808, e configura um poderoso instrumento de controle e uso dos recursos gerados pela sociedade, cujas características, avanços, limitações, e dilemas têm variado de acordo com as transformações do regime político, sendo refletidas nas cartas constitucionais e nas relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo diante das competências de elaboração, aprovação, implementação e controle (Cavalcante, 2007; Dallari, 1996; Longo, 1994; Paulo, 2010).

Atualmente, o Governo Federal e os estados e municípios brasileiros, seguindo a ordenação estabelecida pela Constituição da República Federativa do Brasil (CF, 1988), integram suas funções de planejamento no médio prazo, de orçamentação e de execução orçamentário-financeira por meio dos PPA, das leis de diretrizes orçamentárias (LDO) e das leis orçamentárias anuais (LOA) em ciclos que cumprem uma ritualística normativa caracterizada por: a) formulação do PPA pelo Poder Executivo; b) apreciação e adequação do PPA pelo Poder Legislativo; c) proposição de metas e prioridades anuais para a administração e sua política de alocação de recursos (LDO) pelo Poder Executivo; d) apreciação e adequação da LDO pelo Poder Legislativo; e) elaboração da proposta anual de orçamentos (LOA) pelo Poder Executivo; f) apreciação, adequação e autorização da LOA pelo Poder Legislativo; g) execução dos orçamentos aprovados; e h) avaliação da execução e julgamento das contas (Sanches, 1993).

As experiências participativas vinculadas aos ciclos de gestão orçamentária que implicam o desenvolvimento de PPA podem ser consideradas um fenômeno relativamente recente no Brasil. Oliveira (2013a, 2013b), ao destacar as experiências participativas no âmbito federal, discorre sobre o processo de aperfeiçoamento e integração dessas peças de planejamento desde o primeiro PPA, elaborado para o quadriênio 1991-1995, e afirma que só depois de 13 anos, no PPA do quadriênio 2004-2007, foram abertos canais de diálogo com a sociedade durante seu processo de elaboração, sendo considerado o primeiro PPA com participação social no planejamento federal brasileiro. Tal experiência envolveu 27 fóruns estaduais com entidades representativas da sociedade civil, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e os secretários estaduais de planejamento, em encontros regionais e nacionais.

Ainda no que se refere a esse processo, Simionatto (2004) destaca que a implementação dessa primeira experiência em nível federal possibilitou forte mobilização e conscientização da sociedade no que diz respeito aos diversos caminhos possíveis de intervenção na construção de um projeto democrático pautado na socialização da participação política e de sua riqueza socialmente produzida. Entretanto, também constatou frustrações sob a perspectiva do controle social da gestão pública e o fato de

que a construção de um projeto para o Brasil, pautado no aprofundamento das estruturas democráticas, apresentava frágeis sinais de continuidade.

O PPA subsequente (quadriênio 2008-2011) foi realizado com níveis mais tímidos de participação no âmbito de alguns conselhos setoriais de políticas públicas e a instituição de um grupo de trabalho formado por membros governamentais e não governamentais com a finalidade de elaborar a proposta de participação social no acompanhamento e na execução das peças de planejamento. Esse processo não conseguiu levar seu propósito a termo, de tal modo que não houve participação social no respectivo ciclo de gestão do PPA (Moroni, 2009; Oliveira, 2013a, 2013b).

Já o modelo de participação social do PPA para o quadriênio 2012-2015, como expõe Oliveira (2013a, 2013b), foi desenhado com base nas experiências anteriores, inicialmente com debates entre a quase totalidade dos conselhos setoriais e depois com a realização de um fórum interconselhos consultivos com representantes indicados de 33 conselhos setoriais e de 4 comissões nacionais de políticas públicas, envolvendo cerca de 300 conselheiros e 100 membros de movimentos sociais e entidades da sociedade civil de caráter nacional. Entretanto, enquanto por um lado os processos de elaboração dos últimos 3 PPA certamente contribuíram para a democratização da administração pública federal (incentivando a ação colaborativa entre Estado e sociedade civil), por outro, tais processos apresentaram limitações, gerando desafios a superar - o principal se refere à necessidade de ampliação do processo participativo para além das etapas iniciais de elaboração dos PPA, devendo ser estendido para todo o ciclo de gestão.

Os estudos sobre as experiências de implementação de processos participativos na elaboração de PPA nas esferas estaduais e municipais ainda são divulgados em menor número. Entretanto, no contexto de nosso estudo, vale citar as experiências relatadas por Pomponet (2012a, 2012b) e Reis, Pinheiro, Pereira e Vasconcelos (2013) sobre a elaboração do PPA do quadriênio 2008-2011 de Minas Gerais e da Bahia, respectivamente. Por mais que os desenhos institucionais tenham sido diferentes, os relatos apontaram perceptíveis avanços no estreitamento das relações entre Estado e sociedade civil no processo de construção democrática dos PPA e também obstáculos a superar, em especial no que diz respeito a: a) pequena disponibilização orçamentária para as regiões administrativas estabelecidas no PPA; b) incompatibilidade entre as bases territoriais estabelecidas na elaboração do PPA e as bases utilizadas por diversos órgãos do governo estadual; c) ausência de critérios uniformes de alocação de recursos e categorização de atividades; d) dificuldade de acesso à informação; e e) necessidade de aprimoramento de mecanismos de avaliação das políticas implementadas.

No âmbito municipal, o PPA guarda estreita relação com o plano diretor do município e é concebido como um produto dos processos sociopolíticos locais (Procopiuck, Machado, Rezende, & Bessa, 2007), no qual o atual paradigma participativo se propõe para além

do mero encontro entre um corpo técnico-burocrático, representantes políticos do Poder Executivo e do Poder Legislativo e representantes da sociedade civil em audiências públicas (De Avila & Allebrandt, 2014).

Ao resgatar a experiência institucional de elaboração e execução do PPA de Macapá, realizada em 2013, optou-se por trilhar um percurso metodológico que visou à integração de informações advindas de documentos vinculados ao processo de elaboração e implantação desse PPA, com as informações obtidas nas entrevistas semiestruturadas com representantes da Prefeitura que atuaram em diversas esferas de gestão. Para a elaboração do *corpus* deste estudo foram identificados, selecionados e obtidos documentos considerados relevantes (Quadro 1), além da transcrição das entrevistas gravadas em formulários específicos.

Quadro 1. Relação dos documentos que compuseram o *corpus* da pesquisa.

- PPA do Município de Macapá dos quadriênios 1998-2001; 2002-2005; 2006-2009; 2010-2013; 2014-2017.
- Mensagens dos prefeitos para a Câmara de Vereadores encaminhando os PPA dos quadriênios 1994-1997; 1998-2001; 2002-2005; 2006-2009; 2010-2013; 2014-2017.
- Programa de Governo e Mensagens à Câmara Municipal na abertura dos anos legislativos de 2013 até 2016.
- LDO e LOA do Município de Macapá dos anos 2014; 2015; 2016; 2017.
- Relatórios de Gestão da Prefeitura dos anos 2014; 2015; 2016.
- Relatório do processo de elaboração do PPA para o quadriênio 2014-2017, contendo metodologia, estrutura e registro da execução das atividades de elaboração do PPA (atas das assembleias com transcrição das falas, relação da composição das mesas de trabalho, relação de pessoas presentes, relação de demandas por assembleia etc.).
- Documentos relacionados à estruturação e implementação do Congresso do Povo, Comissões Populares de Fiscalização (COFIS) e Conselho Popular do Congresso do Povo (CONPOP) (Regimento Interno, pautas e atas de reuniões, planos de trabalhos, relatórios de atividade, *slides* de apresentações etc.).
- Atas e Pautas das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal nos anos legislativos de 2013, 2014, 2015, e 2016 (até 30 de junho de 2016) e outros documentos relativos à estrutura e ao funcionamento da Câmara Municipal.
- Documentos relacionados à estrutura e ao funcionamento da Prefeitura de Macapá (Lei Orgânica Municipal e documentos descritivos da Estrutura Organizacional da Prefeitura).

Legenda: PPA = plano plurianual; LDO = lei de diretrizes orçamentárias;

LOA = lei orçamentária anual.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O procedimento de leitura dos dados se baseou em uma abordagem sistemática de análise documental e de análise de conteúdo das narrativas, com o propósito de delinear os contornos institucionais que caracterizaram os processos de elaboração dos PPA em Macapá e os elementos vinculados à dinâmica de desenvolvimento do último PPA, sob a ótica dos representantes da administração municipal envolvidos. Nesse olhar, buscou-se analisar de que modo: a) o processo participativo integra a ideologia, filosofia e plataforma da equipe de governo; b) os membros do governo municipal incorporaram o processo participativo na estrutura da Prefeitura e na dinâmica de elaboração/implantação do PPA; e c) como se configuraram os principais avanços e desafios encontrados nesse processo de diálogo com a sociedade civil.

No horizonte temporal que nos foi permitido acessar, resgataram-se informações relativas aos 6 últimos PPA elaborados no município, cobrindo uma faixa de 23 anos de pretensões declaradas pelos respectivos prefeitos em exercício (Quadro 2).

Quadro 2. Relação dos planos plurianuais elaborados no Município de Macapá.

PPA	Prefeito	Partido	Quadriênio de vigência	Denominação do PPA
1	João Bosco Papaléo Paes*	PSDB	1994 até 1997	-----
2	Annibal Barcellos	PFL	1998 até 2001	-----
3	João Henrique Rodrigues Pimentel	PSB	2002 até 2005	Macapá Sustentável
4	João Henrique Rodrigues Pimentel	PT	2006 até 2009	Macapá para Tod@s
5	Antônio Roberto Rodrigues Góes da Silva	PDT	2010 até 2013	Macapá Forte
6	Clécio Luís Vilhena Vieira	PSol	2014 até 2017	O Povo no Comando

* Não foi possível obter o PPA do Prefeito João Bosco Papaléo Paes (apenas sua mensagem de encaminhamento do PPA à Câmara de Vereadores e o projeto de lei de aprovação do PPA).

Legenda: PSDB = Partido da Social Democracia Brasileira; PFL = Partido da Frente Liberal; PSB = Partido Socialista Brasileiro; PT = Partido dos Trabalhadores; PDT = Partido Democrático Trabalhista; PSol = Partido Socialismo e Liberdade.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com amparo na retrospectiva documental, constata-se que a gestão institucionalizada da participação social no desenvolvimento das políticas públicas em Macapá tem sua intencionalidade traduzida no planejamento das ações governamentais desde 2002, com a criação do programa Mobilização Social, e obteve contornos diferenciados a cada ciclo

de gestão, conforme os objetivos inerentes a cada programa (Quadro 3) e os recursos orçamentários destinados às suas respectivas execuções.

Quadro 3. Programas relacionados à gestão da participação social contidos nos planos plurianuais do Município de Macapá.

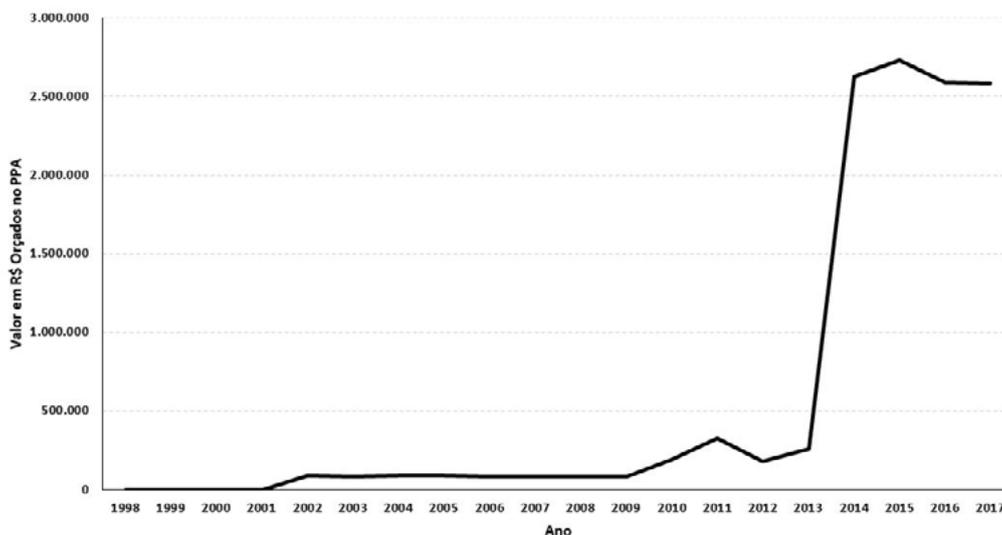
Programa	PPA	Objetivo do programa
1. Mobilização Social	2002-2005	Atender às entidades comunitárias, possibilitando-lhes a representatividade e a participação nas ações de assistência social por meio de um redimensionamento das relações entre gestão pública municipal e comunidade.
	2006-2009	Implementar e incentivar o desenvolvimento de ações comunitárias de organizações e ampliar a participação popular, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população por meio da formação e geração de emprego e renda.
	2010-2013 2014-2017	Combater a exclusão social e as desigualdades sociais a partir das organizações comunitárias representativas dos diversos segmentos sociais de Macapá.
2. Comunidade Forte	2010-2013	Promover ações de qualificação de agentes comunitários sociais, com o objetivo de implantação de projetos que visem a assistir melhor a comunidade.
3. Espaço da Cidadania	2010-2013	Desempenhar o papel de animador, mobilizador e articulador das ações sociais, servindo como elemento facilitador e incentivador de todas as iniciativas que visem à solução de problemas coletivos, promovendo mudanças efetivas dos hábitos e condições de vida, estimulando e induzindo a convivência comunitária, por meio de atividades e ações de fortalecimento de políticas públicas sociais.
4. Olho Vivo no Dinheiro Público	2014-2017	Promover e estimular a participação dos munícipes para a melhor aplicação dos recursos públicos.
5. Macapá Gestão e Cidadania	2014-2017	Fortalecer a gestão pública de forma eficiente e com efetividade; ampliar e qualificar a participação da sociedade na gestão da cidade, reforçando a cooperação interinstitucional, a transparência e controle social das iniciativas empreendidas pelo governo municipal.
6. Ouvidoria - Canal Aberto e Participação da População	2014-2017	Oferecer um canal de comunicação para servir de elo entre os cidadãos, os órgãos e os servidores municipais, além de fornecer informações, orientações, denúncias, sugestões e elogios.
7. Povo no Comando	2014-2017	Ser o principal instrumento da Prefeitura na construção de uma nova forma de governar e de uma nova cultura política, baseada na participação popular.

8. Inclusão, Cultura e Cidadania - Viver Cultura	2014-2017	Fortalecer a cultura popular do município por meio da realização de eventos, ações de capacitação dos agentes culturais e representantes dos segmentos para o fortalecimento do modelo de participação coletiva, baseado em conselhos e conferências. Qualificar os produtores para o desenvolvimento cultural de qualidade e autossustentáveis, a fim de agregar valor aos segmentos e ao desenvolvimento do empreendedorismo cultural.
---	-----------	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

Um fato que chama atenção diz respeito ao significativo aumento do número de programas governamentais vinculados à gestão institucionalizada da participação social e o expressivo aumento do volume de recursos disponibilizados para esses programas a partir de 2014 (Gráfico 1).

Gráfico 1. Total de recursos orçados no plano plurianual para programas relacionados à gestão institucionalizada da participação social na Prefeitura de Macapá de 1998 até 2017*.



* Valores em Reais (R\$) ajustados de 1º de janeiro de cada ano base até 1º de agosto de 2016 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sob uma perspectiva comparativa entre os ciclos de planejamento, esse fato aponta a significativa atenção à participação social no último PPA. O preceito participativo, como *slogan* adotado pelo referido governo, é refletido pelo montante de recursos alocados (equivalente a 6,4 vezes o valor de todos os PPA anteriores somados) e por um programa,

de mesmo nome, cujos recursos equivalem a 2,9 vezes o total alocado para o conjunto dos programas vinculados à gestão da participação no PPA anterior.

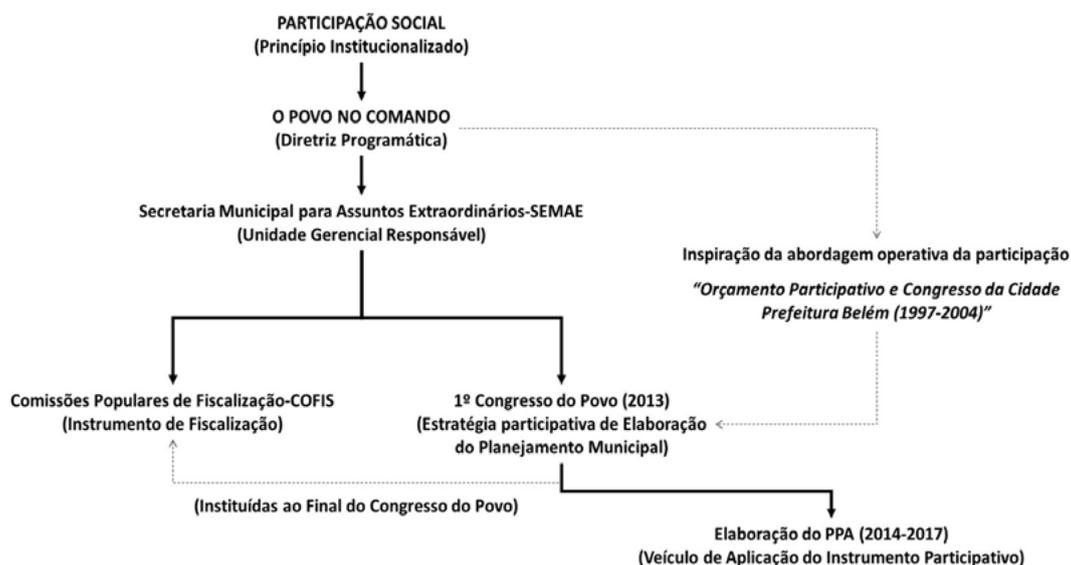
Vale destacar que se considerou apenas a intencionalidade declarada no início dos mandatos na Prefeitura de Macapá, utilizando como critério os recursos alocados no PPA em sua primeira versão. A análise da concretização dessas intencionalidades, refletidas na destinação e execução dos respectivos recursos, foge ao escopo deste estudo, mas é considerada uma importante pauta para futuras pesquisas, à medida que os ajustes orçamentários e financeiros são realizados com frequência, alterando os montantes das dotações e os valores empenhados, liquidados e pagos. Também se projeta a análise da concretização dessas intencionalidades, sob a ótica da execução operacional durante a vigência do PPA, para além do horizonte deste estudo - trata-se de assunto relevante para futuros estudos sob a perspectiva da eficiência no uso dos recursos públicos, da eficácia no alcance dos objetivos almejados e da efetividade nos impactos gerados.

Por mais que os desenhos institucionais assumidos pelas diversas práticas participativas sejam oriundos do tipo de interação entre sociedade civil e sociedade política (Avritzer, 2009), a iniciativa da abertura dos novos canais de diálogo entre a Prefeitura e a sociedade ocorreu a partir dos atores do governo recém-eleito, sob a condução do prefeito no exercício de seu mandato. Tal protagonismo propositivo, frequentemente observado e considerado um fator importante na realização de experiências dessa natureza (Rocha, 2011; Wampler, 2005), remeteu o prefeito e sua equipe de governo à centralidade no desenvolvimento das dinâmicas implementadas, influenciando significativamente a condução de todo o processo.

A ideia de “Povo no Comando” como diretriz programática, voltada a instrumentalizar a sociedade por meio de suas entidades representativas, visando a acompanhar e controlar as ações da Prefeitura e a aplicação dos recursos públicos, foi inspirada no Orçamento Participativo e do Congresso da Cidade, implementados em Belém-PA, nos anos de 1997 a 2004¹, e ajustada ao contexto macapaense por meio de um desenho institucional denominado “Congresso do Povo”, na qualidade de instrumento de participação. Nesse desenho foram dinamizadas as Assembleias Populares Consultivas; o Congresso Deliberativo; e as Comissões Populares de Fiscalização (COFIS) (Figura 1).

¹ Para um estudo mais aprofundado sobre a estrutura e dinâmica da experiência de participação conduzida pela Prefeitura de Belém, recomenda-se a leitura dos estudos de Barros (2012), Malato (2006), M. L. R. Martins (2000), Rodrigues e Novaes (2002) e Rodrigues, Novaes e Araújo (2002), que trilharam uma reconstituição e discussão dos processos de realização do Orçamento Participativo (durante os anos de 1997 a 2004) e da implementação do Congresso da Cidade (no período de 2001 até 2004) em Belém.

Figura 1. Configuração do processo institucionalizado de participação da Prefeitura de Macapá (Povo no Comando) em 2013.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Por mais que um número significativo de pessoas da administração municipal tenha se envolvido nas atividades, percebeu-se que a garantia da condução do processo decorreu da convergência e integração da vontade política de 5 atores que ocuparam funções-chave na estrutura interna de poder da Prefeitura. Esse conjunto de atores, denominado “Núcleo” neste estudo, subdivide-se em: a) Núcleo Estratégico-Gerencial (composto pelo Prefeito e pelo Secretário da Secretaria Municipal para Assuntos Extraordinários [SEMAE]); e b) Núcleo Gerencial-Operativo (composto pelo Secretário da Secretaria Municipal de Planejamento-SEMPPLA; por 1 dos técnicos de mobilização oriundos da experiência de Belém; e por 1 técnico responsável pela coordenação da equipe de sistematização). O restante dos atores, aqui denominados “Equipe Técnico-Operacional”, atuou na condução das atividades de mobilização da sociedade, organização da infraestrutura local, registro dos eventos e sistematização das informações geradas.

O município foi dividido em 2 zonas (Norte e Sul) e 17 áreas territoriais, que agrupavam localidades, bairros e distritos conforme sua proximidade geográfica e sua facilidade de acesso, sendo realizada uma Assembleia Popular em cada área territorial. Também houve uma Assembleia Popular específica, com o propósito de envolver integrantes da sociedade vinculados às temáticas Igualdade Racial, Mulheres, Negros, LGBT, Juventude, Empreendedorismo, Funcionalismo Público, Acessibilidade, Cultura, Esporte e Lazer. As assembleias foram estruturadas para permitir o diálogo direto entre os participantes, de

modo que se pudesse verificar as principais demandas e selecionar os representantes locais que iriam participar do Congresso Deliberativo, na proporção de um delegado representante para cada 10 participantes do evento.

As atividades realizadas nas assembleias geralmente tinham esta sequência: a) credenciamento dos participantes; b) composição da Mesa de Trabalho (prefeito, secretários municipais, técnicos da Prefeitura, agentes distritais e vereadores e outras autoridades presentes); c) abertura do evento com as falas dos integrantes da Mesa de Trabalho; d) abertura de espaço para o uso da palavra pelos integrantes da comunidade que quisessem se manifestar, sendo suas propostas enquadradas nos eixos de Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social, Gestão e Infraestrutura; e) uso da palavra pelo prefeito para fazer um apanhado das demandas apresentadas pela comunidade; f) eleição dos Delegados Representantes; e g) encerramento da assembleia. Na Assembleia Setorial, os participantes eram divididos em grupos de trabalho, com o propósito de elaborar propostas e indicar delegados representantes nas seguintes áreas: a) cultura; b) igualdade racial; c) servidor público; d) acessibilidade e mobilidade urbana; e) juventude; f) LGBT; g) mulheres; h) esporte e lazer; i) empreendedorismo e melhor idade.

Durante esse ciclo houve a participação do prefeito e da equipe técnica nos debates realizados, a presença registrada de vereadores em quase todas as assembleias e um número expressivo de integrantes da sociedade (Tabela 1). As propostas, em sua maioria, traduziam demandas circunscritas às áreas geográficas e, em vários casos, ao âmbito dos interesses individuais de moradores. Entretanto, como também observou Malato (2006), nos grupos temáticos da Assembleia Setorial havia propostas com maior abrangência.

Tabela 1. Quantidade de participantes, delegados eleitos, falas e propostas apresentadas nas Assembleias Populares Consultivas do 1º Congresso do Povo.

N	Assembleia popular	Presentes Vereadores	Presentes Sociedade	Delegados eleitos	Quantidade de falas	Quantidade de propostas
1ª	Área 1	4	427	43	22	24
2ª	Área 2	7	606	61	34	27
3ª	Área 14	3	325	32	16	16
4ª	Área 3	10	265	26	30	18
5ª	Área 5	4	212	21	15	4
6ª	Área 15	2	330	33	25	24
7ª	Área 7 e Área 8	4	511	51	22	29
8ª	Área 16	2	112	11	12	15
9ª	Área 10	2	318	32	30	13
10ª	Área 9	1	638	64	28	6
11ª	Área 4	3	656	66	57	15
12ª	Área 17	2	226	23	14	0
13ª	Área 13	2	266	27	30	22
14ª	Área 6	2	344	34	18	18
15ª	Área 12	7	630	63	28	27
16ª	Setorial	-	738	74	400	235**
17ª	Área 11	12	300	30	19	4
18ª	Área 18	2	92	9	16	8
TOTAL		19*	6.996	700	772	497

* Total extraído da relação nominal dos vereadores presentes citados nas atas das Assembleias Populares.

** Total extraído das informações registradas nos 10 grupos de trabalho da Assembleia Popular.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao término do ciclo de Assembleias Populares foram realizadas palestras de nivelamento, ministradas pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre processo e instrumentos de planejamento público para os delegados eleitos, com o propósito de prepará-los para as atividades deliberativas do Congresso do Povo. Os espaços deliberativos foram estruturados para acolher os delegados em 4 dias de atividades, onde houve a finalização das atividades dos grupos de trabalho e, em seguida, as propostas definidas como prioritárias foram agrupadas em um texto final e apresentadas para a aprovação em uma Assembleia Geral, composta por todos os delegados presentes.

Na etapa deliberativa do Congresso do Povo foram credenciados 458 delegados (equivalente a cerca de 65% dos 700 representantes indicados nas Assembleias Populares Consultivas) e 75 convidados presentes no evento, totalizando 533 participantes.

À medida que as deliberações ocorriam, por consenso ou votação, havia a real probabilidade de haver predominância de decisões fundamentadas no autointeresse, oriundas das assimetrias de poder geradas pela força que o conjunto de votos de segmentos sociais com maior número de delegados tinha para direcionar as aprovações em benefício próprio, como relatado nas experiências de Belém (Barros, 2012; Malato, 2006) e observado por Almeida e Cunha (2011). Com o propósito de mitigar os efeitos desses desequilíbrios, a equipe técnica da Prefeitura, além de atuar formalmente como coordenadora das atividades nos grupos de trabalho, e como moderadora dos debates e deliberações, atuou como intermediadora de conflitos nos embates sobre questões que se polemizavam ao observar a nítida assimetria de poder.

Ao término da Assembleia Final foi encerrado o 1º Congresso do Povo com a geração de um Documento Final contendo as 166 demandas prioritárias a incluir no PPA, e encaminhamentos práticos voltados à ampliação da natureza do “Povo no Comando”, visando a dar aos delegados dos bairros e distritos o poder de acesso, controle e fiscalização das atividades da Prefeitura por meio da criação das COFIS que atuariam no acompanhamento de obras e na fiscalização das Unidades de Saúde do município².

As demandas foram incorporadas à sistematização da peça técnica pela Secretaria Municipal de Planejamento e o PPA foi protocolado em setembro de 2013, na Câmara de Vereadores, que realizou uma Audiência Pública em novembro e aprovou-o em dezembro do mesmo ano.

Tanto os relatos dos representantes da Prefeitura quanto os documentos analisados sinalizam que diversas COFIS foram instituídas e geraram significativa quantidade de registros sobre o andamento das obras e serviços prestados durante o ano de 2013 e o primeiro semestre de 2014. Ressalta-se que a dinâmica de funcionamento das COFIS se caracterizava pela participação voluntária dos delegados sem nenhuma remuneração ou

2 Inspiradas nas Comissões de Acompanhamento e Fiscalização das Obras e Licitações (instrumento de controle social durante a gestão dos Orçamentos Participativos) instituídas em Belém em 1997 (Malato, 2006).

ajuda de custo por parte da Prefeitura. Cada delegado tinha autonomia para acompanhar as obras e os serviços prestados e comunicar suas impressões diretamente aos responsáveis pelos órgãos da Prefeitura ou nas reuniões convocadas para esse fim. Entretanto, percebeu-se que a dificuldade de executar integralmente a crescente demanda que era apresentada pelos delegados, somada à resistência de alguns gestores em atender os delegados, tornaram-se fatores limitantes.

Enquanto um vetor de participação institucional se configurava por meio da pressão de delegados na direção dos órgãos da Prefeitura, outro vetor de mesma natureza se fez gradativamente presente na direção inversa, por meio da implementação das “Caravanas do Povo no Comando” - que se caracterizaram como mutirões operacionais da Prefeitura, integrados pela SEMAE, com o propósito de realizar ações e serviços em conformidade com as secretarias que estavam à frente das demandas mais requisitadas pela população que morava em áreas de risco ou periféricas. Os serviços de terraplanagem e tapa-buraco nos bairros eram considerados os principais eixos direcionadores das caravanas, sendo complementados com atividades realizadas em conjunto com outras secretarias, por exemplo, o Programa Saúde em Casa pela Secretaria de Saúde e atividades de educação ambiental pela Secretaria de Meio Ambiente.

Percebendo as dificuldades operacionais para gerir diretamente as demandas provenientes de todos os delegados eleitos no 1º Congresso do Povo, a Prefeitura reconfigurou o desenho institucional do processo participativo na intenção de proporcionar aos respectivos delegados a possibilidade de autogestão e o estabelecimento de uma instância de interlocução com um número mais reduzido de delegados. Nesse contexto, a concepção do 2º Congresso do Povo se ancorou na apresentação do balanço das ações realizadas em 2013 e na transformação do Congresso do Povo em um instrumento público não estatal de gestão e participação popular composto por um conselho na qualidade de órgão de direção. Dessa forma, ocorreram várias reuniões preparatórias com os delegados eleitos e a equipe gestora da Prefeitura, de fevereiro a abril de 2014, solicitado-se aos representantes das secretarias e dos órgãos municipais que elaborassem os balanços sobre as ações que estavam previstas no PPA.

O 2º Congresso do Povo, realizado em maio de 2014 durante 5 dias com a participação de 533 pessoas, teve a apresentação do balanço geral e a prestações de contas setoriais das ações da Prefeitura, a apresentação do Regimento Interno do Congresso do Povo, a eleição dos membros do Conselho Popular do Congresso do Povo (CONPOP) e a aprovação de seu Regimento Interno.

A ambiência que caracterizou as atividades do 2º Congresso do Povo envolveu a preocupação, por parte dos gestores, de apresentar as metas que foram cumpridas e a previsão das ações para o ano de 2014. Sob a perspectiva dos delegados presentes, houve um conjunto de manifestações que aglutinou demonstrações de reconhecimento dos

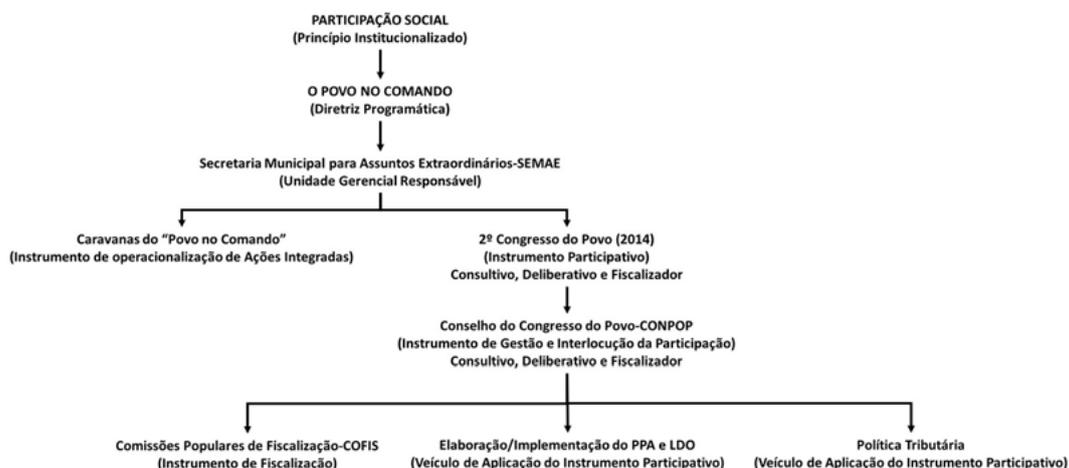
avanços obtidos, insatisfações diante da dificuldade de acesso às secretarias municipais e falta de recursos para custear as despesas dos delegados nas atividades de fiscalização, além das expectativas diante da configuração gerada com a instituição do novo conselho.

De acordo com o Regimento Interno, aprovado na plenária e assinado pelo prefeito, o CONPOP foi composto por 41 conselheiros com direito a voz e voto, eleitos entre os delegados presentes no Congresso do Povo, e por 37 conselheiros que seriam indicados pela Prefeitura com direito apenas a voz. A coordenação foi definida como bipartite, com 6 pessoas, sendo 3 delegados e 3 representantes da Prefeitura, sob a coordenação geral da SEMAE.

Dentre as atribuições do Congresso do Povo foram incorporadas as competências de: a) deliberar sobre os planos de investimento e de ação das atividades da Prefeitura; b) analisar, deliberar e coordenar os debates populares sobre o PPA e a LDO; e c) analisar, opinar e coordenar os debates populares sobre a política tributária do município. No que se refere ao CONPOP, como órgão diretor, foram incorporadas, em suas competências, as seguintes atribuições: a) coordenar todo o processo de atividades do Congresso do Povo; b) propor a Plenária Municipal do Congresso do Povo, a mudança total ou parcial do regimento; c) analisar, emitir parecer sobre o plano de obras e serviços da Prefeitura; d) acompanhar a execução orçamentária anual e fiscalizar o cumprimento do plano de investimento; e) receber, em tempo hábil, dos órgãos do governo - e ter acesso a - todos os documentos imprescindíveis à formação de opinião dos conselheiros e conselheiras, relativos ao orçamento público, e plano de ações; f) discutir e deliberar sobre o regimento interno das COFIS; g) elaborar os critérios técnicos e o estudo orçamentário e de viabilidade para recebimento de demandas das comunidades; e h) organizar a eleição de delegados e delegadas, e de conselheiros e conselheiras, inclusive para a recomposição do quadro de delegados e de conselheiros.

Com essa reestruturação do desenho institucional (Figura 2), o Povo no Comando assume uma nova configuração, tencionando direcionar a centralidade da gestão deliberativa para o CONPOP.

Figura 2. Configuração do processo institucionalizado de participação da Prefeitura de Macapá (Povo no Comando) em 2014.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Essa configuração representa o olhar sobre os dispositivos instituídos no Regimento Interno do Congresso do Povo e na prática das “Caravanas do Povo no Comando” instituídas pela Prefeitura. Entretanto, o direcionamento da gestão deliberativa para os delegados eleitos do CONPOP foi comprometido por alguns fatores estruturais, financeiros e de gestão.

Por mais que se busque evitar restringir a análise aos aspectos normativos, ao observar o conjunto desses fatores, deve-se dar atenção ao fato de que a complexidade inerente à gestão participativa reclama o estabelecimento de regras procedimentais (Nogueira, 2005), e que a forma como essas regras são configuradas influencia a dinâmica de funcionamento e as relações de poder de tal modo que podem tornar-se um fator impeditivo ou potencializador.

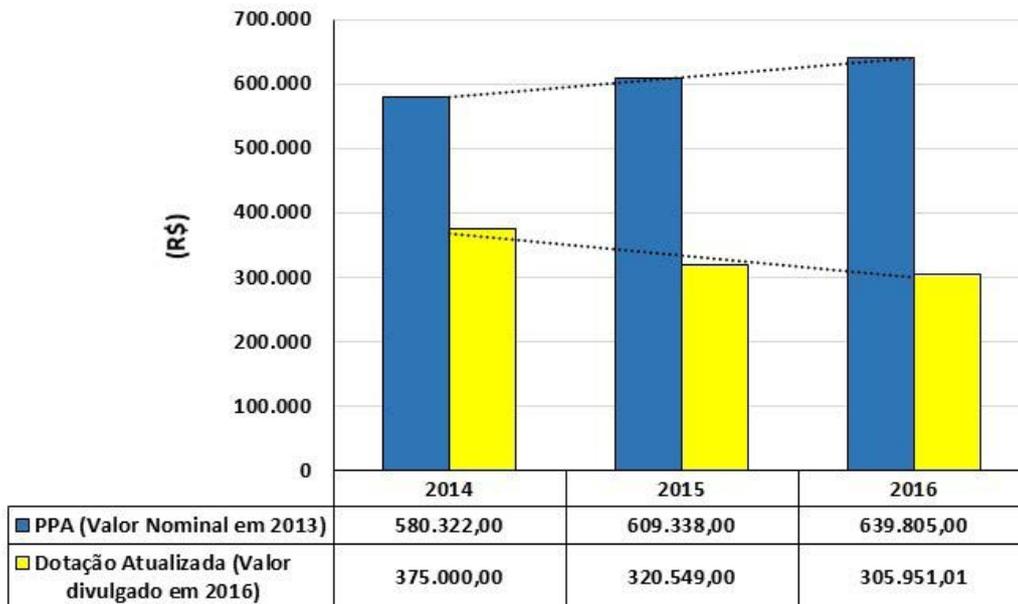
Sob a perspectiva estrutural, o fator limitante que se destaca diz respeito à obrigatoriedade da Coordenação Geral do CONPOP ser exercida pelo Secretário Municipal para Assuntos Extraordinários, mantendo-o diretamente vinculado à estrutura da Prefeitura e impedindo, regimentalmente, que o respectivo conselho seja liderado por delegados eleitos capazes de ter autonomia e celeridade na condução da coordenação geral das atividades e expedição de documentos diante das demandas provenientes da agenda programática assumida pelo Congresso do Povo.

Sob a perspectiva financeira, os efeitos da crise fiscal que começaram a surgir em 2014 geraram impactos na gestão municipal, dificultando a execução de diversos projetos e a conclusão de obras e serviços programados. Embora o prefeito tivesse anunciado à Câmara

de Vereadores, em sua mensagem de abertura do ano legislativo de 2014, que pretendia superar os desafios encontrados no primeiro ano de mandato e vivenciar um cenário de melhoria de investimentos, o que ocorreu, na prática, foi a implementação de medidas de mitigação diante da redução dos repasses constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios. Essa situação foi exposta em sua mensagem aos vereadores, na abertura do ano legislativo de 2015, anunciando que as novas medidas para enfrentar a crise seriam fundamentadas em uma política de governo que teria como prioridades a austeridade fiscal e a implantação de um plano de obras vinculadas à obtenção de transferências voluntárias federais (predominantemente de emendas parlamentares).

A implementação dessas medidas dificultou o aumento da canalização de investimentos na esfera da gestão da participação, à medida que cortes orçamentários foram realizados em vários programas. No caso do programa “Povo no Comando”, o contingenciamento foi crescente a cada ano e atingiu 46,25% do montante total estimado pelo PPA para os anos de 2014 a 2016, dificultando o pleito por aporte de recursos para impulsionar o funcionamento do CONPOP em suas demandas administrativas e de infraestrutura (Gráfico 2).

Gráfico 2. Valores da reprogramação orçamentária do programa Povo no Comando dos anos 2014 até 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Sob a perspectiva da gestão, foram 3 os fatores limitantes para o funcionamento do CONPOP. O primeiro diz respeito à não efetivação plena da indicação dos 37 representantes da Prefeitura que deveriam integrar o conselho. Nesse sentido, vale destacar que o relatório de atividades do CONPOP de 2014 até dezembro de 2015 registra apenas 1 reunião ordinária e uma reunião extraordinária dentre as 90 atividades realizadas. E, ao analisar os registros relacionados às respectivas reuniões, constata-se que nenhuma foi regularmente constituída, não havendo quórum qualificado conforme estabelece o Regimento Interno. Ao observar a natureza das atividades do CONPOP se percebe que sua atuação esteve mais voltada ao acompanhamento das ações da Prefeitura e à participação em eventos do que concentrada no estabelecimento de uma agenda de trabalho, envolvendo reuniões ordinárias e extraordinárias, com pautas relativas ao fortalecimento da autogestão (Tabela 2).

Tabela 2. Atividades do CONPOP em 2014 e 2015.

ATIVIDADES	Quantidade		(%)		Total	
	2014	2015	2014	2015	Geral	(%)
Reuniões ampliadas	1	4	5,56	5,56	5	5,56
Reuniões ordinárias	-	1	-	1,39	1	1,11
Reuniões extraordinárias	-	1	-	1,39	1	1,11
Participação em eventos	3	33	16,67	45,83	36	40,00
Presença em ações da Prefeitura	14	25	77,78	34,72	39	43,33
Outras atividades	-	8	-	11,11	8	8,89
Total	18	72	100	100	90	100

Fonte: Elaborada pelo autor.

O segundo fator, que surge como desdobramento do primeiro, refere-se à incapacidade do CONPOP assumir a centralidade na condução do processo de regulação das COFIS que foram concebidas desde o 1º Congresso do Povo. As COFIS atuavam de maneira descentralizada, com pautas difusas e sem mecanismos de integração e compartilhamento de informações com o CONPOP. Sem garantir essa centralidade, o CONPOP se tornou uma instância sem vínculo com as COFIS e sem participação em seus processos de criação.

O terceiro fator se refere àquilo que se pode denominar “limbo gerencial”, à medida que a coordenação bipartite de 6 pessoas (sendo 3 conselheiros eleitos e 3 conselheiros membros do governo municipal fixados regimentalmente) não conseguiu funcionar. A despeito dos esforços de alguns conselheiros para manter ativos os processos gerenciais, não houve, nos documentos disponibilizados pelo CONPOP, nenhum registro de reunião conjunta entre os 6 membros da coordenação para conduzir os trabalhos de gestão desse conselho.

Como já mencionado, a diminuição da capacidade própria de investimento municipal, que ocorreu a partir de 2014 e agravou-se em 2015, provocou dificuldades na entrega de diversas obras e serviços predefinidos nos prazos previstos, gerando consequente aumento

da pressão da sociedade sobre os órgãos da Prefeitura e perceptível redução de seus níveis de envolvimento nos canais de diálogo que eram abertos.

Nesse período, as “Caravanas do Povo no Comando” vinham cada vez mais assumindo um papel relevante como instrumento frequentemente utilizado pela Prefeitura para a realização de pequenos serviços generalizados em várias localidades do município, com um custo acessível e significativo grau de diálogo e negociação com os moradores e as lideranças locais.

Percebendo a redução dos níveis de participação, o aumento da pressão social sobre a estrutura da Prefeitura e os resultados obtidos pelas “Caravanas do Povo no Comando”, a Prefeitura voltou seus esforços para reconfigurar novamente o desenho institucional do processo participativo, com a intenção de enfrentar os efeitos da crise fiscal sem perder sua capacidade de prestar serviços públicos com uso de canais de diálogo com a sociedade.

Conseqüentemente, a partir de 2015, a concepção que caracterizava a marca central do governo (O Povo no Comando) foi redefinida, havendo uma perceptível alteração no vetor de relação que era desejado no início da gestão (a sociedade assumindo o protagonismo no estabelecimento direto das prioridades e controlando/fiscalizando as ações da Prefeitura). Embora o preceito da participação ainda marcasse a lógica da relação entre Prefeitura e sociedade, a direção e natureza desse fluxo sofreu uma inversão à medida que a Prefeitura assumiu explicitamente a responsabilidade de definir as ações que seriam prioritárias diante da incapacidade de atender a todas as demandas.

Essa transformação foi marcada pela implementação, em junho de 2015, de uma estratégia de gestão voltada a colocar a Prefeitura mais próxima da população por meio da realização difusa de serviços em menor escala de recuperação e revitalização de espaços públicos, denominada “Prefeitura na sua Rua”³, cuja coordenação dos trabalhos relativos à sua operacionalização foi assumida pela Secretaria Especial de Coordenação das Subprefeituras (SECSUB).

Dessa forma, a lógica fundante da principal diretriz participativa de governo, a partir desse momento, também se pragmatizou assumidamente no atendimento de demandas difusas para além das prioridades advindas dos fóruns deliberativos instituídos antes. Inclusive, pode-se afirmar que o preceito subjacente aos princípios de gestão do Povo no Comando (traduzido como “O Povo decide, a Prefeitura faz!”) foi substituído por uma lógica de gestão pretendida pela “Prefeitura na sua Rua”, capaz de ser assim traduzida: “A Prefeitura vai para a sociedade, negocia o que pode ser feito, e faz!”.

A operacionalização da “Prefeitura na sua Rua” se caracterizou por reuniões semanais de gestão conjunta, coordenação de ações integradas entre os órgãos da Prefeitura e apoio

3 Estratégia comunicada pelo prefeito à Câmara Municipal em sua mensagem aos vereadores na abertura do ano legislativo de 2016.

operacional nos processos de levantamento de demandas, mobilização social, negociação de prioridades e realização de eventos, inclusive o Congresso do Povo.

As reuniões, que já ocorriam desde janeiro de 2015, sob a denominação Povo no Comando, envolviam os responsáveis e os técnicos dos vários órgãos da Prefeitura para estabelecer nivelamentos de informação e deliberações sobre a execução dos serviços integrados que deveriam ocorrer em conformidade com a agenda do município definida pelos secretários e pelo prefeito. As ações que integravam as pautas das reuniões incluíam: a) levantamento de serviços necessários nos bairros; b) execução de obras/serviços/eventos; c) lançamento/inauguração/entrega de obras; e d) realização de mutirões (também denominados “caravanas”) em bairros, distritos e localidades. Com base nas listas de frequência de 33 reuniões realizadas até fevereiro de 2016 foi possível identificar o envolvimento de 29 órgãos municipais, com uma média de 16 pessoas por reunião, com significativa participação da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana (SEMOB) e da Secretaria Municipal de Manutenção Urbanística (SEMUR).

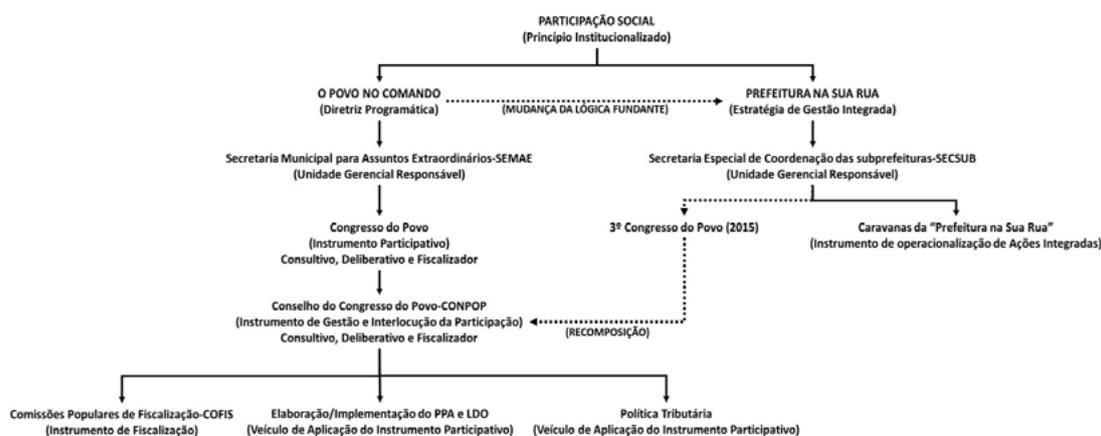
Nesse contexto, sob a coordenação exclusiva da Prefeitura, a concepção e realização do 3º Congresso do Povo se direcionou principalmente à apresentação das prestações de contas das ações até 2015 e à reestruturação do CONPOP, com a participação de 217 pessoas em 2 dias de trabalho.

O processo de prestação de contas foi desenvolvido por meio de rodadas de exposição dos responsáveis pelos setores da administração municipal e posterior abertura para que os delegados presentes se manifestassem. Nessa etapa, as manifestações gravitaram principalmente em torno de reivindicações sobre demandas locais, de relatos sobre dificuldade de acesso aos órgãos da Prefeitura e não obediência à ordem de prioridades estabelecida de atendimento aos bairros. Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de que as intervenções não foram agregadas à capacidade deliberativa sobre os assuntos em questão. A abordagem foi predominantemente informativa, mesmo que os representantes da Prefeitura dialogassem com os participantes, anotassem as demandas e os orientassem sobre os procedimentos a adotar.

No processo de reestruturação do CONPOP, como exposto pelos integrantes da mesa de trabalho, as 13 vagas existentes seriam preenchidas pelos delegados presentes que se candidatassem e fossem eleitos pela plenária. Antes da reestruturação do CONPOP houve a apresentação da programação prevista para o funcionamento do Congresso do Povo, para o ano de 2016, e abertura de espaço para debate com a plenária. Dentre as intervenções dos participantes houve manifestações relativas à: a) falta de envolvimento por parte de vários conselheiros; b) necessidade do apoio da Prefeitura para ajudar a cobrir custos dos trabalhos desenvolvidos pelos delegados; e c) não observância dos dispositivos do Regimento Interno na condução das atividades.

Com esse reordenamento, o desenho institucional da participação assumiu nova configuração, marcada pela mudança da lógica de relacionamento da Prefeitura com a sociedade (por meio da Prefeitura na sua Rua) e por um dilema estrutural provocado pela coordenação e desenvolvimento das atividades do Congresso do Povo pela Prefeitura fora dos dispositivos estabelecidos por seu Regimento Interno (Figura 3).

Figura 3. Configuração do processo institucionalizado de participação da Prefeitura de Macapá (Povo no Comando/Prefeitura na sua Rua) em 2015.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Este estudo não enfocou a realização de uma análise da execução operacional e financeira dos programas de gestão da participação que foram estabelecidos no PPA. Entretanto, faz-se oportuno tecer um breve comentário sobre alguns elementos resgatados: a) dos registros documentais; e b) das narrativas dos representantes da Prefeitura e sob a ótica das variáveis relacionadas à institucionalização, democratização e representatividade de instituições participativas.

A Secretaria Municipal de Planejamento procedeu, regularmente, ao monitoramento de várias ações da Prefeitura, por meio de diversas consultas periódicas junto aos seus órgãos internos, e elaborou relatórios e balanços de gestão. Com base nos documentos disponibilizados constatou-se que, até o início do segundo semestre de 2016, cerca de 48% das demandas priorizadas no 1º Congresso do Povo, e incluídas no corpo do PPA, foram executadas de acordo com as informações oriundas dos diversos órgãos. Os principais fatores limitantes ao atendimento pleno das demandas dizem respeito: a) à falta de recursos financeiros; b) ao tempo de tramitação dos projetos; e c) à competência institucional de execução das demandas (tabelas 3 e 4). Vale destacar que, até o momento em que os dados eram analisados, algumas demandas ainda vinham sendo atendidas, com a possibilidade de serem executadas até o final do respectivo mandato.

Tabela 3. Demandas do 1º Congresso do Povo executadas até o início do segundo semestre de 2016.

Eixo	Tema	Total de demandas	Execução			
			Quantidade		(%)	
			Sim	Não	Sim	Não
Desenvolvimento da Gestão e Humano	Gestão e Controle social	10*	6	4	60	40
	Saneamento	10	6	4	60	40
	Política Ambiental	11	4	7	36,36	63,64
Desenvolvimento da Infraestrutura	Iluminação Pública	3	-	3	-	100
	Transporte e Trânsito	21	11	10	52,38	47,62
	Trabalho e Renda	16	8	8	50	50
	Habitação	7*	1	4	---	---
	Educação	10	8	2	80	20
Desenvolvimento Social	Esporte e Lazer	12	5	7	41,67	58,33
	Cultura	15	5	10	33,33	66,67
	Turismo	7	1	6	14,29	85,71
	Segurança Pública	4	4	-	100	-
	Saúde	25	16	9	64	36
	Assistência Social	19	5	14	26,32	73,68
	TOTAL	167*	80	87	47,9	52,1

* Uma das demandas foi desdobrada para execução por dois órgãos municipais.

** Não constava no balanço o resultado informado de duas demandas pelo órgão responsável.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 4. Fatores limitantes na execução das demandas do 1º Congresso do Povo relatados pelos órgãos da Prefeitura.

Fator limitante	Quantidade	(%)	(%) acumulada
1 Falta de recursos financeiros	47	46,53	46,53
2 Plano/projeto em fase de preparação*	25	24,75	71,29
3 Serviço executado por outra entidade**	8	7,921	79,21
4 Plano/projeto/lei não elaborado(a)	5	4,95	84,16
5 Falta de contratação de profissionais especializados	4	3,96	88,12
6 Execução ainda não concluída	3	2,97	91,09
7 Outros***	9	8,911	100
TOTAL	101	100	---

* Plano/projeto em negociação, estudo de viabilidade, elaboração, licitação.

** Via concessão; Estado ou Governo Federal.

*** Dificuldade de articulação com outros órgãos; Falta de aquisição de equipamentos; Não houve reforma administrativa; Falta de logística e terreno próprio; Falta de demanda para capacitação.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Sob a ótica dos representantes da Prefeitura, os principais avanços relativos ao processo participativo de elaboração e execução do PPA dizem respeito: a) à escala de mobilização social; b) ao alinhamento das ações da administração municipal com as demandas locais; c) ao empoderamento por parte da população no estabelecimento de pautas na agenda de planejamento; e d) ao aprendizado ocorrido. Como já observado por Barreira (2012), Bezerra (2012) e Heredia (2012), os relatos sinalizaram que a participação assumiu um papel educativo quanto: a) ao exercício da cidadania; b) ao processo de estabelecimento de novos laços geradores de mudança nas estruturas das relações de poder; e c) à capacidade de promover capital simbólico potencialmente capaz de gerar novas formas de reconhecimento social e político. Entretanto, as narrativas apontaram que essa aprendizagem está vinculada tanto às experiências adquiridas pela população (conhecimento sobre as características do planejamento público e aperfeiçoamento dos processos de negociação de interesses) quanto à própria equipe de servidores da Prefeitura (desenvolvimento de novas práticas de gestão e aperfeiçoamento dos processos de relacionamento e negociação com a sociedade).

No que diz respeito aos principais problemas identificados pelos entrevistados, destacaram-se alguns relatos acerca da estrutura administrativa e dos processos de elaboração e execução do PPA. Quanto ao aspecto estrutural, a falta de uma reforma administrativa alinhada à filosofia de governo almejada no início da gestão se mostrou um fator limitante, à medida que a Prefeitura continuou mantendo uma configuração estrutural hierárquica-funcional e predominantemente piramidal que dificulta a formalização e execução de ações transversais e integradas⁴. Esse efeito foi percebido pelos gestores após se ter aproveitado apenas a estrutura já existente e adaptado as propostas integradoras da diretriz participativa em secretarias municipais isoladas que não tinham, por natureza regulatória, as atribuições necessárias.

As principais dificuldades apontadas na elaboração do PPA gravitaram em torno: a) da resistência de alguns membros da própria equipe da Prefeitura para se integrarem mais profundamente nas dinâmicas participativas; b) do descrédito inicial, de parte da sociedade, com a classe política; e c) da reduzida equipe técnica da Prefeitura para processar, traduzir e sistematizar todas as informações geradas. No que diz respeito à execução do PPA, os entrevistados apontaram principalmente as dificuldades provenientes da crise fiscal, provocando atrasos no atendimento das demandas por falta de recursos, e as dificuldades decorrentes do acompanhamento das ações e do pleno acesso dos delegados aos vários setores da Prefeitura.

⁴ Para uma análise introdutória dos efeitos da modelagem organizacional no funcionamento das instituições públicas e da influência da estrutura organizacional nos processos de oferta de serviços do setor público para a sociedade, recomenda-se a leitura de Capuano (2008), Inojosa (1998), H. F. Martins (2004) e P. E. M. Martins, Imasato e Pieranti (2009).

Sob a perspectiva da análise dos desenhos participativos proposta por Faria e Ribeiro (2010, 2011), entende-se que as variáveis que englobam as dimensões da institucionalização, democratização e representatividade podem ser observadas no Congresso do Povo, nas COFIS e no CONPOP.

Ao analisar as respectivas variáveis envolvendo tempo de existência, regimento interno, estrutura organizacional, funcionamento das reuniões, proporcionalidades representativas, gestão de pauta, processo decisório e critérios de acesso (Quadro 4), constata-se que as três instituições participativas enfocadas se apresentam como experiências novas e exitosas quanto à incorporação da sociedade civil na fase inicial de elaboração do PPA e da criação de uma ambiência capaz de proporcionar empoderamentos e aprendizados capazes de gerar mudança no início do processo. Entretanto, os desenhos institucionais implementados denotaram fragilidades nas etapas de execução e controle do PPA, especialmente no que se refere: a) à não regulação do funcionamento das COFIS; b) ao não funcionamento regimental do Conselho Popular; e 3) à forte centralização da Prefeitura no controle do funcionamento do Congresso do Povo, restringindo sua respectiva autonomia e autogestão.

Quadro 4. Variáveis relacionadas ao desenho institucional do processo participativo em Macapá - Congresso do Povo, COFIS e CONPOP.

Variáveis		Congresso do Povo	COFIS	CONPOP
Grau de Institucionalização	Tempo de existência	- 2013.	- 2013.	- 2014.
	Ano de criação do RI	- Não havia Regimento Interno.	- Não há*.	- 2014.
	Existência de estruturas organizacionais	- Plenária Municipal. - CONPOP. - Plenárias de Delegados. - Plenárias Setoriais.	- Não há.	- Coordenação Bipartite (3 delegados eleitos e 3 representantes da Prefeitura). - Coordenação Geral exercida pelo Secretário da SEMAE (Regimento)**.
	Frequência de reuniões obrigatórias	- Plenárias: Anuais. - CONPOP: Não definido.	- Não há.	- Não há.

Grau de Democratização	Número de distribuição entre segmentos do governo e sociedade civil	- Plenárias: Só sociedade civil. - CONPOP: 41 delegados eleitos e 37 representantes da Prefeitura.	- Não há.	- 41 delegados eleitos e 37 representantes da Prefeitura.
	Critérios sobre o processo decisório (regras de votação e prerrogativas da presidência)	- Não há.	- Não há.	- Não há.
	Quem elabora a pauta e sob quais critérios	- Coordenação do CONPOP. - Não há critério definido de elaboração de pauta.	- Não há.	- Coordenação do CONPOP. - Não há critério definido de elaboração de pauta.
	Critérios para alteração da pauta.	- Não há.	- Não há.	- Não há.
	Critérios sobre quem pode propor alteração no RI	- Não há.	- Não há.	- Não há.
Grau de Representatividade	Definição prévia de categorias nas entidades que podem demandar representação	- Não há.	- Não há.	- Não há representação de entidades para além dos 37 representantes da Prefeitura.
	Número de cadeiras destinadas a cada segmento	- Não há.	- Não há.	- Não há.
	Formas pelas quais essas definições ocorrem	- Não há.	- Não há.	- Não há.
	Regras sobre como os representantes da sociedade civil se tornam conselheiros	- Não há.	---	- Votação por meio de critérios de proporcionalidade.
	Regras sobre como os representantes do governo se tornam conselheiros	- Indicação do prefeito.	---	- Indicação do prefeito.

* Compete ao CONPOP discutir e deliberar sobre o Regimento Interno das COFIS.

** Mesmo sem alteração regimental, a Coordenação Geral das atividades do CONPOP, a partir de 2015, tem sido realizada pela Secretaria Especial de Coordenação das Subprefeituras (SECSUB).

Fonte: Elaborado pelo autor.

A proposta do Congresso do Povo e de seu Conselho Diretor (CONPOP), como instrumentos públicos de gestão e participação social fomentados pela Prefeitura, apresenta características que indicam ainda haver um caminho a ser percorrido para além de uma configuração regulatória que a torna vulnerável, pois, como já observado por Gohn (2011) e Barreira (2012), em municípios sem tradição organizativo-associativa, os conselhos tendem: a) a se tornar instrumentos nas mãos dos gestores, não atendendo aos objetivos de controle e fiscalização; ou b) a se transformar em meros “conselhos no papel”.

Considerações gerais

Tendo-se trilhado o percurso demarcado pelos PPA de Macapá, com especial atenção aos processos de elaboração e execução do PPA para o quadriênio 2014-2017, convém tecer alguns comentários que podem ser compreendidos como traços característicos da incorporação de dinâmicas participativas na cultura de planejamento e gestão do município.

A primeira consideração diz respeito ao fato de que a intencionalidade declarada de promover a participação social na gestão de Macapá integra os registros vinculados aos processos de planejamento plurianual desde os primeiros governos municipais eleitos. Entretanto, essa intencionalidade declarada só se mostra traduzida em programas governamentais com dotação orçamentária para a gestão institucionalizada da participação no ano de 2002, com a criação do programa Mobilização Social vigente até o momento em que este estudo estava sendo realizado.

A segunda consideração aponta o fato de que o primeiro processo registrado de elaboração participativa de um PPA em Macapá foi executado no ano de 2009, sendo caracterizado por uma experiência de caráter eminentemente consultivo, incorporando três programas de gestão da participação social com previsão de dotações orçamentárias. Nessa experiência, a participação se centrou na representatividade de entidades da sociedade civil organizada, com um reduzido número de participantes e sem a criação de mecanismos de controle social para a implementação do plano.

A terceira consideração se refere ao fato de que o primeiro processo registrado de elaboração participativa do PPA em caráter deliberativo foi realizado em 2013 (PPA para o quadriênio 2014-2017), caracterizando-se inclusive como a experiência de elaboração que agregou maior número de pessoas do município até o momento desta pesquisa. Além de haver participação direta de pessoas residentes em vários distritos, bairros e localidades, foram instituídos mecanismos de gestão e fiscalização social para a implementação do respectivo PPA, por meio da criação de instituições participativas, como o Congresso do Povo (composto por um Conselho Diretor) e as COFIS.

Dentre os PPA que traduziram em suas peças a intencionalidade declarada de promover a participação social na gestão do município, o PPA para o quadriênio 2014-2017 se caracterizou como aquele que instituiu o maior número de programas de gestão da participação e o maior aporte orçamentário.

A quarta consideração se refere aos avanços e às dificuldades que a equipe gestora entrevistada havia percebido. Os principais avanços nesse sentido dizem respeito: a) ao processo de gestão (alinhamento das ações da administração municipal às demandas locais); b) ao exercício participativo na etapa de elaboração do PPA (empoderamento por parte da população no estabelecimento de pautas na agenda de planejamento); e c) ao aprendizado por parte da equipe gestora e dos outros atores que integraram o processo. Entretanto, o desenho das instituições participativas criadas mostrou graus variados de vulnerabilidade diante: a) dos efeitos da falta de aderência interna de membros da própria estrutura administrativa da Prefeitura; b) do descrédito por parte da sociedade para com a classe política; c) da reduzida equipe técnica para processar, traduzir, sistematizar e atender a todas as demandas geradas; e d) da falta de recursos financeiros para atender à totalidade das demandas e para financiar o próprio processo participativo.

A quinta consideração diz respeito à mudança na lógica fundante de relacionamento participativo entre a Prefeitura e a sociedade (proposta na diretriz declarada como “Povo no Comando”), quando sobreposta pela implementação de uma estratégia de gestão integrada entre os órgãos municipais denominada “Prefeitura na sua Rua”. Em paralelo a essa mudança, também se percebeu a transformação do protagonismo propositivo do governo municipal em centralidade na gestão das instituições participativas criadas, em especial no Congresso do Povo, por meio de seu Conselho Diretor, gerando restrições quanto à autonomia e à autogestão das respectivas instituições.

Com o olhar centrado nos desafios que emergem do interesse em aprimorar a experiência de gestão participativa vivenciada em Macapá, a sexta consideração se traduz na percepção da necessidade de redução da centralidade do governo na gestão das instituições participativas e da efetiva ampliação do processo participativo para além das etapas iniciais de elaboração do PPA, visando a superar as dificuldades encontradas no acompanhamento das ações (fiscalização e controle) e no acesso dos representantes da sociedade aos vários setores da Prefeitura.

Assumindo o pressuposto de que a participação é um elemento fundante do ideário que caracteriza o processo democrático, e que a abertura de canais institucionais de diálogo direto entre atores da sociedade e agentes que ocupam posições na administração pública possibilita o alinhamento da gestão e o empoderamento social, podemos, inspirados pelas experiências da Prefeitura de Macapá, sugerir alguns vetores para futuras agendas de pesquisa sobre as práticas de gestão local.

Nesse conjunto de sugestões se incluem os estudos voltados a analisar as intencionalidades de desenvolvimento declaradas nos PPA do município, visando a descortinar: a) as rotas almejadas e os elementos envolvidos em suas efetivas realizações; b) as continuidades e as rupturas de planejamento ocorridas nas gestões municipais, tanto no aspecto programático quanto na alocação e execução de recursos orçamentários; c) os impactos da estrutura organizacional da Prefeitura no(a) criação/funcionamento das diversas instituições participativas; e d) as configurações institucionais capazes de promover adequadamente a participação, não só na etapa de elaboração, mas também nas etapas de execução e controle do PPA, e as leis de diretrizes orçamentárias e de orçamento anual, para além das audiências públicas.

Referências bibliográficas

- Almeida, D. C. R., & Cunha, E. S. M. (2011). A análise da deliberação democrática: princípios, conceitos e variáveis relevantes. In P. Roberto Rocha C. (Org.), *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação* (pp. 109-123). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Avritzer, L. (2009). *Participatory institutions in democratic Brazil*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press.
- Barreira, I. A. F. (2012). Participação: experiências, significados e rede de poderes em municípios cearenses. In B. M. A. Heredia, M. O. Bezerra, M. Palmeira, & O. L. Coradini (Orgs.), *Política, governo e participação popular: conselhos, orçamento participativo e outras experiências* (pp. 167-189). Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.
- Barros, J. S. (2012). *Participação popular em Belém: a experiência do Congresso da Cidade e do Orçamento Participativo e a sociabilidade política brasileira* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Bezerra, M. O. (2012). Formas de participação popular e produção de interesses coletivos: observações a partir de duas experiências no Estado do Rio de Janeiro. In B. M. A. Heredia, M. O. Bezerra, M. Palmeira, & O. L. Coradini (Orgs.), *Política, governo e participação popular: conselhos, orçamento participativo e outras experiências* (pp. 111-166). Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.
- Capuano, E. A. (2008). Construtos para modelagem de organizações fundamentadas na informação e no conhecimento no serviço público brasileiro. *Ciência da Informação*, 37(3), 18-37.
- Cavalcante, P. L. (2007). O plano plurianual: resultados da mais recente reforma do planejamento e orçamento no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 58(2), 129-150.
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. (1988)*. Brasília, DF.
- Dallari, A. A. (1996). Lei orçamentária: processo legislativo. *Informação Legislativa*, 33(129), 157-162.

-
- De Avila, D. F., & Allebrandt, S. L. (2014). *Participação social na elaboração do plano plurianual*. Recuperado de <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/3645/3041>
- Faria, C. F., & Ribeiro, U. C. (2010). Entre o legal e o real: o que dizem as variáveis institucionais sobre os conselhos municipais de políticas públicas? In A. Leonardo (Org.), *A dinâmica da participação local no Brasil* (p. 57-92). São Paulo, SP: Cortez.
- Faria, C. F., & Ribeiro, U. C. (2011). Desenho institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo. In P. Roberto Rocha C. (Org.), *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação* (pp. 125-135). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Galindo, A. G. (2017). *Participação social no desenvolvimento de políticas públicas no Estado do Amapá: um olhar sobre a elaboração e execução do plano plurianual de Macapá-AP no período de 2013 a 2016*. Macapá, AP: Ed. UNIFAP.
- Gohn, M. G. (2011). *Conselhos gestores e participação sociopolítica* (4a ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Heredia, B. M. A. (2012). Participação e política: experiências de dois municípios gaúchos. In B. M. A. Heredia, M. O. Bezerra, M. Palmeira, & O. L. Coradini (Orgs.), *Política, governo e participação popular: conselhos, orçamento participativo e outras experiências* (pp. 45-63). Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.
- Inojosa, R. M. (1998). Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. *Revista de Administração Pública*, 32(2), 35-48.
- Longo, C. A. (1994). O processo orçamentário: tendências e perspectivas. *Revista de Economia Política*, 14(2), 40-52.
- Malato, O. R. (2006). *Democratização e gestão pública na Amazônia: do Orçamento Participativo ao Congresso da Cidade no Município de Belém-PA (1997-2004)* (Tese de Doutorado). Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Martins, H. F. (2004). *Introdução ao governo matricial: o problema da fragmentação*. Recuperado de <http://siare.clad.org/fulltext/0049615.pdf>
- Martins, M. L. R. (2000). *Os desafios da gestão municipal democrática-Belém 1997-2000: desenhando a cidade do terceiro milênio*. São Paulo, SP: Pólis.
- Martins, P. E. M., Imasato, T., & Pieranti, O. P. (2009). O desafio de mudança do modelo paradigmático de estruturação de governo: três experiências brasileiras em foco. *Revista Brasileira de Administração Política*, 2(2), 105-122.
- Moroni, J. A. (2009). O direito à participação no governo Lula. In A. Leonardo (Org.), *Experiências nacionais de participação social* (pp. 107-141). São Paulo, SP: Cortez.
- Nogueira, M. A. (2005). *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática* (2a ed.). São Paulo, SP: Cortez.

-
- Oliveira, V. R. (2013a). Participação social nos planos plurianuais do Governo Federal: uma história recente. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, 3(1), 24-43.
- Oliveira, V. R. (2013b). O processo de participação social nos planos plurianuais do Governo Federal. In D. S. Eduardo Moreira, & B. Leonardo Soares (Orgs.), *Experiência de participação institucionalizada* (pp. 20-46). Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Paulo, L. F. A. (2010). O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. *Revista do Serviço Público*, 61(2), 171-187.
- Pires, J. S. D. B., & Motta, W. F. (2006). A evolução histórica do orçamento e sua importância para a sociedade. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 25(2), 16-25.
- Pomponet, A. S. (2012a). *Plano plurianual participativo 2008-2011 na Bahia: uma análise* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.
- Pomponet, A. S. (2012b). *Obstáculos institucionais à participação popular na administração pública na Bahia*. Recuperado de <http://consadnacional.org.br/v-congresso-consad-trabalhos-apresentados/>
- Procopiuck, M., Machado, E. T., Rezende, D. A., & Bessa, F. L. B. N. (2007). O plano plurianual municipal no sistema de planejamento e orçamento brasileiro. *Revista do Serviço Público*, 58(4), 397-415.
- Reis, A. A., Pinheiro, F. A. F. S., Junior, Pereira, L. C., & Vasconcelos, T. M. (2013). *A metodologia de elaboração do planejamento plurianual em Minas Gerais: uma possibilidade de aprimoramento metodológico conciliado à ampliação da participação popular*. Recuperado de <http://consadnacional.org.br/vi-congresso-consad-trabalhos-apresentados/>
- Rocha, C. V. (2011). Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 19(38), 171-185.
- Rodrigues, E., & Novaes, J. S. (Orgs.). (2002). *Luzes na floresta: o governo democrático e popular em Belém (1997-2001)* (2a ed.). Belém, PA: Prefeitura Municipal de Belém.
- Rodrigues, E., Novaes, J. S., & Araújo, R. L. S. (2002). *Congresso da Cidade: construir o poder popular reinventando o futuro*. Belém, PA: Labor.
- Sanches, O. M. (1993). O ciclo orçamentário: uma reavaliação à luz da Constituição de 1988. *Revista de Administração Pública*, 27(4), 54-76.
- Simionatto, I. (2004). *Estado, sociedade civil e espaços públicos: uma análise do Plano Plurianual (2004-2007)*. Recuperado de <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-077.pdf>
- Wampler, B. (2005). Expandindo *accountability* através de instituições participativas? Ativistas e reformistas nas municipalidades brasileiras. In L. Catia, C. Denilson Bandeira, & M. Marcus André (Orgs.), *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo* (pp. 33-62). Petrópolis, RJ: Vozes.

Para citar este artigo

Norma A – ABNT

GALINDO, A. G. Processos participativos na gestão pública municipal: o plano plurianual (2014-2017) de Macapá-AP. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 11, n. 27, p. 41-72, 2021.

Norma B – APA

Galindo, A. G. (2021). Processos participativos na gestão pública municipal: o plano plurianual (2014-2017) de Macapá-AP. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 11(27), 41-72.

Norma C – Vancouver

Galindo AG. Processos participativos na gestão pública municipal: o plano plurianual (2014-2017) de Macapá-AP. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2021 [cited Ago 21, 2021];11(27): 41-72.

Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/5281>

Até que a morte nos separe: aspectos socioculturais do feminicídio no Ceará

Daniele dos Santos Verissimo

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU

psidanieleverissimo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7207-8128>

Daniele Jesus Negreiros

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC

Assessora Técnica do Comitê de Prevenção e Combate à Violência da Assembleia Legislativa do Ceará

danielejn@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9467-429X>

Marília Maia Lincoln Barreira

Doutora em Psicologia pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR

Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU

mariliamlbarreira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0487-5472>

Resumo

Este estudo buscou elucidar a relação entre a cultura patriarcal e a ocorrência de feminicídio íntimo no Estado do Ceará. Trata-se de pesquisa documental, realizada por meio de reportagens de jornais, cujo ponto de interseção foi o assassinato de mulheres por seus ex- ou atuais companheiros. A busca se deu em 3 periódicos locais (*Diário do Nordeste*, *G1 Ceará* e *O Povo Online*), com uso dos descritores *feminicídios* e *feminicídios íntimos no Estado do Ceará* e recorte de uma década para análise e discussão. Foram selecionados 54 casos de feminicídio ocorridos entre 2011 e 2021. Buscou-se compreender os principais aspectos históricos relacionados à cultura patriarcal vigente e às nuances da violência contra a mulher. Alguns marcadores foram evidenciados de modo recorrente nos casos de feminicídio, como violência anterior ao crime, ciúmes e a não aceitação do fim do relacionamento.

Conhecer: debate entre o público e o privado

2021, Vol. 11, nº 27

ISSN 2238-0426

DOI <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2021.11.27.5160>

Licença Creative Commons Atribuição (CC BY 4.0)

Data de submissão 10 mar 2021

Data de publicação 28 ago 2021

Constatou-se que a maioria dos casos de feminicídio íntimo ocorre no interior do estado, contexto que pode incidir sobre uma expressão mais contundente da cultura patriarcal e do machismo. Além disso, lançamos como reflexão possíveis dificuldades de acesso aos direitos sociais básicos, que poderiam proporcionar uma rede de proteção e apoio às mulheres.

Palavras-chave patriarcado; violência contra a mulher; feminicídio.

Until death do us part: sociocultural aspects of femicide in Ceará, Brazil

Abstract

This study sought to elucidate the relationship between patriarchal culture and the occurrence of intimate femicide in the State of Ceará, Brazil. This is a documentary research, carried out through newspaper reports, whose point of intersection was the murder of women by their former or current partners. The search took place in 3 local periodicals (*Diário do Nordeste*, *G1 Ceará*, and *O Povo Online*), using the descriptors *femicide* and *intimate femicide in the State of Ceará* and a decade-long period of analysis and discussion. We selected 54 cases of femicide that occurred between 2011 and 2021. We sought to understand the main historical aspects related to the current patriarchal culture and the nuances of violence against women. Some markers were recurrently evidenced in cases of femicide, such as violence prior to the crime, jealousy, and refusal to accept a breakup. It was found that most cases of intimate femicide occur in the countryside of the state, a context that can influence a more forceful expression of patriarchal culture and male chauvinism. Also, we launch as a reflection possible difficulties in accessing basic social rights, which could provide a network of protection and support for women.

Key words patriarchy; violence against women; femicide.

Hasta que la muerte nos separe: aspectos socioculturales del feminicidio en Ceará, Brasil

Resumen

Este estudio buscó aclarar la relación entre cultura patriarcal y ocurrencia de feminicidio íntimo en el Estado de Ceará, Brasil. Se trata de una investigación documental, realizada a través de reportajes periodísticos, cuyo punto de intersección fue el asesinato de mujeres por parte de sus ex o actuales parejas. La búsqueda se realizó en 3 publicaciones periódicas locales (*Diário do Nordeste*, *G1 Ceará*, y *O Povo Online*), utilizando los descriptores *feminicidio* y *feminicidio íntimo en el Estado de Ceará* y un período de análisis y discusión de una década. Se seleccionaron 54 casos de feminicidio ocurridos entre 2011 y 2021. Se buscó comprender los principales aspectos históricos relacionados con la cultura patriarcal actual y los matices de la violencia contra las mujeres. Algunos marcadores se evidenciaron de manera recurrente en casos de feminicidio, como la violencia previa al crimen, celos, y no aceptación de la ruptura de la pareja. Se encontró que la mayoría de los casos de feminicidio íntimo ocurren en el interior del estado, un contexto que puede incidir en una expresión más contundente de la cultura patriarcal y del machismo. Además, lanzamos como reflexión posibles dificultades en el acceso a derechos sociales básicos, que podrían brindar una red de protección y apoyo a las mujeres.

Palabras clave patriarcado; violencia contra las mujeres; feminicidio.

Jusqu'à ce que la mort nous sépare: aspects socioculturels du féminicide au Ceará, Brésil

Résumé

Cette étude visait à élucider la relation entre la culture patriarcale et l'occurrence du féminicide intime dans l'État du Ceará, Brésil. Il s'agit d'une recherche documentaire, menée à travers des reportages journalistiques, dont le point d'intersection était le meurtre de femmes par leurs ex- ou actuels partenaires. La recherche a eu lieu dans 3 périodiques locaux (*Diário do Nordeste*, *G1 Ceará*, et *O Povo Online*), en utilisant les descripteurs *feminicídio* et *feminicídio íntimo* dans l'État du Ceará et une période d'analyse et de discussion d'une décennie. 54 cas de féminicide survenus entre 2011 et 2021 ont été sélectionnés. Nous avons cherché à comprendre les principaux aspects historiques liés à la culture patriarcale actuelle et les nuances de la violence à l'égard des femmes. Certains marqueurs ont été mis en évidence de manière récurrente dans les cas de féminicide, comme les violences antérieures au crime, la jalousie, et le refus d'accepter une rupture. Il a été constaté que la plupart des cas de féminicide intime se produisent dans les campagnes de l'État, un contexte qui peut influencer une expression plus énergique de la culture patriarcale et du machisme. De plus, nous lançons comme réflexion d'éventuelles difficultés d'accès aux droits sociaux fondamentaux, qui pourraient constituer un réseau de protection et de soutien pour les femmes.

Mots-clés patriarcat; violence contre les femmes; féminicide.

Introdução

O assassinato de mulheres por seus companheiros é cada vez mais frequente e ocorre principalmente quando o homem não aceita o fim do relacionamento, configurando o *feminicídio íntimo*¹. Diante desses episódios, o evento morte não vem de maneira isolada e pontual, pois, antes de tal acontecimento, já existia uma dinâmica de violência em curso que não foi interrompida a tempo (Pasinato, 2011). A partir daí, suscitam-se questionamentos acerca dos aspectos sociais e culturais dos assassinatos de mulheres em decorrência da violência na relação com seus ex- ou atuais companheiros.

As estatísticas são preocupantes e expressam a tragicidade de tal realidade, principalmente durante o período de isolamento social, em decorrência da pandemia de doença por coronavírus 2019 (COVID-19). Em contraponto ao aumento do número de casos de feminicídio, houve declínio dos registros de violência contra a mulher, o que pode indicar que a proximidade entre vítimas e agressores dificultou as denúncias (Machado, 2020).

Ao ampliar a janela temporal temos, entre 2007 e 2017, um aumento de 20,7% na taxa nacional de mulheres assassinadas, quando salta de 3,9% para 4,7% para grupos de 100 mil mulheres, segundo o atlas da violência (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Ipea], 2019), que evidenciou o crescimento acentuado em 17 estados do país. As variações mais expressivas nesse período ocorreram no Rio Grande do Norte (214,4%), seguido pelo

1 Denominação referente a casos em que o crime foi praticado por parceiro íntimo da vítima (ex- ou atual).

Ceará (176,9%) e por Sergipe (107,0%). Em 2017, a média nacional era de 4,7 assassinatos por grupo de 100 mil mulheres e o Ceará já ocupava o 4º lugar no *ranking*, com uma taxa de 8,1% (Ipea, 2019).

De acordo com Jatobá e Celeste (2020), o número de feminicídios não para de crescer no Estado do Ceará. Foi apresentado um aumento de 13,3% nos casos em 2019, se comparado com o ano de 2018. Diante do aumento das estatísticas, são relativamente comuns as notícias de feminicídio nos jornais da capital cearense. Os maiores requintes de crueldade expressos em alguns periódicos demonstram o domínio idealizado do assassino em relação à vítima. Observa-se que essa é uma questão sociocultural profunda e latente, na qual a dominação masculina, enraizada socialmente, interfere na naturalização da violência contra a mulher, como, amiúde, impede que se busquem canais de denúncia e medidas de proteção e assistência (Franco, Magalhães, & Féres-Carneiro, 2018).

Esse contexto expressa como o caráter heterossexual e patriarcal subjacente às relações sociais pode ser percebido como opressor e subordinador nas interações entre gêneros, de modo que a indiferença à violência contra as mulheres reflete uma indiferença às profundas transformações sociais nas estruturas em que elas estão assentadas, sendo o patriarcado e o machismo duas dessas estruturas (Lugones, 2008). A partir da dominação colonialista e imperial, não se ouviu falar de uma sociedade em que os homens estejam em posição de poder inferior à das mulheres (De Beauvoir, 2014; Giddens, 2005).

Este estudo teve por objetivo:

- Elucidar a relação entre a cultura patriarcal e a ocorrência de feminicídio íntimo no Estado do Ceará, discutindo suas nuances a partir de casos selecionados em matérias jornalísticas.

Mostra-se vital levar a problemática em questão a um profundo e contínuo debate, considerando que o crime de feminicídio expressa a naturalização de muitas violências concomitantes ao longo da trajetória do casal (Gomes, 2018).

Método

Neste estudo, de natureza qualitativa, a construção inicial foi mediada por pesquisa bibliográfica, alicerçada em trabalhos científicos já publicados.

Como complemento à pesquisa bibliográfica, realizou-se uma pesquisa documental, que recorre a fontes mais diversificadas, ainda sem tratamento analítico, portanto, dados considerados primários, como jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, dentre outros (Gil, 2008). Optou-se pela busca de matérias de jornais

sobre casos de feminicídio cometidos por companheiros ou ex-companheiros das vítimas. Ainda que seja notável a ocorrência de feminicídios em todo o Brasil, delimitamos a análise ao Estado do Ceará, tendo em vista a importância do debate para as redes de proteção locais.

A pesquisa das reportagens ocorreu no *Google*, com uso dos descritores *feminicídios* e *feminicídios íntimos no Estado do Ceará*. A partir disso, realizou-se leitura das matérias e a seleção teve como critérios de inclusão: matérias publicadas entre 2011 e 2021 que tragam casos de feminicídio íntimo. Já os critérios de exclusão foram: matérias publicadas fora do período temporal adotado e publicações alheias ao tema de pesquisa.

A coleta de dados foi realizada em janeiro de 2021 e foram selecionadas 54 matérias publicadas em 3 periódicos locais de maior destaque e circulação (*Diário do Nordeste*, *G1 Ceará* e *O Povo Online*), entre os anos de 2011 e 2021, que trazem em comum o assassinato de mulheres por homens com os quais elas tinham ou tiveram um relacionamento íntimo.

Resultados e discussão

O patriarcado: aspectos históricos e culturais

O sistema colonial moderno aprofundou lógicas opressivas, hierárquicas, dicotômicas e categoriais, tais como humano e não humano, branco e preto, homem e mulher. Essas distinções foram impostas aos colonizados e constituíram a forma de operar do capitalismo moderno, em que a organização da sociedade parte da suposta civilidade e aptidão do homem - europeu, branco e burguês - para decidir sobre a vida pública e os governos. Em contraponto, a mulher europeia não exercia as mesmas funções - ao ser vista sob a perspectiva da pureza sexual, ela estava restrita a atividades privadas no âmbito doméstico a serviço do homem branco (Lugones, 2008). Nessa seara, a mulher negra sofrerá além dos impactos relacionados ao gênero - também se incluem aqueles relativos a raça e classe. Mesmo que ambas sejam mulheres e estejam mais propensas a sofrer todos os tipos de violência, historicamente, a mulher negra ocupa lugares subalternizados (Collins, 2017).

Nesse sentido, o aparato civilizatório, por meio da estratégia de negação da humanidade dos colonizados, veio dotado de um processo de exploração dos corpos, violência sexual e torturas sistemáticas, no qual o cristianismo, além do controle das práticas reprodutivas e sexuais, constituiu-se como instrumento responsável pelo apagamento da memória que conectava gênero e civilização por meio da destruição de práticas comunitárias ecológicas, dos saberes de cultivo e da visão do cosmos (Lugones, 2008).

A compreensão do patriarcado construída ao longo da história corresponde a uma forma de organização com ênfase no poder de um senhor. Com isso, instâncias

da vida social, como política, religião e economia, estavam sob o controle exclusivo do patriarca da família. Uma família patriarcal prezava pelo nascimento de membros do sexo masculino, para que estes posteriormente assumissem a posição de detentores do poder (Fernandes, 1996). Dessa forma, demarcou-se a largada para uma cultura que superestima a descendência patrilinear, assim como o pensamento de que as mulheres devem estar sob o controle de seus maridos (Narvaz & Koller, 2006). Complementando esse entendimento, destaca-se:

A violência contra a mulher é um dos pilares do patriarcado. De um lado, há uma tendência à manutenção da mulher no lugar de fragilidade, sensibilidade e emotividade e, de outro, há a confirmação do lugar conferido ao homem, atribuindo-o força, indolência e razão. Ambos são efeitos de um processo de naturalização do social. Essa estrutura afeta o imaginário social e funciona a partir de matizes de percepções, pensamentos, ações sociais e históricas que são universalmente compartilhadas (Franco, Magalhães, & Féres-Carneiro, 2018, p. 167-168).

Para Narvaz e Koller (2006, p. 50), “o patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos”.

Para Delphy (2009) e Fernandes (1996), o conceito de patriarcado não é unânime e transcende o sentido de dominação masculina e opressão feminina. Nas sociedades da antiguidade, como em Roma, o direito de viver ou morrer se encontrava sob a tutela do patriarca. Este era detentor das decisões sobre a vida de sua esposa e seus filhos. Para Gomes (2018), “o patriarcado organiza modos de vida que trazem nos corpos sua marca, naturaliza as relações sociais e garante à ideologia de gênero dominante um enraizamento difícil de ser desmontado”. No cenário contemporâneo, os homens atualizaram as formas de tutela e domínio, que pode levá-los ao assassinato de suas mulheres ao suspeitarem de uma traição e, em outros casos, quando a mulher resolve pôr fim ao relacionamento (Narvaz & Koller, 2006; Saffioti, 2004).

Narvaz e Koller (2006) destacam que, embora se ouça falar sobre o declínio do patriarcado, é possível que se esteja diante de uma mera utopia, pois o que se percebe é que a perpetuação dessa cultura que superestima a supremacia masculina não se finda, ao contrário, ela se adequa a diferentes épocas e culturas. Desse modo, faz-se necessária uma compreensão mais profunda dos impactos causados pelo patriarcado enquanto fenômeno social, para elucidar as nuances da violência que se reproduz nas relações interpessoais (Azevedo, 2019).

No que se refere aos aspectos psicológicos, os indivíduos costumam manifestar preocupação com a forma como são vistos, uma vez que a opinião de terceiros constitui uma parcela de sua identidade social e, por isso, eles tentam mostrar-se adequados a determinados papéis sociais, muitas vezes relacionados com o *status* social de poder (Giddens, 2005; J. R. K. S. Guimarães, 2014).

Nas observações de Nóbrega, Pessoa, Nascimento e Miranda (2019), concernentes às representações sociais do homem agressor, os autores chamam atenção para o modo como o construto familiar na criação de homens corrobora a prática da violência, que pode vir a culminar em feminicídio, pois a violência também está atrelada à construção de uma masculinidade violenta e agressiva. Em uma sociedade onde predomina a ideologia da submissão, subordinação e inferiorização da mulher, o homem se torna o representante do poder e da dominação e quaisquer tentativas por parte da mulher para contrariar ou questionar esse poder, conseqüentemente, pode resultar em sua morte (Sousa, 2016).

A cultura do patriarcado nas matérias jornalísticas

Dentre as 100 matérias selecionadas, elencamos 3 categorias principais que expressavam a motivação para o feminicídio: a) não aceitação do fim do relacionamento; b) ciúmes; e c) conflito na relação. Tais motivações descritas nas matérias jornalísticas reforçam a ideia da dominação masculina sobre suas parceiras.

Tabela 1 – Detalhes sobre os casos de feminicídio íntimo

N	Idade da vítima	Cidade do caso	Arma utilizada	Autor do crime	Motivação descrita	Histórico de violência
1	17 anos	Sobral	Arma de fogo	Atual companheiro	Discussão	Sim
2	25 anos	Horizonte	Alavanca de ferro	Atual companheiro	Ciúmes	Sim
3	31 anos	Orós	Arma branca	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Não informado
4	24 anos	Fortaleza	Arma branca	Ex-companheiro	Discussão	Não informado
5	18 anos	Crato	Asfixia	Ex-companheiro	Pensão alimentícia	Sim
6	29 anos	Fortaleza	Arma branca	Atual companheiro	Ciúmes	Não informado
7	39 anos	Fortaleza	Arma branca	Ex-companheiro	Ciúmes	Sim
8	32 anos	Fortaleza	Arma branca	Atual companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Não informado

9	26 anos	Caucaia	Arma branca	Atual companheiro	Discussão	Sim
10	33 anos	Ipueiras	Pauladas	Atual companheiro	Discussão	Sim
11	19 anos	Fortaleza	Arma de fogo	Atual companheiro	Ciúmes	Não informado
12	25 anos	Fortaleza	Arma de fogo	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Sim
13	26 anos	Juazeiro do Norte	Arma de fogo	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Não informado
14	33 anos	Fortaleza	Arma de fogo	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Sim
15	30 anos	Maracanaú	Arma de fogo	Atual companheiro	Ciúmes	Não informado
16	Não informada	Fortaleza	Arma branca	Ex-companheiro	Ciúmes	Não informado
17	44 anos	Santana do Cariri	Arma branca	Atual companheiro	Ciúmes	Não informado
18	Não informado	Caucaia	Não informado	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Não informado
19	35 anos	Crato	Arma de fogo	Atual companheiro	Ciúmes	Sim
20	30 anos	Orós	Foice	Ex-companheiro	Ciúmes	Não informado
21	59 anos	Maranguape	Arma branca	Atual companheiro	Discussão	Não informado
22	43 anos	Aquiraz	Arma branca	Atual companheiro	Ciúmes	Não informado
23	22 anos	Fortaleza	Objeto contundente	Ex-companheiro	Ciúmes	Sim
24	40 anos	Aurora	Arma de fogo	Atual companheiro	Ciúmes	Não informado
25	25 anos	Crato	Arma de fogo	Atual companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Não informado
26	44 anos	Crato	Arma branca	Ex-companheiro	Discussão	Sim
27	34 anos	Santa Quitéria	Arma branca	Atual companheiro	Discussão	Não informado
28	19 anos	Barreira	Arma de fogo	Atual companheiro	Discussão	Sim

29	28 anos	Crato	Arma de fogo	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Sim
30	51 anos	Itapipoca	Arma branca	Atual companheiro	Ciúmes	Não informado
31	22 anos	Parambu	Estrangulamento	Atual companheiro	Ciúmes	Não informado
32	38 anos	Juazeiro do Norte	Arma de fogo	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Sim
33	40 anos	São Gonçalo do Amarante	Estilete	Atual companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Não informado
34	41 anos	Barro	Arma branca	Atual companheiro	Discussão	Não informado
35	39 anos	São Benedito	Arma branca	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Não informado
36	72 anos	Fortaleza	Arma branca	Atual companheiro	Ciúmes	Não informado
37	45 anos	Santana do Cariri	Arma branca	Ex-companheiro	Ciúmes	Não informado
38	46 anos	Fortaleza	Arma de fogo	Atual companheiro	Suposto interesse financeiro	Não informado
39	41 anos	Paupina	Arma branca	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Sim
40	21 anos	Fortaleza	Arma de fogo	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Sim
41	25 anos	Aracati	Arma branca	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Sim
42	38 anos	Fortaleza	Espancamento e estrangulamento	Atual companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Sim
43	24 anos	Caridade	Arma de fogo	Atual companheiro	Discussão	Não informado
44	58 anos	Pacujá	Pauladas	Atual companheiro	Ciúmes	Não informado
45	23 anos	Itapipoca	Arma branca	Ex-companheiro	Ciúmes	Não informado
46	35 anos	Parambu	Arma branca	Atual companheiro	Ciúmes	Não informado
47	Não informada	Cariri	Objeto contundente	Atual companheiro	Discussão	Não informado
48	53 anos	Caucaia	Arma branca	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Sim

49	28 anos	Aquiraz	Foice	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Não informado
50	44 anos	Crateús	Arma de fogo	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Sim
51	37 anos	Amontada	Arma branca	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Não informado
52	29 anos	Sobral	Arma branca	Ex-companheiro	Não aceitava o fim do relacionamento	Não informado
53	Não informada	Fortaleza	Arma de fogo	Atual companheiro	Discussão	Não informado
54	28 anos	Chorozinho	Não informado	Atual companheiro	Não aceitava a gestação	Não informado

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Dentre os feminicídios elencados pelas matérias publicadas, 46 (46%) casos não apresentaram uma possível motivação para o feminicídio, 20 (20%) apresentaram como motivação a não aceitação do fim do relacionamento, 19 (19%) apontaram o ciúme e 12 (12%) os conflitos na relação, 3 casos (3%) tiveram outras motivações, como cobrança de pensão alimentícia, interesse financeiro e não aceitação da gestação da mulher. Em alguns dos casos, o algoz também matou a filha do casal e, em outras histórias, os atuais namorados das vítimas. Alguns agressores têm antecedentes criminais, ainda que não fique claro nas matérias quais são. É comum haver violação da privacidade da vítima e vilipêndio do corpo da mulher, com expressão de tortura e requintes de crueldade. Houve casos com tentativas de feminicídio anteriores à consumação do fato e em outras situações o agressor contou com um(a) comparsa para a efetivação do crime. Um dos casos chamou a atenção, pois o agressor, após matar a esposa, ligou para a polícia e contou o que havia feito, corroborando o pensamento hegemônico que atrela a violência ao lugar masculino, convocando os sujeitos que ensejam o *status* de homem a exercerem domínio sobre os mais fracos - mulheres, crianças e até outros homens (Nascimento, Gomes, & Rebello, 2009).

Frota, Santos, Barroso e Alves (2011) dissertam sobre o imaginário social do nordestino, mais especificamente do cearense, que traz uma cultura impregnada do ideal de “cabra macho”, que traz consigo força, coragem, intolerância e virilidade, assim como a violência. Esse marcador do machismo, enraizado cultural e socialmente, apresenta-se de maneira mais contundente no interior do estado (onde ocorreu a maioria dos casos em análise).

A violência contra a mulher: aspectos históricos e marcos legais

Nem de longe a violência contra a mulher é um fenômeno social contemporâneo. Sua presença é intrínseca à própria organização da sociedade (Silva, 2010). Trata-se de um fenômeno multifacetado e, embora não seja atual, o interesse em compreendê-lo é relativamente recente (Fonseca, Ferreira, Figueiredo, & Pinheiro, 2018). Contudo, nota-se que o assunto instiga pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, de modo a compreender as nuances e os impactos socioculturais dessa problemática (M. C. Guimarães & Pedroza, 2015).

A violência de gênero se apresenta das mais diversas formas, psicológica, moral, sexual, patrimonial e física (Lei n. 11.340 [Lei Maria da Penha], 2006). No entanto, para Saffioti (1999), a violência emocional ou psicológica é intrínseca a todas as demais formas de violência. Como complemento, entende-se que

[...] a violência imposta às mulheres é observada no decorrer da história da humanidade e tem sua gênese em um modelo construído socialmente que promove a dominação, determinando os papéis de cada gênero em sociedade, a partir de representações e comportamentos que devem ser obedecidos, alicerçado em um sistema que legitima a sujeição do outro. Por conseguinte, este modelo social implica na violação de direitos, submetendo as mulheres [a] uma condição de inferioridade em relação aos homens, exemplificada através de vários tipos de violência, chegando até a consumação da morte, o feminicídio (Fonseca et al., 2018, p. 62).

Com base nesse contexto, a Lei Maria da Penha (2006) tem por objetivo dar à mulher o direito a uma vida sem violência. Dispõe de ferramentas como medidas de proteção e assistência e, ainda, juizados específicos para atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar (Lei Maria da Penha, 2006).

Balbinotti (2018) e Giddens (2005) discorrem sobre o paradoxo no qual o ambiente que deveria ser o mais seguro, o lar, acaba por se tornar o local de maior vulnerabilidade para essas mulheres. Bem como o fato de elas estarem mais propensas a agressões por parte de seus próprios companheiros do que de homens estranhos. Não se pode deixar de trazer para a discussão a omissão da interferência de terceiros durante as agressões, que demonstra indícios de tolerância a esses atos (Saffioti, 1999).

As matérias selecionadas foram analisadas a fim de compreender se havia uma dinâmica de violência pregressa à ocorrência do feminicídio. Alguns dos relatos de violência anteriores ao assassinato são trazidos pelos próprios familiares das vítimas; em outros casos há indícios de violência, mas não de forma explícita.

A falta de denúncias é um fator que contribui para a manutenção das situações de violência, que poderão resultar em feminicídio. As denúncias podem ser feitas diretamente pela vítima ou por terceiros, como amigos, familiares e/ou vizinhos. Compreende-se, em consonância com os resgates históricos e conceituais realizados até aqui, a dificuldade das mulheres romperem com os ciclos de violência, uma vez que o desejo do fim da violência vem atrelado ao rompimento e distanciamento dos homens que, muitas vezes, são os pais de seus filhos, provedores da casa e seus objetos de amor (Saffioti, 2004; A. C. W. D. Santos & Moré, 2011).

É comum a construção da expectativa de que esses homens não tornarão a cometer tais atos e, na maioria dos casos, a vítima cultiva a esperança de que, um dia, isso chegará ao fim, principalmente quando, depois das agressões, o homem demonstra arrependimento. No entanto, sabe-se que o desfecho desses casos costuma ser trágico. Para Saffioti (1999, p. 85), “a violência doméstica ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente, uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo”. Complementando esse entendimento, tem-se que:

O rompimento do ciclo de violência na família deve incluir estratégias de apoio e suporte social para que seja possível construir um processo de cuidado a fim de promover a saúde mental dos envolvidos e, nomeadamente, para que a experiência de violência vivida pelos sujeitos não constitua, no futuro, um modelo de identificação para os filhos (Franco, Magalhães, & Féres-Carneiro, p. 168).

Guimarães, Diniz e Angelim (2017), em pesquisa com mulheres vítimas de violência, chamam a atenção para os casos nos quais a mulher evita o confronto com o marido no momento da discussão, para que ele pare de agredi-la. Esse comportamento serve para se ajustar ao lugar de passividade, visando à sua proteção, e, muitas vezes, a de seus filhos. Algumas mulheres, ao terem suas autoestimas dilaceradas pela violência, temem que ninguém as deseje novamente. Esse é um dado da realidade, promovido pela insegurança e vergonha da vítima, que chama a atenção para o desgaste emocional que se faz presente no discurso de mulheres vítimas de violência conjugal (A. C. W. D. Santos & Moré, 2011).

Outro elemento que corrobora a diminuição do posicionamento da mulher no enfrentamento à violência é o modo como a Justiça a acolhe. Em um primeiro momento, há um foco objetivo, que consiste no fazer ou não fazer a denúncia, solicitar ou não a medida protetiva (Meneghel & Portella, 2017). Essa pressão por uma decisão imediata da vítima cria uma aversão ao local no qual ela deveria ser prontamente acolhida, mas onde se depara com a falta de empatia dos profissionais envolvidos no processo; conseqüentemente, ela poderá não dar continuidade à denúncia (F. L. Guimarães et al., 2017).

O enfrentamento à violência contra a mulher requer, sobretudo, a compreensão de que um mesmo fenômeno engloba alteridades e sentimentos ambivalentes, como a vergonha, o medo, o amor e a insegurança. Cada mulher vivencia a situação de violência de maneira diferente, tendo em vista sua construção subjetiva e as normas da sociedade à qual pertence. Para Galeli e Antoni (2018), o contexto no qual a mulher se encontra inserida poderá afetar a prevenção de novas situações que caracterizam risco.

De acordo com Nóbrega et al. (2019), uma mulher pode nunca ter pensado em denunciar por não se reconhecer enquanto vítima de violência e relacionar os comportamentos possessivos do companheiro ao possível amor que ele sente por ela. Outras mulheres até reconhecem a violência e pensam em denunciá-la, mas, em virtude das ameaças, não conseguem quebrar o silêncio. Enquanto isso, outro grupo procura falar com vizinhos e familiares sobre como se sentem e esperam uma oportunidade para sair do relacionamento. Tratam-se de casos diferentes que ressaltam a complexidade da violência contra a mulher (Araújo, 2008).

O feminicídio: crime de ódio à mulher e ao feminino

O termo feminicídio é recente nas produções acadêmicas e no debate em sociedade. Tem como principal característica a violência de gênero, isto é, o assassinato de mulheres devido à condição de serem mulheres, tornando-se discriminadas e inferiorizadas (Gomes, 2018). No Brasil, o feminicídio constitui uma qualificação do homicídio doloso, que enfatiza a condição de que, embora a vítima seja do sexo feminino, o crime só é registrado como feminicídio quando a motivação guarda relação direta com a discriminação e o desprezo ao gênero feminino (Lei n. 13.104 [Lei do Feminicídio], 2015). Complementando a conceituação do feminicídio, tem-se que:

O feminicídio é toda morte violenta de uma mulher, morte esta evitável, mas plenamente possível, num contexto social onde está presente o esquema de dominação-exploração, sustentado por uma sociedade patriarcal, racista e capitalista que atinge a mulheres e homens de modo contraditório. Nesse contexto, as relações sociais estão marcadas por profundas desigualdades, que extrapolam a condição de gênero, mesclando-se com a condição de classe social, de raça/etnia e se estendem às identidades sexuais, ao pertencimento geracional, às questões religiosas e às vivências socioterritoriais (Gomes, 2018).

Segato (2006), ao questionar o que é um feminicídio, chama a atenção para a relevância de conhecer as características dos crimes de ódio vinculados à violência de

gênero, considerando uma estratégia a análise dessas características para que a morte de mulheres não mais fosse generalizada como homicídio. Mostra-se imprescindível a compreensão do feminicídio, em razão de tratar-se de um fenômeno multifacetado. Isso deixa nítido que os aspectos da morte de mulheres, em razão de seu gênero, envolvem um árduo caminho a ser percorrido (Sodré et al., 2014).

De acordo com as alterações no art. 121 do Decreto-Lei n. 2.848 (Código Penal, 1940), com a Lei do Feminicídio (2015), o feminicídio passou a pertencer ao rol dos crimes hediondos, com pena de 12 a 30 anos. Há possibilidade de extensão da pena a ser cumprida, em 1/3 ou até 1/5, em situações nas quais se observa que houve o descumprimento de medida protetiva e/ou se for constatado que a vítima se encontrava em condições como gravidez ou puerpério, tinha alguma deficiência ou idade inferior a 14 anos ou superior a 60 anos, bem como na presença de seus pais e/ou filhos (Lei do Feminicídio, 2015).

Como salientam Silva (2010) e Sousa (2016), o feminicídio é a parte manifesta, isto é, corresponde à expressão máxima de um *continuum* da violência, onde não é possível uma explicação única, mas há fatores que são frequentes em muitos dos casos, como os maiores requintes de crueldade, destacando-se o ódio durante a prática do crime.

Não raro, os agressores costumam intimidar a vítima antes de ceifar sua vida. As constantes ameaças são sinais de que a dinâmica do relacionamento já anunciava o desfecho trágico. O método adotado para colocar um fim à vida da vítima pode variar. Os mais observados em feminicídios consistem em asfixia por estrangulamento, espancamento, lesões por arma branca e lesões por arma de fogo. O assassino não demonstra muito interesse em esconder a autoria do crime, possivelmente pelo simbolismo de vingança e controle que ele anseia, para que assim obtenha sua identidade de poder (J. R. K. S. Guimarães, 2014).

Saffioti (2004), ao relatar o assassinato de Ângela Diniz, cujo autor foi Doca Street, trouxe à luz o método que ele adotou para assassiná-la, descarregando o revólver principalmente no rosto da vítima. A autora se intriga com o simbolismo do ato, pois, em alguns casos, ouve-se falar da mutilação de partes com representações sexuais e estéticas e que mesmo após a vítima ir a óbito, o assassino continua a desferir golpes ou tiros. Isso demonstra uma visão objetificada da parceira, além do ódio nas representações vinculadas aos corpos femininos ou feminizados.

O assassinato da mulher desejada era considerado crime passional pela intensidade emocional envolvida no momento da prática. Por muito tempo, os autores desse tipo de assassinato foram resguardados da responsabilização por seus atos, uma vez que, para as autoridades, tratava-se do chamado “crime de honra”, no qual o indivíduo, ao sentir que sua honra foi manchada por uma possível traição, cometia o assassinato da mulher, relacionando sua honra e imagem social ao controle sobre ela (Saffioti, 2004).

Sosa (2012) ilustra o modo como a defesa dos acusados de assassinato de suas companheiras conseguiram persuadir o júri com a tese de legítima defesa da honra. Mesmo com a ausência de um documento que comprovasse tal tese de defesa, esse suposto direito que eles tinham sobre o corpo e a sexualidade das mulheres estava impregnado na sociedade, isso amiúde bastava para os considerar inocentes ou reduzir a pena a ser cumprida.

Durante muito tempo, os autores do crime ficavam impunes. Isso se dava após o convencimento do júri de que só haviam chegado a tal extremo por amor às vítimas, relacionando a prática do assassinato a comportamentos inaceitáveis de suas companheiras. Assim, a culpabilização recai sobre a vítima até os dias atuais - a ideia de que a dita honra do homem guarda ligação direta com a pureza sexual, a exclusividade e a submissão da mulher (J. R. K. S. Guimarães, 2014). No Brasil, observa-se que, embora o homem e a mulher possam vir a trair, a responsabilização e o julgamento por tal ato recai mais sobre a mulher do que sobre o homem (Azevedo, 2019).

Múltiplos fatores contribuem para que o número de casos de feminicídio cometidos pelos ex- ou atuais companheiros aumentem (Gaia, 2009). Para Saffioti (1999), a máxima “*em briga de marido e mulher não se mete a colher*” isenta a sociedade de tentar ajudar ou ao menos ligar para solicitar ajuda das entidades competentes, considerando que é vista com naturalidade a violência que os homens impõem às mulheres.

A maioria das vítimas descritas nas reportagens analisadas se encontra em uma faixa etária entre 15 e 72 anos. O maior número de casos (72%) ocorreu na Região Metropolitana de Fortaleza e no interior do Estado do Ceará, seguido pela capital (28% dos casos). A maioria dos crimes foi cometida pelos ex-companheiros, totalizando 52 dos casos (52%), e em 48 dos casos (48%) os autores foram os atuais companheiros. A motivação descrita com maior frequência nas reportagens foi a não aceitação do fim do relacionamento, seguida por ciúmes e conflitos. Algumas reportagens não trouxeram essa informação.

Analisando as características dos crimes ocorridos, os aspectos brutais chamam a atenção. Dentre as armas utilizadas se tem arma de fogo (41% dos casos), arma branca (38%), estrangulamento (4%) e outros métodos (17%). O autor do crime costuma dizer que tudo ocorreu no calor do momento, que foi um acidente, mas ao analisar a dinâmica do ocorrido, observa-se que inúmeros tiros não foram disparados acidentalmente, incontáveis facadas não foram desferidas por acidente e não há que se esperar que alguém sobreviva a um estrangulamento - embora sejam dadas inúmeras justificativas, a intencionalidade é nítida.

Houve a tentativa de compreender a relação entre os marcadores de raça e classe mediante análise subjetiva, também composta por um olhar a aspectos sociodemográficos, como profissão da vítima, idade, escolaridade, territórios de moradia e traços fenotípicos, mas os dados se mostraram insuficientes para tal compreensão. Grande parte das reportagens não trazia fotos e em alguns dos casos não havia qualquer informação socioeconômica.

Dentre tais casos, a foto da residência remetia a certa simplicidade e algumas das vítimas tinham traços de mulheres negras. Algumas poucas reportagens citam como profissões das vítimas: a) professoras; b) empresárias/microempresárias; c) empregadas domésticas etc.

Considerações finais

Partindo do objetivo deste estudo, buscou-se compreender a relação entre a cultura patriarcal, assentada na dominação e no controle sobre os corpos, a liberdade e a sexualidade das mulheres em casos de feminicídio no Estado do Ceará. Amíude essa tentativa de manter o controle se consuma na morte, no aniquilamento da mulher e do feminino. A ocorrência de feminicídios íntimos deixa consequências, podendo vir a potencializar a intimidação de outras mulheres, decorrente do medo e da ameaça que agora se faz real, mas também pode vir a ser um despertar, levando vítimas de violência a denunciarem e procurarem uma rede de apoio.

Alguns marcadores foram evidenciados nos casos de feminicídio elencados, como uma dinâmica de violência preexistente, a agressividade depositada no corpo da mulher e as motivações descritas, como ciúmes, conflitos e a não aceitação do término do relacionamento. Compreende-se que há muitos outros aspectos tanto na perpetuação dessa cultura de dominação quanto na ocorrência desses crimes brutais contra a mulher situações específicas que podem ser aprofundadas em estudos subsequentes.

Chama a atenção que a maioria dos casos tenha ocorrido no interior do estado. Tal situação convida a refletir sobre o nível de acesso à informação e aos direitos sociais básicos, bem como o acesso às medidas de assistência e proteção, além de indicar uma expressão latente da cultura machista e patriarcal no interior do Ceará. Embora as reportagens não tenham trazido de forma clara, pode-se apontar que fatores como nível de escolaridade, raça e classe estejam também exerçam alguma influência na falta de percepção de si enquanto vítima, o que acarreta a falta de denúncias e interfere na prevenção de desfechos fatais. Esse tema não cessa e as bases que sustentam tal problemática demandam estudos minuciosos.

Referências bibliográficas

- Araújo, M. F. (2008). Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicología para América Latina*, 14.
- Azevedo, S. F. L. D. (2019). A ética da monogamia e o espírito do feminicídio: marxismo, patriarcado e adultério na Roma Antiga e no Brasil Atual. *História (São Paulo)*, 38, e2019053.
- Balbinotti, I. (2018). A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. *Revista da ESMESC*, 25(31), 239-264.

-
- Collins, P. H. (2017). O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. *Cadernos Pagu*, 51, e175118.
- De Beauvoir, S. (2014). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (1940). Código Penal. Brasília, DF.
- Delphy, C. (2009). *Patriarcado (teorias do)*. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo, SP: Ed. UNESP.
- Fernandes, F. (1996). A família patriarcal e suas funções econômicas. *Revista USP*, 29, 74-81.
- Fonseca, M. F. S., Ferreira, M. D. L. A., Figueiredo, R. M., & Pinheiro, A. S. (2018). O feminicídio como uma manifestação das relações de poder entre os gêneros. *Juris: Revista da Faculdade de Direito*, 28(1), 49-66.
- Franco, D. A., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2018). Violência doméstica e rompimento conjugal: repercussões do litígio na família. *Pensando Famílias*, 22(2), 154-171.
- Frota, M. H. D. P., Santos, V. M. D., Barroso, H. C., & Alves, D. R. (2011). Uma expressão da violência de gênero no Ceará: o assassinato de mulheres. In *Anais da 5ª Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital*. São Luís, MA.
- Gaia, L. G. (2009). Crimes passionais. *Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM*, 2(1).
- Galeli, P. R., & Antoni, C. (2018). Mulheres que vivenciaram violência conjugal: concepções sobre suas ações, o homem autor e a experiência. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27(61), 82-92.
- Giddens, A. (2005). *Sociologia* (4a ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- Gomes, I. S. (2018). Feminicídios: um longo debate. *Estudos Feministas*, 26(2), e39651.
- Guimarães, F. L., Diniz, G. R. S., & Angelim, F. P. (2017). “Mas ele diz que me ama...”: duplo-vínculo e nomeação da violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-10.
- Guimarães, J. R. K. S. (2014). *Crimes passionais: as teses defensivas de legítima defesa da honra e homicídio privilegiado pela violenta emoção no tribunal do júri*. Recuperado de <https://jus.com.br/amp/artigos/28670/crimes-passionais-as-teses-defensivas-de-legitima-defesa-da-honra-e-homicidio-privilegiado-pela-violenta-emocao-no-tribunal-do-juri>
- Guimarães, M. C., & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256-266.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). *Atlas da Violência 2019*. Brasília, DF: Ipea.
- Jatobá, E., & Celeste, D. (2020). *Morre-se mulher: feminicídios e violência contra mulheres* (vídeo). Recuperado de <https://cesecseguranca.com.br/2020/07/16/morre-se-mulher-feminicidios-e-violencia-contra-mulheres/>
- Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção

Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF.

Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. (2015). Altera o art. 121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF.

Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, 9, 73-101.

Machado, L. (2020, 18 de outubro). *Menos roubos e mais feminicídios: como a pandemia influenciou a violência no Brasil*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54587404>

Meneghel, S. N., & Portella, A. P. (2017). *Feminicídios: conceitos, tipos e cenários*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22, 3077-3086.

Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55.

Nascimento, E. F. D., Gomes, R., & Rebello, L. E. F. D. S. (2009). Violência é coisa de homem? A naturalização da violência nas falas de homens jovens. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1151-1157.

Nóbrega, V. K. D. M., Pessoa, J. M., Júnior, Nascimento, E. G. C. D., & Miranda, F. A. N. D. (2019). Renúncia, violência e denúncia: representações sociais do homem agressor sob a ótica da mulher agredida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 2659-2666.

Pasinato, W. (2011). "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, 37, 219-246.

Saffioti, H. I. B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), 82-91.

Saffioti, H. I. B. (2004). Gênero, patriarcado, violência. In H. I. B. Saffioti, *Gênero, patriarcado, violência* (pp. 151-151). São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.

Santos, A. C. W. D., & Moré, C. L. O. O. (2011). Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 220-235.

Sodré, E. S., Rocha, G. S., Milstein, J., Santos, J., Soares, J. C., Hora, L., Calazans, L., Fonseca, M., Gonçalves, H.A. (2014). Homicídio passional: quando a paixão se transforma em crime. *Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais UNIT*, 2(1), 87-99.

Segato, R. L. (2006). ¿Que es un feminicidio? Notas para un debate emergente. In M. Belausteguigoitia, & L. Melgar (Coords.), *Fronteras, violencia, justicia: nuevos discursos*. México, DF: United Nations Development Fund for Women.

Silva, S. G. D. (2010). Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(3), 556-571.

Sosa, M. G. (2012). A violência de gênero no Brasil: o caso dos crimes passionais. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, 7(1), 21-32.

Sousa, T. T. L. D. (2016). Femicídio: uma leitura a partir da perspectiva feminista. *Ex Aequo*, 34, 13-29.

Para citar este artigo

Norma A – ABNT

VERISSIMO, D, S.; NEGREIROS, D, J.; BARREIRA, M, M, L. Até que a morte nos separe: aspectos socioculturais do feminicídio no Ceará. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 11, n. 27, p. 73-91, 2021.

Norma B – APA

Verissimo, D. S., Negreiros, D. J., & Barreira, M. M. L. (2021). Até que a morte nos separe: aspectos socioculturais do feminicídio no Ceará. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 11(27), 73-91.

Norma C – Vancouver

Verissimo DS., Negreiros DJ., Barreira MML. Até que a morte nos separe: aspectos socioculturais do feminicídio no Ceará. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2021 [cited Ago 21, 2021];11(27): 73-91.

Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/5160>

Dores da periferia: mapas afetivos e vozes que recusam os silenciamentos femininos

Camila Holanda Marinho

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Grupo de Estudos e Pesquisas Travessias - “Trajetórias Juvenis, Afetividades e Direitos Humanos”

camila.marinho@uece.br

<https://orcid.org/0000-0001-8632-7423>

Resumo

Este artigo trata dos mapas afetivos delineados nas periferias urbanas quando a morte se apresenta como um evento cotidiano. Propõe-se uma leitura e uma escuta das vozes que temem as violências diárias, clamam por justiça e sobrevivem com medo e desesperança. Lugares onde a saudade faz parte da travessia de pessoas que perderam precocemente um jovem de seu círculo de afetos. O objetivo do estudo foi mapear sentimentos de pessoas que se recusam aos silenciamentos femininos, tomando as emoções como parte do trabalho de campo e possível via para a compreensão do outro. Destacam-se as narrativas de mulheres que experienciam a dor do luto, o temor da morte e as violências cotidianas, tendo em vista que ecoam nas periferias vozes de mulheres que, ao perderem seus filhos, iniciam uma luta por justiça, reconhecimento e amor. Portanto, são vozes que enunciam dores femininas das periferias, a partir de seus marcadores sociais e interseccionais, que produzem afirmações políticas, culturais e subjetivas, mobilizando formas diversas de sobrevivência, reexistência e proteção.

Palavras-chave afetividades; narrativas femininas; periferia; morte; luto.

Pains from the outskirts: affective maps and voices that refuse female silencings

Abstract

This article discusses the affective maps outlined on the urban outskirts when death presents itself as an everyday event. It is proposed to read and listen to voices that fear daily violence, cry out for justice, and survive in fear and hopelessness, places where missing someone is part of the journey of people who have prematurely lost a young person in their circle of affections. The study aimed to map feelings that refuse female silencings, taking emotions as part of the fieldwork and a possible way of understanding the other. The narratives of women who experience the pain of mourning, fear of death, and daily violence stand out, considering that voices of women who, upon losing their children, begin their struggle for justice, recognition, and love echo in the outskirts. Therefore, these are voices that utter female pains from the outskirts, stemming from their social and intersectional markers, which produce political, cultural, and subjective statements - mobilizing various forms of survival, reexistence, and protection.

Key words affections; female narratives; outskirts; death; mourning.

Dolores de la periferia: mapas afectivos y voces que rechazan los silenciamientos femeninos

Resumen

Este artículo discute los mapas afectivos delineados en las periferias urbanas cuando la muerte se presenta como un hecho cotidiano. Se propone una lectura y una escucha de voces que temen las violencias cotidianas, claman justicia y sobreviven con el miedo y la desesperanza, lugares donde extrañar a una persona forma parte del camino de aquellos que han perdido prematuramente a un(a) joven de su círculo de afectos. El estudio tuvo como objetivo mapear sentimientos que rechazan los silenciamientos femeninos, tomando las emociones como parte del trabajo de campo y una posible forma de entender al otro. Se destacan las narrativas de mujeres que viven el dolor del duelo, el miedo a la muerte y las violencias cotidianas, considerando que resuenan en la periferia las voces de mujeres que, al perder a sus hijos, inician su lucha por la justicia, el reconocimiento y el amor. Por tanto, son voces que desde la periferia profieren dolores femeninos, que parten de sus marcadores sociales e interseccionales, que producen afirmaciones políticas, culturales y subjetivas - movilizandodiversas formas de supervivencia, reexistencia y protección.

Palabras clave afectividades; narrativas femeninas; periferia; muerte; duelo.

Douleurs de la périphérie: des cartes affectives et des voix qui refusent les silences féminins

Résumé

Cet article traite des cartes affectives tracées dans les périphéries urbaines lorsque la mort se présente comme un événement quotidien. Sont proposées une lecture et une écoute des voix qui craignent les violences quotidiennes, réclament justice et survivent dans la peur et le désespoir, des lieux où manquer une personne fait partie du parcours des personnes qui ont perdu prématurément un(e) jeune de leur cercle d'affection. L'étude visait à cartographier les sentiments qui refusent les silences féminins, en prenant les émotions dans le cadre d'un travail de terrain et d'une manière possible de comprendre l'autre. Les récits de femmes qui vivent la douleur du deuil, la peur de la mort et les violences quotidiennes sont mis en évidence, considérant que les voix des femmes résonnent dans les périphéries qui, après avoir perdu leurs enfants, commencent leur lutte pour la justice, la reconnaissance et l'amour. Ce sont donc des voix qui énoncent des douleurs féminines de la périphérie, à partir de leurs marqueurs sociaux et intersectionnels, qui produisent des déclarations politiques, culturelles et subjectives - en mobilisant différentes formes de survie, de réexistence et de protection.

Mots-clés affectivités; récits féminins; périphérie; mort; deuil.

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.
(Conceição Evaristo, 2008, p. 10)*

Por uma introdução afetiva sobre as dores da periferia

Silenciar deixou de ser uma forma de viver o luto. Observamos nas periferias brasileiras vozes de grupos que lutam por reconhecimento em razão de injustiças sofridas e por reparações contra as violências que ceifam a vida de uma parte significativa da juventude moradora desses lugares. São vozes geralmente alardeadas por mulheres. Há décadas, a morte se tornou um evento cotidiano nos bairros pobres e naqueles marcados por desigualdades, pobreza e exclusões de diversas ordens. Trata-se de um contrassenso civilizatório, pois a promessa da modernidade era a longevidade, a extensão da vida e da juventude como um ideal. Enquanto alguns grupos mais privilegiados cobiçam a juventude alargada, outros celebram por ainda estarem vivos aos 18 anos de idade. Pesquisadores que analisam os modos de viver (ou sobreviver) das juventudes em situações de violência e violação de direitos acessam tais narrativas com frequência. Para muitos, continuar vivo é questão de sorte. Quando se reconhecem os mapas afetivos de um(a) jovem que perdeu a vida, observa-se que, em sua grande maioria, são de mulheres as vozes que ecoam essas dores. São as vozes das mães, tias, avós, irmãs e namoradas que gritam em desespero. Elas são as primeiras a chegar ao local da morte e encontram o corpo estendido no chão. Assim, finda-se uma trajetória de precariedades que extermina os projetos de futuro de jovens pretos, do sexo masculino, moradores das periferias e descendentes de famílias normalmente chefiadas por mulheres.

Essas informações podem ser acessadas a partir dos dados de *Cada Vida Importa: Relatório Final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência* (Assembleia Legislativa do Estado do Ceará [AL CE], 2016), publicado pelo Comitê de Prevenção e Combate à Violência (CPCV) da AL CE, que outrora se chamava Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), uma exitosa experiência cearense de prevenção à violência e de formulação de políticas públicas que reúne representantes do Estado, de movimentos sociais e de universidades, e vem servindo de inspiração para que outras cidades e estados brasileiros articulem seus próprios comitês. Um das narrativas que mais chamou a atenção no desenrolar do trabalho de campo desta pesquisa, na qual atuei como pesquisadora e consultora, foi: “eu ouvi o tiro que matou meu filho”. Essa fala sempre me tocou profundamente, pois não se trata apenas de um grito de alerta, ela também é capaz de despertar empatia e indignação diante das dores da periferia naqueles que consideram que “cada vida importa”.

Essa narrativa é uma representação do que tratamos neste artigo como *dores da periferia*, portanto, as vozes femininas que delineiam mapas afetivos que resistem diariamente à dor do luto, ao medo de ameaças contra a vida de outro jovem periférico, que pode ser seu filho ou o filho da sua amiga, da sua irmã, da sua vizinha, o namorado ou companheiro de outra mulher ou o pai de uma criança. São dores que se recusam a silenciar, pois a periferia luta por amor pela vida dos jovens periféricos e pela memória daqueles que não sobreviveram. Jeanne Favret-Saada (2005), ao analisar os caminhos para a compreensão da alteridade, destaca que a “empatia”, a ideia de “deixar-se afetar”, é uma via de acesso à experiência do outro, a uma experiência emocional suscitada pela participação naquilo que se quer compreender, a um modo de conhecimento em si.

Dizer “jovens periféricos” é marcar a singularidade do campo da experiência e as diversas condições de existência nas margens da cidade. Significa trazer uma terminologia de identificação presente nos discursos dos jovens, ou seja, um termo nativo que exprime práticas de resistência e afirma que a periferia tem uma identidade que não deve ser exclusivamente reconhecida pela precariedade e exclusão. Pensar a periferia pelo viés da violência guarda relação com os eventos que marcam esses lugares. Assim, em outros tempos, ser periférico era uma expressão de estigmatização vinculada à ideia de algo perigoso, seja essa expressão atribuída a uma pessoa ou a um lugar. No Brasil, muitas capitais têm suas periferias narradas a partir de eventos de violência. Tomo as chacinas como exemplo. No Rio de Janeiro, a Chacina da Candelária, ocorrida em julho de 1993, ceifou a vida de 8 crianças e adolescentes que viviam nas ruas do centro da cidade. Em São Paulo, o mês de maio de 2006 fez nascer o Movimento Mães de Maio, constituído pelas famílias das 564 pessoas que foram assassinadas naquele mês em todo o estado. Em 2015, o bairro da Cabula, em Salvador, teve 12 moradores assassinados poucos dias antes do Carnaval na capital baiana. Em novembro desse mesmo ano, 11 jovens da Comunidade

do Curió, em Fortaleza-CE, foram mortos durante 6 horas de tiroteio efetuado por policiais militares. O que esses eventos têm em comum? Quais são suas recorrências? Tratam-se de situações de violência que ocorrem nas periferias urbanas, vitimando jovens pobres e pretos, com trajetórias marcadas pela precariedade, cujas famílias passarão a desbravar uma longa luta por justiça e reparação.

Sentimentos dolorosos são desencadeadas pela violência e pelo modo como são produzidas as rotulações juvenis, especialmente dos moradores da periferia, que se atrevem a transgredir, a romper e interromper o dado, o dito, o esperado, pois, como enuncia Glória Diógenes (2003, p. 50), “os jovens lançam-se em uma vertiginosa onda contínua, desnudados das marcas costumeiras, transmudando os signos da ordem e da moral urbana”. Eles são produtores de rotas, encontros e movimentos. Suas circulações por experiências, contingências e (re)existências têm paisagens de sentimentos que consolidam modos de atravessar e construir significados em suas trajetórias de vida (Marinho, 2020). Compreender a juventude como um tempo de travessia é reconhecer que seus percursos não estão estabelecidos por trajetos com começo, meio e fim, mas por meio da experiência que o ato de movimentar desencadeia. Suas travessias expressam o nomadismo e o fluxo da vida cotidiana, transformando percursos, experiências, etiquetas, éticas, emoções e desejos em um movimento desordenado que produz uma temporalidade desalinhada, e não etária, resultante de experiências singulares e transgressoras que invertem padrões normatizados e normatizadores da vida social. Essas dimensões imbricadas designam modos de vida, afetos e multipertencimentos marcadores das juventudes contemporâneas.

Nota-se que grande parte das vozes que clamam pela vida das juventudes são de mulheres. Portanto, se estamos tratando de narrativas femininas, nada mais adequado do que dialogar neste artigo apenas com estudiosas e pesquisadoras de temas que analisam as formas de opressão, violência e reconhecimento e as correntes teóricas vinculadas às epistemologias decoloniais e ao feminismo negro. Assim, trazemos para esse debate intelectuais como Bell Hooks, Grada Kilomba, Angela Davis, Judith Butler, Veena Das, Nancy Fraser, Gayatri Spivak, Hannah Arendt, Joan Scott e Berenice Bento, dentre outras que analisam as formas de opressão e subalternidade às quais as experiências e os sentimentos das mulheres são submetidos, mas que desenvolvem resistências e reexistências sobre a condição feminina. Dessa forma, a escrita etnográfica é um lugar não só de descrição densa e vivida por uma(o) observadora(o), mas de engajamento e de desconstrução de marcações de diferenças, como aponta Vanessa P. Perin (2021, p. 312):

Assim, olhar para diferentes escalas encarnadas nos corpos, nas experiências, nas lacunas das narrativas, nos posicionamentos dos sujeitos é atentar para as significações da malha de afetos que perpassam tanto a vida dos sujeitos de pesquisa, quanto para aquelas que são produzidas pelas relações do pesquisador

em campo e, posteriormente, em seu trabalho de escrita. São, enfim, narrativas do mundo e engajadas no mundo.

As experiências e narrativas apresentadas neste artigo resultam de uma longa trajetória de pesquisa que realizo nas periferias de Fortaleza. Desde o início dos anos 2000, quando realizei um estudo com as jovens viúvas que perderam seus namorados repentinamente, passando por um tempo de pesquisa com jovens moradores de rua, e retomando atualmente as investigações sobre homicídios de jovens e as trajetórias de jovens que são filhos de jovens vítimas de homicídios. Portanto, venho observando percursos, analisando modos de viver e escutando histórias de jovens e mulheres das periferias ao longo de minha trajetória como pesquisadora. Observo como mulheres entrecruzam suas trajetórias de vida e seus mapas afetivos com formas de sobreviver a um cotidiano marcado por dor e medo, no qual a violência diária pode causar desesperança entre aquelas que lutam por amor e preservação da memória de alguém de seu círculo de afetos que perdeu a vida precocemente, fazendo-as aprender a viver com a dor de uma saudade. Percebo como uma dor da periferia se difere de dores de outros lugares, especialmente por sua sensação de recorrência e infinitude, pois a vida precária desperta uma aparente conformidade, como se outro modo de viver marcado pela segurança, pela justiça social e pela idealização de projetos de futuro para as juventudes das periferias fosse algo inalcançável. Com isso, o objetivo deste estudo é mapear sentimentos de mulheres que recusam aos silenciamentos femininos, tomando as emoções como parte do trabalho de campo e possível via para a compreensão do outro.

Alianças, emoções compartilhadas e condição feminina

Judith Butler (2019) enuncia que informações sobre vidas perdidas não devem ser lidas apenas como dados numéricos, mas como histórias que se repetem todos os dias de forma interminável e irremediável. Seus questionamentos giram em torno de preocupações com a produção da comoção, dos julgamentos e de maneiras mais inclusivas e igualitárias de reconhecer a precariedade. Para Butler (2019), a precariedade é um lugar de aliança, um elo que une as populações mais expostas à violência de Estado para reivindicar direitos e disputar o sentido público do espaço público. Desse modo, afirmar que uma vida pode ser lesada, exterminada, perdida é uma forma de sublinhar não só sua finitude, como sua precariedade, pois a vida de alguém está, de alguma forma, nas mãos dos outros (Butler, 2019). Assim, a vida nas cidades marcadas por desigualdades sociais são produtoras de eventos de violência que escrevem suas histórias e, geralmente, temos jovens como

principais vítimas de tais eventos¹. Tratam-se de narrativas que exibem as desigualdades de gênero, raciais e regionais das estruturas que alimentam a chamada *necropolítica*, esse sistema de morte, como um método direcionado às políticas para as juventudes brasileiras.

Considerada nas pesquisas sobre pobreza e violência em países atravessados por injustiças sociais, a necropolítica se tornou a ferramenta que afirma a banalidade da vida e da morte de determinados grupos sociais. No entanto, Berenice Bento (2018) nos provoca a pensar sob outro ponto de vista, pois a autora foca suas discussões no papel do Estado para entender a relação entre biopolítica (dar a vida) e a necropolítica (promover a morte). Para a autora, a governabilidade, para existir, precisa produzir interruptamente zonas de morte:

[...] o necrobiopoder unifica um campo de estudos que tem apontado atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer e, ao mesmo tempo, políticas de cuidado da vida. Dessa forma, proponho nomear de necrobiopoder um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver (Bento, 2018, p. 7).

Em recente artigo (Leite & Marinho, 2020), apresento narrativas de mulheres que são mães e que lutam por reconhecimento, amor e memória em razão do assassinato de seus filhos, vítimas daquilo que elas denominam “terrorismo de Estado”². Observamos como essas mulheres têm experiências e trajetórias de vida marcadas por violências, assim como carregam em suas travessias os desafios de viver uma maternidade inexoravelmente solitária e aflita. Os termos “mães da periferia” e “mães não convencionais” mostram como ser mãe de um(a) jovem negro(a) e pobre remete a práticas de resistências cotidianas e mobilizações de estratégias para garantir sua maternidade e seu “direito de ser mãe” quando a vida de seus filhos se encontra em risco (Leite, 2018; Vianna & Farias, 2011). Alice é uma mulher de 42 anos de idade que vive na periferia de Fortaleza. É negra, formada em Pedagogia e foi criada apenas por sua mãe. Atua como uma importante articuladora do movimento “Vozes do Socioeducativo e Prisional”, portanto, trata-se de uma voz que enuncia as dores de viver uma maternidade na periferia:

1 O *Atlas da Violência 2020* (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Ipea], 2020) mostra que, dentre os 30.873 jovens assassinados em 2018, 75% eram negros, 74% tinham escolaridade de até 7 anos e 77% foram vítimas de arma de fogo. As maiores taxas de homicídios no país se concentram em capitais do Norte e do Nordeste (na ordem, Roraima, Ceará, Pará, Rio Grande do Norte, Amapá e Sergipe). Portanto, além daquilo que os números revelam, por trás deles existem trajetórias de vida de pessoas que morreram e que deixaram outras pessoas sofrendo as dores de sua morte.

2 Esse termo é recorrentemente usado pelos familiares de pessoas das periferias que sofreram algum tipo de violência institucional protagonizada por agentes do Estado (agressões verbais, agressões físicas e/ou assassinatos).

Nós não somos mães convencionais. As mães que têm filhos nos espaços institucionais, a gente tem um outro modelo de maternidade. Nós temos outros enfrentamentos. Enquanto mães convencionais sonham com os filhos nas faculdades, com boas notas, uma boa escola, nós mães da periferia duelamos para manter os nossos vivos e fora das grades [...] Viver numa cidade violenta é esse medo que nós temos [...] Fortaleza é uma cidade tão violenta que, ao invés dos governantes e gestores promoverem outras políticas públicas que não sejam do policiamento, da letalidade, a punição, prender pessoas, não se investe em educação, em cultura e lazer. Aí eu termino com aquela frase, né: onde não há cultura e lazer a violência se torna um espetáculo. E os meninos que crescem nessa violência toda, eles respondem dessa maneira, né!? Ora, regam as favelas de balas e violência e querem que nasçam flores. Não nasce. Essa conta não vai fechar (Leite & Marinho, 2020, p. 351).

Alice enuncia suas tensões e indignações em relação à vida em uma cidade perigosa e seu sentimento de desproteção diante das políticas públicas. Sua “maternidade não convencional”, como definiu, faz dela uma mulher que precisa transformar suas dores em lutas e resistências diárias em defesa da vida dos jovens periféricos. Alice integra um grupo de mulheres que vivenciam “peregrinações institucionais”, como definem Adriana Vianna e Juliana Farias (2011), que emergem quando elas não têm notícias de seus filhos, não conseguem visitá-los ou não sabem se estão vivos após as rebeliões nos centros socioeducativos ou nos presídios, portanto, quando estão sob tutela e responsabilidade do Estado. Essa é a forma descrita por Bento (2018) como um necrobiopoder, cuja governabilidade precisa produzir zonas de morte. As redes de resistência e esperança tecidas por mães da periferia são trincheiras da guerra do amor contra o ódio.

Ângela Davis (2018) orienta que, ao analisarmos a trajetória de mulheres negras, devemos perceber que muitas vezes elas se encontram triplamente oprimidas: a) sofrem por serem mulheres em uma sociedade machista; b) em razão de seu pertencimento racial, são vítimas de discriminações; e c) pela sua condição de classe, são submetidas a explorações e precariedades no mundo do trabalho. Essas mulheres representam as dores da periferia por meio de vozes que resistem e recusam-se a opressões e silenciamentos, que lutam para viver e pela vida da juventude pobre e negra. Elas alardeiam sentimentos despertados em virtude das formas de descartar as vidas juvenis reconhecidas ou discriminadas como ameaçadoras ao bom funcionamento da vida social, que devem ser eliminadas antes que coloquem a vida do outro em risco.

Falar sobre as dores da periferia, compartilhar as angústias, criar espaços onde a fala e a escuta dessas mulheres sejam viáveis é uma forma de não silenciar, não precarizar, não subalternizar a experiência de dor e luto de muitas mulheres, pois, como destaca Gayatri C. Spivak (2010), compreender esses sentimentos como dores subalternas é uma violência

epistêmica. Precisamos promover a escuta dessas dores. Linda Alcoff (2020) nos provoca a pensar os desafios éticos e afetivos de falar sobre a dor do outro quando não somos parte do grupo. Porém, a autora destaca que, como toda fala e toda escrita é política, precisamos usar localizações e posicionamentos privilegiados para “falar com”, criando um espaço de diálogo. Quando falo pelos outros, eu crio meu “eu público”, que se compromete e se indigna com os sofrimentos coletivos e cotidianos.

Mapeando afetos e vozes da periferia

Veena Das (2011) discorre que há uma recusa da banalidade da violência ao abrir a dor do outro. O modo como um “evento crítico” rompe a vida cotidiana, obrigando as pessoas a recriarem seus caminhos, torna a experiência com um evento violento, uma maneira capaz de reconfigurar mundos a partir não só da agência das pessoas, mas de suas vozes que enunciam sofrimentos coletivos. Tais narrativas possibilitam que as pessoas encontrem um espaço para que suas dores sejam reveladas. Muitas vezes, esses lugares são os canais de comunicação e as redes sociais, pois as dores da periferia são recorrentemente “televisionadas” ou “viralizadas” nos mais diversos espaços de divulgação de informação. Quer seja pela exposição do evento de violência, quer seja pela narrativa das mulheres em busca de justiça e de preservação da imagem do jovem que perdeu a vida. Sobre as formas de anunciar as dores provocadas pelo luto, destaca-se que:

[...] as mulheres falavam de suas experiências ancorando seus discursos nos gêneros do luto e da lamentação que já lhes atribuíam um lugar no trabalho cultural do luto, mas elas falavam da violência e da dor tanto dentro desses gêneros como fora deles. Através de complexas transações entre corpo e linguagem, elas foram capazes de dar voz e de mostrar os prejuízos causados a elas e também de dar testemunho do dano causado ao tecido social como um todo – o ataque era à ideia mesma de que grupos diferentes fossem capazes de habitar o mundo conjuntamente (Das, 2011, p. 11).

São sentimentos em turbulência remexidos pelos eventos ocasionados pela violência que produzem as dores daqueles que vivem o luto. Ceres VÍctora e Maria Claudia Coelho (2019, p. 11), analisando o lugar das emoções, afirmam que “as emoções teriam uma capacidade ‘micropolítica’, ou seja, uma capacidade de dramatizar, reforçar ou alterar as relações de poder, hierarquia ou *status* dos sujeitos que as sentem e/ou expressam”. Assim, as vozes enunciadas pelas dores da periferia são metamorfoseadas pelas mulheres quando dizem “transformei o luto em luta”. Maria Claudia Coelho (2019, p. 295) destaca em outro artigo que “da trajetória das emoções ao longo da história da antropologia, elas

passam de intrusas indesejáveis a motivações para conhecer, exigindo para isso novas formas de pesquisar e novas formas de narrar”. Para a autora, o lugar das emoções em um contexto etnográfico se apresenta como forma de conhecimento da experiência do outro por meio do contraste com a vivência do pesquisador, via “conhecimento posicionado”, “intersubjetividade” ou “deixar-se afetar”.

Dessa maneira, caminhamos a partir deste ponto do texto por uma escrita afetiva, delineada pelas narrativas de três mulheres nascidas em Fortaleza. Tratam-se de trajetórias de dores que ressoam das periferias marcadas pela injustiça social, cujo cotidiano é atravessado por vozes que enunciam o fim da vida de um jovem, ao mesmo tempo que alardeiam sua recusa aos silenciamentos que podem tornar banal a violência e o sofrimento coletivo. São vozes que gritam as dores da periferia, cujas tensões podem apresentar enredos diferentes e intransponíveis diante de emoções como o medo, a saudade e a desesperança.

Medo

Rebeca é uma jovem estudante universitária de 20 anos de idade³. Ela já teve experiências de trabalho com vínculo empregatício em empresas de venda de seguros e em uma locadora de automóveis. Sua renda consiste em uma bolsa de extensão da universidade e relata que a mãe trabalha muito para que ela possa dedicar-se integralmente aos estudos. A jovem reside em um bairro da periferia com a mãe e a avó e destaca a importância dessas mulheres em sua vida:

Eu sempre tive o apoio da minha mãe, da minha avó, então, teve um tempo que a gente tava muito ruim financeiramente, mas uma das prioridades, por toda a história que ela passou, foi conseguir me manter nos estudos. Um colégio, com todo o esforço do mundo, ela conseguiu pagar um colégio particular pra mim, pra me ver melhor e tentar ser diferente do que ela passou e na faculdade também... minha meta principal hoje é conseguir me formar e não sei se eu quero levar adiante os estudos acadêmicos ou se eu quero passar num concurso ou entrar no mercado de trabalho agora. Ainda não tenho nada definido.

3 Rebeca, um nome fictício, assim como os nomes das outras narradoras deste artigo, é uma das interlocutoras de uma pesquisa que coordeno, intitulada “Herdeiros da violência: trajetórias de jovens que são filhos de jovens vítimas de homicídios no Ceará”. Junto com os pesquisadores de iniciação científica Samara Andrade e Vinicius Cavalcante, estudantes da Universidade Estadual do Ceará (UECE), realizamos entrevistas presenciais com os jovens fortalezenses. Mais informações sobre a pesquisa estão disponíveis em Marinho, Lima e Santos (2019).

Em outros tempos, Rebeca disse que sua casa era mais movimentada, pois, além dela, sua mãe, sua avó, seu avô (que faleceu quando ela tinha 16 anos), suas tias e seus primos (que ela considera seus irmãos) também moravam lá. A jovem relata que sua família sempre viveu de maneira confortável, *“apesar de não termos bens materiais, como casa e carro”*, e ela se considera membro de uma família de classe média baixa, pois, em suas palavras, para definir a classe social de uma pessoa ou de uma família, seria necessário:

[...] ter alguns parâmetros de, como eu posso dizer, do que a pessoa possui, bens materiais, casa própria, carro próprio, nível de contas, de cartão de crédito e até nível cultural do que a pessoa consegue adquirir culturalmente.

Rebeca reconhece sua mãe como chefe da família e responsável pela renda da casa. Diz viver em um *“bairro periférico tranquilo”*, porém, *“a gente percebe que o aumento da milícia tá enorme. Na época do meu pai tinha policial corrupto, mas nessa época está muito pior, principalmente pela conjuntura política atual”*. A jovem revela um medo que a acompanha, especialmente devido ao fato dela fazer parte de uma geração que, com frequência, perde amigos, irmãos e primos em conflitos armados nos quais muitos se tornam vítimas de homicídio: ela tem medo do primo ser assassinado. Valéria Sanches (1997) ressalta que existem diferentes “modos de morrer”, mas que, para os grupos excluídos, a “modalidade do fim” mais presente é a morte violenta. Evidencia-se que as classes mais privilegiadas também são ameaçadas pela violência, mas isso é algo isolado em seu cotidiano, trata-se de uma eventualidade que causa espanto e indignação, uma situação anômala. No entanto, para os moradores dessas regiões, a violência se tornou algo banal. A autora lembra que as mortes violentas ocorrem em vias públicas, expondo os corpos das vítimas e as dores de seus familiares, assim, na periferia os rituais em torno da morte se distanciam das práticas que buscam ocultá-la. Para Sanchez (1997), a incidência das mortes, a frequência dos eventos violentos e a exposição dos cadáveres são elementos que conferem particularidades às periferias, agravando o registro desse acontecimento na memória.

O medo cotidiano de Rebeca se refere à ameaça de morte ao seu primo de 18 anos de idade. Quando ela soube do envolvimento dele com o tráfico de drogas, disse que sofreu muito, pois considera trágico o destino de jovens que se envolvem com o mundo do crime:

Eu sofri muito, muito, muito, porque eu já vinha de uma história de perder, pai, tio, primo e ver que meu primo, que foi criado comigo e que eu considero meu irmão, está entrando para essa vida que a gente sabe que tem poucas saídas: ou morre ou

vai preso. Eu não conheço histórias de gente que se redimiu do crime e hoje está inserido na sociedade completamente.

Ela lamenta que o primo tenha se envolvido com práticas ilegais e perigosas, pois

[...] eu não sei o por quê dele tá fazendo isso. Eu não tô dizendo que pra você entrar pro crime você precisa não ter apoio familiar, você precisa não ter condições financeiras, porque isso tudo ele tinha.

São tensões e sentimentos daqueles que reconhecem que *cada vida importa* e como a morte de um jovem deixa um rastro de dor em seus círculos afetivos. Os sofrimentos coletivos, a desesperança diante do futuro e outros tantos sentimentos movem um caleidoscópio de emoções que circundam as travessias e trajetórias juvenis contemporâneas.

Sobre as lembranças de sua história com o pai, Rebeca aponta a ausência como principal sentido e diz que lembra o dia de seu assassinato - ela tinha 11 anos de idade na época. Seu pai e o irmão estavam envolvidos com o tráfico de drogas no bairro e foram assassinados em diferentes situações de vingança e disputa de território. Ela relata que, no dia do evento, seu pai estava conversando com o irmão na calçada da casa de um familiar quando duas pessoas atiraram e atingiram esse irmão. Na troca de tiros, seu pai matou um dos invasores e ficou jurado de morte. Ele precisou se esconder por algum tempo na casa de familiares da mãe de Rebeca. No entanto, para a jovem, o sentimento de vingança de seu pai foi maior do que o de proteção. Em um confronto com os matadores de seu irmão, ele acabou sendo morto aos 28 anos de idade. Naquela época, seu pai morava com outra mulher e tinha um filho com ela. Sobre sua reação ao saber da morte do pai, a jovem desabafa:

[...] não tive nenhuma emoção na hora. Eu sabia que isso podia acontecer a qualquer momento, por causa do histórico dele. O que mais me chateou na morte dele foi eu não ter tido contato nenhum com ele, que podia ter pedido para me ver [...] o único sentimento que eu tinha por ele era indiferença. Eu nunca tive contato com ele. A única figura paterna que eu tive na minha vida foi o meu avô.

A trajetória de Rebeca é reveladora de signos que sinalizam a condição feminina. Sua mãe viveu uma “maternidade solo” mediante a “paternidade irresponsável” de seu pai, que não se fez presente em sua vida, no entanto, ela compartilha com a mãe o mesmo medo

que esta viveu outrora: ter um jovem de seu ciclo de afetos assassinado. A mãe temia pelo companheiro de vida, em risco na época em que viviam juntos, e Rebeca vive com medo de que seu primo/irmão perca a vida. São dores de mulheres da periferia que também vivenciam injustiças e inseguranças. Nancy Fraser (2006) destaca que pessoas sujeitas às injustiças culturais e econômicas necessitam não só de políticas de redistribuição, mas de reconhecimento. Gênero e raça, segundo a autora, são “coletividades bivalentes” que sinalizam formas de injustiça referentes à sua situação de classe explorada e de sexualidade desprezada. Para a autora, esses danos são injustiças de reconhecimentos, pois “a desvantagem econômica das mulheres restringe a ‘voz’ das mulheres, impedindo a participação igualitária na formação cultural, nas esferas públicas e na vida cotidiana” (Fraser, 2006, p. 234). Sensível a isso, a mãe de Rebeca, ao viabilizar que sua filha se dedique aos estudos, pode levá-la a recriar seus caminhos e produzir percepções de mundo que contestarão sua condição de subalternidade e opressão, tornando outra condição de vida feminina possível.

Saudade

Nos idos dos anos 2000, eu iniciei uma pesquisa sobre as trajetórias de jovens viúvas que tiveram filhos com garotos envolvidos em situações de violência que ocasionaram suas mortes⁴. Nessa época, as periferias de Fortaleza eram recortadas por galeras e grupos juvenis que, classificados como “gângues”, carregavam seus territórios em seus corpos quando se movimentavam pela cidade (Diógenes, 2003). Os jovens frequentavam bailes *funk*, estádios de futebol, praças e praias, deixando suas contradições e contravenções como marcas juvenis, ao mesmo tempo que geravam medos sociais e repressões violentas por parte dos agentes do Estado, como ocorre até os dias de hoje. Os conflitos entre as gângues eram de ordem territorial, referentes aos bairros e às comunidades inimigas que cada grupo frequentava. Passados alguns anos, com a emergência de uma nova nomenclatura, as “facções criminosas”, as regras, as éticas e os territórios também ganharam novos entendimentos e delimitações.

Clara era uma dessas jovens que curtia os bailes *funk* nas comunidades periféricas de Fortaleza. Ela relata que adorava essa diversão juvenil, que era embalada por canções

4 Essa pesquisa foi realizada durante os anos de 2000 a 2004, mediante acompanhamento das trajetórias de vida de jovens meninas das periferias que tiveram filhos e foram surpreendidas pela morte precoce de seus companheiros. Ela traz reflexões sobre a condição feminina e as experiências com a maternidade, o luto e a convivência nos espaços públicos de suas comunidades. Os resultados foram apresentados em capítulo de livro (Marinho, 2009), em meus trabalhos de conclusão de curso na Graduação em Ciências Sociais e no Mestrado (Marinho, 2004) em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a orientação do Prof. César Barreira, a quem sou grata por me ensinar a pesquisar os fenômenos da violência e os jovens da periferia a partir da escuta de suas histórias.

como “*Era só mais um Silva que a estrela não brilha. Ele era funkeiro, mas era pai de família*”, do MC Marcinho, bem como um *funk* clássico dos MCs Cidinho e Doca:

*Eu só quero é ser feliz,
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é!
E poder me orgulhar,
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar.*

Como Clara é filha única, seus pais sempre ficavam de olho em suas perambulações. No entanto, ela me disse que sempre teve uma relação de confiança e cumplicidade com sua mãe, que a incentivou, tempos depois, a concluir um curso de Auxiliar de Enfermagem. Trata-se da profissão da mãe que a filha optou por seguir.

Sua juventude foi marcada por “namoros proibidos” - ela relata que não era uma escolha intencional, mas costumava namorar garotos “com envolvimento”. Na época, “ter envolvimento” era ser um “gangueiro” ou “drogueiro”, termos que o senso comum atribuía aos jovens que integravam as gangues juvenis e usavam de forma abusiva e constante substâncias psicoativas (p. ex., maconha, *crack*, cocaína e remédios de uso controlado, como *rohypnol*). Os dois relacionamentos que marcaram a juventude de Clara foram com garotos que sua família reprovava e eles não podiam frequentar sua casa. A jovem tentava manter os relacionamentos em segredo, mesmo sabendo que sua família tinha conhecimento deles. Para ela, havia certa empolgação em ser “*a mulher do chefe da gangue*”: se por um lado isso produzia a reprovação de sua família e da comunidade (que a estigmatizava), por outro, o grupo juvenil exaltava sua condição feminina, pois a “mulher do chefe” tinha *status* e não poderia ser molestada. Clara afirma que esse papel também exigia dela valentia e coragem para defender seu amado dos males e perigos de uma vida em risco.

Embalada por um discurso amoroso que exalta a alegria do amor vivido, a jovem considera que viveu uma história de amor com o namorado com quem teve seu primeiro filho. Esse relacionamento nasceu de maneira despreziosa, pois ela relata que “ficou” com Beto para fazer ciúmes em seu namorado na época, João, sem imaginar que esse relacionamento marcaria sua trajetória de vida. Ela descreveu João como uma pessoa violenta, que costumava agredi-la física e emocionalmente, além de ser temido pelos demais moradores do bairro. Sobre Beto, sua memória guarda um sentimento de felicidade:

Era muito bom ficar com ele. Até que ele era diferente. Ele era de gangue, era muito doido, era chefe de gangue, mas comigo, pra mim, ele não era. Era como se ele não fosse tudo aquilo que falavam dele, que ele fazia, entendeu?! Porque ele era muito bom pra mim.

Beto e Clara tinham a mesma idade quando começaram a namorar: 20 anos. Clara estudava e estava concluindo o Ensino Médio via supletivo. Seu desejo era ingressar em um curso de Auxiliar de Enfermagem e Beto a incentivava a estudar para ter uma vida autônoma, sem precisar da ajuda de sua família. Ela morava na casa da mãe e viveu a infância em torno dos conflitos familiares, em razão de seu pai apresentar problemas com o alcoolismo, o que o tornava violento com ela e sua mãe. Beto morava sozinho em uma casa pequena, um “puxadinho” que sua família construiu para ele no terreno da casa de sua família. Ele tinha deixado de estudar, vivia de atividades informais e ilegais e respondia em liberdade por um homicídio que cometera antes de começar a se relacionar com Clara. Certa vez, ela estava com Beto na casa dele quando um amigo apareceu e pediu para ele vender uma bicicleta para um traficante. Beto disse para Clara que resolveria logo o pedido do amigo e saiu de casa. No meio do caminho, ele cruzou com uma viatura da polícia e um rapaz acusou Beto do roubo de sua bicicleta. O jovem foi encaminhado para a delegacia do bairro e assim que soube do ocorrido Clara foi atrás do namorado.

Beto ficou alguns dias preso na delegacia e Clara contou que esse período foi difícil para ele, especialmente em razão de sua dependência química. Em crise de abstinência, ele pediu que ela levasse “umas paradas” para seu consumo, mas ela se negou. No momento em que sua crise se tornou insuportável, Beto tentou se enforcar na delegacia. Clara relata que fez tudo o que estava ao seu alcance para conseguir o dinheiro da fiança estipulado pelo juiz. Vendeu seus poucos pertences, pediu dinheiro emprestado, juntou-o com a quantia que a família de Beto tinha arrecado e conseguiram soltar o rapaz. A partir disso, Beto entrou em um profundo processo de depressão e Clara ficou sem saber como ajudar o amado. O que pôde fazer foi passar mais tempo com ele e levava o filho à casa do namorado. No entanto, em certa noite ela acordou e não o encontrou dormindo na cama ao seu lado. Quando chegou à cozinha da pequena casa, deparou-se com ele morto. Beto havia conseguido se enforcar e morreu em casa. Clara tornou-se uma jovem viúva, perdendo precocemente seu companheiro aos 23 anos de idade. Ela passou a criar o filho sozinha, atravessada pela saudade e pela culpa de não ter sido capaz de proteger o amado:

Hoje em dia eu ainda sou inconformada, porque como é que pode, meu Deus do céu! A gente vivia tão bem. Talvez se ele não tivesse morrido a gente já podia tá morando junto. [...] Pra mim, ele não morreu. Eu chego lá no cemitério e falo: “Oi meu amor, cheguei!” Aí me sento lá no túmulo dele e converso as coisas que tá acontecendo comigo. Agora eu parei mais com isso, porque eu tô me acostumando, né? Me acostumando a viver sem ele.

Viver o luto é um ritual de apreciação do tempo, de esperas e tentativas de conciliar a dor e a saudade. Para as mulheres, a viuvez inaugura um momento de controle muito maior de seus corpos e seus sentimentos. Espera-se delas uma infinita declaração de honra e fidelidade ao companheiro perdido, nutre-se um desejo de que elas rompam com o social e mergulhem por completo em si mesmas, pois viver o luto é uma forma de lembrar o morto. Spivak (2010), ao analisar um ritual fúnebre no qual a viúva hindu deve atirar-se sobre a pira funerária do marido falecido, demonstra como a condição da mulher é de subalternidade e de dupla opressão, pois além de não ter espaço para enunciar sua voz política e ser ouvida, sua condição de gênero e a manutenção das estruturas de poder da sociedade são produtoras de “mudez” e “silenciamento feminino”. No caso da viuvez, geralmente, um comportamento não regido pela reclusão e pelo sofrimento público leva as pessoas a pensar que elas não estão vivendo o luto como deveriam, portanto, são anuladas, negadas e condenadas por não expressarem a consideração e o reconhecimento merecidos pelo companheiro perdido e demandados pela sociedade de uma viúva. Nesse cenário, o silêncio e a invisibilidade podem ser formas de proteção e resistência.

Hoje, Clara vive um novo relacionamento, teve outros dois filhos e continua morando na mesma casa em que viveu sua infância e adolescência. Ela não tem mais contato com os familiares de Beto, nem mesmo seu filho, que vive no mesmo bairro com esses parentes. No entanto, existem alguns rituais que a saudade não deixa esquecer:

[...] quando é aniversário dele eu vou para o cemitério, dia dos pais eu vou também. Meu filho ia comigo, mas agora que cresceu não vai mais.

Seus dois filhos meninos e seu novo companheiro trabalham com *surf*, dando aulas e participando de campeonatos. Sua filha caçula é iniciante no esporte. Além de sua formação como auxiliar de enfermagem - Clara atua na linha de frente do combate ao coronavírus, por trabalhar em um posto de saúde de seu bairro -, ela concluiu um curso de Serviço Social - defendendo uma monografia sobre a trajetória de mães que têm filhos cumprindo medida de internação no sistema socioeducativo do Ceará. Essa jovem representa uma das dores da periferia, pois a saudade fez dela uma porta-voz de outras mulheres cujos filhos, namorados, irmãos e amigos lidam com um cenário de vidas breves e ameaçadas.

Desesperança

Territorialmente, a periferia é reconhecida como um lugar longe do centro de uma cidade ou situada em um ponto distante de um espaço dominante. Socioeconomicamente, ela é referência de desigualdade e exclusão. São os bolsões de pobreza que demarcam

as diferenças e injustiças dos modos de viver recortados por classe e raça. Culturalmente, a periferia é produtora de uma “arte marginal”, que ressoa a criatividade oriunda das periferias. Para Grada Kilomba (2020, p. 168), as divisões geográficas coreografadas pelo racismo são produtoras de fronteiras entre “o mundo das/os ‘superiores’ e o mundo das/os ‘inferiores’, entre o ‘aceitável’ e o ‘inaceitável’, entre as/os ‘boas/bons’ e as/os ‘más/maus’, entre o ‘Nós’ e as/os ‘Outras/os’, evitando a contaminação das/dos primeiras/os pelas/os segundas/os”.

Diante disso, convido as(os) leitoras(e)s deste artigo a olharem de modo intrometido, reparando e considerando que a periferia, quando sinônimo de precariedade, está em movimento e territorializa-se mediante o viver dos moradores de rua, ou melhor, das pessoas com experiência de moradia de rua. Portanto, tratam-se de grupos periféricos que fazem parte da paisagem de vários pontos da cidade, porque circulam, nomadizam e reinventam modos de viver. Prefiro afastar minha percepção sobre o que é ser uma pessoa que vive nas ruas a partir da temporalidade, da quantidade de dias e noites que passam “fora de casa”. Opto por partir da ideia de experiência, como define Joan Scott (1999), entendendo-a como um evento linguístico, tanto coletivo quanto individual, dotado de significações mutáveis, que, por meio da linguagem, constitui o sujeito discursivamente em sua experiência compartilhada. Lembro-me de um jovem que conheci em minhas perambulações de pesquisa que disse: *“eu posso até sair da rua, mas a rua nunca vai sair de mim”*. Essa narrativa desvenda sua experiência, seu corpo revela sua trajetória, seu discurso evidencia o lugar de seus multipertencimentos. As experiências do movimento nômade, imbricadas por tantos acontecimentos, produzem as “singularidades inquietantes” que compõem as trajetórias de vida nas ruas de cada pessoa⁵.

Com isso, relato uma história de dor da periferia de duas mulheres, mãe e filha, que tive a oportunidade de conhecer e com quem convivi em diferentes momentos e situações. Dona Lúcia é mãe de três filhos e atua como trabalhadora doméstica. Seu primeiro marido, pai de seus dois primeiros filhos, José e Juliana, é falecido. Ela teve outro companheiro, pai de sua terceira filha, Jamile. Dona Lúcia possui casa própria e é a chefe de sua família nos sentidos econômico e afetivo. Conheci Juliana quando ela tinha 12 anos de idade. Tratava-se de uma jovem com experiência de moradia de rua que cruzou minha vida enquanto ela morava no centro da cidade e eu trabalhava em uma instituição municipal que promovia políticas públicas para crianças e adolescentes. Demorei muito para conquistar a confiança e simpatia dessa jovem, que tinha como um de seus traços mais marcantes a inquietação e a ousadia. Ela não só perambulava pelas ruas da cidade, mas pelas emoções e preocupações

5 Os dados dessa pesquisa etnográfica resultam de uma experiência nascida de minha atuação em uma instituição de promoção de políticas públicas para a infância e a adolescência em Fortaleza, durante os anos de 2005 a 2008, que transformei em um projeto de pesquisa do doutorado concluído na UFC (Marinho, 2012). Essas travessias de pesquisa fizeram de mim uma socióloga com experiência em gestão pública, que teve o privilégio de ser orientada nas duas atividades pela Profa. Glória Diógenes, a quem sou grata por ter me ensinado a fazer pesquisa etnográfica sobre e com as juventudes.

das pessoas de seu círculo de afetos. Quando conquistei seu carinho, logo perguntei sobre sua família. Ela não quis falar a respeito disso e temi perder a confiança que ela havia depositado em mim. Em razão do trabalho institucional de acompanhamento dos jovens que viviam nas ruas, eu soube o que havia motivado a saída de Juliana de sua casa: ela sofreu abuso sexual, cometido por seu padrasto.

Com o passar do tempo, Juliana me fez essa revelação e disse que antes de “fugir de casa” contou o ocorrido à mãe, que não acreditou em sua história. Quando conheci Dona Lúcia, ela me contou que toda vez que tinha folga no trabalho, ia atrás de Juliana, na tentativa de fazer com que voltasse para casa, pois o padrasto já não morava mais lá. Não era muito difícil perceber a dor dessa mãe de uma vítima de abuso sexual que fugiu de casa para viver nas ruas. Seus olhos marejados evidenciavam suas aflições e o medo dessa maternidade margeada por culpa, angústia e desesperança. Outra dor que ela me revelou foi a tristeza de ter um filho preso no sistema penal cearense por tráfico de drogas. Com isso, Dona Lúcia vivia sozinha em sua casa na periferia de Fortaleza com sua filha mais nova, suas dores e preocupações diante dessa “maternidade não convencional”, como definiu Alice - citada no começo deste artigo -, ou seja, uma maternidade onde as instituições entrecruzam as vidas das famílias e as aflições atormentam seus corações, preocupados cotidianamente em saber se seus filhos permanecerão vivos e em segurança.

Enquanto viveu nas ruas, as experiências de Juliana foram marcadas pelas interseccionalidades (Crenshaw, 2002) de sua condição humana, portanto, pelos múltiplos sistemas de opressão, em particular os articulados por raça, gênero e classe. Carla Akotirene (2019) destaca que a interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais. Mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais frequentemente posicionadas em “avenidas identitárias”, que as tornarão vulneráveis à colisão das estruturas e dos fluxos modernos. Juliana precisou adotar suas estratégias de sobrevivência nas ruas. Como era esperta e sedutora, logo se integrou a um grupo e conquistou o coração de um jovem reconhecido como o líder dos meninos.

Uma história à la “Capitães da Areia”, do escritor baiano Jorge Amado (2008), foi encenada nas ruas da cidade de Fortaleza. Juliana me lembrava Dora, a namorada de Pedro Bala. Ela participava das decisões do grupo, das aventuras, das atividades arriscadas e dizia que não queria ser encaminhada para um abrigo que acolhia as meninas que viviam nas ruas, porque não poderia deixar seu grupo sem seus cuidados (e comandos). Na rua, ela precisava proteger-se expondo sua fortaleza, além de submeter-se aos ilegalismos que colocavam sua vida constantemente em risco. Lembro uma ocasião em que Juliana passou um dia inteiro sem dar notícias. Tanto seu grupo quanto eu e os demais educadores sociais ficamos atordoados. Só tivemos informações da menina no dia seguinte, quando ela mesma revelou seu paradeiro: havia ficado presa em uma “boca de fumo”, porque não

tinha dinheiro para pagar a droga que consumiu e precisou fazer sexo com o traficante como pagamento. Trata-se de uma prática perversa de objetificação do corpo feminino, que faz com que os homens atribuam um valor e passem a acreditar que são donos de seus corpos e suas vidas, submetendo-as a situações violentas.

Certa vez, fui surpreendida pela notícia de que Juliana havia deixado as ruas e estava no abrigo das meninas. Fui saber o que tinha acontecido e ela me contou que brigara com o namorado e precisava de “um tempo” longe dele. No abrigo, a jovem se envolveu em um conflito com outra menina que, segundo Juliana, havia xingado sua mãe. Os profissionais da instituição acionaram equivocadamente a polícia e a menina foi encaminhada à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA). Apesar das muitas tentativas de implantação de ações de mediações de conflitos nas instituições que atendem aos jovens, a lógica punitivista e policialesca ainda é uma desafio a ser superado. Em decorrência desse ato, ela passou a cumprir uma medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e foi novamente encaminhada ao abrigo. Tempos depois, Juliana fugiu e voltou a viver na ruas do centro da cidade. Já não namorava Pedro e começou a andar com um novo grupo. Nessa época, era difícil receber notícias da menina, porém, quando chegaram elas anunciaram uma desesperança.

Como não cumpriu com assiduidade sua primeira medida socioeducativa, ela foi encaminhada a um centro educacional depois de sentenciada a uma medida de internação por ter sido acusada de um crime análogo ao roubo de um celular no centro de Fortaleza. Fui visitar Juliana nessa instituição. Em nossa conversa, ela me perguntou com uma voz engasgada: “*Você já sabe, né!?*”. Respondi que sim. A jovem tinha contraído o vírus da imunodeficiência humana (*human immunodeficiency virus* [HIV]) e também estava grávida. Após concluir os seis meses de sua pena, Juliana foi para casa de sua mãe. Após o nascimento do filho, ela o entregou a mãe e foi viver seus últimos dias na rua até sua morte aos 18 anos de idade. Dona Lúcia segue desempenhando seu papel de “mãe não convencional”. Passou a criar o neto como filho, continuou visitando José no presídio e passa seus dias cuidando de sua (agora) única filha, Jamile. Dona Lúcia vai sobrevivendo com as dores que fazem com que as mães das periferias enterrem seus filhos precocemente, invertendo a “lógica natural da vida” - reconfigurando a cada dia a lógica do necrobiopoder, produtora de vidas juvenis breves que são cruzadas por medos, desesperanças e saudades.

É como Conceição Evaristo (2008, p. 10) enuncia em sua poesia:

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

Os relatos aqui descritos são “escrevivências” minhas, como aprendi com Conceição Evaristo (2008). São experiência compartilhadas através das palavras que revelam minhas observações em uma pesquisa afetiva que realizei e, sobretudo, que vivenciei com e sobre as travessias juvenis e os “afetos de rua”⁶. Pude ouvir as histórias dos jovens em uma experiência etnográfica, fazendo uso exclusivo de uma “observação vivencial”, que me proporcionou estar com os narradores dessa pesquisa, em diferentes tempos e lugares, sem precisar ou querer usar equipamentos tecnológicos que tentam gravar as palavras na tentativa de alcançar sentidos e sentimentos compartilhados.

Por uma “políticas de afetos” que descolonize os direitos humanos: apontamentos finais

Ao realizar uma pesquisa no campo da sociologia e da antropologia das emoções, percebemos como a(o) pesquisadora(o) não é uma pessoa meramente fora da realidade descrita, pois há um sentimento engendrado pelo método em si e que tece uma aliança entre narradoras(es) de pesquisa. Tratam-se de emoções que criam um caminho para a compreensão do outro, a partir da vivência de uma experiência com empatia pelas emoções compartilhadas com outra pessoa, no exercício de alcançar a alteridade. Esse é o momento da pesquisa no qual o encontro de um dado ou uma hipótese ganha um corpo atravessado por sentimentos comuns a quem observa e quem está sendo observada(o). É um encontro de gestos, pois um número virou uma história e um contato virou uma relação. Pesquisas que tematizam sofrimentos, violências e injustiças e podem afetar as(os) pesquisadoras(es) que, atravessados pela empatia, desenvolvem na atividade científica uma vocação política - uma política de afetos.

Bell Hooks (2021) ressalta que precisamos construir uma ética amorosa para que possamos praticar o amor. A autora afirma que o amor é uma ação cujos princípios são o cuidado, a afeição, a responsabilidade, o respeito, o compromisso e a confiança, e ele representa uma alquimia transformadora diante do desamor ao qual todos estamos socialmente submetidos. Descolonizar as formas como amamos envolve práticas de resistência contra os sistemas interligados de opressão, pois vivemos em uma cultura que defende a violência, o desamor e a morte, sendo o poder a ordem do dia, ao invés da defesa da vida, do cuidado, do afeto, do carinho. Portanto, para Hooks (2021), o amor envolve uma atitude cotidiana. Compreender com afeto as dores da periferia é uma maneira de rejeitar a banalização dos sofrimentos coletivos enunciados pelas vozes das periferias - vozes de

6 Dados dessa pesquisa foram apresentados em minha tese de doutorado (Marinho, 2012), bem como em Marinho (2013).

mulheres que sonham que seus filhos continuem vivos; vozes que precisam ser, nos mais diversos espaços e nas mais variadas interlocuções, alardeadas recorrentemente.

Com isso, uma política de afetos parte da compreensão dos direitos humanos como uma travessia do cotidiano que cria formas de convivência entre pessoas diferentes sob a ética do amor. Hannah Arendt (2012) já tinha nos convidado a reconstruir uma nova concepção de direitos humanos, pois os princípios da igualdade, da liberdade e da fraternidade, que formam a base doutrinária desses direitos, na verdade são abstratos e sua aplicação prática se mostra difícil. O problema desses direitos é que eles se referem a uma nação, estão ligados a ideia de cidadania e soberania do Estado. Para Arendt (2012), a reconstrução dos direitos humanos requer o reconhecimento do “direito a ter direitos” de cada ser humano, com isso, as pessoas devem ter direitos independentemente de suas fronteiras nacionais.

Ao descolonizar os direitos humanos, passamos a pensá-los a partir de uma política de afetos e do reconhecimento das diferenças, portanto, pensamos sob a perspectiva de direitos contra-hegemônicos, não eurocêtricos, não elaborados por homens brancos, ocidentais e detentores de privilégios, ou seja, em uma percepção decolonial, dialogada com a vida cotidiana das pessoas. Não são temas advindos de séculos passados, mas daquilo que acontece hoje, dizendo respeito as recusas das opressões e dos silenciamentos de grupos que vivem a experiência da precariedade e da subalternidade. Com isso, as reivindicações das mulheres das periferias, alardeadas pelas suas dores, além de envolverem a proteção à vida, falam sobre o reconhecimento da condição juvenil, da condição feminina, de uma maternidade na qual se possa sonhar com um futuro para os filhos, e com uma vida comunitária não marcada pela violência institucional. São lutas por reparações históricas decorrentes de uma sociedade atravessada pelo machismo, pelo racismo, pela transfobia e pelo patriarcalismo, que estabelece quem pode viver e quem deve morrer. Combate-se, a partir dessas vozes, a seletividade penal, a desmilitarização da polícia e a descriminalização das drogas, entre tantas outras bandeiras de lutas pelos direitos humanos contemporâneos enunciadas pelas dores das periferias.

Referências bibliográficas

- Amado, Jorge. (2008). *Capitães de Areia*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo, SP: Pólen.
- Alcoff, L. (2020). O problema de falar por outras pessoas. *Abatirá: Revista de Ciências Humanas e Linguagens*, 1(1), 409-438.
- Arendt, H. (2012). *Origens do totalitarismo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. (2016). *Cada Vida Importa: Relatório Final do Comitê*

-
- Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Recuperado de https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/relatorio_final.pdf
- Bento, B. (2018). Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, 53, 1-17.
- Butler, J. (2019). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (6a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Coelho, M. C. (2019). As emoções e o trabalho intelectual. *Horizontes Antropológicos*, 25(54), 273-297.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- Das, V. (2011). O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, 37, 9-41.
- Davis, A. (2018). *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Diógenes, G. M. S. (2003). *Itinerários de corpos juvenis*. São Paulo, SP: Annablume.
- Evaristo, C. (2008). *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte, MG: Nandyala.
- Fraser, N. (2006). Da distribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, 14/15, 231-239.
- Favret-Saada, J. (2005). Ser afetado. *Cadernos de Campo*, 13, 155-161.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). Atlas da Violência 2020. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>
- Hooks, Bell. (2021). *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo, SP: Elefante.
- Kilomba, Grada. (2020). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó.
- Leite, I. L. S. (2018). *“É meu direito de mãe”: narrativas de mulheres integrantes do grupo de mães do sistema socioeducativo de Fortaleza* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE.
- Leite, I. L. S., & Marinho, C. H. (2020). Redes de resistência e esperança: narrativas de mães do Ceará que lutam por reconhecimento, memória e amor. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, 36, 343-362.
- Marinho, C. H. (2009). Marcas do tempo: relatos sobre a morte e o luto para jovens viúvas da violência. In I. Barreira, & C. Barreira (Orgs.), *A juventude e suas expressões plurais* (pp. 65-84). Fortaleza, CE: Ed. UFC.
- Marinho, C. H. (2004). *Jovens Viúvas: o universo interdito da violência urbana juvenil*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- Marinho, C. H. (2012). *Afetos de rua: culturas juvenis e afetividades nos bastidores da cidade* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- Marinho, C. H. (2013). Inquietações sobre juventudes, experiências e metodologias. *O Público e o*

Privado: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, 21, 33-51.

Marinho, C. H. (2020). Cidades e emoções: rotas juvenis, encontros e movimentos. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 19(55), 51- 63.

Marinho, C. H., Lima, S. E. A., & Santos, V. C. (2019). Experiências, multipertencimentos e riscos de vida: narrativas de jovens filhos de jovens vítimas de homicídios. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, 9(2), 168-190.

Perin, V. P. (2021). Sobre histórias, fragmentos e silêncios em narrativas engajadas. *Anuário Antropológico*, 46(1), 298-314.

Sanches, V. (1997). Ao encontro de Mnemosyne: reflexões sobre a morte na periferia de São Paulo. *Plural: Revista de Ciências Sociais*, 4, 60-77.

Scott, J. (1999). Experiência. In Alcione Silva (Org.), *Falas de gênero* (pp. 21-55). Florianópolis, SC: Mulheres.

Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG.

Vianna, A., & Farias, J. (2011). A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, 37, 79-116.

Víctora, C., & Coelho, M. C. (2019). A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. *Horizontes Antropológicos*, 25(54), 7-21.

Para citar este artigo

Norma A – ABNT

MARINHO, C. H. Dores da periferia: mapas afetivos e vozes que recusam os silenciamentos femininos. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 11, n. 27, p. 92-114, 2021.

Norma B – APA

Marinho, C. H. (2021). Dores da periferia: mapas afetivos e vozes que recusam os silenciamentos femininos. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 11(27), 92-114.

Norma C – Vancouver

Marinho CH. Dores da periferia: mapas afetivos e vozes que recusam os silenciamentos femininos. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2021 [cited Ago 21, 2021];11(27):92-114. Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/5533>

História de vida, tráfico e violência nas periferias de Fortaleza-CE

João Pedro de Santiago Neto

*Doutorando em Sociologia – Universidade Federal do Ceará – UFC
Pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência – LEV
joao_santiago_33@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-8052-2869>*

Tuany Maria Sousa Moura

*Mestre em Políticas Públicas e Sociedade – Universidade Estadual do Ceará – UECE
Professora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA
tuanymoura@ifpa.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-6836-8691>*

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

*Doutor em Sociologia – Universidade de São Paulo – USP
Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFMA
clodomir.cordeiro@ufma.br
<https://orcid.org/0000-0001-5923-6980>*

Resumo

Este artigo tem por objetivo explorar sociologicamente a história de vida e as experiências de Reginaldo - adolescente da periferia cearense que, no período de realização do estudo, se encontrava em uma das instituições que compõem a rede do sistema socioeducativo de Fortaleza-CE - relativas aos processos sociais e às trajetórias individuais de engajamento em atividades ilegais. A partir de uma pesquisa de campo, que envolveu observações etnográficas, aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas e tessitura de fragmentos de uma história de vida, refletimos, sob um ponto de vista qualitativo dos dados levantados, a respeito das situações sociais e pessoais que conduzem os jovens moradores das periferias cearenses ao chamado “mundo do crime” e que os mantêm vinculados e dedicados a coletivos criminais. Sob essa perspectiva, o texto discorre sobre os percalços e conflitos da ascensão e queda de jovens traficantes de drogas na capital cearense, assim como sobre as recentes transformações do arranjo criminal no Estado do Ceará e as possibilidades de construção de trajetórias desvinculadas de um mundo fora da lei no qual muitos de nossos jovens aprendem a se movimentar desde cedo.

Palavras-chave jovem; tráfico; periferia; crime; estado do ceará.

Conhecer: debate entre o público e o privado

2021, Vol. 11, nº 27
ISSN 2238-0426
DOI <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2021.11.27.5543>
Licença Creative Commons Atribuição (CC BY 4.0)
Data de submissão 11 jun 2021
Data de publicação 28 ago 2021

Life story, drug trafficking and violence in the outskirts of Fortaleza, Ceará, Brazil

Abstract

This article aims to sociologically explore the life story and experiences of Reginaldo - a teenager from the State of Ceará's outskirts who, within the study period, had been admitted to one of the institutions in the socio-educational system network of Fortaleza, Ceará, Brazil - regarding the social processes and individual participation patterns in illegal activities. Starting from field research, which consisted in ethnographic observation, application of questionnaires, semi-structured interviews, and weaving together fragments of a life story, we have thought through, with a qualitative approach to the data collected, the social and personal situations pushing young residents of Ceará's outskirts to the so-called 'world of crime' and keeping them linked and affiliated with criminal groups. From this perspective, the text discusses the setbacks and conflicts of the rise and fall of young drug traffickers in the Ceará's capital city, as well as the recent changes in the criminal organization of the State of Ceará and the possibilities of building life stories unrelated to the outlaw world in which a large part of our youth learn to move at an early age.

Key words youth; drug trafficking; outskirts; crime; state of ceará.

Historia de vida, narcotráfico y violencia en las afueras de Fortaleza, Ceará, Brasil

Resumen

Este artículo tiene como objetivo explorar sociológicamente la historia de vida y las experiencias de Reginaldo - un adolescente de la periferia del Estado de Ceará que, en el período del estudio, había sido admitido en una de las instituciones de la red del sistema socioeducativo de Fortaleza, Ceará, Brasil - acerca de los procesos sociales y los patrones de participación individual en actividades ilícitas. A partir de la investigación de campo, que consistió en observación etnográfica, aplicación de cuestionarios, entrevistas semi-estructuradas y tejido de fragmentos de una historia de vida, hemos reflexionado, con un enfoque cualitativo de los datos recolectados, sobre las situaciones sociales y personales que empujan a los jóvenes residentes de las afueras de Ceará al llamado "mundo del crimen" y que los mantienen vinculados y dedicados a grupos criminales. Desde esta perspectiva, el texto discute los retrocesos y conflictos del ascenso y la caída de jóvenes narcotraficantes en la ciudad capital de Ceará, así como los cambios recientes en la organización criminal del Estado de Ceará y las posibilidades de construir historias de vida ajenas al mundo fuera de la ley en el que gran parte de nuestra juventud aprende a moverse a temprana edad.

Palabras clave juventud; narcotráfico; periferia; crimen; estado de ceará.

História de vida, tráfico de drogas e violência na periferia de Fortaleza, Ceará, Brasil

Résumé

Cet article vise à explorer sociologiquement l'histoire de vie et les expériences de Reginaldo - un adolescent de la périphérie de l'État du Ceará qui, au cours de la période d'étude, avait été admis dans l'une des institutions du réseau du système socio-éducatif de Fortaleza, Ceará, Brésil - concernant les processus sociaux et les modèles de participation individuelle à des activités illégales. À partir d'une recherche de terrain, qui a consisté en observation ethnographique, application de questionnaires, entretiens semi-directifs et tissage de fragments d'une histoire de vie, nous avons réfléchi, avec une approche qualitative sur les données recueillies, sur des situations sociales et personnelles qui poussent les jeunes résidents de la périphérie de Ceará au soi-disant « monde du crime » et qui les maintiennent liés et dévoués aux groupes criminels. Dans cette perspective, le texte aborde les revers et les conflits de l'ascension et de la chute des jeunes trafiquants de drogue dans la capitale du Ceará, ainsi que les changements récents dans l'organisation criminelle de l'État du Ceará et les possibilités de construire des histoires de vie sans rapport avec le monde hors-la-loi dans lequel une grande partie de notre jeunesse apprend à se déplacer à un âge précoce.

Mots-clés jeunesse; trafic de drogue; périphérie; criminalité; état du ceará.

Introdução

O protagonismo de adolescentes em atividades ilegais e conflitos armados tem chamado a atenção da opinião pública, dos acadêmicos e dos gestores públicos locais, que, de maneira incisiva, destacam o papel desses sujeitos tanto como principais autores quanto como principais vítimas dos eventos associados à criminalidade urbana em Fortaleza¹ nas duas últimas décadas. Observados sob o crivo de um olhar punitivo, os jovens moradores das periferias da capital cearense foram historicamente associados no imaginário local a coletivos que permeiam o processo de construção social (Misse, 2006) da violência e do crime enquanto problema nessa região do país (pichadores, gangues de baile *funk*, torcidas organizadas e, mais recentemente, facções criminosas). Expostos a inúmeras condições de vulnerabilidade, tais como pobreza, desestruturação familiar e evasão escolar, os jovens dos bairros periféricos de Fortaleza emergem como problema (Coelho, 1987), ofuscando as múltiplas violações de direitos humanos que vivenciam ao longo de suas vidas e de suas trajetórias no chamado “mundo do crime” (Ramalho, 1979).

Diante de tal arranjo, este artigo tem por objetivo explorar sociologicamente a história de vida e as experiências de um jovem traficante de drogas de um bairro da periferia de Fortaleza mediante alguns dos aspectos estruturais e das relações sociais que têm possibilitado o envolvimento de sujeitos com esse perfil em atividades ilegais. A partir

¹ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), Fortaleza (capital do Estado do Ceará) possui 121 bairros, nos quais se distribui uma população estimada, para 2020, em 2.686.612 pessoas. A cidade tem o maior produto interno bruto (PIB) do Nordeste e o 9º maior do Brasil.

da análise da trajetória de vida de Reginaldo², entrevistado em 2016 (quando era interno de um dos principais centros socioeducativos da cidade), buscamos explorar as condições e experiências sociais que possibilitam um maciço engajamento de nossos jovens em coletivos criminais, assim como algumas das expectativas diante da vida fora desses grupos.

Buscando contemplar os objetivos propostos, o texto se divide em 4 partes: a) inicialmente, exploramos o lugar das experiências de carência material, evasão escolar e conflitos familiares na trajetória de iniciação de nosso jovem interlocutor no “mundo do crime”; b) em seguida, refletimos sobre como os graduais processos de envolvimento em atividades ilegais e em coletivos armados se articulam a dimensões econômicas, políticas e sociais que garantem aos jovens moradores de Fortaleza não apenas ganhos econômicos, mas também reconhecimento político e social; c) após essa etapa, analisamos as percepções dos diferentes momentos que permearam a trajetória criminal de nosso jovem interlocutor, destacando as experiências de transição, violência e institucionalização envolvidas nos processos de engajamento de sujeitos com esse perfil em atividades ilegais; e d) por fim, destacamos alguns dos caminhos imaginados por nosso interlocutor, e por muitos de nossos jovens, para a tessitura de uma trajetória de vida longe do “mundo do crime”, revelando as possibilidades e dificuldades aventadas em tais processos de desengajamento.

Procedimentos metodológicos

Concordamos com Bourdieu (2005) quando ele considera que seria em função da elaboração dos objetos de nossas investigações que os métodos de abordagem, as técnicas de pesquisa e o tratamento adotado na análise social se impõem. Sob a perspectiva desse autor, devemos mobilizar as técnicas que, dadas as definições dos objetos, pareçam pertinentes e que, dadas as condições sociais e as práticas de pesquisa, sejam empiricamente manejáveis. Articulados a esse pressuposto e privilegiando um olhar qualitativo sobre nosso objeto, trabalhamos na pesquisa que deu origem a este artigo com base em momentos interligados e complementares.

O primeiro momento da pesquisa, realizada em 2016 e 2017, envolveu análise bibliográfica e documental em torno das questões teóricas e metodológicas pertinentes. Após essa etapa, passamos a acompanhar as experiências diárias dos moradores do bairro Serviluz³, especialmente na comunidade do Titãzinho⁴. A aproximação de seus moradores e

2 Buscando preservar a integridade física de nossos interlocutores de pesquisa, seus nomes, assim como o do centro socioeducativo onde se encontravam reclusos, não são aqui revelados – todos os nomes que aparecem no texto são fictícios.

3 A Comunidade do Serviluz está localizada no bairro Cais do Porto, zona litorânea da capital cearense.

4 A comunidade do Titãzinho está localizada em uma região do Complexo Portuário do Mucuripe, no bairro Cais do Porto, também conhecida como Serviluz. Encrustada em uma área da orla da capital, o espaço foi historicamente ocupado por pescadores, agricultores e trabalhadores portuários, especialmente estivadores, que ocuparam de maneira intensiva o espaço, sobretudo a partir de 1970, com os processos de migração e a construção de moradias precárias (Aguiar, 2017; Almeida, 1995; Anjos, 1983; Sá, 2010).

as relações estabelecidas permitiram, como descreve Whyte (2005), que contornássemos “imagens estereotipadas” e “eventos espetaculares” divulgados pela mídia, devolvendo os sujeitos a seus contextos sociais e suas atividades rotineiras. Durante esse período, por cerca de 6 meses, os autores deste artigo estiveram no bairro individualmente ou em duplas, buscando acompanhar as atividades cotidianas dos moradores e identificar traços de sua estrutura social e padrões de interação⁵. Entre períodos mais intensos e outros mais esparsos, estivemos no bairro em 48 ocasiões ao longo dos 2 anos. A pesquisa de campo prosseguiu com a aplicação de 20 questionários com jovens internos de um centro socioeducativo para menores em conflito com a lei no ano de 2016 e a realização de entrevistas⁶ com o interlocutor que inspirou a tessitura da *história de vida*⁷ que compõe as linhas centrais do texto. Os momentos com nosso interlocutor, 9 ocasiões no total, ocorreram no pátio da instituição onde o jovem era interno, permitindo-nos explorar situações relativas à importância da família e do bairro em sua trajetória, aos processos práticos e subjetivos envolvidos no engajamento dos moradores das periferias cearenses em atividades ligadas ao tráfico de drogas e às possibilidades de projetos e expectativas ligadas ao “mundo do crime” (Ramalho, 1979).

Por meio da história de vida de Reginaldo, jovem morador do Serviluz que tinha 17 anos na época das entrevistas, os dados obtidos durante a etapa de observação no bairro se revelaram sob o crivo das dinâmicas das experiências que cercam os envolvimento dos jovens moradores das periferias de Fortaleza em coletivos criminais. Mediante uma análise sociológica que busca compreender as múltiplas formas de violação dos direitos humanos com um foco qualitativo, a perspectiva dos jovens envolvidos em práticas ilegais na capital cearense instiga debates sobre a capilaridade das redes criminais estabelecidas na última década nas periferias do Nordeste.

Carências materiais, relações familiares e “envolvimento” com o crime

Aos 8 anos de idade, Reginaldo, nosso interlocutor, passou a morar com seu avô materno no bairro Serviluz, pois, segundo ele, a situação na casa em que residia com sua mãe em Mucuripe, um bairro vizinho, estava bastante “precária”. Filho de um casal que se

5 O registro etnográfico em contextos urbanos nos permite identificar experiências de organização, redes e interações, capazes de qualificarem a compreensão de dimensões microssociais pouco exploradas em olhares “panorâmicos” (Diógenes, 2010).

6 As entrevistas foram caracterizadas por momentos de apresentações polidas, horários previamente acordados, aplicação de um roteiro semiestruturado e uso de gravadores, com a devida autorização de nossos interlocutores.

7 Na introdução à edição de 1966 do clássico de Clifford Shaw, *The Jack Roller*, Howard Becker considera que a primeira obra a usar a história de vida como técnica de pesquisa na sociologia americana foi *The Polish Peasant in Europe and America*, de Thomas e Znaniecki, em 1927 (Haguette, 2005).

separou logo após seu nascimento, Reginaldo considera ter tido uma “vida difícil” desde a infância, atravessada pela carência material e por inúmeros conflitos familiares, sobretudo na relação que construiu com seu pai.

Na comunidade litorânea do Serviluz, Reginaldo se envolveu cedo com a pesca, aprendendo o ofício com seu avô, com quem trabalhou até os 14 anos. Os peixes e frutos do mar apanhados pela dupla na pescaria matinal eram conservados e vendidos durante a noite aos comerciantes do Mercado dos Peixes da Beira-Mar⁸, contribuindo de maneira significativa com a renda da família. Com a voz embargada ao falar sobre seu avô, Reginaldo aponta que aquele foi um período muito feliz em sua vida, com intensos aprendizados sobre o mar e a natureza.

Em seu novo bairro, aos poucos, Reginaldo perdeu contato com seus 2 irmãos mais velhos (um deles tinha 20 e o outro 24 anos de idade na época das entrevistas), que continuaram a viver com sua mãe no Mucuripe após a mudança dele para o Serviluz. Reginaldo considera que teve “bons momentos” com sua família, especialmente os irmãos, os primos e os pais, até o início de sua adolescência. Então, todos se dispersaram por outras periferias de Fortaleza e por cidades no interior do Ceará e em outros estados (como no Rio de Janeiro).

Apesar de morar durante grande parte de sua vida com o avô, Reginaldo considera ter sido bastante próximo da mãe durante a infância e a adolescência, pois, com ela, sempre “bateu bons papos” e “se sentia ouvido”. No período em que esteve na casa da mãe e do avô, Reginaldo frequentou regularmente as escolas dos bairros onde morou, tendo concluído a 5ª série do Ensino Fundamental na “idade correta”. Indagado sobre sua vida escolar, o jovem considera que, mesmo não tendo “concluído os estudos”, possui outras habilidades que “aprendeu com a vida”. O conhecimento escolar tem seu peso relativizado quando as experiências da “escola da vida” são colocadas em pauta e passam a permear as narrativas sobre habilidades, sucesso e reconhecimento social. Interpelado sobre as situações que o levaram a parar de estudar, Reginaldo considera que interrompeu sua vida escolar:

Porque não tava dando certo. Na escola tinha muitas pessoas que queriam... Eu era pequeno, as pessoas queriam ficar “se fazendo” pro meu lado, me bater. Aí teve um dia que eu me revoltei! Os “caras” que “queria se fazer” pra mim eu pegava uma cadeira ou então saía na mão com eles mesmo! Aí eu peguei e fui expulso! Não quiseram me aceitar lá de volta mais não. (Reginaldo, 17 anos, entrevista realizada em 23/07/2016)

8 Tradicional ponto turístico da capital cearense, localizado na Avenida Beira Mar, no bairro do Mucuripe. O mercado é localmente conhecido como um lugar para compra e consumo de pescados frescos.

Antes de ser encaminhado à instituição na qual o encontramos, nosso interlocutor afirma que tentou estudar novamente, buscando reunir documentos perdidos para se matricular em uma nova escola, no centro de Fortaleza. Seu pai teria assumido o compromisso de “correr atrás” da instituição para sua matrícula, mas nesse período ele começou a trabalhar de segunda a sexta-feira, tendo de abandonar a “missão” acordada com o filho.

Após abandonar a escola, Reginaldo passou a trabalhar como garçom em um restaurante da capital cearense. Com pouco tempo de serviço, o jovem teria conseguido alugar uma casa e mobiliá-la com a ajuda do pai e do avô. Ele ficou no emprego por cerca de 1 ano, abandonando-o devido ao seu “envolvimento” precoce com o tráfico varejista de drogas no Serviluz. Avaliando retrospectivamente suas escolhas e atitudes, o jovem considera que

[...] não era pra ter desistido. Eu é que vacilei mesmo, peguei e comecei a me envolver junto com os “caras”. Negócio de tráfico... Aí eu e meu irmão mais velho acabamos tomando conta de uma parte que meu tio comandava. (Reginaldo, 17 anos, entrevista realizada em 19/09/2016)

A saída precoce da instituição escolar, uma avaliação do trabalho formal a partir dos valores de seus grupos de interesse (Anderson, 2008; Zaluar, 1985) e as experiências vivenciadas em seu círculo familiar são processos que, segundo Reginaldo, o conduziram a um “envolvimento”⁹ gradual com atividades ilegais no Serviluz. Dificuldades financeiras, conflitos familiares, opções equivocadas e a iniciação paulatina no “mundo do crime” (Ramalho, 1979) se entrelaçam em um arranjo que criou as condições e possibilidades para a entrada de nosso jovem interlocutor nas quadrilhas fragmentadas de traficantes de drogas que àquela altura dominavam a cena criminal da capital cearense.

Reginaldo considera ter sido fácil se envolver no tráfico de drogas, pois seu pai era muito conhecido no bairro em que morava. Hoje com 41 anos, após uma longa carreira criminal e um tiro que quase o matou, ele conseguiu um emprego em uma empresa perto de sua casa e vive “mais tranquilo”, já que não se envolvia mais, segundo nosso interlocutor, em qualquer “parada errada” desde que assumiu esse serviço. Mesmo envolvido com atividades ilegais, Reginaldo revela que não era esse o destino que o pai havia planejado para ele, pois no dia em que descobriu seu “envolvimento” com o tráfico ele

⁹ Termo nativo para descrever, em diferentes níveis de profundidade, os engajamentos dos jovens em atividades ilegais.

[...] começou a bater em mim e no meu irmão... *Aí ele começou a me bater e eu também comecei a brigar, fiquei parado, não! Mas eu fiz errado, era pra eu ter ficado só na minha! Eu pensava assim, “o que ele quer, se ele tava nessa mesma vida, porque eu não posso estar?”.* (Reginaldo, 17 anos, entrevista realizada em 23/07/2016)

Além da referência paterna, na época do início de seu “envolvimento”, o tio de Reginaldo comandava uma das principais quadrilhas do bairro e arrecadava grandes somas de dinheiro com o tráfico de drogas, encantando o jovem garoto que “trabalhava duro” em troca de “apenas 1 salário mínimo”.

A recorrente participação dos familiares de Reginaldo em atividades ligadas ao tráfico de drogas no Serviluz e sua penetração precoce nesse comércio teriam precipitado, segundo seus relatos, a morte de sua mãe e de seu irmão em “atentados”¹⁰ perpetrados por grupos rivais. As mortes teriam sido motivadas por rivalidades e disputas pelo domínio dos territórios e pontos de tráfico no interior do bairro, culminando com o sequestro, a tortura e o assassinato de seus familiares. Segundo Reginaldo, sua mãe e seu irmão foram “arrancados de casa”, torturados e assassinados, sendo encontrados dias depois em outro bairro da periferia da cidade. Com a voz embargada e os olhos marejados, o silêncio se fez presente quando a mãe de Reginaldo passou a ser o tema principal de sua narrativa. A perda da mãe, como aponta nosso interlocutor, teria sido um gatilho para a decisão de sua “adesão definitiva” ao tráfico, pois depois da morte dela “tudo deixou de fazer sentido” e outras experiências passaram a ser priorizadas em sua trajetória. O “envolvimento” de nossos jovens com o comércio de mercadorias ilegais nas periferias das cidades brasileiras, sob a perspectiva das narrativas e da história de vida de Reginaldo, revela-se um processo gradual que implica dinâmicas familiares, escolares, trabalhistas e comunitárias na construção social do crime e seus roteiros típicos em nosso país (Misse, 2006).

Tráfico de drogas, reconhecimento social e solidariedades periféricas

Reginaldo recorda que, quando se mudou para o Serviluz, se sentia bastante à vontade em suas ruas e praias, pois, naquele momento, vários de seus familiares se encontravam espalhados pelo interior do bairro. Sua família “era muito respeitada na comunidade”, devido ao seu “envolvimento” histórico em atividades ilegais, o que tornou seus primos

¹⁰ Termo nativo para se referir aos ataques armados, midiaticamente noticiados como “chacinas”, contra grupos rivais. Desde o início de 2010, essas práticas se espalharam pelas periferias de Fortaleza, vitimando centenas de jovens na cidade.

e tios muito conhecidos “nas áreas”, especialmente após as prisões e os assassinatos de alguns deles em conflitos de gangues na década de 1990. Narrando as aventuras do início de sua carreira criminal, Reginaldo considerava que “ter nascido onde nasceu facilitou muita coisa!”. Os laços de parentesco, alicerçados por relações de afetividade e fidelidade, permitiram que nosso jovem interlocutor vislumbrasse no tráfico de drogas uma atividade lucrativa e “um meio de vida” capaz de lhe garantir recursos e “consideração” (Sá, 2011).

A trajetória de Reginaldo no tráfico teve início aos 13 anos de idade junto à “firma” de seu tio. Ele e o irmão passaram a atuar como “olheiros”¹¹ em uma das “bocas” mais lucrativas do Serviluz, muito frequentada por moradores locais e usuários de drogas vindos de outros bairros da cidade. A atuação com o tio permitiu que Reginaldo tivesse acesso à complexa estrutura organizacional e hierárquica do tráfico de drogas em seu bairro e colocou-o em contato com outros jovens, que, assim como ele, foram atraídos pela promessa de ganhos econômicos imediatos (Batista, 1998).

Muitas vezes, o envolvimento é mais por causa da indignação. Às vezes acontece da pessoa ser envolvida e eu não sou. Dou o maior valor a ti e vem outra pessoa e faz alguma coisa contigo ou com tua família!? Aí não dou valor, aí começo a me envolver, a chegar mais perto de tu. Muitas vezes, o cara não é nem envolvido, mas aí vem um “pirangueiro”¹² e faz alguma coisa com os amigos ou com alguém inocente que o cara gosta, aí dá aquela indignação e o cara acaba se envolvendo e partindo pra cima. (Reginaldo, 17 anos, entrevista realizada em 19/09/2016)

O sentimento de indignação e as experiências de violência contra familiares e amigos ganham significativa relevância quando nosso interlocutor descreve sua iniciação e permanência no “mundo do crime” (Ramalho, 1979) ao longo dos anos. Diante da morte de familiares, tentativas de homicídios contra “parceiros” e amigos, práticas de violência que atingem indiscriminadamente crianças e “inocentes” e baixas expectativas de reconhecimento no “mundo dos *playboys*”, reproduzem-se nas periferias de Fortaleza não apenas os ciclos de vingança que conformam as cenas criminais de nossa cidade, mas também os laços de identificação, pertencimento e lealdade necessários para o funcionamento desse arranjo.

Um conflito no Serviluz emerge na narrativa de Reginaldo como um dos momentos decisivos da manifestação de seu profundo engajamento e lealdade para com as pequenas

11 Termo nativo usado para descrever a função daqueles que avisam aos demais integrantes do coletivo que se aproximam grupos rivais ou agentes policiais.

12 Termo nativo, de valor depreciativo, usado para se referir àqueles que praticam atitudes moralmente condenadas no contexto das periferias de Fortaleza. A “pirangagem” engloba comportamentos situacionalmente equivocados, “erros” e “vacilos” que, de alguma maneira, infringem as regras locais de convivência.

quadrilhas de traficantes que se espriavam pelo bairro. Após saber que um morador havia discutido e agredido um “pivete”¹³ alguns dias antes, Reginaldo descarregou 11 balas de sua pistola no agressor, levando-o a perder os movimentos das pernas. Nesse perverso ciclo de vingança, nosso interlocutor foi aclamado como um “pivete que se garante”, por resolver seus próprios problemas e expulsar “das áreas” um desafeto da quadrilha. Reconhecido como um membro valoroso do coletivo, Reginaldo passou a contar, a partir daquele momento, com os recursos do grupo, que deixou à sua disposição seu apoio financeiro, moral e bélico.

As atividades do tráfico, mediadas pela conexão familiar do pai e do tio com o comércio de drogas ilícitas, assumiram um novo significado quando Reginaldo conheceu os “pivetes” do Titã, pois, então, um ciclo de alianças, proteções, violências, crimes e vinganças ganhou forma e contornos. Se sua entrada no crime foi facilitada pelas relações em seu núcleo familiar, uma nova “família” se forma gradualmente por meio de contatos cotidianos, interações e experiências de liminaridade vivenciadas com seus novos amigos. Fontes de identificações, pertencimentos, solidariedades, reconhecimentos e força, as pequenas quadrilhas de traficantes deixavam em aberto um projeto de vida para seus integrantes (Velho, 1994), ao mesmo tempo que garantiam recursos para ataques e defesas contra grupos rivais.

A garantia da mútua defesa promovida pelos “pivetes” do tráfico era extremamente valorizada na narrativa de Reginaldo, pois o risco da morte era constante em suas experiências cotidianas no Serviluz e no interior da instituição onde cumpria seu período de reclusão. Sob o signo do medo de ataques de grupos rivais e sua possível morte, uma postura de atenção acompanhava nosso interlocutor em todos os lugares que frequentava, seja nos momentos de lazer à beira da praia, seja no caminho rumo à casa de seu avô:

[...] é uma vida de ilusão, a qualquer hora você pode morrer, pode vir um menor do que eu e me matar! Essa vida é assim, é desse jeito... A pessoa pensa assim, tem um bem grandão, aí chega um menorzinho que num dão nada por ele. Ele puxa um bicho (arma) que é maior do que ele e pá, matou! Aí sempre é assim, nunca muda!
(Reginaldo, 17 anos, entrevista realizada em 23/07/2016)

A figuração do arranjo criminal que Reginaldo descreve em Fortaleza - o risco de ser apreendido por conta de suas atividades ilegais, o medo da violência praticada por policiais e grupos rivais, a falta de “consideração” de “pivetes” neófitos no “mundo do crime” e a brevidade de uma “vida de ilusão” - revelou para nosso interlocutor a perversidade da

13 Termo de circulação nacional que ganhou nova conotação nas periferias de Fortaleza, passando a se referir de maneira generalizada, sem recorte geracional, aos sujeitos envolvidos em atividades ilegais na capital.

reprodução das graves violações dos direitos humanos que dizimam as vidas dos jovens moradores das periferias brasileiras.

Laços familiares e o respeito às regras do “mundo do crime” (Ramalho, 1979) colocaram Reginaldo diante de uma difícil decisão quando “um furo” foi deixado na favela por um de seus primos.

Muitas vezes o cara dispensa uns “vacilos” só porque é da família... Um dia desses, um primo meu que era da galera daqui começou a se juntar com os “piranguinhos” da Estiva e um dia fez um atentado contra os caras daqui. Aí, né, os elementos daqui viram um dia ele passar de moto... Aí os cara se juntaram e pegaram meu primo de moto, arrastaram ele e apontaram a arma na cabeça dele. Daí ele olhou pra mim e pediu pra eu fazer alguma coisa, mas não pude fazer nada. O cara deu um “vacilo” cruel! (Reginaldo, 17 anos, entrevista realizada em 23/07/2016)

O difícil e mortal dilema que Reginaldo enfrentou aponta o fato de que alguns “furos” e erros no círculo dos coletivos criminais, mesmo que cometidos por familiares de seus membros, não podem ser relevados ou minimizados. Expulsões, ataques e assassinatos emergem nesse arranjo como práticas de controle recorrentemente acionadas quando regras, valores e normas são transpostos ou infringidos. Em tais momentos, a “consideração” pelo grupo, sua posição na hierarquia da gangue e sua força bélica exigiram que Reginaldo repensasse sua fidelidade e cumplicidade familiar, revelando a plasticidade dos processos de identificação, pertencimento e reconhecimento nas periferias das grandes cidades nordestinas.

De “pivete” a patrão: tráfico de drogas, coletivos criminais e violência policial

Iniciando sua trajetória criminal na “firma” do tio, Reginaldo relata que sua posição na hierarquia do coletivo ganhou novos rumos quando passou a trabalhar para um “patrão considerado” do bairro. Ele e seu irmão nutriam uma grande admiração por Caetano e logo foram acolhidos pelo “patrão”, que os encarregou de, junto com outros integrantes da pequena quadrilha de traficantes, garantir sua proteção contra possíveis ataques de grupos rivais, que, no período em que se desenrolaram os fatos, travavam uma guerra por territórios e pontos de tráfico no bairro.

Caetano era um “patrão gente boa” e “gostava bastante de falar e ajudar”, características que, segundo Reginaldo, fizeram com que ele conquistasse o apoio de muitos

moradores do Serviluz, especialmente dos adolescentes que estavam iniciando sua carreira criminal. Como aponta nosso interlocutor, se o “pivete” tivesse disposição para traficar ou andar armado, o “patrão chegava junto” para dar o apoio e os insumos necessários para o começo das “pequenas firmas”, que se espalhavam pelas ruas e travessas do bairro. Aos poucos, Reginaldo e seu irmão se destacaram como valorosos membros do coletivo e ficaram conhecidos no bairro inteiro por mostrarem coragem e habilidade na condução das atividades do tráfico varejista de drogas. Com a prisão de Caetano, em 2014, nosso jovem interlocutor, fortemente apoiado por familiares e amigos dispostos a “lutar ao seu lado”, passou a comandar a chamada “Tropa do Titã”¹⁴, ditando os rumos dos fluxos de drogas e armas no local.

Esse período foi marcado por um forte “envolvimento” de Reginaldo em atividades ilegais. O recém-promovido “patrão” lembra que, naquela época, o “verde” e o *skunk* “estouraram” em Fortaleza, intensificando o fluxo do tráfico de drogas e os ganhos econômicos em vários pontos da cidade. As “balas” apresentavam alterações no preço e na qualidade, promovendo maiores lucros para os comerciantes que naquele momento se envolveram na chegada da nova mercadoria. Nosso interlocutor não recorda ao certo quantos quilos de droga foram comercializados nesse período, contudo, afirma com veemência que foi vendida uma enorme quantidade de mercadorias para os varejistas de seu bairro e de comunidades aliadas.

A “firma” de Reginaldo se concentrou, no início de suas atividades, especialmente no abastecimento de pequenos traficantes varejistas, mas, após a expansão do volume de vendas e do imediato retorno econômico, ele e seu irmão passaram a se aventurar na compra de grandes quantidades de drogas, buscando estabelecer-se no comércio atacadista da capital cearense. Essa foi, segundo Reginaldo, a melhor época da “Galera do Titã”, que ganhou notoriedade no bairro e em muitos outros espaços da cidade como um grupo fortemente armado e fornecedor de “drogas de qualidade”. A “tropa” lucrou muito com o “adianto” de drogas e fortaleceu-se belicamente, garantindo sua proteção armada contra grupos rivais e meios materiais para a prática de outros crimes, como assaltos a residências.

O controle do comércio de mercadorias ilegais no bairro permitiu que Reginaldo tivesse acesso a uma série de bens de consumo que antes se encontravam fora de seu horizonte de possibilidades. Com um largo sorriso no rosto, Reginaldo recorda que a única medida de liberdade assistida¹⁵ que teve de cumprir não se refere a atividades ligadas ao

14 Em meados de 2014, um novo arranjo criminal ganhou forma em Fortaleza a partir da mudança da lógica de atuação dos coletivos que, pelo menos desde a década de 1980, atuavam no Estado do Ceará. Essa nova lógica estimulou um processo de capilaridade de coletivos criminais, muitos com atuação nacional e internacional, nas periferias cearenses, alterando significativamente as maneiras de fazer e gerir o crime na capital. A “tropa” é formada por sujeitos locais que, de maneira instável e transitória, mantêm-se ligados aos coletivos de maior expressão e articulação.

15 Para mais detalhes, ver Lei n. 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA], 1990).

tráfico de armas e drogas, mas a uma fuga malsucedida de uma *blitz* rodoviária em uma área nobre da cidade. Após oito quadras de intensa perseguição em alta velocidade, o carro de Reginaldo teve um pneu furado por um tiro e ele e seu irmão acabaram apreendidos pelos policiais que davam suporte à ação de trânsito.

A apreensão em um centro socioeducativo, assim como a morte, rondava cotidianamente o horizonte de possibilidades de Reginaldo, que compreendia as entrelinhas da lição aprendida nessa fuga malsucedida, ao mesmo tempo que buscava retardar a alta rotatividade que a dinâmica do narcotráfico cobra daqueles que se envolvem em tais atividades. Dinâmicas de assassinatos, internamentos, ascensões e quedas no “mundo do crime”, como as que colocaram Reginaldo e seu irmão no poder do narcotráfico local no Serviluz, levavam nosso jovem interlocutor a imaginar todos os dias sua morte ou sua possível saída desse arranjo criminal.

Violência policial, práticas de controle e internamento

Ao longo de sua vida, a relação de Reginaldo com os agentes armados da lei foi cercada por desconfianças e distanciamentos. Sempre que falava de suas experiências com a força policial, especialmente com a Polícia Militar (PM)¹⁶, o garoto demonstrava muita indignação e raiva, por considerar suas ações atitudes de “pilantras” e covardes. Nas inúmeras abordagens policiais que sofreu nos anos de “envolvimento” com o crime, o jovem relata ter sido, em inúmeras vezes, alvo de práticas abusivas e violentas por parte dos operadores da lei.

Reginaldo recorda que, após uma abordagem de rua, 6 homens invadiram sua casa sem mandado judicial e reviraram todos os seus móveis e objetos em busca de drogas e armas. Com um ar de enorme satisfação, nosso interlocutor lembra que se sentiu aliviado quando um dos policiais passou a mão em um esconderijo (dentro da parede) e não detectou a presença de drogas. Violências, práticas abusivas e violações de domicílio marcam as experiências e memórias de muitos dos garotos do Serviluz que, não sem indignação, experimentam diariamente a seletividade das forças policiais locais (Coelho, 1987; Pinheiro, 2000).

Articulando as inúmeras experiências que vivenciou a uma série de relatos à qual teve acesso ao longo de sua vida, Reginaldo chega à fatídica conclusão de que na *“favela a polícia invade sem nenhum documento, apenas com distintivos!”*. Ele relata que:

16 No Brasil, as forças policiais são divididas em 2 corporações com funções relativamente complementares em nível estadual. A Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCE) atua ostensivamente nas ruas e a Polícia Civil do Estado do Ceará (PCCCE) é responsável pelo registro dos boletins de ocorrência (BO) nas delegacias e pelas respectivas investigações.

Uma vez eles arrombaram a casa. Eu falei: “não tem nem mandado para entrar na minha casa!”. Daí um deles sacou a pistola, colocou na minha cara e disse: “vai falar besteira ainda agora pra ver se não dou um tiro na tua cara?” (Reginaldo, 17 anos, entrevista realizada em 09/08/2016)

Agressões em ruas e vielas, torturas e maus-tratos em centros socioeducativos e desrespeito à garantia da inviolabilidade do lar não são novidades em meio a um arranjo que marginaliza e demoniza os moradores de nossas periferias (Matos, 2008; Santiago, 2008; Zaluar, 1985). Violências, acertos, subornos, conflitos e apreensões permeiam as inúmeras narrativas que buscam retomar as imagens e formas de atuação dos agentes da lei nas periferias de Fortaleza no período em que Reginaldo comandou a “Tropa do Titã”.

Violentado e humilhado nas ruas do bairro, a recorrência das práticas violentas por agentes de segurança ganharam um novo capítulo quando as narrativas sobre espancamentos dentro dos centros socioeducativos para jovens em conflito com a lei passaram a ser relatadas. Socos, pontapés, uso de balas de borracha e assassinatos no interior do sistema socioeducativo perpetuam um ciclo de violência e agressões que permeia as múltiplas faces da violação dos direitos humanos por parte das forças de segurança dentro e fora das instituições no país.

Acusado de homicídio, nosso interlocutor afirmou que estava “pagando” por uma ação que não havia praticado ou planejado. Na delegacia, Reginaldo negou sua participação como autor intelectual ou material de crime contra um grupo rival, mas não desvinculou sua execução do espectro de possibilidades das atividades dos integrantes do coletivo ao qual estava vinculado. Encontrado a partir de denúncia dos familiares da vítima e encaminhado a um centro socioeducativo, Reginaldo iniciava então suas aventuras no “colégio pequeno”, com enormes possibilidades de um dia chegar ao “colégio grande”¹⁷.

Com a internação de Reginaldo, em 2015, a cena criminal no bairro Serviluz encontrou um novo equilíbrio para sua existência e reprodução (Elias, 2001), realocando posições, papéis, hierarquias e valores para garantir o funcionamento das lucrativas atividades que envolvem o tráfico de drogas e armas ilegais em nosso país. Um novo “patrão”, ligado momentaneamente a Reginaldo, assumiu seu lugar no “lado de fora”, deslocando a centralidade e o protagonismo do nosso interlocutor para o interior de um dos centros socioeducativos mais instáveis da capital cearense.

¹⁷ “Colégio pequeno” é um termo nativo que faz referência àquilo que se aprende nas instituições socioeducacionais para onde são enviadas as crianças e os adolescentes em conflito com a lei e “colégio grande” faz alusão às instituições do sistema penal cearense, consideradas “grandes escolas do crime” para os jovens envolvidos em atividades ilegais.

Perspectivas e sonhos futuros: a vida além do crime

No centro socioeducativo, durante as entrevistas, Reginaldo alegava reiteradamente sua inocência diante da acusação de homicídio que o conduziu à instituição. Pensativo sobre sua atual condição e tudo que vivera a partir de seu “envolvimento” com o crime, nosso interlocutor expressou certo arrependimento por ter “entrado de cabeça” no tráfico de drogas e nos coletivos criminais dos quais fez parte. O jovem se mostrava extremamente insatisfeito com os rumos que sua vida havia tomado e pretendia mudar de cidade quando ganhasse sua liberdade.

Analisando sua trajetória de maneira retrospectiva, Reginaldo reavaliou a opção de “entrar cedo de cabeça” no tráfico de drogas no Serviluz. Mencionando os nomes dos jovens amigos que perdeu durante sua carreira criminal, nosso interlocutor se considerava um “sobrevivente”, pois era um dos poucos de sua geração que, em meio a inúmeros conflitos territoriais e ciclos de vingança, estava prestes a atingir a maioridade legal. Pensativo, Reginaldo pondera que:

Se soubesse que ia acontecer isso tudo, eu nem me envolvia, não! Mas o cara num sabe das coisas que vão acontecer, pensa que é o melhor pra ele... Eu pensava assim, os caras tão ganhando, eu também vou ganhar [...] Só que na verdade a guerra é lucrativa e sempre tem aqueles vão morrer pra poder continuar. É tipo uma bola de neve sabe [...] Os cara vão morrendo e ninguém tá nem aí! (Reginaldo, 17 anos, entrevista realizada em 09/08/2016)

Diante de um quadro cíclico de conflitos, mortes e sucessões apresentado por Reginaldo, nosso interlocutor nutria a esperança de sair da instituição e retomar, após resolver alguns assuntos inadiáveis, seus estudos e seu trabalho “longe do mundo do tráfico”.

Os planos de Reginaldo para o futuro envolviam uma complexa e difícil saída do “mundo do crime” (Ramalho, 1979), viável segundo sua narrativa por meio de uma “mudança radical”. Nosso interlocutor pretendia mudar de bairro não apenas devido às carências materiais e de infraestrutura em sua comunidade, mas também em razão da possibilidade de escapar das zonas de influência de familiares e amigos envolvidos em práticas ilegais, sobretudo o tráfico de drogas.

O Serviluz é bom de se morar, eu não queria sair de lá, mas pra eu melhorar de vida eu vou sair! [...] Acho que não dá certo, querer deixar de se “envolver” e voltar para casa, porque a maldade, né, continua no mesmo lugar. Às vezes têm uns e outros

que voltam e ficam de mansinho, mas depois a galera fica logo sabendo que estava se envolvendo. Eu pretendo parar de vez! (Reginaldo, 17 anos, entrevista realizada em 09/08/2016)

Para Reginaldo, a possibilidade de não se “envolver” significava não só abandonar sua “tropa”, seu bairro e seus amigos, mas também reatar relações familiares, deixadas em segundo plano há algum tempo. Sob essa perspectiva, uma das prioridades de nosso interlocutor após sua saída do centro socioeducativo seria visitar seus irmãos - primeiro o que mora em Fortaleza e depois aquele que vive há mais de 10 anos na cidade do Rio de Janeiro. O que lhe faltava, nesse momento, era sua liberdade, pois, como pontuou, o dinheiro para realizar esses “novos sonhos” estava guardado e era suficiente para sua viagem e estadia em terras fluminenses.

A espiral de conflitos e violências que envolvem os jovens moradores das periferias brasileiras não permitia a Reginaldo imaginar uma “saída fácil” do crime, pois as narrativas sobre supostas “tréguas” que se estabelecem de maneira transitória entre grupos rivais ignoravam haver nesses arranjos “furos que não tem perdão!” Pedindo que nós nos colocássemos em seu lugar, nosso interlocutor ponderou que algumas vezes “cobrar um furo é questão de honra” e que somente o afastamento voluntário do bairro e de seus amigos poderia “livrar sua mente do ódio” e da vontade de vingança que nutria contra aqueles que cruzaram seu caminho.

Jamais vou tá tranquilo vendo o inimigo que fez a covardia com minha mãe passar pela frente e eu não poder fazer nada... A intenção dos caras de querer a paz é boa, mas eles não sabem a dor e o ódio de perder uma mãe assim, de forma tão cruel. Eu já sei como é que é, ali esse negócio de paz é um pavio de pólvora que a qualquer hora pode estourar. Por isso que vou só pegar minhas coisas e ir embora para o Rio de Janeiro... Lá, vou poder recomeçar a vida do jeito que eu quero, sossegado! (Reginaldo, 17 anos, entrevista realizada em 09/08/2016)

Pensativo, Reginaldo se mostrava ansioso para ganhar sua liberdade e construir um futuro voltado à família e a uma “vida diferente”. Embora isso parecesse algo difícil, a narrativa do jovem associava a superação de um passado trágico ao início de uma nova trajetória “sem maldade e violência”.

Considerações finais

Diante do que buscamos explorar neste artigo, podemos considerar em nossas linhas finais que a história de vida de Reginaldo, marcada por processos que ilustram as trajetórias de muitos jovens das periferias urbanas brasileiras, revela pistas sociológicas fundamentais para a compreensão dos fenômenos agrupados sob a rubrica do crime e da violência juvenil em Fortaleza. Nas narrativas identificamos, além das idiosincrasias de suas experiências singulares, os processos e as relações que criam algumas das condições e possibilidades necessárias para o engajamento dos jovens moradores dos bairros populares nordestinos em atividades ligadas ao tráfico de drogas e a disputas armadas entre coletivos criminais.

A partir dos relatos sobre experiências familiares, desventuras escolares, questões trabalhistas e solidariedades grupais, nosso jovem interlocutor nos conduz à compreensão das inúmeras relações e fenômenos relativos aos processos difusos de adesão gradual e precoce dos moradores desses espaços ao “mundo do crime” (Ramalho, 1979). Socialmente condenados por sua origem, seus gostos musicais e, entre outras situações, suas maneiras de vestir e falar, a violência estrutural de um Estado que se faz presente mediante a força policial parece ofuscar o sofrimento cotidiano e as inúmeras violações de direitos aos quais esses jovens se veem rotineiramente expostos.

Diante dos inúmeros atrativos que atravessam uma vida de precariedade material e privações, muitos jovens como Reginaldo sonham com “dias melhores”, nos quais a família, o trabalho e as amizades ganham contornos de um caminho real para a saída, ainda vivo, de um dos coletivos que se capilarizaram nas periferias da capital cearense. Cientes dos riscos das atividades ilegais, mas com a responsabilidade de proteger negócios, amigos e famílias, novas histórias de vida são imaginadas pelos sujeitos com base na compreensão dos processos sociais associados à atração e adesão ao “mundo do crime” - tal percepção deve ser considerada na construção de uma democracia que realmente alcance as periferias brasileiras.

Referências bibliográficas

- Aguiar, D. P. (2017). *“Marcado para morrer”: moralidades e socialidades das crianças na comunidade do Serviluz (Fortaleza-CE)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- Almeida, R. (1995). *Violência, identidade e processos organizativos: o forró da bala como cenário de análise* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Anjos, C. V., Júnior. (1983). *A serpente domada: um estudo sobre a prostituta de baixo meretrício*. Fortaleza, CE: Ed. UFC.

-
- Batista, V. M. (1998). *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: Revan.
- Bourdieu, P. (2005). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Coelho, E. C. (1987). A oficina do diabo. In M. P. Coelho (Org.), *A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade* (pp. 27-196). Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Diógenes, G. M. S. (2010). *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop*. São Paulo, SP: Annablume.
- Elias, N. (2001). *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Haguette, T. M. F. (1992). *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Panorama municipal: Fortaleza*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/pesquisa/10058/60027>
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF.
- Matos Júnior, C. C. (2008). *Violência, cidadania e medo: experiências urbanas em Fortaleza* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- Misse, M. (2006). *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris.
- Pinheiro, P. S. (2000). Introdução: o Estado de direito e os não privilegiados na América Latina. In J. E. Méndez, G. O'Donnell, & P. S. Pinheiro (Orgs.), *Democracia, violência e injustiça: o não estado de direito na América Latina* (pp. 11-29). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Ramalho, J. R. R. (1979). *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. São Paulo, SP: Graal.
- Sá, L. D. (2010). *Guerra, mundão e consideração: uma etnografia das relações sociais no Serviluz* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- Sá, L. D. (2011). A condição de 'bichão da favela' e a busca por 'consideração': uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 4(2), 339-355.
- Santiago, J. P. (2008). *Riscos e perigos: um estudo sobre os conflitos cotidianos dos agenciadores do tráfico de drogas ilícitas* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- Velho, G. (1994). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- White, W. F. (2005). *Sociedade de esquina: estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Zaluar, A. (1985). *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, SP: Brasiliense.

Para citar este artigo

Norma A – ABNT

SANTIAGO NETO, J. P.; MOURA, T. M. S.; MATOS JÚNIOR, C. C. História de vida, tráfico e violência nas periferias de Fortaleza-CE. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 11, n. 27, p. 115-133, 2021.

Norma B – APA

Santiago, J. P., Neto, Moura, T. M. S., & Matos, C. C., Júnior. (2021). História de vida, tráfico e violência nas periferias de Fortaleza-CE. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 11(27), 115-133.

Norma C – Vancouver

Santiago Neto JP, Moura TMS, Matos Júnior CC. História de vida, tráfico e violência nas periferias de Fortaleza-CE. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2021 [cited Ago 21, 2021];11(27):115-133.

Available <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/5543>

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo como mecanismo de regulamentação da punição

Roberto Bassan Peixoto

*Superintendente do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo
Governo do Estado do Ceará
robertobpeixoto@uol.com.br
ORCID: 0000-0002-5554-7842*

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o fundamento e práticas no contexto do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que demonstra como as ações no cotidiano dos centros socioeducativos refletem o controle social, regulamentando um processo de punição, incluindo óbitos de jovens durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação, reafirmando uma cultura punitiva das unidades de internação para adolescentes como instituições totais. A segunda parte do texto analisa a intencionalidade oculta da privação de liberdade de adolescentes: o mito da socioeducação, no qual, mesmo com iniciativas pedagógicas e ações de formação, as práticas reforçam uma lógica sistêmica voltada aos interesses do capital, reforçando a estigmatização dos jovens e a segregação social.

Palavras-chave medidas socioeducativas, centros de socioeducação, políticas públicas, privação de liberdade, adolescentes.

Brazilian National System of Socio-Educational Services as a punishment regulation mechanism

Abstract

This article presents a reflection on the rationale and practices in the context of the Brazilian National System of Socio-Educational Services (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo [SINASE]), which demonstrates how daily actions in socio-educational centers reflect social control, regulating a punishment process, including youth deaths while serving as inmates in socio-educational facilities, reaffirming a punitive culture of youth detention facilities as total institutions. The second part of the text analyzes the hidden intentionality of youth deprivation of liberty: the myth of socio-education, in which, even with pedagogical initiatives and educational actions, the practices reinforce a systemic logic focused on the interests of capital, reinforcing youth stigmatization and social segregation.

Key words socio-educational measures, socio-education centers, public policy, deprivation of liberty, adolescents.

Sistema Nacional Brasileño de Servicios Socioeducativos como mecanismo de regulación del castigo

Resumen

Este artículo presenta una reflexión sobre los fundamentos y las prácticas en el contexto del Sistema Nacional Brasileño de Servicios Socioeducativos (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo [SINASE]), que demuestra cómo las acciones cotidianas en los centros socioeducativos reflejan el control social, regulando un proceso de castigo, incluyendo muertes de jóvenes durante el cumplimiento de la medida socioeducativa en una institución, reafirmando una cultura punitiva de los centros de detención para adolescentes como instituciones totales. La segunda parte del texto analiza la intencionalidad oculta de la privación de libertad de adolescentes: el mito de la socioeducación, en el que, incluso con iniciativas pedagógicas y acciones formativas, las prácticas refuerzan una lógica sistémica centrada en los intereses del capital, reforzando la estigmatización de jóvenes y la segregación social.

Palabras clave medidas socioeducativas, centros socioeducativos, políticas públicas, privación de libertad, adolescentes.

Système National Brésilien de Services Socio-Educatifs comme mécanisme de régulation des peines

Résumé

Cet article présente une réflexion sur le fondement et les pratiques dans le contexte du Système National Brésilien de Services Socio-Educatifs (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo [SINASE]), qui montre comment les actions quotidiennes des centres socio-éducatifs reflètent le contrôle social, régulant un processus de punition, y compris la mort de jeunes alors qu'ils étaient détenus dans des établissements socio-éducatifs, réaffirmant une culture punitive des unités de détention pour adolescents en tant qu'institutions totales. La deuxième partie du texte analyse l'intentionnalité cachée de la privation de liberté des adolescents: le mythe de la socio-éducation, dans lequel, même avec des initiatives pédagogiques et des actions de formation, les pratiques renforcent une logique systémique centrée sur les intérêts du capital, renforçant la stigmatisation des jeunes et la ségrégation sociale.

Mots-clés mesures socio-éducatives, centres socio-éducatifs, politiques publiques, privation de liberté, adolescents.

Cultura punitiva em ação: as unidades de internação para adolescentes como instituições totais

Pode-se afirmar que as unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei, para execução de medidas socioeducativas, estão inscritas em uma lógica de controle social e submissão. Por mais que todas não funcionem da mesma maneira e que existam alguns modelos isolados de boas práticas - principalmente em decorrência de esforços de profissionais engajados e preocupados em garantir os direitos humanos - todas as unidades ficam à mercê do sistema e cumprem as regras estabelecidas como instrumentos da cultura punitiva:

[...] cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força (Bourdieu, 1989, p. 311).

A experiência profissional de quase 2 décadas no sistema de atendimento socioeducativo brasileiro indica que as estruturas e práticas existentes nessas instituições não refletem ignorância, acaso ou o mero discurso de herança de outros tempos perversos. Estamos diante de recursos, práticas e projetos, geridos e moldados com objetivos concretos, a serviço de uma lógica punitiva voltada às classes menos favorecidas. Ainda que encontremos nessas unidades esforços e práticas que envolvem atividades educacionais, recreativas e esportivas, elas se caracterizam como instituições totais, forjadas para o doutrinamento e a submissão do indivíduo:

A tendência absorvente ou totalizadora está simbolizada pelos obstáculos que se opõe frente à interação social com o exterior e ao êxodo dos membros, e que só adquirem forma material: portas cerradas, altos muros, arames farpados (Goffman, 2008, p. 144).

Em suma, estamos diante de jovens que passam de 16 a 20 horas por dia em seus alojamentos, trancados - a média de atividades diárias para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Brasil é bem inferior a 8 horas diárias, na maioria das unidades não se chega a 4 horas diárias. Isso considerando, ainda, ações de segurança e deslocamentos dos jovens dentro dessas unidades; eles passam a

maior parte do tempo reclusos em seus “alojamentos”, termo usado para se referir com humanidade às celas trancadas, com grades, ferrolhos e cadeados. Nesse tempo de reclusão, a vida dos jovens, seu mundo, limita-se à relação com outros jovens privados de liberdade e com agentes socioeducativos, que preferem manter distância, exercendo o papel de carcereiros. Todos os horários, levantar, comer, tomar banho, tudo se pauta por e gira ao redor de normativas de “segurança” na unidade:

Todos os aspectos da vida se desenvolvem no mesmo lugar e frente à mesma autoridade única. Segundo, cada etapa de atividade diária de um membro está sempre em companhia imediata de um grande número de outros, a quem se dá o mesmo tratamento e [requer-se] que façam juntos as mesmas coisas. Terceiro, todas as etapas das atividades se impõem desde cima, mediante um sistema de normas formais explícitas e um corpo de funcionários (Goffman, 2008, p. 145).

Essa parece ser uma descrição fidedigna dos atuais centros de socioeducação no Brasil, instituições totais que ainda assumem um discurso de defesa de tais ações em nome de uma pseudosseguurança. Sempre há uma normativa interna que regulamenta essas ações de segurança. E quem exerce o papel de educador social, o *agente socioeducativo*, prefere a figura do agente de segurança e mantém distância na relação humana/educativa do sujeito que se encontra privado de liberdade. Suas funções passam a ser controlar, saber onde cada um deve estar e em que momento isso ocorre, tendo como único objetivo a manutenção da ordem estabelecida.

No grande panoptismo social cuja função é precisamente a transformação da vida dos homens em força produtiva, a prisão exerce uma função muito mais simbólica e exemplar do que realmente econômica, penal ou corretiva. A prisão é a imagem da sociedade e a imagem invertida da sociedade, imagem transformada em ameaça (Foucault, 1997, p. 123).

As práticas dessas unidades, a partir de uma estrutura carcerária, convertem a medida socioeducativa de internação em um espaço “necessário” para a manutenção da ordem dentro do sistema repressivo e inumano. Decerto existem situações de violência entre os próprios internos, em algumas ocasiões a garantia de direitos de uns passa pela limitação de direitos de outros. Mas o problema não é essa limitação, senão a anulação total de direitos, a perversão de um sistema, dificilmente apreciado por quem o dirige e controla esse cárcere, acaba convertendo-o em um processo de resolução de conflitos do

tipo perde-perde: a) os internos se angustiam, animalizam, enlouquecem e até morrem; b) os funcionários suportam as agressividades e, com frequência, recorrem à violência, carecendo do equilíbrio necessário para respeitar o sujeito preso; c) o próprio sistema se converte em algo ilegítimo; e d) os cidadãos entendem que o custo econômico do cárcere serve a fins racionais revestidos de constitucionalidade formal.

Nessa lógica, a maioria dos centros de socioeducação adota um ideário meritocrático: se o interno se comportar bem diante dos educadores e obedecer às normas, terá mais privilégios de saída, mais atividades. Esse *modus operandi* assume ainda mais peso quando os jovens atingem a maioridade (18 anos): se têm apresentado bom comportamento e mostram-se obedientes, há possibilidade de envio de relatórios favoráveis à sua desinternação.

No sentido contrário, os adolescentes em situação de desvantagem apresentam mais fatores de risco em suas famílias e seu entorno e características infantis, que influenciam seu comportamento na unidade, não obtendo determinados privilégios devido ao seu comportamento mais rebelde – por vezes, permanecem privados de liberdade depois de completarem 18 anos. Este é um paradoxo do sistema: o mais desamparado é quem mais se desampara nas unidades, tendo em vista que incomoda, desafia, “dá trabalho”. Na realidade, o objetivo da instituição deveria ser proporcionar o suporte necessário aos mais desamparados:

A ideologia da pena era a do treinamento, mediante controle estrito da conduta do apenado, sem que este pudesse dispor de um só instante de privacidade. Essa ideologia será expandida e formulada pelos diversos criadores de regimes e sistemas “progressivos”, mas no fundo seguirá sendo a mesma: vigilância, arrependimento, aprendizagem, “moralização” (trabalhar para a felicidade). Em geral, corresponde à forma de trabalho industrial, tal como era concebida e praticada na época: a vigilância estrita do trabalhador na fábrica, o controle permanente pelo capataz, a impossibilidade de dispor de tempo livre durante o trabalho etc. (Zaffaroni & Pierangeli, 2002, p. 279).

Outro elemento-chave de controle a serviço do sistema é a previsão legal de reavaliação da medida socioeducativa a cada 6 meses:

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica

da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 7º A determinação judicial mencionada no § 1º poderá ser revista a qualquer tempo pela autoridade judiciária (Lei n. 8.069 [Estatuto da Criança e do Adolescente], 1990).

Sob um discurso positivo de necessária revisão do caso a qualquer tempo e no máximo a cada 6 meses, além da discricionariedade do Poder Judiciário, estamos diante de uma eficaz ferramenta a serviço do sistema punitivo e de controle instalado. Segundo Goffman (2008: pág, 208), “é característico mantê-los na ignorância das decisões que se tomam sobre o próprio destino”. O desconhecimento do que se deve fazer e do tempo que resta para cumprir a medida socioeducativa produz preocupações e ansiedades, constituindo elementos subjetivos de controle do comportamento dos internos.

Outra questão relevante é que esses centros, em geral, têm muito poucos espaços (às vezes nenhum) de intimidade e tranquilidade, o adolescente não consegue ficar sozinho e carece de espaços fundamentais nessa etapa da vida, quando se deixa de ser criança para começa a se tornar um indivíduo adulto. Como reflete Goffman (2008: Pág, 209), “o interno quase nunca está completamente sozinho, sempre há alguém que pode vê-lo, ouvi-lo, mesmo que se trate de seus companheiros de internação”.

Apesar da preocupação com terminologias e conceitos teóricos, as práticas são de segregação. Estamos diante de prisões para menores, rotuladas de “centros de socioeducação”. Os adolescentes são organizados por módulos e fases, em função do comportamento, e em alguns estados, de acordo com a facção criminosa à qual pertencem. Em mais 10 anos de atuação junto a unidades de internação para adolescentes, não conheci nenhuma unidade que observasse a letra do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e posteriormente do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): “Art. 123. [...] obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração” (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [Conanda], 2006).

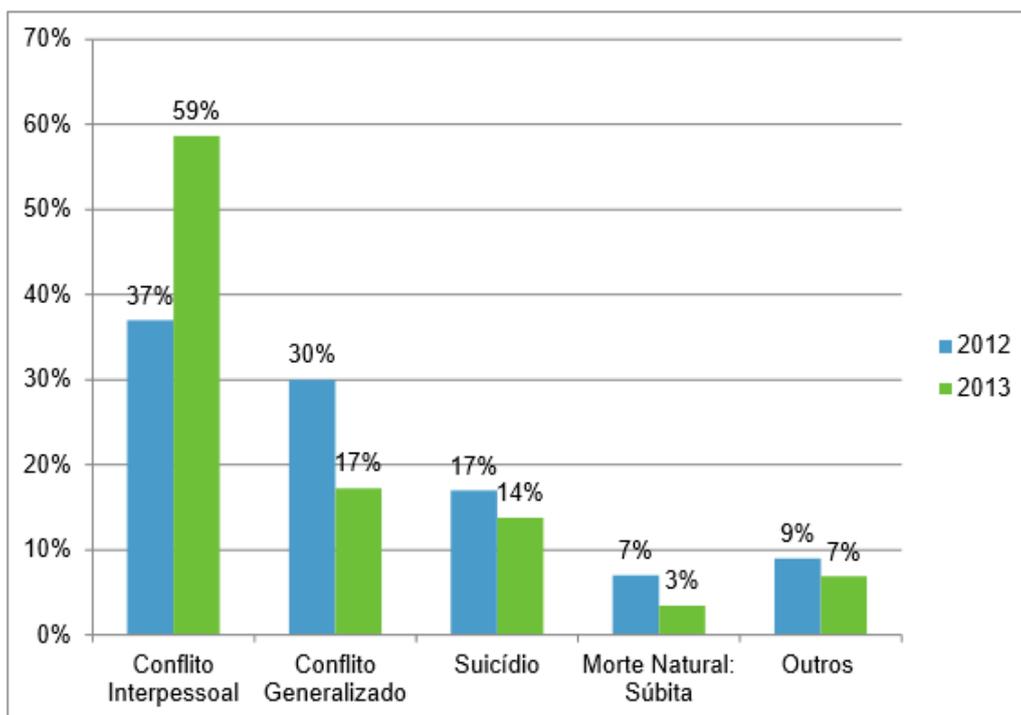
Toda instituição total pode representar-se como uma espécie de mar morto, lugar que emergem pequenas ilhas isoladas de arrebatadoras atividades. Tal atividade

pode ajudar o indivíduo a suportar a tensão psicológica habitualmente provocada pelas agressões contra ele (Goffman, 2008, p. 125).

As unidades de privação de liberdade fazem parte do sistema de controle social, ou seja, todos esses trabalhadores do sistema socioeducativo estão a serviço do capital. Todos os profissionais que atuam nas medidas socioeducativas, no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, na Polícia Militar (PM), são agentes a serviço desse sistema de controle social e suas tarefas giram em torno de manter a ordem social. O denominador comum dos adolescentes privados de liberdade é que são jovens de classes menos favorecidas e todo o seu entorno tem baixo nível de influência positiva em sua vida.

Outro registro estarrecedor é o fato das unidades de atendimento socioeducativo serem locais recorrentes de óbito de adolescentes - os números são assustadores. Segundo o levantamento da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH, 2014), em 2012 foram a óbito 30 adolescentes no sistema socioeducativo brasileiro; já em 2013 morreram 29 adolescentes - média superior a 2 por mês. Como ilustra o Gráfico 1, as 3 principais causas de óbito em unidades de internação foram: conflito interpessoal (59%); conflito generalizado (17%); e suicídio (14%).

Gráfico 1. Óbitos em Unidades de Internação para adolescentes no Brasil (2012-2013).



Fonte: Elaborado pelo autor.

É para sociedade capitalista, não para os adolescentes, que serve o Sinase, configurando uma instituição destinada a manter a ordem, castigar quem nela se encontra (profissionais e adolescentes) e manter os usuários distantes da sociedade. Sempre que houver um conflito de interesses, os efeitos recairão sobre os adolescentes (p. ex., superlotação, internação como primeira medida socioeducativa, internação provisória como pena curta, entre outros).

Uma das funções desse sistema de controle social consiste em supervisionar as pessoas que apresentem características de “risco”, supostamente para evitar danos e ajudar (“socioeducar”) o adolescente. Trata-se do “panótipo”, o “olho que tudo vê”, que trata de examinar os comportamentos transgressores. Como aponta Foucault (1997), o verdadeiro fim desse exame de controle é outro: “normalizar” os indivíduos, evitar que criem perturbações e torná-los produtivos.

Nas unidades de privação de liberdade, os poucos cursos existentes, não disponíveis para todos, enfoca esse conceito de educação para o trabalho, mas com ofertas de qualificação para subempregos, que atendem aos interesses do capital. Nessa lógica, tentar convencer alguém a mudar seu comportamento pode sugerir educação, mas querer obrigar todos fazer as mesmas coisas acaba caracterizando um quadro de massificação, uma tirania terapêutica, que pode ser mais ou menos benevolente, paternalista e até assistencialista, mas seu fim é uma tirania.

Em alguma medida, a preocupação excessiva a respeito dos conceitos e efeitos que essas instituições têm sobre os jovens infratores pode ser interpretada como certa hipocrisia social, com emprego de termos como educação, reinserção social, socioeducação etc., buscando um caráter positivo dessa intervenção. Mas o certo é que nem sempre se faz aquilo que é dito, às vezes palavras elegantes, ideias rebuscadas, podem esconder práticas opostas ao discurso e ideário dessas unidades como instituições reguladoras de punição e violadoras de direitos.

Somente um trabalho reflexivo e teórico, com a pretensão de valorar e conhecer as práticas, permite tomar consciência do sentido dessas atividades. Propor ações, demonstrar limitações, acertos e erros ajuda a definir pontos de partida, referenciais para que possamos estabelecer uma coerência entre aquilo que se pretende e o que realmente ocorre nessas instituições de privação e liberdade de adolescentes.

A intencionalidade oculta da privação de liberdade de adolescentes: o mito da socioeducação

Com base na previsão do Sinase, evidencia-se a busca de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, um processo de construção ou reconstrução de projetos de vida reais

e potenciais que mudem suas rotas de vida, desatrelando-os da prática de atos infracionais. O adolescente que adentra o mundo da criminalidade acredita ter encontrado alguma solução para os problemas que enfrenta, seja de ordem econômica, familiar, social e/ou emocional. Ajudá-lo a superar tal condição exige dos profissionais a implementação de uma proposta pedagógica que lhes dê todo o suporte para descobrir novas possibilidades de existência e encontrar novos caminhos para, gradativamente, resgatarem-se como seres-no-mundo e seres-ao-mundo - como ideal, isso constituiria uma busca pela emancipação humana¹. Assim, paulatinamente, os indivíduos poderão elaborar respostas adequadas aos seus problemas, sem entrar em conflito com a lei.

Basicamente, essa descrição é o que se almeja ao lidar com o termo socioeducação. Como define Costa (2006a, 2006b), socioeducar é educar para o convívio social e as unidades de atendimento deveriam construir uma metodologia de trabalho voltada a esse contexto. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) dispõe que o cumprimento das medidas socioeducativas por parte dos adolescentes que praticam atos infracionais deve contemplar objetivos socioeducacionais, que devem garantir acesso às oportunidades que contribuam para sua participação autônoma na vida social. Desse modo, a garantia de um atendimento digno e humanizado ao adolescente que comete ato infracional ou ao qual se atribui o cometimento de tal ato é condição indispensável para que tal objetivo seja alcançado. Essa ação deve começar, necessariamente, já na apreensão do adolescente. Assim, devemos garantir uma política pública que tenha o objetivo de dar conta desse atendimento.

A socioeducação, como conceituada pelo pedagogo Costa (2006a, 2006b), deve ter como fundamento os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade e, como fim, a formação plena do educando, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A ação socioeducativa, portanto, é a preparação do jovem para o convívio social; para isso concorrem todas as atividades para desenvolver seu potencial de ser e conviver, isto é, prepará-lo para conviver consigo mesmo e com os outros. Se essa meta não for alcançada, tudo terá sido inútil.

Ao se falar em medidas socioeducativas, está implícito que educar é possível mesmo àqueles que apresentam um comportamento divergente, mesmo sendo uma sanção, uma punição, pois restringe o ir e vir e determina a permanência em uma instituição socioeducativa. Contudo, essa sanção carrega princípios da socioeducação, ou seja, é por meio de mecanismos pedagógicos que se deve fazer a intervenção a favor do desenvolvimento tanto humano quanto social do adolescente (Fuchs, 2009, p. 171).

¹ Em *A questão judaica*, Marx (2010, p. 103) expressou a concepção de que “a emancipação humana só será completa quando o indivíduo [...] tiver reconhecidos e organizados seus próprios poderes como poderes sociais, de tal modo que não mais separe dele próprio esse poder social como um poder político”.

Seguindo essa linha de raciocínio, percebemos que a socioeducação vai além da educação familiar e da educação escolar. Ultrapassa esses dois aspectos e bifurca-se em uma educação de caráter responsabilizador e protetivo de direitos, voltada ao trabalho social e educativo para jovens em conflito com a lei.

No viés prático, as ações pedagógicas devem adotar a educação interdimensional como concepção norteadora. Considerando a educação acadêmica, em suas formulações mais avançadas, ela se baseia na integração das diversas disciplinas mediante conteúdos transversais - a “multi, inter e transdisciplinaridade”. Já a proposta interdimensional, procura desenvolver o trabalho educativo com base nos 4 pilares da educação, com luz no saber da Grécia Antiga, que desenvolvia a pessoa humana nas dimensões do *logos* (razão), *pathos* (sentimento), *eros* (corporeidade) e *mythos* (espiritualidade).

Entretanto, o que está por trás desse atendimento, que traz em sua essência uma contradição entre a privação da liberdade de um jovem e sua formação, que tem, por um lado, uma resposta à sociedade, a busca pela formação social, pelo aprender a ser e a conviver, após se terem rompido regras e normas sociais? Como pensar a gestão de uma organização que tem como pressupostos prender e, ao mesmo tempo, formar um cidadão? Para fornecer outros elementos para a compreensão desse fenômeno, realizou-se uma reflexão a partir desta premissa: qual é a concepção do atendimento a adolescentes privados de liberdade “prender e formar” ou “prender para formatar?”. Entende-se, aqui, formatar como punir. Mais do que buscar respostas para essa questão, o objetivo era compreender a finalidade do sistema, o permite discutir nas conclusões alguns aspectos relevantes para a gestão do atendimento socioeducativo de privação de liberdade, considerando sua complexidade e suas contradições. Essa pergunta norteadora foi adotada por se entender que há poucas discussões filosóficas, sociológicas, acerca da implementação do atendimento aos adolescentes infratores:

A implementação do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei na maioria das vezes inviabiliza o acesso e a permanência ao sistema de garantia de direitos, e a materialização das políticas sociais públicas e da própria legislação. Isto é, sua operacionalização tem tido dificuldade para ser realizada em consonância com seu paradigma norteador. Essa crise é pior quando se trata da interpretação dos fundamentos críticos do [Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)], pouco aprofundado do ponto de vista filosófico, sociológico e jurídico, apesar de essa legislação já estar em vigor [há mais] de vinte anos (Oliveira e Silva, 2011, p. 99).

Enquanto ideal, trata-se de “prender e formar”; entretanto, o que se verifica na prática é o “prender para formatar”. O trabalho socioeducativo realizado dentro das

unidades carece de “revolução” dinâmica e permanente, não permitindo que o cotidiano, o dia a dia da unidade, venha a tornar o processo socioeducativo uma rotina de produção em série, na qual o adolescente entra no sistema por determinação judicial e é tratado de forma igual a todos os outros que ali estão. Enquanto não houver a universalização do plano personalizado de atendimento (PPA), inclusive com propostas reais e adequadas para o projeto de vida do adolescente, infelizmente, as unidades terão maior similaridade com os centros de detenção. Dentro das unidades de atendimento são usados uniformes, cortes de cabelo e calçados padronizados, retirando de todos os adolescentes quaisquer possibilidades de destacar-se no grupo por sua identidade visual. Trata-se de um processo inconsciente de desconstrução da personalidade do indivíduo, com o objetivo de “formatar” um comportamento desejado dentro da instituição, mas que não se legitima para a vida do adolescente no momento em que “ganha” a liberdade. Nesse sentido, não são tratados quaisquer princípios que possam levar o adolescente à criação por si de uma consciência e espírito crítico. Em suma, tratam-se os efeitos, mas não a causa. Formata-se o indivíduo enquanto institucionalizado. Até o processo de escolarização dentro das unidades não se mostra adequado à realidade, tendo em vista que não considera a particularidade da medida socioeducativa, tratando todos igualmente. Nesse caso, não se segue o mais antigo dos princípios da justiça: tratar de modo igual os iguais e de modo desigual os desiguais.

A internação dos adolescentes, em sua maioria, visa a dar uma resposta à sociedade ou a uma medida protética, tendo pouca preocupação com a ressocialização deles, pois a maioria dos adolescentes internados era ignorada pelo Poder Público antes de sua internação e só foi lembrada em razão do ato infracional. Nessa perspectiva, o sistema socioeducativo é usado como mais uma ferramenta de dominação pelo Estado, uma última tentativa para forçar os adolescentes a se curvarem às regras da sociedade. Logo, por melhor que seja uma unidade socioeducativa, via de regra seu trabalho é perdido, pois, tão logo o adolescente volte para o meio de onde veio, ele volta a ser esquecido se não cometer outro ato infracional.

Se a finalidade da sanção não é somente a punição, essa deve ser exercida nos princípios da educação, por isso a medida é denominada socioeducativa. Não há dúvidas entre os operadores da justiça de que a medida socioeducativa tem como função o controle social das práticas infracionais. Contudo, a finalidade pedagógica demarcada na norma legal é compreendida e interpretada de diferentes maneiras pelos executores da medida, traduzindo-se muitas vezes em práticas institucionais que caminham no sentido contrário ao que efetivamente significa o caráter pedagógico da medida socioeducativa (Fuchs, 2009, p. 183).

Uma vez que o Estado se responsabilize pela tutela do adolescente, enquanto este estiver cumprindo medida socioeducativa, seus direitos básicos preconizados pela Constituição da República Federativa do Brasil (CF, 1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) deverão ser garantidos. Antes de “prender”, o que se questiona é se esse Estado não poderia proporcionar melhores condições, dignas, à família e aos próprios adolescentes, visando ao acesso aos bens sociais e à garantia de inclusão igualitária aos demais cidadãos para sua ascensão social. Infelizmente, muitas vezes o acesso às condições materiais indispensáveis para o desenvolvimento físico-psico-social desses adolescentes vem junto com sua entrada nas instituições de privação ou restrição de liberdade.

[...] com o ECA, engendrou-se uma nova mecânica de controle social, que não é tão somente dirigido aos pobres. É controle sociopenal formalmente instituído com fundamentos no direito penal juvenil, permanente e continuamente definido pelos fluxos inteligentes e pela ética da sociedade da transparência, num Estado Democrático de Direitos. Esses fluxos de controle, sejam penais ou não, continuam controlando os potencialmente perigosos, com base no paradigma da defesa da sociedade, que é um princípio do direito penal (Oliveira e Silva, 2011, p. 227).

A privação de liberdade é uma punição, parte da retribuição imposta pelo Estado. Prende-se para punir. A tentativa de agregar valores morais ao castigo é uma forma de mitigar a aflição da medida. A nomenclatura “medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional” segue no mesmo sentido. Trata-se de um eufemismo. Historicamente, socioeducar está para a internação assim como ressocializar está para a pena. Por melhor que seja o programa, essa realidade não pode ser ignorada. Todavia, ainda não encontramos outra forma de impor limites às pessoas que desrespeitam direitos alheios. E provavelmente não encontraremos outra forma, exceto se deixarmos de lado direitos e garantias fundamentais, ética e valores morais, e aceitarmos o emprego das tecnologias de segurança para o controle corporal dessas pessoas.

A grande questão é por que estes adolescentes seguiram este caminho? Por que se encontram em uma unidade socioeducativa? Parte deles não tiveram oportunidades durante toda sua vida e o fato de estarem em uma unidade deve ser visto com uma possibilidade de aprendizado, de conhecimento, para saírem com oportunidades reais para a construção de um novo projeto de vida. Assim, a concepção correta seria a privação de liberdade como um processo formativo, pois as unidades seriam locais para subsidiar processos de escolhas aos adolescentes. A vida de todos se baseia em experiências e vivências e só assim podemos fazer algo que realmente transforme esses adolescentes, ou seja, escolher seu caminho, fazer suas escolhas, tomar suas decisões. Prender para formatar, para a punição,

é um conceito errôneo, pois o fato de estar sem liberdade não significa uma mudança automática na vida do adolescente ou de qualquer pessoa.

Diante desse registro, que evidencia o breve ciclo de perversidades, violações e arbitrariedades, permanece a velha figura do “infrator adolescente” subordinado a um Sistema de Administração da Justiça Juvenil que gerencia vidas, naturalizando a questão social como penal, na ordem capitalista. É um sistema que, ao invés de promover justiça, promove injustiça, e arbitrariedades institucionais cuja existência tem a idade do Brasil (Oliveira e Silva, 2011, p. 220).

A concepção de atendimento aos adolescentes deve estar alicerçada na construção de uma sociedade que garanta direitos, conduzindo a proposta de permitir o desenvolvimento do indivíduo de maneira obrigatória, em relação a si e à sociedade. A proposição de prender e formar exige uma reflexão e interação contínua dos envolvidos no processo, pois a necessidade de responder à sociedade, a tendência a minorar as dificuldades, levamos a prender para formatar, exigir que o adolescente se adapte a “normas e preceitos” institucionais. A expectativa seria uma penalização, responsável, com projeto político-pedagógico, a busca pela autonomia desse sujeito, pois não é possível pensar em um processo formativo/educativo sem responsabilização e, muitas vezes, para chamar o adolescente a refletir sobre sua responsabilidade é necessário que ele seja temporariamente privado de sua liberdade, recebendo atendimento para assumir uma nova forma de pensar e agir.

Uma vez que seja determinada a privação de liberdade de um adolescente, faz-se necessário proporcionar condições ao processo formativo, tendo por objeto o desenvolvimento do sujeito e a carência/os prejuízos no processo formativo anterior à privação de liberdade e o envolvimento em atos infracionais. No entanto, deve-se estabelecer o trabalho conjunto de promoção da família ou dos responsáveis que receberão o adolescente após o processo socioeducativo.

Infelizmente, a socioeducação, assim como todo o sistema de ensino brasileiro, está adaptando o indivíduo ao meio, falta muito para construirmos um processo educativo emancipador. Há duas perspectivas a discutir: “prender e formar” refere-se ao ideal da proposta socioeducativa para formar sujeitos para a vida em sociedade, mas o questionamento a fazer é: formar para qual sociedade? Então, o que ocorre é punir como resposta a anseios da sociedade. Nesse aspecto, colocamo-nos diante da realidade que perpassa o atendimento socioeducativo e representa a perspectiva “prender para formatar”, já que há uma aparente necessidade de tornar esse adolescente “apto” a conviver em sociedade. Prender e formar: eis o caminho, considerando sua individualidade e contando com seu protagonismo como condutor de uma nova história. Mas o sistema tenta privar por privar, é a prisão no sentido da palavra. Formatar é tirar da pessoa seu protagonismo e sua individualidade, moldá-la conforme a percepção alheia e não a sua.

A concepção formadora seria a melhor proposta, considerando a concepção sociopedagógica, as práticas socioeducativas, a dinâmica funcional almejada, o modelo arquitetônico previsto, as legislações infanto-juvenis sancionadas e, finalmente, o adolescente enquanto sujeito de direitos e respeitada sua singularidade, aproveitando seu passado para repensar o presente e projetar um futuro, contribuindo com a formação desse cidadão, devolvendo-lhe sua dignidade e mostrando-lhe os caminhos que não aqueles trilhados até o momento.

Tal qual a escola, que em uma sociedade desigual representa a igualdade, ou no termo jurídico que mais representa o liberalismo, a isonomia, os adolescentes são colocados como iguais, promovendo meios de formatá-los ao tipo esperado pela sociedade da competição, diante desses meios os adolescentes correspondem da seguinte forma: uns menos, uns mais, outros mais ou menos. Legitimamos, dessa forma, tal qual uma escola, a existência daqueles jovens nota 10, daquela nota média, daqueles abaixo da média, estes mais próximos de ficarem abaixo da terra também.

Em um plano formal e normativo, a apreensão do adolescente deve conjugar e atender ao caráter sancionatório e formativo e um discurso favorável à garantia de direitos. Todavia, existe um objetivo, que é velado, de prendê-los para a garantia da paz social. Nesse sentido, as previsões legais são diferentes das práticas, não existem reais interesses, investimentos e recursos disponíveis para atingir os objetivos estabelecidos para as medidas socioeducativas, que aprisionam para segregar. Isso nos faz refletir sobre o *modus operandi* do trabalho socioeducativo. As normativas nacionais e internacionais, enquanto poder de privar um jovem de liberdade nos termos da lei, balizam e orientam a forma como se deve direcionar o atendimento socioeducativo. O objetivo geral do trabalho é desenvolver um processo capaz de suscitar um novo projeto de vida para os adolescentes, baseado em valores éticos e na participação social cidadã, daí, também, a necessidade de formação dos profissionais e da construção coletiva para a definição dos métodos de trabalho. A chave de compreensão dessa premissa é o tipo de trabalho que os gestores adotarão para conduzir a relação educador-educando. Os parâmetros arquitetônicos contribuem, os recursos humanos conduzem, a estrutura e os materiais apoiam, todavia, os métodos direcionam e mostram o caminho por meio de princípios e diretrizes. As instituições não podem querer dar novos rumos à vida desses jovens, pois não podemos retirar a essência dos adolescentes, mas as instituições podem fornecer instrumentos e técnicas que subsidiem suas escolhas.

A cultura que prevalece nas instituições de privação de liberdade favorece a “formatação”, a repressão, a punição e a “gratificação” segundo uma lógica de “merecimento” e ao fechamento em si. Tal tendência não é exclusiva dos centros socioeducativos e apresenta importantes fatores históricos relativos à institucionalização de crianças e adolescentes e ao aprisionamento de pessoas em geral. Entendemos que a

efetivação da socioeducação nos ambientes de privação de liberdade vai na contramão desse processo, exigindo, mais do que uma proposta consistente, uma prática pautada em esforços diários. O cotidiano² na unidade de internação possibilita identificar que as práticas profissionais na instituição são alvo de demandas das mais diversas ordens: normativas, restritivas, sancionatórias, protetivas, psicológicas, psiquiátricas, de vigilância, de segurança, de reclusão, de exibição midiática, da moral, da saúde do corpo e da mente, da disciplina, da família... e esta lista segue sem fim. Diante de tal situação, a atuação dos profissionais da instituição socioeducativa, não raro, se depara com a exigência de “respostas” rápidas, seguras e eficazes, correndo o risco de perder a direção e tornar-se inconsistente, ou ser levada pelas tendências mencionadas. Conhecer os fundamentos da proposta de atendimento aos adolescentes e colocar periodicamente a prática em questão, promovendo seu aprimoramento, pode levar-nos a reconhecer, no ambiente institucional, oportunidades formadoras e não meramente formatadoras, punitivas.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa, Portugal: Difel.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Brasília, DF: Conanda.
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. (1988). Brasília, DF.
- Costa, A. C. G. (2006a). *As bases éticas da ação socioeducativa: referenciais normativos e princípios norteadores*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Costa, A. C. G. (2006b). *Os regimes de atendimento no estatuto da criança e do adolescente: perspectivas e desafios*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Foucault, M. (1997). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fuchs, A. M. S. (2009). *Telhado de vidro: as intermitências do atendimento socioeducativo de adolescentes em semiliberdade. Análise nacional no período de 2004-2008* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Goffman, E. (2008). *Manicômios, prisões e conventos* (7a ed.). São Paulo, SP: Perspectiva.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2000
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF.

² Em *O cotidiano e a história*, Agnes Heller (2000, p. 20) define: “a vida cotidiana não está ‘fora da história’, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social [...] A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico”.

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. Boitempo Editorial: São Paulo, 2010.

Oliveira e Silva, M. L. (2011). *Entre proteção e punição: o controle sociopenal dos adolescentes*. São Paulo, SP: Ed. Unifesp.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2014). *Levantamento Nacional do Sistema de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Brasília, DF: SDH.

Zaffaroni, E. R., & Pierangeli, J. H. (2002). *Manual de direito penal brasileiro: parte geral* (4a ed.). São Paulo, SP: Revista dos Tribunais.

Para citar este artigo

Norma A – ABNT

PEIXOTO, R. B. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo como mecanismo de regulamentação da punição. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 11, n. 27, p. 134-149, 2021.

Norma B – APA

Peixoto, R. B. (2021). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo como mecanismo de regulamentação da punição. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 11(27), 134-149.

Norma C – Vancouver

Peixoto RB. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo como mecanismo de regulamentação da punição. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2021 [cited Ago 21, 2021];11(27):134-149.

Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/7155>

Percepção de valor de assinantes de cursos *on-line* em economia criativa

Francisca Angélica de Oliveira

Head de Educação na Plataforma Asta
Especialista em Pesquisa de Comportamento e Consumo
angelicaoliveiralab@gmail.com
[<https://orcid.org/0000-0002-8400-2155>]

Daniel Mill

Professor na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Membro do Grupo Horizonte
mill@ufscar.br
[<https://orcid.org/0000-0002-8336-3645>]

Resumo

Este artigo investiga a percepção de valor dos assinantes de cursos *on-line* em economia criativa. Para tanto, os objetivos principais do estudo englobavam conhecer a *persona* dos assinantes, mapeá-los em pelo menos 3 plataformas de cursos e analisar a percepção dos usuários, compilando os dados coletados na ferramenta “Mapa de Empatia”. Trata-se de pesquisa qualitativa realizada por meio de questionário *on-line* com 100 respostas válidas, distribuídas em 3 grandes eixos: a) *persona* dos assinantes de cursos; b) experiência de uso das plataformas de cursos; e c) experiência de aprendizagem nas plataformas de cursos. A fundamentação teórica teve por base materiais didáticos sobre os macrotemas: a) gestão estratégica da educação a distância (EaD); b) gestão de negócios em educação e tecnologia; e c) inovação, empreendedorismo digital e startups na área de educação. Os resultados demonstram que a *persona* mapeada é mulher, tem cerca de 40 anos de idade, pertence à classe C, possui Ensino Superior completo e é empreendedora no setor da economia criativa. Sua percepção de valor ao assinar determinada plataforma de cursos passa por um processo de escolha entre aquelas que viabilizem um processo de aprendizagem considerado fluido e criativo.

Palavras-chave gestão estratégica da educação a distância; *startup* educacional; curso online aberto e massivo; gestão de negócios em educação e tecnologia; economia criativa.

Conhecer: debate entre o público e o privado

2021, Vol. 11, nº 27
ISSN 2238-0426
DOI <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2021.11.27.7156>
Licença Creative Commons Atribuição (CC BY 4.0)
Data de submissão 10 mai 2021
Data de publicação 28 ago 2021

Subscribers' perceived value of online courses in creative economy

Abstract

This article investigates the subscribers' perceived value of online courses in creative economy. To do this, the main objectives of the study encompassed knowing the subscribers' persona, mapping them on at least 3 course platforms, and analyzing the users' perception, by gathering the data collected in the tool "Empathy Map." This is a qualitative research carried out by means of an online questionnaire containing 100 valid answers, distributed on 3 main axes: a) course subscribers' persona; b) experience in using course platforms; and c) learning experience on course platforms. The theoretical framework has been based upon teaching materials on the macro-themes: a) strategic management in distance education (DE); b) business management in education and technology; and c) innovation, digital entrepreneurship and startups in the education industry. The results show that the persona mapped is a woman, is about 40 years old, belongs to class C, has completed Higher Education, and is an entrepreneur in the creative economy sector. Her/his perceived value in subscribing to a certain course platform goes through a process of choosing between those that enable a learning process regarded as fluid and creative.

Key words strategic management in distance education; educational startup; massive open online course; business management in education and technology; creative economy.

Percepción de valor de suscriptores de cursos en línea en economía creativa

Resumen

Este artículo investiga la percepción de valor de suscriptores de cursos en línea en economía creativa. Para ello, los principales objetivos del estudio abarcaron conocer la *persona* de los suscriptores, mapearlos en al menos 3 plataformas de cursos y analizar la percepción de los usuarios, mediante la recopilación de los datos recogidos en la herramienta "Mapa de Empatía". Se trata de una investigación cualitativa realizada mediante un cuestionario en línea que contiene 100 respuestas válidas, distribuidas en 3 ejes principales: a) *persona* de los suscriptores de cursos; b) experiencia en el uso de plataformas de cursos; y c) experiencia de aprendizaje en plataformas de cursos. El marco teórico se ha basado en materiales didácticos sobre los macrotemas: a) gestión estratégica de educación a distancia (EaD); b) gestión empresarial en educación y tecnología; y c) innovación, emprendimiento digital y *startups* en la industria de la educación. Los resultados muestran que la *persona* mapeada es mujer, tiene alrededor de 40 años, pertenece a la clase C, ha completado la educación superior y es emprendedora en el sector de la economía creativa. Su percepción de valor al suscribirse a una determinada plataforma de cursos pasa por un proceso de elección entre aquellas que permiten un proceso de aprendizaje considerado fluido y creativo.

Palabras clave gestión estratégica de educación a distancia; *startup* educativa; curso en línea masivo abierto; gestión empresarial en educación y tecnología; economía creativa.

Perception de valeur par les abonnés des cours en ligne sur l'économie créative

Résumé

Cet article étudie la perception de valeur par les abonnés des cours en ligne sur l'économie créative. Pour ce faire, les principaux objectifs de l'étude comprenaient la connaissance de la *persona* des abonnés, leur cartographie sur au moins 3 plateformes de cours et l'analyse de la perception des utilisateurs, rassemblant les données collectées dans l'outil « Carte d'Empathie ». Il s'agit d'une recherche qualitative réalisée au travers d'un questionnaire en ligne qui contient 100 réponses valides, réparties en 3 axes principaux: a) *persona* des abonnés au cours; b) expérience dans l'utilisation des plateformes de cours; et c) expérience d'apprentissage sur des plateformes de cours. Le cadre théorique a été basé sur des supports pédagogiques sur les macro-thèmes: a) gestion stratégique de l'enseignement à distance (EaD); b) gestion d'entreprise dans l'éducation et la technologie; et c) innovation, entrepreneuriat numérique et startups dans le secteur de l'éducation. Les résultats montrent que la *persona* cartographiée est une femme, a environ 40 ans, appartient à la classe C, a terminé des études supérieures, et est une entrepreneure dans le secteur de l'économie créative. Sa perception de valeur lors de la souscription à une certaine plateforme de cours passe par un processus de choix entre celles qui permettent un processus d'apprentissage considéré comme fluide et créatif.

Mots-clés gestion stratégique de l'enseignement à distance; startup éducative; cours en ligne ouvert et massif; gestion d'entreprise dans l'éducation et la technologie; économie créative.

Introdução

Este artigo tem como objetivo geral identificar as motivações envolvidas no processo de tomada de decisão do usuário de plataformas de ensino no formato curso online aberto e massivo (*massive open online course* [MOOC]) ao optar por pagar por determinado produto educacional, com conteúdos especificamente do setor de *economia criativa*. Os objetivos específicos são: a) conhecer a *persona* dos assinantes de cursos de economia criativa no formato MOOC; b) mapear assinantes de pelo menos 3 plataformas diferentes; e c) analisar a percepção da proposta de valor ao optar por assinar determinado produto educacional/curso, compilando-a em um "Mapa de Empatia".

As principais hipóteses do estudo que envolvem as motivações dos usuários ao investirem financeiramente em produtos educacionais da economia criativa no formato MOOC eram: a) o fato de encontrarem flexibilidade nesse formato de ensino; b) a relação custo-benefício ainda é mais atraente em comparação aos cursos presenciais; c) a possibilidade de obter um certificado gera uma ideia de credibilidade; d) a instituição que promove o curso credita confiança o suficiente em sua comunicação de marca, dentre outras. O texto pode contribuir para pensar a gestão estratégica da educação a distância (EaD) - com foco na gestão de negócios em educação -, tendo como base o acesso ao conhecimento sobre os principais hábitos de comportamento e consumo dos assinantes de conteúdos da economia criativa em formato MOOC hospedados em plataformas

educacionais. Os resultados podem ser adotados por outros pesquisadores, especificamente interessados em temáticas relacionadas com as motivações e a percepção de propostas de valor por parte do público diante de determinado produto educacional.

As motivações do usuário ao assinar plataformas de ensino passam, necessariamente, pela importância desse tema sob o viés da gestão estratégica da EaD que, segundo Mill (2017, p. 4): “guarda para si diversas especificidades que exigem e promovem um tipo de gestão muito diferente da gestão de outras atividades. Pode-se dizer que a profissionalização da gestão de EaD parece ainda emergente e necessária”. Desse modo, o gestor de EaD precisa ter uma visão macro de cenários para conseguir gerar inovações em nível micro. Além de estar atento aos diversos sistemas (e seus subsistemas) que envolvem a complexidade dessa tarefa, o profissional precisa observar os movimentos que compõem todo um cenário social que afeta os usuários de seus produtos/serviços e suas consequentes absorções de aprendizado e percepção de valor da entrega de tais conteúdos.

É possível encontrar semelhanças com a bibliografia de Araújo (2020) quando se discorre sobre a importância de pensar a gestão de negócios em educação e tecnologias, de modo integrado. Tal como o gestor estratégico de determinado sistema de EaD, as habilidades de um gestor de negócios nesse setor também envolvem orquestrar estruturas organizacionais, contemplando aspectos como marketing, gestão de pessoas, produção e financeiro, planejamento estratégico e gestão da informação. Ademais, em ambos os casos, o empreendedorismo e a capacidade de planejar negócios são habilidades desejáveis, visto que seus respectivos sistemas demandam inovações constantes. Um curso na modalidade EaD, ainda que alojado no seio de uma instituição mantenedora tradicional, não difere muito em termos de habilidades exigidas na gestão de negócios em educação e tecnologias quanto à série de exigências relativas a performance, resultados e medição de impactos. Em ambos os casos existe um sistema complexo a ser gerenciado, mensurado e avaliado, onde:

Independentemente do tipo de negócio, se ele é mais tradicional ou se é uma *startup*, e indiferente da área do negócio, se é uma prestação de serviços ou uma indústria, a gestão de negócios deve estar presente para fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso (Araújo, 2020, p. 6).

Portanto, este estudo se justifica pela conexão entre esses dois macroassuntos: a) gestão estratégica da EaD; e b) gestão de negócios em educação e tecnologias, tendo como viés o estudo da *persona* que investe financeiramente em determinado produto/serviço educacional tecnológico no setor de economia criativa. Ao aplicar os conceitos de gestão estratégica da EaD em produtos e serviços no universo das *startups* educacionais

ou de cunho empresarial, essa profissionalização do gestor, além de emergente e necessária, torna-se obrigatória para que o modelo de negócio consiga prosperar. O que se tem percebido com o crescimento do número de *startups* educacionais no Brasil é que tais formas de transmissão (e conseqüente lucratividade) de conteúdos digitalizados têm assumido vieses cada vez mais criativos e competitivos, entregando diferentes propostas de valor aos usuários. É exatamente nesse momento que a gestão estratégica da EaD se torna fundamental, ao adaptar os processos e as metodologias já usados(as) em negócios educacionais tradicionais para a linguagem das *startups*, de modo a entregar a mesma qualidade e eficiência no processo de ensino-aprendizagem. Domingues, Floyd-Wheeler e Nascimento (2017, p. 1) abordam que esse movimento se configura como uma nova realidade brasileira na qual, com a ascensão do acesso aos dispositivos móveis por parte dos consumidores, criam-se “novas relações de negócios em atividades tradicionais como a educação ou outras atividades do terceiro setor”.

Nesse contexto, os resultados parciais da pesquisa demonstram que os usuários de plataformas de cursos no setor de economia criativa, hospedadas no formato MOOC, apresentam uma *persona* que sempre busca inovações nas maneiras de acessar e consumir tais conteúdos, além de não serem fidelizados por nenhuma plataforma específica e aplicarem o conhecimento adquirido majoritariamente em suas vidas pessoais e profissionais, em proporções praticamente iguais. Apresentam-se a seguir os tópicos: a) metodologia (etapas da pesquisa, instrumentos e locais de coleta de dados); b) resultados (análise dos dados coletados da pesquisa, divididos em 3 seções: *persona* dos assinantes de cursos do setor de economia criativa no formato MOOC e como foram suas respectivas experiências de uso e de aprendizagem nas plataformas); e c) conclusão (resumo conceitual de todos esses dados em um Mapa de Empatia, seguido de análises sobre a gestão estratégica da EaD e a importância de inovar em seus sistemas).

Metodologia

Este artigo adotou a pesquisa qualitativa como metodologia da ferramenta *Google Forms*, que foi lançada em grupos específicos nas redes sociais onde se encontram os assinantes do segmento de cursos investigados. Os dados coletados na pesquisa qualitativa foram compilados no Mapa de Empatia que, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2020a), é “uma ferramenta simples e visual usada para descobertas sobre usuários. É eficiente para entender a audiência de produtos e serviços, tanto dos clientes quanto de concorrentes”. Quando usadas de modos complementares, essas 2 ferramentas demonstram grandes potencialidades de captação de percepção de valor do usuário, exatamente pelo fato de aprofundarem-se em outros aspectos que

consideram nuances socioculturais de comportamento e consumo. O processo desta pesquisa se dividiu em 3 macrotarefas, distribuídas em um plano de ação, intituladas: a) antes; b) durante; e c) depois.

A etapa “antes” caracterizou-se, basicamente, pela preparação das ferramentas e pelos fundamentos da pesquisa. Desse modo:

- Realizou-se um estudo prévio do tema por meio de validação com as *chief executive officers* (CEOs) da Rede Asta e da análise da viabilidade de aplicação dos resultados da pesquisa no planejamento estratégico 2021 da empresa;
- Referências bibliográficas foram buscadas na plataforma Mendeley e os demais arquivos acadêmicos foram adquiridos oportunamente pelos autores;
- Procedeu-se à análise do modelo de negócios e *benchmarking* das principais plataformas no formato MOOC concorrentes da Plataforma Asta;
- As 5 principais plataformas para prospecção de respostas dos usuários foram eleitas;
- Os textos foram fichados e um quadro foi elaborado para estruturar a revisão bibliográfica (selecionando as principais referências com vistas à melhor distribuição entre as 2 grandes áreas da pesquisa - gestão estratégica da EaD; e b) gestão de negócios em educação e tecnologias -, com foco na percepção de valor do usuário das plataformas no formato MOOC;
- Elaborou-se a redação de um texto final sobre a literatura abordada (revisão bibliográfica da metodologia de pesquisa); e
- Por fim, também foram elaborados os instrumentos de coleta de dados e aprovou-se um cronograma para a aprovação da pesquisa no conselho de ética da Rede Asta.

Já na etapa “durante”:

- Os instrumentos de coleta de dados foram aplicados e posteriormente analisados, usando gráficos gerados pelo próprio *Google Forms*, nuvens de palavras do *Pro Word Cloud* (suplemento do pacote *MS Office*);
- O Mapa de Empatia foi elaborado primeiro no Canvas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e depois no *template* do *Google Drawings* (disponibilizado pelo *blog* Canvas Brasil); e
- Ao final, elaborou-se o relatório desta pesquisa no aplicativo “Apresentações”, do *Google Docs*.

A pesquisa foi enviada por meio de um *link* da ferramenta *Google Forms*, sendo composta por 24 perguntas, divididas em 3 seções principais: a) perfil do respondente; b) experiência do respondente com o uso da plataforma no formato MOOC na qual investiu financeiramente em um curso de economia criativa; e c) sua experiência geral de aprendizagem do respondente em cursos *on-line*. Dentre essas 24 questões, 10 eram abertas e 14 eram de múltipla escolha - 7 permitiram a marcação de mais de 1 item nas seções 2 e 3 (experiências de uso e de aprendizagem, respectivamente). O formulário foi divulgado em

diversos meios digitais, como: a) grupo no *Facebook* “Eduk | Artesanato”; b) redes sociais dos pesquisadores, (*WhatsApp*, *LinkedIn*, *Facebook* e *Instagram* etc.); e c) divulgação na Plataforma Asta, por meio de *post no feed* e envio por *e-mail* para sua base de 5 mil usuários cadastrados. O questionário tinha um tempo médio de 10 minutos para preenchimento e ficou aberto para respostas durante o período de 2 meses, obtendo 104 respostas no total, sendo 96% desses respondentes assinantes de pelo menos 1 das 5 maiores plataformas identificadas no objeto da pesquisa (Eduk, Domestika, Udemy, Coursera e Descola). Dentre esses respondentes, obtiveram-se 4 respostas que foram excluídas para fins de análise real nesta pesquisa, pelo fato dos usuários responderem “nunca ter investido financeiramente em um produto educacional” ou afins. Desse modo, 100 respostas foram consideradas na fase de apresentação de resultados desta pesquisa.

Por fim, na etapa “depois” foram prospectados diversos congressos, publicações e eventos acadêmicos nas áreas *Educação*, *Economia Criativa* e *Negócios de Impacto Social* onde esta pesquisa possa vir a ser divulgada. Também se estruturou um relatório da pesquisa para sua posterior aplicação no treinamento da nova equipe da Plataforma Asta e no planejamento estratégico de 2021 da Rede Asta, que é um negócio social atuante na economia do tipo “feito a mão”, levando artesãs a se tornarem empreendedoras. Na definição de Yunus (2018 como citado em Limeira, 2018, p. 2), “o negócio social é uma empresa que não envolve perdas e não paga dividendos, inteiramente dedicada à realização do propósito social”. Há 15 anos no setor do artesanato, sempre tendo como ponto principal a geração de renda, conhecimento e rede para as artesãs envolvidas, a Asta já experimentou diferentes modelos de negócios e lançou, em 2018, seu primeiro produto digital educacional, a Plataforma Asta, uma tecnologia social que integra todos os conteúdos da Escola de Negócios das Artesãs, além de promover rede e facilitar o acesso ao mercado. Os 25 cursos da escola passaram a ser gerenciados em um sistema de gestão de aprendizagem (*learning management system* [LMS]) e um sistema de gestão de conteúdo (*content management system* [CMS]), sendo acessados pelos usuários cadastrados na Plataforma Asta via *mobile* (pelo aplicativo) ou pelo navegador. Deste modo, a organização se caracterizou como parceira fundamental para a aplicação da metodologia desta pesquisa.

Resultados

Persona dos assinantes de cursos do setor de economia criativa no formato MOOC

Na definição do Sebrae (2020c), a economia criativa é “o conjunto de negócios baseados no capital intelectual e cultural e na criatividade que gera valor econômico”.

A escolha por delimitar o campo da pesquisa para esse setor se deve ao fato de buscar uma compreensão específica do comportamento de consumo de pessoas que procuram cursos como artesanato, moda, gastronomia e afins, na modalidade EaD, para adquirirem conhecimentos em suas trajetórias pessoais, profissionais, acadêmicas ou familiares. Assim, essa primeira parte do formulário buscava mapear a *persona* dos assinantes de cursos em economia criativa, no formato MOOC. Antes, faz-se necessário elucidar que compreender, profundamente, o comportamento de consumo dos usuários de tais plataformas se configura como um dos primeiros aspectos a estudar durante a formatação de um plano de negócio e, também, na gestão estratégica da EaD. De acordo com Araújo (2020, p. 8): “é fundamental essa identificação, pois o produto é desenvolvido para quem irá consumir, e assim precisamos identificar onde está esse consumidor, como alcançá-lo e qual preço esse consumidor está disposto a pagar”.

Pode-se compreender “produto”, aqui, em sua visão mais ampla de determinada entrega que venha a satisfazer as necessidades humanas e sociais da pessoa que o busca. Tal busca pode vir carregada de signos que permeiam sua relação pessoal com o produto/serviço no qual essa pessoa investiu, daí se falar em “percepção de valor”. Parte-se do princípio de que determinado discente busca um curso na modalidade EaD por vários motivos e o modelo de negócio somado ao projeto político pedagógico do curso devem estar alinhados para corresponder a tais expectativas. Em um contexto de pensar o sistema financeiro de um curso na modalidade EaD, o resultado dessa soma pode caracterizar-se por uma “proposta de valor” que, segundo o Sebrae (2020b), seria uma espécie de “resumo do propósito da sua empresa, ou seja, o que ela pretende entregar ao mercado”. Tal proposta, ao ser bem estruturada, deve direcionar-se a uma *persona*, que nada mais é do que um perfil geral a ser traçado do seu cliente. Em resumo, é a partir da *persona* criada que se consegue “delimitar características de um cliente ideal, ou seja, aquele para o qual você vai direcionar suas ações e que tem mais chances de adquirir o seu produto” (Sebrae, 2020d).

Como esperado, o público que respondeu à pesquisa era majoritariamente feminino (94%) e obteve-se uma amostra significativamente bem distribuída entre as faixas etárias (com uma média de 25% para cada recorte geracional), com exceção da Geração Z (*Centennial*), de 18 a 24 anos, onde só houve 1 resposta. Optou-se pela idade de 40 anos para a *persona* por ser um ponto de equilíbrio, em termos de estilos de aprendizagem, comportamento e consumo, entre as diferentes gerações analisadas; 65% dos respondentes se declarou de cor branca e cerca de 74% desses indivíduos possui Ensino Superior completo, inclusive uma grande amostra com pós-graduação (43%). O que nos leva a achados como quanto maior a escolaridade, maior o número de pessoas buscando formação contínua, corroborando a tendência de *lifelong learning*.

Por outro lado, os números parecem mostrar que quanto maior a classe social, menor o número de pessoas buscando formação contínua. Nesse cenário, a classe C se destaca

constituindo quase metade da amostra (43%) pesquisada e 41% das respostas são de pessoas das classes D ou E. Estudantes ou pessoas sem fonte de renda constituem uma minoria, quase exceção (3%), e os empreendedores predominam na amostra (54%), sejam eles formalizados ou não, em sua grande maioria do setor de economia criativa (37%), seguidos por artesanato (12%) e moda (9%). Também houve uma amostra significativa de profissionais autônomos ou liberais (43%) ou aqueles que se declararam não empreendedores (28%), podendo-se inferir que há um crescente interesse por parte do público em cursos no setor da economia criativa, ainda que estejam posicionados em suas carreiras. Assim, iniciamos esta pesquisa buscando compreender o perfil desse usuário para, posteriormente, montarmos uma *persona* e pensarmos suas motivações ao decidir investir financeiramente em determinado curso na modalidade EaD.

Após analisar todas as respostas, conclui-se que a *persona* mapeada no estudo é uma mulher (a quem demos o nome de Renata), tem 40 anos, é branca, pertence à classe C, possui Ensino Superior completo e é empreendedora da economia criativa (microempreendedora individual de uma marca de crochê). Ela tenta acessar uma grande variedade de cursos onde possa aprender novas técnicas e dicas de gestão para seu negócio, de modo que tenham valores acessíveis e sejam ofertados por instituições que passem credibilidade. Por fim, pode-se ajudá-la, conhecendo melhor seus hábitos de aprendizagem, seu comportamento de consumo para, posteriormente, formatar uma proposta de valor e de entrega dos conteúdos em uma plataforma inovadora e criativa.

Com a crescente oferta de cursos em formato MOOC somados a uma forte tendência de cada vez mais instituições oferecerem cursos livres na modalidade EaD, esse processo de inovação precisa ser o mais ágil possível. Uma das metodologias usadas nesse sentido para validar estratégias de inovação é o *Lean Startup*, que, como indicam Pereira e Araujo (2017, p. 268) foi adotado pela empresa Descomplica (uma das maiores plataformas de educação do país), no seguinte cenário: “tinha como propósito recolher *feedbacks* de primeiros usuários e analisar métricas de crescimento para aprimorar cada vez mais o seu produto”. Os autores complementam que:

O referido ciclo consiste em idealizar uma nova funcionalidade ou característica para o produto (*build*), proveniente de *feedbacks*, *insights* das métricas analisadas ou *brainstorming* de sua equipe (*measure*) [...] Nesse caso, a equipe da Descomplica observava a reação dos usuários imediatamente após construir uma nova solução, ou seja, codificar se for uma funcionalidade do *site* ou a execução de uma nova característica de produto, para depois medir os resultados de aceitação dessa nova iteração (Pereira & Araujo, 2017, p. 269).

Conclui-se que conhecer a *persona* é importante para validar os processos de inovação e gerar estratégias que entreguem uma proposta de valor cada vez mais alinhada às expectativas e necessidades dos clientes. Após cumprir essa primeira etapa, de conhecer o público para o qual estamos desenvolvendo determinada solução educacional, fica mais fácil analisarmos sua percepção de valor ao investir financeiramente em uma plataforma.

Experiência de uso das plataformas de cursos em economia criativa em MOOC

Como sinalizado anteriormente, esta pesquisa se insere em um contexto de investimento financeiro em plataformas de cursos da economia criativa no formato MOOC. Nessa perspectiva de pensar o desenvolvimento de novos produtos e serviços educacionais, tendo por base o modelo de negócio das *startups*, identificou-se que se trata de um movimento recente. É nesse sentido que:

Universidades, escolas, centros de ensino, organizações empresariais, grupos de profissionais de *design* e hipermédia lançam-se ao desenvolvimento de portais educacionais ou cursos a distância por meio da TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), os quais podem suportar tanto as tradicionais formas mecanicistas de transmitir conteúdos digitalizados como processos de produção colaborativa de conhecimento (M. Medeiros & A. Medeiros, 2018, p. 5).

Essa série de portais e cursos se classifica de diversas maneiras, dependendo dos respectivos modelos de negócios com focos em diferentes produtos ou serviços educacionais. Na revisão bibliográfica se encontram, diversas vezes, classificações diferentes para o(a) mesmo(a) aplicativo/solução educacional ou, ainda, casos de soluções educacionais que transitam por diferentes tipologias. No estudo de M. Medeiros e A. Medeiros (2018), por exemplo, foram classificadas 25 plataformas digitais e *startups* na área da educação, onde a plataforma Eduk está tipificada como “Plataformas e *startups* voltadas para alunos, professores e gestão escolar”, mas também se encaixaria em “Plataformas e *startups* com cursos *on-line* voltadas para a área de negócios”.

Antes de iniciarmos as análises dos resultados desta seção, faz-se necessário elucidar o conceito de MOOC, o formato de curso escolhido para a contextualização deste estudo. Tal escolha se deu pelo fato de sua tipologia ser aquela que mais se aproxima da entrega de determinada proposta de valor em uma plataforma/*startup* de educação. Após a revisão bibliográfica, optou-se por trabalhar com o conceito de Dal Forno e Knoll (2013, p. 6): “a sigla MOOC significa Curso *On-Line* Aberto Massivo (*Massive Open Online Course*), uma

modalidade de ensino a distância que tem se propagado por meio de plataformas virtuais específicas espalhadas pelo mundo”. Os autores complementam que:

Diferentemente dos cursos tradicionais de EaD, os MOOCs são abertos, ou seja, podem ser acessados por qualquer pessoa conectada à internet, mediante sua inscrição em uma plataforma: não há critérios para a seleção de estudantes, exceto quando é indicada a necessidade de determinado conhecimento prévio e os cursos são majoritariamente gratuitos. Por essa ampla abrangência, os MOOCs são intitulados massivos, alcançando um grande número de pessoas (Dal Forno & Knoll, 2013, p. 6).

Os MOOC nem sempre são gratuitos e essa é a principal característica que permite que as plataformas e *startups* educacionais se apropriem de seus princípios para gerarem receitas e monetizarem suas ações. A partir do momento em que se compreende a tipologia da plataforma, conseqüentemente se observa quais estratégias ela tem usado para entregar sua proposta de valor ao seu usuário. É aqui que chegamos às grandes questões norteadoras deste estudo:

- Quais dores essas plataformas MOOC atendem no universo dos seus consumidores?
- De que modo elas conseguem se comunicar, operacionalizar e inovar na entrega de produtos e serviços de qualidade que atendem às expectativas do usuário?
- O que faz com que este se fidelize e engaje a ponto de pagar por um curso *on-line* que o ensine a precificar um produto artesanal, ou a fotografá-lo ou, ainda, sobre como desenvolver coleções, se existe todo um universo de conteúdos gratuitos na internet?

Foi nesse sentido, que os participantes desta pesquisa responderam 5 perguntas abertas na seção “Como tem sido sua experiência de uso da plataforma?”, que tinha como objetivo principal elucidar a experiência do usuário em sua jornada.

Os respondentes desta pesquisa assinam, em sua maioria, as plataformas Eduk (51%), Domestika (20%) e Udemy (18%). Algumas das principais análises desta amostra sinalizam que 22% das pessoas assinaram ou consumiram produtos educacionais além dessas 3 principais plataformas. Trata-se de um número significativo, pois quase 1/4 dos respondentes consome outras plataformas/serviços, dentre eles cursos em plataformas independentes empreendidas por artesãs que se caracterizam como referências e se posicionam no setor. As pessoas conhecem as plataformas por meio de busca na internet (33%) e das redes sociais (40%), estando o *Instagram* e o *Facebook* empatados com 20% cada. Vale sinalizar que gerar engajamento e formar embaixadores é essencial para que as pessoas possam indicar os cursos em suas redes pessoais, visto que 24% dos respondentes dizem ter conhecido a plataforma por meio da indicação de amigos. Apenas 1% sinalizou

tê-la conhecido em um ambiente fora do digital: na feira Mega Artesanal. Pode ser um viés para discorrer sobre a necessidade de *mindset* digital das feiras, em uma integração de estratégias multicanais.

A primeira pergunta aberta era “O que mais te chamou atenção nesta plataforma?” - os respondentes sinalizaram interesse em plataformas com uma grande variedade, diversidade e quantidade de cursos oferecidos. Em um segundo momento foi citada a busca por conhecimento, creditado por profissionais reconhecidos no mercado. Na segunda pergunta, a amostra respondeu que o que mais gosta nessa plataforma, mais uma vez indo além da diversidade e variedade, é sua facilidade de acesso aliada às possibilidades de aprendizado e conhecimento. Destaca-se a experiência visual, associada a um bom *design* em todas as etapas (desde a navegação na plataforma até o material didático).

As principais necessidades que essa plataforma atende permeiam a busca por conhecimento e aprendizado, principalmente na melhoria de suas técnicas, onde as palavras “aprimorar” e “aperfeiçoamento” assumiram destaque. Percebe-se que tal combinação de necessidades difere quanto à diversidade de expectativas, dependendo de com qual plataforma o usuário se relaciona. Por exemplo: Eduk, Domestik e Udemy têm, claramente, diferentes propostas de valores e um mesmo usuário assinante as busca por motivos diversos, pois também são diversas as suas expectativas e necessidades, conforme o relato a seguir da respondente Raphaela Procópio, de 30 anos:

[A qual tipo de necessidade sua ela (a plataforma) atende?]

Conhecimentos aleatórios. Eu adoro fazer cursos, aprender coisas novas e no momento que me inscrevi estava interessada em algum tema específico para o meu dia-a-dia ou alguma temática específica. Por exemplo, na Udemy foram conteúdos voltados para negócios, já na Eduk de artesanatos. Tenho interesse no de aquarela da Domestika, mas ainda não me inscrevi. O valor e o formato on-line facilitam o investimento.

Esse tipo de relato reforça a importância da gestão de negócios em educação sob o viés da gestão estratégica, quando nos deparamos com diferentes possibilidades de comportamento e consumo, em um mesmo usuário que pode, inclusive, vir a assinar diferentes plataformas, simultaneamente. É essencial compreender as diversas motivações desse consumidor e suas diferentes formas de apreender conhecimento, quando ele descreve que “a Udemy é profissional e a Domestika é hobby”, como sinalizado por Ghavami, de 35 anos, empreendedora da economia criativa.

Os respondentes relataram que, de modo geral, o que menos gostam nas plataformas são as questões que envolvem a qualidade dos cursos em longo prazo. Isso se reflete desde as mudanças nas formas de cobrança até o nivelamento dos conteúdos em uma trilha que seja desafiadora e faça sentido permanentemente. De certo modo, esse usuário parece precisar ser motivado ao longo do processo, com estratégias que promovam seu engajamento não só na aquisição de conhecimento e acesso ao curso, mas nas motivações maiores para continuarem acessando essa determinada plataforma. Para tanto, a qualidade dos cursos e conteúdos, em longo prazo (e não somente no momento da captação/estratégias de marketing) são essenciais.

Por fim, alguns aspectos que frustram ou que poderiam sofrer alterações para melhorar a experiência do usuário passam por temas que, de modo geral, envolvem aspectos da integração *on-line* × *offline* nos recursos que essas plataformas oferecem, como, por exemplo: possibilidade de baixar o vídeo da aula para assistir posteriormente (quando estiver sem *internet*, como o Netflix, por exemplo), campos para anotações, vitrines para exposições dos produtos, conteúdos que abordem as questões gerenciais dos negócios e não somente o aspecto criativo, dentre outros. Toda essa integração precisa vir com um *storytelling* muito bem definido na etapa do *designer* instrucional, pois mesmo que se pense a continuidade de determinado curso, ainda que nivelado corretamente, o mais importante é que ele converse com toda as funcionalidades da plataforma, em uma espécie de “gamificação” da experiência de aprendizagem.

Como se introduziu neste estudo, é a partir de uma boa gestão estratégica da EaD que se alcança excelência em projetos educacionais, em seus diferentes modelos. Foi nesse sentido que se discutiram brevemente nesta seção as diferentes tipologias de *startups* e plataformas digitais educacionais, onde se priorizou, para este estudo, o modelo dos MOOC que geram receitas para novos negócios no formato de *startups*, considerando as peculiaridades desse modelo de negócio. Essa receita advém de diferentes formatos, dependendo da estratégia da *startup*, mas tendo em comum o profundo conhecimento acerca da experiência de uso da plataforma por parte do usuário para seu consequente investimento financeiro na aquisição de conhecimento.

Experiência de aprendizagem nas plataformas de cursos em economia criativa

Esta seção investiga como se deu a experiência de aprendizagem dos usuários nas plataformas MOOC que assinaram; 67% deles investiram em cursos de artesanato, seguidos por *design*, moda e publicidade/marketing (empatados com 18% cada), audiovisual (13%) e gastronomia (10%). Após a análise dos nomes dos cursos, percebe-se que apenas 3%

abordavam algum assunto sobre gestão, 9% sobre vendas e todos os demais contemplavam aspectos técnicos, com foco na melhoria das habilidades criativas dos assinantes. Quem faz determinado curso que não seja de técnica pode ser considerado exceção, pois apenas 12% da amostra fez algum curso voltado ao desenvolvimento do negócio. Isso demonstra que o processo de aquisição do conhecimento é associado a um *hobby*, sem necessariamente complementar uma formação superior ou ter uma aplicação prática nos negócios.

Sobre o tipo de investimento realizado, 39% se deram a partir de assinatura de plano, 37% pagaram por um curso individual e 14% realizaram o curso gratuito e pagaram somente pela certificação. É importante ressaltar a estratégia do vale presente, na qual 3% compraram algum curso para si, 1% ganhou e 1% comprou para dar de presente a alguém. Ou seja, 5% é um número expressivo para pensar os modos de aquisição de conhecimento como algo passível de ser presenteado, funcionando como uma economia do afeto. Esses dados sobre o tipo de investimento podem sugerir dicas para pensar também os tipos de aprendizagem: há quem prefira pagar por uma assinatura e ter acesso a uma trilha completa e guiada de cursos (e possivelmente com vários outros elementos de acompanhamento dessa aprendizagem como tutorias, *network*, mentorias etc.); há quem fique satisfeito com um curso individual para aprender algo pontualmente, de modo objetivo, e há quem não pague para ter acesso ao conhecimento, mas sim pela certificação de que a sua aprendizagem foi conclusiva.

Mais da metade da amostra (58%) investe, no máximo, até R\$ 100,00 e 31% das pessoas investem entre R\$ 101,00 e R\$ 300,00. Apenas 11% da amostra investem mais de R\$ 301,00 em determinado curso. Os principais motivos ao optar por fazer o investimento nessa determinada plataforma e não em outra perpassam a dupla credibilidade e marketing. E é nesse aspecto que, mais uma vez, reforça-se a importância de mensurar a experiência da aprendizagem: quanto mais credibilidade tem a instituição promotora do curso, mais o aluno confia em sua grade e suas metodologias de ensino, pois se pressupõe uma confiança plena nos profissionais envolvidos no desenvolvimento e repasse do conteúdo. Várias verbalizações surgiram reforçando esse motivo como decisivo para fazer o investimento, seja pela necessidade da certificação com uma plataforma que fosse conhecida, seja porque na pesquisa pareceu ser aquela de maior credibilidade ou, ainda, porque os cursos eram elaborados por artistas nos quais as pessoas confiavam.

Existe uma linha muito tênue entre a credibilidade da instituição promotora e suas estratégias de marketing. Ao passo que a divulgação dos cursos e suas estratégias de encantamento são importantes, o consumidor também está atento se tais táticas de marketing contemplam o mais importante, que é o compromisso com um conteúdo de qualidade que promova uma aprendizagem plena. Desse modo, não basta somente convidar o Ronaldo Fraga para dar determinado curso de moda, ele precisa, de fato, passar conhecimento naquele curso pelo qual o assinante investiu, de modo que este aprenda

com rapidez e eficiência. Assim, a credibilidade da instituição (escola ter um nome muito forte no mercado onde atua) associada à estratégia de marketing (convidar um estilista renomado) promovem uma experiência de aprendizagem agradável que, logo, são fatores importantes para se optar por investir financeiramente no curso.

Ao passo que credibilidade e marketing são importantes, existem alguns itens que são decisivos para que se pague por determinado curso. A Tabela 1 apresenta um ranking dos 8 itens previamente apresentados aos respondentes, tendo como critério principal o maior número de votos sucessivamente nos itens “mais”, “muito”, “indiferente”, “pouco” e “menos” importante.

Tabela 1 - Ranking de importância dos itens decisivos para o aluno investir financeiramente

#	Item	Menos	Pouco	Indiferente	Muito	Mais
1	Aprender novas habilidades	1	5	3	31	60
2	Grande quantidade de cursos e tutoriais	13	11	10	30	36
3	Prepara-se para nova carreira	13	11	21	24	31
4	Ter apostilas e moldes	11	5	13	40	31
5	Acesso à rede de <i>networking</i>	12	13	21	27	27
6	Programação ao vivo exclusiva	19	13	26	24	18
7	Novos cursos semanais	19	12	26	29	14
8	Ganhar certificado ou diploma	27	14	16	29	14

Fonte: Elaborada pelos autores.

Percebe-se que dentre os itens mais decisivos para o aluno investir em um curso em economia criativa em plataformas MOOC estão: aprender novas habilidades, acessar uma grande quantidade de cursos e tutoriais e, empatados, preparar-se para uma nova carreira e ter apostilas e moldes. Esses dados denotam que a experiência da aprendizagem é um item de suma importância, acentuado pela diferença do número de votações em relação ao único quesito que tinha o termo “aprender” em sua composição. Nenhuma outra categoria teve uma votação tão expressiva e pode-se afirmar que mesmo em cursos com características fortemente guiadas para a aplicação no mercado, o processo de aprendizagem é o mais decisivo para a escolha desse aluno.

Em uma faixa de transição, percebe-se que ter acesso a apostilas e moldes é um item muito importante e que também contempla a experiência de aprendizagem. Vários foram os relatos de usuários elogiando plataformas que tenham essas iniciativas ou contando que a ausência desse item os frustrou em algum momento. Com um resultado mais equilibrado surgiu o acesso à rede de *networking*, com maior inclinação para ser muito ou mais importante, no entanto, com votações mais distribuídas. Infere-se que é o tipo de inovação

que pode fidelizar os usuários, mas, também, reforçar suas maneiras de aprender, de modo mais ativo, ao realizar trocas entre pares com interesses comuns. O *networking* pode ser uma excelente ferramenta para potencializar as ecologias de aprendizagem e formação de redes no processo educativo, pois,

[...] esta forma de pensar o processo educativo enquadra-se numa estratégia de viver a educação enquanto espaço aberto, flexível e híbrido e em compreender o processo de ensinar e de aprender enquanto um sistema vivo, que se constrói, adapta e transforma de acordo com as necessidades de todos os seus intervenientes (Dias-Trindade, 2020, p. 4).

Finalmente, nos últimos 3 lugares do ranking estão empatados programação ao vivo exclusiva, novos cursos semanais e ganhar um certificado ou diploma. Apesar de haver certo equilíbrio de votos com os demais critérios, existe uma indiferença expressiva em relação às estratégias de aulas ao vivo e da quantidade de cursos inéditos. Um número expressivo acha muito importante, mas um ponto de contato entre os indiferentes e estes é que ambos concordam que tais ações parecem pouco planejadas ou eficientes diante do processo de aprendizagem. São interessantes, entregam certos elementos do marketing, mas não necessariamente ajudam a aprender melhor. Por fim, um ponto de maior atenção desse ranking é a entrega na proposta de valor associado a um certificado ou diploma. Parece haver uma mudança de paradigma em relação ao peso ou à aplicação prática desses documentos onde, apesar de procurar instituições com credibilidade para aprender algo, para mais da metade de amostra um certificado parece ser indiferente, pouco ou menos importante.

A última questão desta seção abordava uma escala similar à anteriormente apresentada, desta vez em relação a 4 sentenças que tinham por objetivo aferir a percepção do retorno do valor investido no curso em diferentes áreas da vida do aluno: acadêmica, familiar, profissional ou pessoal. Os critérios adotados foram do “menos” ao “mais” verdadeiro e do mesmo modo que na questão anterior, estruturou-se um ranking para avaliar cada um dos itens votados (Tabela 2).

Tabela 2 - Ranking de percepção do retorno do valor investido em diferentes áreas da vida

#	Percebo que o valor investido teve retorno na minha vida	Menos	Pouco	Indiferente	Muito	Mais
1	Profissional	7	10	10	39	34
2	Pessoal	7	8	12	40	33
3	Acadêmica	17	17	26	24	16
4	Familiar	19	10	36	20	15

Fonte: Elaborada pelos autores.

Percebe-se que está classificada como “mais verdadeira” a percepção do valor investido nos cursos retornando para a vida profissional, seguida pela pessoal, mais do que na vida acadêmica e, por fim, na familiar. A experiência do aprendizado com a plataforma foi direcionada a uma aplicação prática na vida profissional e talvez isso explique alguns itens anteriormente apresentados, como o baixo interesse por certificados ou o grande número de empreendedores nos perfis mapeados. Mas o aspecto do retorno pessoal ganha relevância principalmente porque corrobora a teoria de que as pessoas acessam a tais cursos na economia criativa buscando um *hobby*, além de aprimorar uma técnica, e isso gera estratégias de entrega de experiências de aprendizagem totalmente diferentes. No eixo acadêmico, percebe-se que houve maior equilíbrio de percepções onde esses cursos acessados não necessariamente complementam alguma formação. E, por fim, o resultado do eixo familiar, que é uma área mais sensível à medição de impacto, mas igualmente importante de mapear, denota que esse eixo pode ser mais bem explorado, visto que a grande maioria respondeu “indiferente” ao invés de “pouco” ou “menos” verdadeiro em relação à percepção do retorno do valor investido.

Todos esses dados coletados reforçam a abordagem de Rumble (2003 como citado em Mill & Monteiro, 2020, p. 23) ao elucidar “uma longa lista de ações típicas do gestor pedagógico, agrupando-as em seis categorias: elaboração de cursos, produção dos cursos, ofertas dos cursos, recrutamento dos alunos, serviços de apoio e acompanhamento dos estudantes e análise de mercado”. Como o autor detalha, é de suma importância que o gestor pedagógico da EaD esteja sincronizado com os métodos traçados pelo gestor estratégico de determinada plataforma e o mesmo raciocínio se aplica a diferentes modelos de negócio educacionais. Isso porque, mesmo em uma *startup*, essas 6 categorias apresentadas precisam complementar-se mutuamente em um processo ágil que, como já se detalhou neste estudo, estão presentes nos ciclos apresentados anteriormente: mapeamento da *persona*, percepção de sua experiência de uso da plataforma e experiência de aprendizagem. Desse modo, desde o pensar a elaboração de um curso, produzi-lo e ofertá-lo, até recrutar os alunos, acompanhando-os até a constante análise do mercado,

são processos que validam hipóteses e criam ambiências de inovação. São ciclos como esses que permitem que cursos de maior qualidade sejam criados, de modo a oferecer o produto certo à *persona* mapeada, potencializando sua aprendizagem em uma plataforma cada vez mais personalizada.

Conclusão

A partir do momento em que se conhece, profundamente, seu cliente, com suas necessidades, dores e expectativas, o portfólio de produtos e serviços pode ser adaptado em um curva constante de aprendizado e *feedback*. No caso de uma *startup*, esse processo precisa ser o mais ágil possível, de modo que a empresa consiga ganhar fôlego e escala para gerar resultados, entregando qualidade ao seu cliente e atraindo a atenção de possíveis investidores. Segundo Piva e Leandro (2010, p. 9), “a visão clássica em investimentos teme pela irreversibilidade de ativos. Os investimentos em EaD oferecem uma flexibilidade elevada por meio da visão da construção de plataformas de conhecimento”. Quando *startups* e plataformas educacionais como Descomplica, Geek e Veduca, por exemplo, conseguem crescer ao ponto de tornarem-se cases ou até serem incorporadas às políticas públicas, isso demonstra o poder da gestão estratégica da EaD.

Este estudo buscou demonstrar que conhecer o usuário/cliente/aluno de determinada plataforma educacional é essencial para promover inovações constantes em seus processos e suas propostas de valor. A Figura 1 apresenta o Mapa de Empatia, que resume os principais pontos desta pesquisa.

Figura 1. Mapa de empatia.



Fonte: Elaborada pelos autores.

O Mapa de Empatia enquanto *canvas* de compilação dos resultados foi adotado na conclusão deste estudo por constituir uma ferramenta visual de fácil assimilação e por sua capacidade de integração dos principais tópicos levantados. Desse modo, sugere-se o uso da ferramenta em estudos que tenham propostas similares e, dependendo do caso, ela pode ser impressa, com vistas a facilitar uma sessão de *brainstorming* entre o(a) gestor(a) estratégico(a) e sua equipe, presencialmente. No entanto, também é possível adaptar a ferramenta a diversas possibilidades de *templates* hospedados nos modelos digitais, para facilitação de equipes remotas por meio de videoconferências.

Longe de resumir-se a *post-its*, neste estudo, a inovação (mais do que uma sugestão ou recomendação) surge como premissa básica para o setor de educação, em suas mais diversas ramificações, sejam mais tradicionais ou contemporâneas. Sousa (2012) alerta para a importância de promover ambiências inovadoras em processos de gestão em sistemas de EaD, de modo que o usuário perceba a efetividade dessa inovação em sua experiência de aprendizagem. O autor complementa que

[...] a capacidade de produzir, interpretar, articular e disseminar conhecimentos passa a ocupar espaço privilegiado na agenda estratégica dos governos e das organizações em geral, de modo que reconhecem como cada vez mais cruciais: a formação dos cidadãos, a qualidade dos conhecimentos que são capazes de

produzir e transferir para os sistemas produtivos, e a capacidade de geração de conhecimentos e tecnologias na produção de bens e serviços (Sousa, 2012, p. 91).

De modo similar ao do autor, o que se buscou neste estudo foi captar pontos de melhorias ao investigar a percepção de valor dos assinantes de cursos *on-line* no setor de economia criativa. Entendendo que cada vez mais as organizações em geral (e não somente as instituições de ensino) passam a oferecer à sociedade diferentes modelos de negócios que entregam diferentes propostas de valor, espera-se que o desdobramento deste estudo contribua para a inovação a partir da ressignificação da gestão do conhecimento em produtos e serviços educacionais que, de fato, sanem as dores e atendam às necessidades de seus mais diversos discentes.

Em um cenário de intensa revolução nos modos de pensar e fazer educação, de ressignificação de vários setores e instituições, a EaD tem uma oportunidade única de entregar diversas experiências que promovam a conexão, a presença, o aprendizado cada vez mais ativo e criativo. E, decerto, conhecer profundamente o(a) *persona*/aluno/usuário para entregar uma proposta de valor cada vez mais alinhada aos seus propósitos (e do mundo) é um primeiro passo essencial para a ressignificação dos modos de ensinar e aprender a distância.

Referências bibliográficas

- Araújo, A. (2020). *Gestão de negócios em educação e tecnologias*. São Carlos, SP: Pixel.
- Dal Forno, J. P., & Knoll, G. F. (2013). Os MOOCS no mundo: um levantamento de cursos online abertos massivos. *Nuances: Estudos sobre Educação*, 24(3), 178-194.
- Dias-Trindade, S. (2020). *Ecologia de aprendizagem e redes virtuais*. São Carlos, SP: Pixel.
- Domingues, A. A., Floyd-Wheeler, K., & Nascimento, N. S. (2017). Empreendedorismo digital: um estudo sobre o uso da tecnologia como geração de negócios nas *startups* educacionais. *Universitas: Gestão e TI*, 7(1-2), 171-175.
- Limeira, T. (2018). *Negócios de impacto social*. São Paulo, SP: Saraiva.
- Medeiros, M., & Medeiros, A. (2018). Educação e tecnologia: explorando o universo das plataformas digitais e *startups* na área da educação. In *Anais do 5o Congresso Nacional de Educação*. João Pessoa, PB.
- Mill, D. (2017). *Gestão estratégica da educação a distância*. São Carlos, SP: Pixel.
- Mill, D., & Monteiro, M. I. (2020). *Gestão pedagógica em educação a distância*. São Carlos, SP: Pixel.
- Pereira, R. C., & Araujo, F. O. (2017). Complica ou descomplica? Reflexões sobre decisões de fazer ou comprar na maior *startup* brasileira de educação. *Revista Eletrônica de Administração*, 23(3), 259-287.

Piva, D., Jr., & Leandro, C. R. (2010). O retorno do investimento na educação a distância. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Informática na Educação*. Indaiatuba, SP.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2020a). *Conheça o Mapa de Empatia*. Recuperado de <https://inovacaosebraeminas.com.br/conheca-o-mapa-da-empatia/>

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2020b). *Manual de instruções: 6 modelos de canvas*. Recuperado de <http://materiais.inovacaosebraeminas.com.br/kit-canvas>

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2020c). *O que é economia criativa*.

Recuperado de https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/segmentos/economia_criativa/como-o-sebrae-atua-no-segmento-de-economia-criativa,47e0523726a3c510VgnVCM1000004c00210aRCRD

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2020d). *O que é persona e como criar uma que fortalece sua estratégia de negócio*. Recuperado de <https://inovacaosebraeminas.com.br/o-que-e-persona-e-como-criar-uma-fortalece-sua-estrategia-de-negocio/>

Sousa, J. C. (2012). *Processo de inovação na gestão de sistemas de educação a distância: estudo de casos na Universidade de Brasília e Universidade Aberta de Portugal* (Tese de Doutorado).

Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Para citar este artigo

Norma A – ABNT

OLIVEIRA, F. A.; MILL, D. Percepção de valor de assinantes de cursos on-line em economia criativa. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 11, n. 27, p. 150-170, 2021.

Norma B – APA

Oliveira, F. A., & Mill, D. (2021). Percepção de valor de assinantes de cursos on-line em economia criativa. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 11(27), 150-170.

Norma C – Vancouver

Oliveira FA, Mill D. Percepção de valor de assinantes de cursos on-line em economia criativa. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2021 [cited Ago 21, 2021];11(27):150-170. Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/7156>

Planejamento governamental: estratégia de modernização da administração pública no Ceará

José Joaquim Neto Cisne

*Professor de Administração na Universidade Estadual do Ceará -
UECE*

Doutor em Desenvolvimento Econômico.

joaquim.cisne@uece.br

<https://orcid.org/0000-0002-0206-9533>

Ana Thais Carneiro Cisne

*Mestranda em Administração e Controladoria na Universidade
Federal do Ceará - UFC*

*Graduada em Administração e Ciências Contábeis pela Universidade
de Fortaleza - UNIFOR*

anathais_17@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9240-1490>

Letícia Maria Carneiro Cisne

*Graduada em Ciências Jurídicas pela Universidade de Fortaleza -
UNIFOR*

leticiacisneadv@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6801-4546>

Resumo

Considerando a importância do planejamento para a obtenção de melhores resultados, este artigo descreve a evolução dos esforços para planejar as ações governamentais no Ceará. Para tanto, foram analisados os diferentes planos elaborados pelo Governo do Ceará desde o início da década de 1960. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os planos plurianuais foram instituídos nas 3 esferas de governo com periodicidade de médio prazo. Também foram enfatizadas as inovações apresentadas nos 2 últimos recentes planos plurianuais no Ceará, em especial a questão da intersetorialidade na execução das ações governamentais. Ao planejar suas ações, além de contribuir para reduzir desvios administrativos e desperdício de recursos públicos, o governo gera confiança e proporciona um senso de direção e transparência aos cidadãos.

Palavras-chave planejamento; planos governamentais; planos plurianuais.

Conhecer: debate entre o público e o privado

2021, Vol. 11, nº 27

ISSN 2238-0426

DOI <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2021.11.27.7157>

Licença Creative Commons Atribuição (CC BY 4.0)

Data de submissão 06 mai 2021

Data de publicação 28 ago 2021

Government planning: modernization strategy for public administration in Ceará, Brazil

Abstract

Considering the importance of planning to achieve better results, this article describes the evolution of efforts to plan government actions in Ceará, Brazil. To do this, the various plans proposed since the early 1960s by the Ceará State Government were analyzed. After the promulgation of the 1988 Brazilian Federal Constitution, the multi-year plans were instituted at the 3 government levels with a medium-term periodicity. Innovations presented in the last 2 recent multi-year plans in Ceará were also highlighted, especially the issue of intersectorality in the execution of government actions. By planning its actions, in addition to helping to reduce administrative deviations and waste of public resources, the government generates trust and provides citizens with a sense of direction and transparency.

Key words planning; government planning; multi-year plans.

Planificación del gobierno: estrategia de modernización de la administración pública en Ceará, Brasil

Resumen

Considerando la importancia de planificar para lograr mejores resultados, este artículo describe la evolución de los esfuerzos para planificar acciones gubernamentales en Ceará, Brasil. Para ello, se analizaron los distintos planes propuestos desde principios de la década de 1960 por el Gobierno del Estado de Ceará. Después de la promulgación de la Constitución Federal de Brasil de 1988, los planes plurianuales se instituyeron en los 3 niveles de gobierno con una periodicidad de mediano plazo. También se destacaron las innovaciones presentadas en los 2 últimos planes plurianuales recientes en Ceará, especialmente el tema de la intersectorialidad en la ejecución de las acciones gubernamentales. Al planificar sus acciones, además de ayudar a reducir las desviaciones administrativas y el desperdicio de recursos públicos, el gobierno genera confianza y brinda a los ciudadanos sentido de dirección y transparencia.

Palabras clave planificación; planes de gobierno; planes plurianuales.

Planification gouvernementale: stratégie de modernisation de l'administration publique au Ceará, Brésil

Résumé

Compte tenu de l'importance de la planification pour obtenir de meilleurs résultats, cet article décrit l'évolution des efforts déployés pour planifier les actions gouvernementales au Ceará, Brésil. Pour ce faire, les différents plans proposés depuis le début des années 1960 par le gouvernement de l'État du Ceará ont été analysés. Après la promulgation de la Constitution Fédérale du Brésil de 1988, les plans pluriannuels ont été institués aux 3 niveaux de gouvernement avec une périodicité à moyen terme. Les innovations présentées dans les 2 derniers plans pluriannuels récents au Ceará ont également été soulignées, notamment la question de l'intersectorialité dans l'exécution des actions gouvernementales. En planifiant ses actions, en plus de contribuer à réduire les déviations administratives et le gaspillage des ressources publiques, le gouvernement suscite la confiance et offre aux citoyens un sens de l'orientation et de la transparence.

Mots-clés planification; plans gouvernementaux; plans pluriannuels.

Introdução

O grande desafio para a chamada *nova administração* é “melhorar os mecanismos de mensuração e acompanhamento dos impactos que os fatores intangíveis exercem sobre a organização”, como observam Oliveira, Pontes e Soares (2014, p. 355). Para isso, faz-se necessária uma contínua interação entre as diversas áreas organizacionais.

A atividade de planejar, que se relaciona com o fundamento da ciência econômica (administrar recursos escassos e viabilizar seu uso de maneira racional e eficiente no processo de desenvolvimento¹), é própria da ação humana quando se avaliam as possibilidades de realizar algo, bem como as respectivas consequências. Na definição de Newman (1973, p. 15), trata-se de decidir antecipadamente o que deve ser feito, pois um plano é uma linha de ação preestabelecida. O planejamento engloba a definição de objetivos ou metas de uma organização, estabelecendo uma estratégia global para alcançar essas metas e desenvolvendo uma hierarquia abrangente de funções para integrar e coordenar as atividades.

A atividade de planejar foi primeiramente estruturada no século XIX, quando o general prussiano Clausewitz (1942, 2004), em seus tratados sobre a guerra e sobre os princípios de guerra, sugerindo como administrar os exércitos em período de batalha. Essa obra inspirou os teóricos da administração, que adaptaram tal organização e estratégia militar às indústrias. No final do século XIX, o planejamento passou a ser considerado uma das funções básicas da ciência da administração, assim como a organização, coordenação e direção de pessoas e o controle.

O fundamento da gestão, segundo Robbins, Decenzo e Wolter (2014, p. 69), se encontra em “planejar as tarefas a serem feitas de maneira eficaz, agrupando corretamente as atividades de trabalho e os funcionários, contratando pessoas que possuam competências, conhecimentos e habilidades adequadas para fazer o trabalho e para acompanhar as atividades a serem feitas”. E por que planejar as ações governamentais? Essa atividade tem por objetivo racionalizar a aplicação dos recursos (humanos, financeiros e materiais) e maximizar os resultados, ou seja, melhorar a governança pública².

Este artigo analisa as experiências de planejamento governamental no Estado do Ceará, a partir dos anos 1960, elaboradas pelos diferentes governos estaduais, além

1 O processo de desenvolvimento, na concepção de Sen (2000), tem implicação direta na expansão individual e coletiva da liberdade de escolha nos campos econômico e social, idealizada no campo cultural, conquistada no campo político e apoiada no campo do conhecimento, sem gerar impactos negativos para o meio ambiente.

2 A governança, apesar de ser estudada desde os anos 1930, tem sido mais usada ao longo das últimas 3 décadas, inicialmente por organizações privadas, e depois se estendeu para a administração pública. A governança corporativa teve como marco inicial o trabalho *The modern corporation and private property*, de Berle e Means (1932). Para se aprofundar no tema governança pública ver, entre outros trabalhos, Kissler e Heidemann (2006).

de enfatizar as inovações apresentadas nos 2 últimos planos plurianuais referentes aos períodos de 2016-2019 e 2020-2023.

Adotou-se o método dedutivo, com abordagem de pesquisa bibliográfica, com revisão da literatura e análise documental abarcando todos os planos de governo já elaborados no Ceará, bem como leis, decretos e outros instrumentos jurídicos que têm regulamentado essa prática.

Além desta introdução, o artigo conta com mais 3 seções. Na segunda seção se analisa a evolução do planejamento governamental no Ceará desde a primeira tentativa de planejar as ações governamentais nesse estado. Destaca-se que sob a inspiração da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o planejamento estatal surgiu com o forte desejo de industrializar esse estado. Descreve-se cada um dos planos de governo desde o I Plano de Metas (I PLAMEG), e mostra-se o processo de elaboração dos Planos Plurianuais no Ceará, instituídos pela Constituição da República Federativa do Brasil (CF, 1988). Na terceira seção se descrevem as inovações apresentadas pelos planos plurianuais elaborados para os períodos 2016-2019 e 2020-2023, com base em premissas como gestão para resultados, participação cidadã, promoção do desenvolvimento sustentável, especialmente a intersetorialidade, questões atuais que deveriam fazer parte da agenda de todos os governos. E na quarta seção temos algumas considerações finais, onde se destacam os principais desafios do governo estadual para atender às crescentes demandas por serviços de qualidade por parte dos cidadãos cearenses.

O planejamento governamental no Ceará

Para o cumprimento de suas funções sociais, o governo tem de outorgar importância ao planejamento de suas ações. O planejamento é uma forma de integração do “político” com o “técnico”, para definir suas decisões e ações que guiem o que é, o que faz e por que faz (Bañón & Carrillo, 1997, p. 110).

O planejamento governamental tem um amplo campo de estudo, que abarca as teorias e os debates que vão desde a contraposição ao *laissez faire* e as bases do pensamento liberal, no contexto das teorias keynesianas, até as discussões mais recentes das teorias que valorizam os resultados e produtos entregues à sociedade pelas instituições públicas, como transparência ou *accountability* e a democratização das decisões, incluindo a participação social (Oliveira, 2013, p. 24). O planejamento estratégico no setor público significa, na opinião de Carlos Matus, em entrevista concedida a Huertas (1996, p. 12), “pensar antes de agir, pensar sistematicamente, com métodos; explicar cada uma das possibilidades e analisar suas respectivas vantagens e desvantagens. Propor-se objetivos. É projetar-se para o futuro [...]”.

A evolução do planejamento governamental no Brasil³, segundo Pagnussat (2006, p. 22), divide-se em 4 fases: a) a primeira, dos anos 1930 e 1940, orçamentária, elaboração de diagnósticos e estruturação das bases do chamado “Estado nacional desenvolvimentista”; b) a segunda, desenvolvimentista, com a implantação de planos nacionais voltados à industrialização e consolidação da infraestrutura; c) a terceira, com o objetivo de estabilização econômica, nos anos 1980 e no início dos anos 1990; e d) a quarta, de retomada do planejamento, com os avanços metodológicos na elaboração do plano plurianual, a partir do final dos anos 1990.

O Governo Federal empreendeu, na década de 1930, esforços para dinamizar o processo de industrialização no Brasil. No governo de Getúlio Vargas, com o Estado Novo, iniciou-se uma nova fase da história política nacional, pois, em resposta à crise econômica mundial, o Estado passou a intervir com maior intensidade na economia, respaldado pelas teorias keynesianas (Lafer, 1984; Soares, 1987). Por isso, o governo criou novos órgãos para expandir o setor público.

A Constituição do Estado do Ceará (Constituição do Ceará, 1947), em consonância com a Constituição dos Estados Unidos do Brasil (Constituição Brasileira, 1946), previa o planejamento como atividade do governo, ainda que de maneira modesta. Nessa época, o setor agropecuário era o mais expressivo na economia cearense.

Antes da década de 1960, as atividades da administração pública no Ceará se baseavam na improvisação, como bem afirmou Barroso (1984), também citado por Ferreira Lima (2008, p. 231): “de 1889 a 1954, o tempo foi mais de conservação que de mudança, e o povo cearense não logrou ser atendido ao nível das suas necessidades [...]”. Até o início da década de 1960, o processo de industrialização no Ceará era limitado pela falta de energia elétrica, água e de capitais para empreender. Nessa época, a indústria cearense de maior expressão era a de beneficiamento de algodão, localizada em Fortaleza e em algumas cidades do interior do estado.

A estrutura administrativa para o primeiro planejamento governamental no Ceará foi construída lentamente (A. D. M. Castelo, Meneses, & S. L. Castelo, 2015). A partir do governo de Parsifal Barroso (1958-1962) se iniciou o processo de planejamento das atividades do governo estadual, com a criação de uma assessoria técnica ligada ao planejamento (Decreto Estadual n. 3.731/1959). Criou-se, ainda, a secretaria sem pasta do planejamento e a secretaria sem pasta da coordenação administrativa (Lei Estadual n. 6.085/1962), bem como o Conselho Técnico de Economia, com a finalidade de tratar do planejamento do estado (Lei Estadual n. 6.652/1962).

Virgílio Távora, ao assumir o Governo do Estado do Ceará pela primeira vez, deu início a uma nova fase na administração pública ao convidar Hélio Beltrão para, com sua

3 Para melhor análise do planejamento governamental no Brasil consultar, entre outros trabalhos, Cardoso (2011), Lafer (1984), Rezende (2009) e Soares (1987).

experiência, coordenar o primeiro plano de governo do Ceará e no Nordeste brasileiro, contando com o apoio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Universidade Federal do Ceará (UFC). Também instituiu o Fundo de Desenvolvimento do Ceará (FDC). E em março de 1963 se apresentou o I PLAMEG (Ceará, 1963).

Antes desse plano, como argumenta Barbosa (1987), as administrações estaduais se limitavam a meros atos de rotina burocrática, ao desarticular a máquina administrativa ocupada pelos vencidos na pugna eleitoral. Daí haver proclamado sempre, como norma que tornasse possível um trabalho construtivo: ninguém se arvora em “dono” do estado.

A expansão na estrutura organizacional do estado executava com maior rapidez os programas de governo, dificultava a coordenação administrativa e gerava duplicidade de ações, com desperdícios de recursos (financeiro e humano) e de tempo, comprometendo a eficiência devido à inadequada disposição institucional do estado. Daí foi criada a Secretaria de Planejamento e Coordenação (Seplan) (Lei Estadual n. 8.422/1966), e foi instituído o Sistema de Planejamento e Controle, regulamentado pelo Decreto Estadual n. 8.992/1969. Esse sistema era formado pela Seplan e pelas Juntas de Planejamento das Secretarias de Estado, bem como pelos órgãos de planejamento da administração direta.

O Plano de Ação Integrada do Governo (PLAIG) para o período 1967-1970 foi formulado sob a coordenação da recém-criada Secretaria de Planejamento, que contou com o apoio de técnicos do BNB, da UFC e da Sudene, além da contribuição de Hélio Beltrão (Ceará, 1967). Analisando a administração pública estadual, constatou-se que faltou ao governo anterior uma sistematização racional, necessária para a obtenção da eficiência administrativa, principalmente devido à “escassez de elementos humanos” capacitados. Também se reconheceu que caberia àquele novo governo a adoção das medidas necessárias para uma reforma administrativa.

Para o período 1971-1974 foi elaborado o Plano de Governo do Estado do Ceará (PLAGEC), sob a supervisão da Seplan, que constituiu um grupo de trabalho e contou com a participação de diferentes segmentos da sociedade cearense. Esse plano destacava como proposta de modernização da administração pública estadual, os princípios fundamentais definidos pelo Decreto-Lei n. 200/ 1967, que eram planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle⁴. Identificou-se na administração estadual que havia duplicidade funcional entre órgãos da administração estadual, além de conflitos de competência e falta de racionalização para efeito de implantação e acompanhamento da execução de seus programas e projetos.

Constatou-se, ademais, que o sistema de planejamento do estado não funcionava “satisfatoriamente” ainda que possuísse o FDC, considerado um instrumento importante para sua condução. E concluiu-se que essa inoperância se devia “à falta de dinamismo

⁴ Em 1995, o Decreto-Lei n. 200/1967 foi considerado pelo Governo Federal uma introdução da administração gerencial no Brasil, uma vez que teve por objetivo dar “maior dinamismo e eficiência da administração pública brasileira”.

da própria Secretaria de Planejamento, bem como à falta de decisão superior no sentido de implantar integralmente o sistema de planejamento previsto”, sendo necessária uma adequação da estrutura dessa secretaria e a criação de condições para uma efetiva execução e o acompanhamento dos referidos planos governamentais. Esse plano reconheceu que a racionalização dos serviços públicos era “uma necessidade imperiosa para o bom desempenho da aplicação de recursos escassos existentes, bem como para facilitar a canalização de recursos externos”. Por isso, propôs mudanças na estrutura administrativa, como a reestruturação, transferência de vinculação e fusão de órgãos (Ceará, 1971).

Para o período 1975-1979 foi elaborado o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará (I PLANDECE), ao tempo da execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (1974-1979).

O diagnóstico que precedeu esse plano também constatou deficiências funcionais na administração pública estadual, em consequência da multiplicação de instituições que ocorreria de maneira desordenada, em função das pressões de necessidades e de fatores emergenciais que levaram ao gigantismo da máquina administrativa estadual e à geração de uma estrutura falha em seu funcionamento. Essa hipertrofia orgânica dificultava a implantação da administração sistêmica, ocasionando problemas de coordenação administrativa (Ceará, 1975). E apresentou um conjunto de medidas para aumentar a eficiência operacional e reduzir os custos de manutenção por meio de uma reestruturação administrativa e alterações na política de pessoal, inclusive com medidas que possibilitassem uma qualificação dos servidores públicos estaduais visando a reduzir os defeitos estruturais e funcionais da administração pública estadual. Entre essas medidas constava a reformulação da estrutura da Seplan para fortalecer as atividades de orçamento, acompanhamento físico e financeiro e avaliação de resultados dos projetos prioritários. E passou-se a exigir dos órgãos estaduais a elaboração de programação quinquenal e de relatórios de acompanhamento e avaliação dos resultados programados (Governo do Estado do Ceará, 1975). Um dos objetivos desse plano para a política de ação administrativa era “reforçar o papel do setor público estadual como agente maior do processo de modernização e transformação estrutural da economia cearense” (Governo do Estado do Ceará, 1975, p. 184).

Quanto à avaliação das políticas administrativas adotadas pelo governo, esse plano constatou falta de informações e deficiência na forma de disponibilizá-las, que era breve e tinha o intuito de identificar possíveis limitações ou procedimentos inadequados (Governo do Estado do Ceará, 1975). Nesse sentido, a Lei Estadual n. 10.146/1977, redefiniu o Sistema Estadual de Planejamento (SEP) tendo por objetivo “desenvolver, operar e aperfeiçoar as atividades de planejamento na Administração Pública Estadual, como técnica de aceleração deliberada do desenvolvimento do estado” (Gradwohl, 1978, p. 11).

Para o período 1979-1983 foi elaborado o II Plano de Metas Governamentais (II PLAMEG), com base em sugestões de diferentes segmentos da sociedade cearense. Esse plano também identificou algumas dificuldades internas, devido à carência de recursos financeiros, materiais e humanos. Ele sinalizou a necessidade de realinhar a estrutura administrativa do estado, com o objetivo de proporcionar maior racionalidade e aperfeiçoar o SEP para dotá-lo de condições para realizar o acompanhamento físico e financeiro dos programas (Governo do Estado do Ceará, 1979). Nesse período foi criado o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), que tem sido um dos principais instrumentos da política industrial do estado.

Esse plano definiu como objetivos básicos: a) reduzir as disparidades entre as regiões do estado; e b) elevar o nível de renda, especialmente nas classes de menores rendas. Planejou-se a implantação do III Polo Industrial do Nordeste, sendo esse um de seus projetos mais importantes. Também foram previstos grandes projetos estruturantes, como a instalação de refinaria de petróleo, a siderurgia, entre outros.

Esse plano, a exemplo do anterior, avançou um ano no mandato do governo seguinte. E na área da administração se planejou aperfeiçoar o organograma da administração estadual, bem como o sistema de planejamento e de finanças.

No período 1983-1987, os programas de governo foram definidos pelo Plano Estadual de Desenvolvimento (PLANED) (Governo do Estado do Ceará, 1983), cuja execução se deu durante o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND) (1980-1985). Esse plano atribuiu às atividades de planejamento do estado, a responsabilidade pelas “insuficientes transformações ocorridas na economia estadual, em termos de crescimento da renda, do emprego e de mudanças na estrutura econômica e social” (Governo do Estado do Ceará, 1983, p. 2). Trazia entre suas propostas a adoção de uma gestão participativa, onde a sociedade participasse tanto na elaboração e no ajuste do referido plano quanto “no processo de avaliação das ações do Executivo”.

Esse período foi marcado por crises econômicas, sociais e políticas, com elevados índices de inflação, déficits no balanço de pagamento e crescimento da dívida externa, além de ter sido um período de seca no estado; esse plano definiu entre seus objetivos: a valorização do cearense, planejando proporcionar-lhe melhores condições de vida e bem-estar por entender ser esta a razão de todo processo de desenvolvimento.

Para o período 1987-1991, as ideias do governador Tasso Jereissati para dinamizar a economia e mudar a realidade socioeconômica do estado foram agrupados no denominado Plano de Mudanças (Governo do Estado do Ceará, 1987), que definiu um novo modelo de gestão pública, que tinha por objetivo

[...] eliminar o clientelismo político, o empreguismo no setor público, a má aplicação dos recursos do Governo e a falta de transparência das ações estatais, práticas que caracterizavam a maneira de governar o Ceará e que foram responsáveis pelo agravamento das precárias condições de vida da população e pela deterioração da estrutura e do funcionamento da máquina administrativa do estado.

Para tanto, esse governo realizou profundas mudanças políticas, administrativas e institucionais, que colocaram o estado, anos depois, na vanguarda nacional em termos de modernidade na administração pública brasileira, servindo inclusive de modelo para outros estados da federação⁵.

A partir desse governo teve início o processo de desenvolvimento de caráter endógeno, cujas ações contribuíram para mudar o eixo da economia do modelo econômico primário-exportador baseado no gado-algodão-cultura de subsistência, onde predominava o capital local no setor produtivo (Amaral, 2004; Lugo, 2005). Com os investimentos em infraestrutura, que facilitaram a atração de novas indústrias, o eixo dinâmico da economia cearense passou a recair sobre os setores da indústria e dos serviços.

Quanto à reforma administrativa, foram redefinidas as atribuições e os campos de atuação com maior ênfase nos objetivos e nas finalidades de cada órgão, o que resultou em fusão, incorporação, extinção e revitalização nos vários órgãos da administração estadual (Governo do Estado do Ceará, 1987). O planejamento desempenhou um papel relevante por ter sido “o instrumento básico para garantir a coerência entre as ações de curto prazo e os compromissos de transformação da sociedade cearense, a serem alcançados no longo prazo”. Com esse objetivo, o SEP foi reestruturado com a institucionalização de metodologias e procedimentos de planejamento e com a capacitação de todos os técnicos que trabalhavam no sistema, em todos os órgãos do governo. Além de manter um fluxo contínuo da Secretaria de Planejamento com os demais órgãos da administração estadual com o objetivo de “criar as condições técnicas necessárias para aumentar a produtividade da máquina administrativa do estado, como parte relevante da reforma administrativa” (Governo do Estado do Ceará, 1987, p. 9).

A CF (1988) trouxe uma série de inovações no planejamento governamental, como a exigência dos planos plurianuais e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que fundamentariam os orçamentos anuais. Tais instrumentos têm, dentre outros objetivos, tornar mais eficientes e transparentes as ações governamentais. Essas determinações foram acatadas pela Constituição do Ceará (1947). Assim, a partir de 1991, foram elaborados os primeiros planos plurianuais estabelecendo diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais por um período de 4 anos.

5 Essa experiência no Ceará foi mencionada em trabalhos nacionais e internacionais, dentre eles: Diniz e Azevedo (1997), Giddens (1999), Lugo (2005), Naisbitt (1994) e Tandler (1998).

No governo de Ciro Ferreira Gomes, no período 1992-1995, foi elaborado o Plano Ceará Melhor, que levou em consideração as ações programadas em 1991 pelo plano plurianual elaborado para o período 1992-1995. Esse plano reconheceu que o SEP “não conseguiu articular as ações e os procedimentos governamentais em uma atividade eficiente, ressonante em todos os órgãos públicos estaduais, baseada nos princípios de planejamento, coordenação e controle” (Governo do Estado do Ceará, 1992). Constatou que o sistema de planejamento “não se consolidou em sua integridade”, observando-se ainda a persistência de muitos entraves. Entre os subsistemas que formavam esse sistema de planejamento estava o Subsistema de Acompanhamento e Avaliação, que também apresentava algumas deficiências, como, por exemplo, “a falta de agilidade no fornecimento das informações, o desconhecimento do ajustamento das informações o desconhecimento do ajustamento de ações a partir dos problemas identificados por parte dos órgãos centrais e a não implantação das ações de avaliação” (Governo do Estado do Ceará, 1992, p. 27). O referido plano propôs medidas para corrigir essas deficiências operacionais.

Em 1995, após ampla discussão com diversos segmentos da sociedade, no segundo mandato do governador Tasso Jereissati, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Sustentável - 1995-1998, que tinha entre seus objetivos promover a interiorização do desenvolvimento, considerando as potencialidades de cada uma das macrorregiões cearenses. Esse plano constatou a “necessidade de reforma do aparato institucional público e dos canais de participação da sociedade”, sendo proposto para esse fim: a) instituir um modelo de gestão participativa no governo; b) aperfeiçoar os métodos e processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações públicas; c) capacitar adequadamente os recursos humanos da administração pública para atender melhor, com eficiência e qualidade, às demandas da sociedade.

Segundo esse plano, tornava-se urgente “a montagem de um sistema integrado e abrangente de informações no estado para apoiar a formulação de estratégias e subsidiar a elaboração e a avaliação de programas e projetos” (Governo do Estado do Ceará, 1995, p. 100). Por isso, assegurou-se que seria implantado “um abrangente sistema de acompanhamento e avaliação de planos”, de maneira que avaliasse “o desempenho dos órgãos, reorientasse prioridades e reprogramasse as ações, quando necessário”. Apresentou-se, ainda, um novo modelo de gestão que priorizava a participação dos diversos segmentos da sociedade, por meio dos vários conselhos, nas tarefas de planejar e executar as ações governamentais. No entanto, esses conselhos não funcionaram tão bem como o governo desejava (Cordeiro, 1998).

Nos anos de 1999 a 2002, devido à reeleição do governador Tasso Jereissati, houve continuidade no governo, por isso, o Plano Consolidando o Novo Ceará, elaborado nesse período, concretizou os programas e as ações que já vinham sendo adotadas. Com a implantação do Sistema Integrado de Informações Governamentais e com o uso das

novas tecnologias da informação que integravam as diversas áreas funcionais, esperava-se possibilitar, no âmbito operacional, “a compatibilidade entre o registro do fato administrativo e seu correspondente contábil, permitindo a obtenção de informações tempestivas e confiáveis”, e com isso se buscava contribuir para “a otimização dos resultados físicos e financeiros dos programas/projetos como decorrências da integração das ações e recursos (humanos, físicos e financeiros) alocados”. Tornando possível aos gestores, em tempo real, dispor de importantes instrumentos para aferir o desempenho das ações governamentais mediante indicadores quantitativos e qualitativos, inclusive dispondo de um sistema de custo de suas unidades administrativas de seus programas (Governo do Estado do Ceará, 2000, p. 118).

No governo de Lúcio Gonçalo de Alcântara, eleito para o período 2003-2006, foi elaborado o Plano Ceará Cidadania: Crescimento com Inclusão Social, que tinha por objetivo promover o crescimento econômico, porém, com inclusão social. Para tanto, definiram-se 4 eixos estratégicos: a) Ceará Empreendedor, que agregava os programas de crescimento econômico; b) Ceará Vida Melhor, com os programas para o desenvolvimento social; c) Ceará Integração, com os programas de desenvolvimento territorial e urbano; e d) Ceará - Estado a Serviço do Cidadão, que aglutinava os programas administrativos e institucionais do estado. (Governo do Estado do Ceará, 2003a).

Esse plano deu as orientações estratégicas para a elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 (Governo do Estado do Ceará, 2003b), que pretendia aperfeiçoar as ações de previsão adotando medidas como o “emprego de métodos e técnicas de planejamento sistêmico e interativo que possibilitassem o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação dos indicadores qualitativos de gestão, que repercutam nas áreas econômicas e sociais” e a “integração do planejamento, orçamento e gestão”. Com esse objetivo, instituiu-se um programa de racionalização da gestão pública e um programa de acompanhamento, avaliação e controle dos gastos públicos que adotavam medidas para aumentar as receitas e otimizar as despesas com a eliminação de desperdícios de recursos (Governo do Estado do Ceará, 2003a).

Baseado na experiência do Plano Ceará Cidadania, esse governo⁶ inovou na elaboração de seu plano plurianual ao fazer uma ampla consulta popular nas diversas regiões administrativas do estado para agregar ideias e projetos que atendessem às demandas regionais.

Nesse período, com o objetivo de obter uma maior racionalização dos gastos públicos⁷ e dar eficiência às atividades de controle interno, o governo estadual, em obediência ao

6 No período 2003-2006 também foi publicada a Política de Desenvolvimento Econômico do Ceará (Governo do Estado do Ceará, 2003c).

7 M. C. N. Cavalcante, Moreira e Mendonça (2006, p. 167) analisaram os resultados das economias geradas pelas medidas de racionalização adotadas pelo Governo do Ceará no período de janeiro de 2004 a setembro de 2007.

que determinava o art. 74 da CF (1988) e o art. 67 da Constituição do Estado do Ceará (Constituição do Ceará, 1989), criou a Secretaria da Controladoria (Secon), por meio da Lei Estadual n. 13.297/2003. A missão institucional dessa secretaria era zelar pela qualidade e regularidade na aplicação dos recursos públicos. Nesse período, houve avanços no acompanhamento dos programas governamentais, inclusive com a criação dos sistemas informatizados de controle.

Para o período 2007-2010 não foi formalizado um plano de governo. Os programas prioritários foram consolidados em um sistema denominado Monitoramento e Acompanhamento de Projetos Prioritários (MAPP). O acompanhamento do desempenho físico e financeiro desses projetos ficava a cargo de seus respectivos gerentes, sendo avaliados periodicamente em reuniões conjuntas dos dirigentes dos órgãos e dos gerentes de projetos diretamente com o governador. E, com o objetivo de tornar mais eficiente o controle interno, naquele governo a Secon⁸ passou a ser denominada Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), que tinha entre suas atribuições realizar estudos relacionados à apuração de custos e propor medidas com vistas à racionalização dos gastos públicos, além de exercer o monitoramento e avaliar o cumprimento dos indicadores relativos à gestão fiscal⁹.

Nas últimas décadas foram criados novos instrumentos legais de controle das ações governamentais, destacando-se a Lei Complementar n. 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal, 2000) e a Lei Complementar n. 131 (Lei da Transparência Pública, 2009), que impuseram aos governantes maiores controles na gestão e transparência dos gastos públicos, com sanções administrativas e penais aos infratores. Esses instrumentos têm sido valiosos para impor aos gestores públicos maiores cuidados na gestão dos recursos e para dar maior transparência das contas públicas à sociedade, inclusive obrigando a União, os estados e os municípios a criarem páginas na *web* específicas para esse fim, os chamados *portais de transparência*. Com o objetivo de estimular as boas ideias e as boas práticas na administração pública estadual, em 2003 foi instituída uma premiação para reconhecer os servidores que apresentaram essas melhores práticas no serviço público cearense.

No governo eleito para o período 2007 a 2010, baseando suas no plano “Diretrizes para o Plano de Governo: coligação Ceará vota para crescer (Governo do Estado do Ceará, 2007), com o foi introduzido o Prêmio “Melhores Práticas de Gestão e de Resultado”, com

8 Essa secretaria, por meio da Lei Estadual n. 13.875/2007, ampliou suas ações agregando as ações de ouvidoria, passando a ser denominada Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral (Secon). E, pela Lei Estadual n. 14.306/2009, essa secretaria passou a fazer parte da Governadoria do Estado sob a denominação Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE).

9 A execução orçamentária desde o governo anterior tem sido atribuição de um órgão colegiado denominado Comitê de Gestão por Resultados e de Gestão Fiscal (COGERF), que também fórmula as diretrizes para execução e para a gestão do plano plurianual. Esse comitê é formado pela: Seplag; Secretaria da Fazenda (Sefaz); Controladoria Geral do Estado (CGE); Casa Civil; e Procuradoria Geral do Estado (PGE).

vistas a identificar, documentar, avaliar, premiar e difundir essas práticas de gestão de projetos e de resultados alcançados pelos diversos órgãos da administração estadual.

Em meados de 2007, no início do mandato, ocorreram discussões nas diferentes regiões administrativas do estado coordenadas pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), para promover uma consulta à sociedade cearense para a elaboração do plano plurianual 2008-2011. A gestão dos programas definidos por aquele plano estava sob a responsabilidade dos gerentes de programa que se vinculavam às áreas de planejamento de suas respectivas secretarias setoriais.

Na proposta do plano plurianual 2008-2011 estavam previstas 2 avaliações desse plano, uma em 2009 e a última em 2011, para a aferição do alcance de seus resultados e para alimentar o processo de revisão ou a formulação do novo plano plurianual durante o ano de 2011. De acordo com a proposta de revisão dos programas finalísticos seria realizada uma “análise de seu modelo lógico, de modo a avaliar o desenho do Programa e ajustá-lo no que for necessário na sua execução para uma melhor gestão por resultados”, sendo que os ajustes são realizados na formulação dos orçamentos anuais.

Cabe ressaltar que a partir desse plano se iniciaram os planos plurianuais participativos e regionalizados que enfocam as demandas das macrorregiões do estado, além de maior participação social em seu processo de elaboração e monitoramento.

O governo estadual, com o propósito de ter maior controle das ações governamentais, instituiu, por meio do Decreto Estadual n. 29.887/2009, o Sistema de Ética e Transparência do Poder Executivo Estadual, que criou a Comissão de Ética Pública (CEP) e as Comissões Setoriais de Ética Pública (CSEP), definindo suas formações, competências e atribuições. Instituiu-se, ainda, a Rede de Ética e Transparência, bem como definiu como deve ser o processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado no Código de Ética e Conduta da Administração Estadual.

Há algum tempo, a criação das condições para dinamizar a política de atração de indústrias para o território cearense tem sido considerada um importante objetivo do sistema de planejamento do estado (A. L. Cavalcante, Albuquerque, & Paiva, 2008; De Luca & Lima, 2007; Pontes, 2007).

Também cabe destacar os esforços institucionais e administrativos para monitorar os projetos prioritários de governo. Foi editado o Decreto Estadual n. 29.917/2009, que definiu o SEP e instituiu a rede estadual de planejamento (A. D. M. Castelo, Meneses, & S. L. Castelo, 2015), com a responsabilidade de conduzir os processos de planejamento, orçamento e gestão pública por resultados, no âmbito da administração pública estadual, sob a coordenação da Seplag. Nesse esforço também foram criadas as unidades setoriais de planejamento (USP), foram instalados os escritórios de projetos nas secretarias setoriais e foram definidas metodologias de monitoramento e de gerenciamento de projetos do governo estadual.

Vale ressaltar que essas ações estavam respaldadas nos planos definidos pelos respectivos governos do Estado. O governador eleito para o mandato 2007 a 2010, foi reeleito estendendo seu período de governo até 2014. Para esses dois mandatos, os programas e projetos que foram executados nesses dois foram respaldados nos documentos “Diretrizes para o Plano de Governo: coligação Ceará vota para crescer (2007-2010)” (Governo do Estado do Ceará, 2007), e “Diretrizes para o Plano de Governo da coligação por um Ceará melhor para todos (2010-2014) (Governo do Estado do Ceará, 2010), respectivamente.

Dando sequência aos esforços de modernização da administração pública estadual, o governo eleito para o período de 2014 a 2018, tratou de implantar as ações definidas em seu plano denominado “Os 7 Cearás: Síntese do Planejamento participativo para elaboração do plano de governo”. Esse plano teve suas ações estendidas para o período de 2018 a 2022, equivalente ao segundo mandato desse governador. Esses últimos governos se esforçaram para inovar em suas gestões primando por controle rigoroso nas contas públicas com transparência e priorizando os investimentos na infraestrutura econômica e social, em especial nos setores da educação e saúde.

No entanto, esperava-se que as medidas de transparência, aliadas com a definição de critérios que imponham coerência e racionalidade na gestão dos recursos públicos, possibilitassem à sociedade cearense assumir um papel de maior destaque tanto na formulação quanto no acompanhamento e na avaliação das políticas e dos programas governamentais.

As inovações dos recentes planos plurianuais no Ceará

Nas últimas duas décadas, em cumprimento ao que determina o § 1º do art. 203 da Constituição do Ceará (1989), foram elaborados os seguintes planos plurianuais: 2000-2003; 2004-2007 (Lei Estadual n. 13.423/2003). A partir desses planos se deu início à fase dos planos participativos e regionalizados e nessa perspectiva foram elaborados os planos plurianuais de 2008-2011 (Lei Estadual n. 14.053/2008); 2012-2015 (Lei Estadual n. 15.109/2012); 2016-2019 (Lei n. 15.929, de 29 de dezembro de 2015); e 2020-2023.

O plano plurianual 2020-2023 foi aprovado pela Lei Estadual n. 17.160/2019, que estabelece em seu art. 2º que esse plano que está estruturado nas dimensões estratégica, tática e operacional; trata-se do instrumento que orienta, no âmbito da administração pública estadual, a implantação de políticas públicas, e define como premissas básicas de sua execução questões fundamentais que deveriam constar da agenda de todos os governos: a) gestão para resultados; b) participação cidadã; c) promoção do desenvolvimento territorial; d) intersetorialidade; e e) promoção do desenvolvimento sustentável. Este último não constava no plano plurianual anterior.

Vale destacar o desafio da atuação intersetorial como premissa definida desde o plano plurianual 2016-2019, que tem servido de base estratégica nesses 2 últimos planos plurianuais. Essa atuação intersetorial tem como proposta organizar as ações governamentais, de forma integrada, articulada e sistêmica, para atender à complexa missão de tornar o Ceará um estado desenvolvido com sustentabilidade e qualidade de vida. Esse não é um desafio desprezível, uma vez que as políticas públicas em educação, saúde, cultura, lazer, trabalho, assistência social, habitação, entre outras áreas, tradicionalmente, caracterizadas como setoriais são quase sempre desarticuladas, embora respondam a uma gestão com características centralizadoras, hierárquicas, deixando prevalecer práticas na área social que não geram os resultados almejados (Bourguignon, 2001). Nas atividades de cada setor se identificam certos conflitos e discussões em torno de ideias e estratégias que fazem parte dessa lógica setorial.

A intersetorialidade, na opinião de Santos (2011), ainda é pouco analisada pela literatura de políticas públicas. Junqueira (2005: 4) argumenta que a intersetorialidade constitui “uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços”, significando alterar a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental, inclusive de seus interesses. Na definição de Junqueira e Inojosa (1997, p. 37), a intersetorialidade consiste na “articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social”. Essa nova lógica pode superar a fragmentação das políticas públicas. A intersetorialidade não está restrita às políticas sociais, mas engloba as demais políticas como ambientais, de infraestrutura, econômicas, que também são fundamentais para o processo de desenvolvimento integral do ser humano.

Por isso, os planos plurianuais 2016-2019 e 2020-2023 inovam ao buscar estratégias para assegurar que as ações desses planos se deem de forma integrada e sistêmica, objetivando otimizar a aplicação dos recursos e maximizar seus resultados.

Outro ponto relevante é que suas metas e as prioridades desse plano, de acordo com o art. 6º da mencionada Lei n. 17.160/2019, também devem estar em consonância com as diretrizes e os objetivos do Programa Ceará 2050. Este tem como desafio construir, a partir do diálogo com a sociedade, uma proposta de visão de futuro para o Ceará até o ano de 2050 (Governo do Estado do Ceará, 2018, 2019).

Considerações finais

Este estudo analisou os esforços e as experiências de planejamento governamental no Ceará, especificamente os diferentes planos definidos por cada governo desde os

anos 1960, considerando o processo de intervenção do estado na economia em busca do desenvolvimento econômico e social.

Após experimentar fases de expansão e declínio, o planejamento governamental no Brasil foi retomado sob um novo formato com os planos plurianuais introduzidos pela CF (1988). Pares e Valle (2006) destacaram os avanços e os desafios dos planos plurianuais com a introdução de novos instrumentos legais e de normas para regulamentar o processo orçamentário, como a LDO e a Lei Orçamentária Anual (LOA), cujo objetivo é promover eficiência na gestão fiscal e orçamentária no Brasil, além de permitir maior controle e transparência nos gastos públicos.

A partir do início da década de 1990, os planos plurianuais foram incorporados à agenda pública brasileira e vêm sendo aprimorados como instrumento para planejar as ações governamentais dos entes federados (União, estados e municípios). Também têm aprimorado a integração entre orçamento e planejamento e o processo de avaliação e transparência de seus resultados da gestão.

Porém, ainda há muito a aprimorar no planejamento e gestão orçamentária e fiscal no Governo Federal e nos governos estaduais, como constataram os estudos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, 2002, 2006), segundo os quais tem sido modesta a evolução nas reformas orientadas para resultados ou desempenho e existem grandes restrições que ainda devem ser superadas. Nesse mesmo sentido, P. L. Cavalcante (2007) destacou: a) a insuficiente quantidade e qualidade das informações gerenciais; e b) a falta de sistemas e métodos adequados para os gerentes obterem ou consolidarem informações sobre os resultados e desempenhos físicos dos programas sob sua responsabilidade. Essa situação se agravou com a descentralização das ações para estados e municípios. A falta de informações consistentes e confiáveis e de pessoal capacitado compromete a tomada de decisões e a gestão estratégica.

Outra deficiência do processo avaliativo do plano plurianual é a “ausência de indicadores de custos dos programas ou dos órgãos que os executam”. Um estudo realizado pelo BIRD (2002) apontou que a estrutura de incentivo do plano plurianual não se mostrava sustentável, tão pouco consistente, por não ser capaz de integrar os conteúdos programáticos, informacionais, bem como dos recursos humanos. Ademais, Segundo esse estudo, uma crítica constante ao plano plurianual tem sido o fato de sua metodologia ser um modelo amplo e geral para todas as pastas, não levando em consideração suas características e peculiaridades, ou seja, um único modelo para ministérios de diferentes estruturas e tamanhos.

E como bem observou P. L. Cavalcante (2007, p. 145), “é notória a dificuldade de se avaliar o impacto dos programas, pois a complexidade da ação pública frequentemente envolve uma gama de atores com diferentes agendas e valores operacionais conflitivas dentro de um processo de decisão fragmentado”. Observa-se, ainda, que “prevalece a

percepção de que as decisões orçamentárias são políticas e não técnicas”. Os indicadores de custos referentes ao plano plurianual, para esse autor, “deixam muito a desejar”. Ademais, o “uso de indicadores de custos e de desempenho só tem validade se inseridos num sistema de *accountability* com um mecanismo de premiação e punição”.

Observa-se, ainda, que tanto o processo de planejamento quanto o do orçamento têm passado por grandes transformações ao longo das últimas 5 décadas, com o propósito de aprimorar os controles, proporcionando racionalidade e maior transparência na aplicação dos recursos públicos.

Desde os anos 1960, o Estado do Ceará vem elaborando planos para cada mandato governamental, definindo seus objetivos e suas metas. Também tem preparado seus planos plurianuais empreendendo esforços para inovar e buscar maior alinhamento entre esses planos e os orçamentos anuais. Como proposta de futuras pesquisas e à luz da gestão estratégica, sugere-se averiguar se tem havido continuidade na gestão governamental dos programas definidos pelos planos plurianuais implantados no Ceará e avaliar os resultados obtidos por tais programas, além de uma análise sobre a atuação intersetorial dos órgãos governamentais. Também se propõe avaliar os custos/benefícios dos programas que demandaram mais recursos nos últimos períodos de governo, considerando o valor dos investimentos realizados e os respectivos resultados.

Apesar de todos os esforços, os dados estatísticos mostram que a desigualdade social ainda é acentuada no Ceará, com inúmeras as barreiras no que se refere ao acesso e à celeridade na prestação de serviços públicos de qualidade nesse estado. Por isso, para superar esses e outros desafios, mostram-se necessárias ações governamentais bem planejadas e controles governamentais e sociais efetivos na aplicação dos recursos públicos para atender às crescentes demandas da sociedade cearense.

Referências bibliográficas

Amaral, J., Filho (2004). *Capital social, cooperação e aliança entre os sectores público e privado no Ceará*. Fortaleza, CE: [s.n.].

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. (2002). *Brazil planning for performance in the Federal Government: review of the plurianual planning* (Report n. 22870-BR). Washington, DC: World Bank.

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. (2006). *Management and evolution within the plano plurianual: institutionalization without impact?* Washington, DC: World Bank.

Bañón, R., & Carrillo, E. (Comps.). (1997). *La nueva administración pública*. Madrid, España: Alianza.

Barbosa, A. P. L. (1987). *Planejamento governamental: aspectos teóricos e uma análise das experiências mundial, brasileira e cearense*. Fortaleza, CE: Ed. UECE.

-
- Barroso, J. P. (1984). *Uma história da política do Ceará: 1889-1954*. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil.
- Berle, A. A., & Means, G. C. (1932). *The modern corporation and private property*. San Diego, CA: Harcourt.
- Bourguignon, J. A. (2001). *Concepção de rede intersetorial*. Disponível em: <http://www.uepg.br/nupes/intersejor.htm>. Acesso em 10 de julho de 2021.
- Cardoso, J. C., Junior. (Org.). (2011). *A reinvenção do planejamento governamental no Brasil*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Clausewitz, C. V. (1942). *Principles of war*. Harrisburg, PA: Military Service.
- Clausewitz, C. V. (2004). *On war*. New York, NY: Barnes & Noble.
- Castelo, A. D. M., Meneses, R. A., Júnior, & Castelo, S. L. (2015). *Planejamento governamental do Estado do Ceará e a implantação da rede estadual de planejamento*. Recuperado de institutoateneu.com.br/ojs/index.php/RRCF/article/view/12
- Cavalcante, A. L., Albuquerque, D. P. L., & Paiva, W. L. (2008). *Exportações cearenses: oportunidades e desafios*. Fortaleza, CE: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.
- Cavalcante, M. C. N., Moreira, N. B. P., & Mendonça, O. M. (2006). Modelo de gestão de gastos no Governo do Estado do Ceará – período de 2003 a 2006. In: M. C. Holanda (Org.), *Ceará: a prática de uma gestão por resultados* (pp. 168-186). Fortaleza, CE: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.
- Cavalcante, P. L. (2007). O plano plurianual: resultados da mais recente reforma do planejamento e orçamento no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 58(2), 129-150.
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. (1988). Brasília, DF.
- Constituição do Estado do Ceará, de 23 de junho de 1947*. (1947). Fortaleza, CE.
- Constituição do Estado do Ceará, de 5 de outubro de 1989*. (1989). Fortaleza, CE.
- Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946*. (1946). Rio de Janeiro, DF.
- Cordeiro, C. (1998). *Conselhos no Ceará*. Fortaleza, CE: Ed. IPLANCE.
- Decreto Estadual n. 3.731, de 10 de setembro de 1959.
- Decreto Estadual n. 8.992, de 7 de agosto de 1969.
- Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967.
- Decreto Estadual n. 29.887, de 31 de agosto de 2009.
- Decreto Estadual n. 29.917, de 8 de outubro de 2009.
- De Luca, M. M. M., & Lima, V. F. L. (2007). Efeitos dos incentivos fiscais no patrimônio das entidades beneficiárias do Programa FDI, do Governo do Estado do Ceará. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 5(1), 29-44.

-
- Diniz, E., & Azevedo, S. (Orgs.). (1997). *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Brasília, DF: Ed. UnB.
- Ferreira Lima, C. (2008). *A construção do Ceará: temas de história econômica*. Fortaleza, CE: Instituto Albanisa Sarasate.
- Giddens, A. (1999). *Terceira via: reflexão sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia*. Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Governo do Estado do Ceará (2014). *Os 7 Ceará: Síntese do Planejamento participativo para elaboração do plano de governo*. Fortaleza. (mimeo).
- Governo do Estado do Ceará (2010). *Diretrizes para o Plano de Governo da coligação por um Ceará melhor para todos (2010-2014)*. Fortaleza. mimeo,
- Governo do Estado do Ceará (2007). *Diretrizes para o Plano de Governo: coligação Ceará vota para crescer (2007-2010)*. Fortaleza: mimeo,
- Governo do Estado do Ceará (2003b). *Plano Plurianual Compartilhado 2004-2007: Crescimento com Inclusão Social*. Fortaleza: Seplan.
- Governo do Estado do Ceará (1983). *Plano Estadual de Desenvolvimento - PLANED - 1983-1987*. Fortaleza: Seplan.
- Governo do Estado do Ceará. (1963). *Plano de Metas - PLAMEG 1963-1966*. Fortaleza, CE: Autor.
- Governo do Estado do Ceará. (1967). *Plano de Ação Integrada do Governo - PLAIG - 1967-1970*. Fortaleza, CE: Seplan.
- Governo do Estado do Ceará. (1971). *Plano de Governo do Estado do Ceará - PLAGEC-1971-1974*. Fortaleza, CE: Seplan.
- Governo do Estado do Ceará. (1975). *I Plano Quinzenal de Desenvolvimento do Ceará - PLANDECE -1975-1979*. Fortaleza: Seplan.
- Governo do Estado do Ceará. (1979). *II Plano de Metas Governamentais - II PLAMEG - 1979-1983*. Fortaleza, CE: Seplan.
- Governo do Estado do Ceará. (1987). *Plano de Mudanças. - 1987- 1991*. Fortaleza, CE: Seplan.
- Governo do Estado do Ceará. (1992). *Plano Ceará Melhor - 1992-1995*. Fortaleza, CE: Seplan.
- Governo do Estado do Ceará. (1995). *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará - 1995-1998*. Fortaleza, CE: Seplan.
- Governo do Estado do Ceará. (2000). *Consolidando o novo Ceará: plano de desenvolvimento sustentável - 1999-2002*. Fortaleza, CE: Seplan.
- Governo do Estado do Ceará. (2003c). *Política de Desenvolvimento Econômico - 2003-2006*. Fortaleza, CE: Seplan.

Governo do Estado do Ceará. (2003a). *Ceará Cidadania. Crescimento com inclusão social. Plano de Governo - 2003-2006*. Fortaleza: Seplan.

Governo do Estado do Ceará. (2018). *Juntos pensando o futuro. Diagnóstico consolidado desenvolvimento do Ceará, entre 1987-2017*. Recuperado de <http://www.ceara2050.ce.gov.br/api/wp-content/uploads/2019/01/ceara-2050-diagnostico-consolidado-ceara-2050-versao-final-prof-jair-do-amaral.pdf>

Governo do Estado do Ceará. (2019). *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo do Estado do Ceará. Relatório final*. Recuperado de <http://www.ceara2050.ce.gov.br/api/wp-content/uploads/2019/09/ceara-2050-governanca.pdf>

Gradwohl, R. G. (1978). *Modernização administrativa do Sistema Estadual de Planejamento (SEP)*, Fortaleza, CE: Seplan.

Huertas, F. (1996). *O método PES: entrevista com Carlos Matus*. São Paulo, SP: Fundação do Desenvolvimento Administrativo.

Junqueira, L. A. P. (2005). Articulações entre o serviço público e o cidadão. *X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Santiago, Chile, 18 a 21 de outubro.

Junqueira, L. A. P., & Inojosa, R. M. (1997). *Desenvolvimento social e intersectorialidade: a cidade solidária*. São Paulo, SP: Fundação do Desenvolvimento Administrativo.

Kissler, L., & Heidemann, F. G. (2006). Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, 40(3), 479-499.

Lafer, B. M. (1984). *Planejamento no Brasil* (4a ed.). São Paulo, SP: Perspectiva.

Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF.

Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. (2009). Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF.

Lei Estadual n. 6.085, de 8 de novembro de 1962.

Lei Estadual n. 6.652, de 10 de dezembro de 1962.

Lei Estadual n. 8.422, de 3 de fevereiro de 1966.

Lei Estadual n. 10.146, de 1º de dezembro de 1977.

Lei Estadual n. 13.297, de 7 de março de 2003.

Lei Estadual n. 13.875, de 7 de fevereiro de 2007.

-
- Lei Estadual n. 14.306, de 2 de março de 2009.
- Lei Estadual n. 13.423, de 30 de dezembro de 2003.
- Lei Estadual n. 14.053, de 7 de janeiro de 2008.
- Lei Estadual n. 15.109, de 2 de janeiro de 2012.
- Lei Estadual n. 15.929, de 29 de dezembro de 2015.
- Lei Estadual n. 17.160, de 27 de dezembro de 2019.
- Lugo, L. F. (2005). Nuevos enfoques de desarrollo regional para América Latina. El caso de Ceará, Brasil. *Foro Internacional*, 181(3), 382-408.
- Magalhães, J. P. A. (1962). Planejamento e a experiência brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, 16(4), 7-28.
- Naisbitt, J. (1994), *Paradoxo global*. Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Newman, W. (1973). *Ação administrativa* (4a ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- Nogueira, C. A. G., & Pontes, P. A. (2014). *Planejamento governamental em contexto plurianual, lições do Estado do Ceará sobre o ciclo 2012-2015* (Textos para Discussão n. 109). Fortaleza, CE: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.
- Oliveira, L. G. L. & Pontes, D. S. & Soares, M. N. M. (2014). A atuação da Assessoria de Planejamento do TJCE na revisão e acompanhamento do Plano Estratégico do Judiciário cearense. *THEMIS - Revista da ESMEC*, vol. 12, 355-373.
- Oliveira, V. R. (2013). Participação social nos planos plurianuais do Governo Federal: uma história recente. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, 3(1), 24-43.
- Pagnussat, J. L. (2006). Introdução. In J. Giacomoni, & J. L. Pagnussat (Orgs.), *Planejamento e orçamento governamental*. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública.
- Pares, A., & Valle, B. (2006). A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios. In J. Giacomoni, & J. L. Pagnussat (Orgs.), *Planejamento e orçamento governamental*. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública.
- Pontes, P. A. (2007). Diferencial de salários nos municípios do Estado do Ceará: uma aplicação da decomposição de Oaxaca. *Economia Contemporânea*, 11(3), 421-438.
- Rezende, F. A. (2009). *A reinvenção do planejamento governamental no Brasil*. Brasília: CEPAL, LC/BRS/R.205.
- Robbins, S. P., Decenzo, D. A., & Wolter, R. M. (2014). *A nova administração: mudança e perspectiva*. São Paulo, SP: Saraiva.
- Santos, N. N. (2011). *A intersetorialidade como modelo de gestão das políticas de combate à pobreza do Brasil* (Dissertação de Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Soares, T. (1987). *Planejamento e administração no Brasil: tentativas e realizações nos últimos cinquenta anos* (2a ed.). Fortaleza, CE: Ed. UFC.

Tandler, J. (1998). *O bom governo nos trópicos: uma visão crítica*. Rio de Janeiro, RJ: Revan.

Para citar este artigo

Norma A – ABNT

CISNE, J. J. N.; CISNE, A. T. C.; CISNE, L. M. C. Planejamento governamental: estratégia de modernização da administração pública no Ceará. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 11, n. 27, p. 171-192 2021.

Norma B – APA

Cisne, J. J. N., Cisne, A. T. C., & Cisne, L. M. C. (2021). Planejamento governamental: estratégia de modernização da administração pública no Ceará. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 11(27), 171-192.

Norma C – Vancouver

Cisne JJN, Cisne ATC, Cisne LMC. Planejamento governamental: estratégia de modernização da administração pública no Ceará. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2021 [cited Ago 21, 2021];11(27):171-192.

Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/7157>

Encontro de Saberes: experiência intercultural na pós-graduação da Universidade Estadual do Ceará

João Tadeu de Andrade

Professor e pesquisador dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Políticas Públicas

Universidade Estadual do Ceará - UECE

joao.andrade@uece.br

<https://orcid.org/0000-0003-0371-5135>

Resumo

Este é um relato reflexivo sobre experiência de ensino na pós-graduação com mestres da Cultura Popular, no âmbito do projeto Encontro de Saberes, promovido pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI) e pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), no Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. O artigo examina a disciplina Saberes Tradicionais da Cura e destaca 5 aspectos pedagógicos e epistêmicos que têm relação direta com os fundamentos teóricos, epistemológicos e políticos do projeto Encontro de Saberes.

Palavras-chave saberes tradicionais; cura; ensino de pós-graduação; encontro de saberes.

Knowledge Encounter: intercultural experience in the graduate program of the Ceará State University

Abstract

This is a reflective report on the graduate teaching experience with Masters of Arts in Popular Culture, within the scope of the project Knowledge Encounter, promoted by the Brazilian National Institute of Science and Technology for Inclusion in Higher Education and Research (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa [INCTI]) and the Ceará State University (Universidade Estadual do Ceará [UECE]), in the MA Course in Public Policy and Society. The article examines the subject Traditional Healing Knowledge and highlights 5 pedagogical and epistemic aspects that are directly related to the theoretical, epistemological, and political foundations of the project Knowledge Encounter.

Key words traditional knowledge; healing, graduate education; knowledge encounter.

Encuentro de Saberes: experiencia intercultural en el posgrado de la Universidad del Estado de Ceará

Resumen

Este es un informe reflexivo acerca de la experiencia en la enseñanza de posgrado con maestros de la Cultura Popular, en el ámbito del proyecto Encuentro de Saberes, promovido por el Instituto Nacional de Ciencia y Tecnología para la Inclusión en la Educación Superior e Investigación de Brasil (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa [INCTI]) y por la Universidad del Estado de Ceará (Universidade Estadual do Ceará [UECE]), en la Maestría en Políticas Públicas y Sociedad. El artículo examina la asignatura Saberes Tradicionales de la Curación y destaca 5 aspectos pedagógicos y epistémicos directamente relacionados con los fundamentos teóricos, epistemológicos, y políticos del proyecto Encuentro de Saberes.

Palabras clave saberes tradicionales; curación; educación de posgrado; encuentro de saberes.

Rencontre du Savoir: expérience interculturelle dans les hautes études à l'Université d'État du Ceará

Résumé

Il s'agit d'un rapport de réflexion sur l'expérience d'enseignement des hautes études avec des maîtres de Culture Populaire, dans le cadre du projet Rencontre du Savoir, promu par l'Institut National de la Science et de la Technologie pour l'Inclusion dans l'Enseignement Supérieur et la Recherche du Brésil (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa [INCTI]) et par l'Université d'État du Ceará (Universidade Estadual do Ceará [UECE]), dans le cours de Maîtrise en Politiques Publiques et Société. L'article examine le sujet Savoir Traditionnel de Guérison et met en évidence 5 aspects pédagogiques et épistémiques qui sont directement liés aux fondements théoriques, épistémologiques, et politiques du projet Rencontre du Savoir.

Mots-clés savoir traditionnel; guérison; hautes études; rencontre du savoir.

Introdução

Este é um relato reflexivo sobre uma experiência pedagógica original. Estas páginas reúnem a memória e a percepção de um trabalho pioneiro, realizado em Fortaleza-CE, mediante parceria firmada entre o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI) e a Universidade Estadual do Ceará (UECE). O projeto Encontro de Saberes tomou forma na disciplina Saberes Tradicionais da Cura, no programa de pós-graduação da universidade, com ênfase nos cuidados populares em saúde e nos saberes e tecnologias ancestrais desse domínio. Essa disciplina foi um tópico especial do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS), ensinado e estudado durante 4 meses de 2014 no *Campus* do Itaperi. O projeto reuniu 31 alunos, 4 docentes de 2 universidades públicas e 5 mestres da Cultura Popular de 4 regiões do Estado do Ceará, com apoio financeiro do INCTI e contrapartida da UECE.

O desafio foi promover uma experiência inovadora no ensino acadêmico da universidade, tanto em seu formato pedagógico quanto em sua configuração interepistêmica, pondo em cena mestres de comunidades tradicionais, professores universitários e estudantes de pós-graduação. O intuito foi incluir na grade regular do ensino de pós-graduação as práticas tradicionais da medicina popular, em interface criativa com os saberes científicos. Esteve em jogo, então, a transmissão convencional do conhecimento, familiar aos acadêmicos, mas também as narrativas cerimoniais, as performances rituais, a manipulação de medicamentos artesanais, os cantos, as rezas, as danças, as loas a santos, as piadas e os risos. Tais recursos e habilidades dos mestres trouxeram originalidade a esse incomum experimento didático.

Nesta reflexão, mostra-se oportuno tomar alguns cuidados conceituais.

Primeiro, a noção de *cura*. Ela baliza esta empreitada, pois, em sentido epistemológico, contém dimensões mais amplas do processo saúde/doença, como há tempos indica a antropologia da saúde (Andrade, 2006; Brown, 1998; Helman, 2003). Aqui estão presentes importantes elementos não biomédicos, advindos de práticas de saúde ancestrais, generalizadas e postas em uso até hoje pelo povo brasileiro. No sentido aqui considerado, a cura agrega diversos aspectos (cuidado, prevenção, crenças, espiritualidade, intervenções terapêuticas, ritos e encantamentos) enquanto categoria nativa dos povos indígenas, dos curandeiros e dos rezadores tradicionais. Na perspectiva antropológica, a cura constitui realidade biocultural, imersa em circuitos, procedimentos e saberes técnicos, biofísicos, emocionais, sociais e espirituais, para citar apenas estes, relativos ao bem-estar subjetivo e coletivo. Ela diz respeito à reprodução material da vida humana e encontra-se no centro dos cuidados ontológicos para a preservação e continuidade das sociedades e dos indivíduos.

Segundo, a ideia de *encontro intercultural*. Em um enquadramento particular, o Encontro de Saberes foi assumido no espaço dialógico da sala de aula, território habitual da academia. Isso se deu mediante os saberes trazidos pelos mestres, enraizados em seu

próprio *éthos*, onde se instala uma alteridade viva e pulsante no contexto da diversidade cultural brasileira. Entretanto, entendo que se trata de um encontro intercultural restrito, no qual certas fronteiras socioculturais se tocaram – talvez timidamente –, *quando do embate de saberes* na situação pedagógica e reflexiva propiciada pelo curso. Nesse encontro intercultural, vale ter em mente que o cenário da transmissão do conhecimento esteve marcado pela presença carismática dos mestres da Cultura Popular (pajés, curadores, rezadores) e pela atuação dos pesquisadores acadêmicos e dos alunos, em um contexto intelectual estranho aos primeiros.

Terceiro, o termo *mestre da cultura*. Trata-se de sujeito que assume protagonismo em sua comunidade na arte dos cuidados em saúde. Ao tempo em que assumem uma liderança na ciência tradicional da cura, os mestres da cultura perpetuam saberes e técnicas ancestrais, sistematizando, guardando e representando certos elementos culturais de sua etnia e/ou comunidade (Barth, 2000). Em suas culturas orais, eles são uma espécie de *guardiões da tradição* (Giddens, 2001) e *organizadores da memória coletiva* (Halbwachs, 2006), atributos materializados no manuseio dos saberes terapêuticos, na liderança política e no vivo pertencimento a suas comunidades nativas. Tal condição implica o reconhecimento dessa singular virtude dos mestres por parte de pacientes e seguidores, parentes étnicos e comunidades tradicionais. Cabe realçar que o Ceará dispõe da Lei Estadual n. 13.351 (2003), que registra e ampara os mestres da Cultura Popular. Essa legislação foi revisada (Lei Estadual n. 13.842 [Lei dos Tesouros Vivos da Cultura Cearense, 2006]). Em seu art. 1º, a Lei Estadual n. 13.351 (2003) conceitua o mestre da cultura como “a pessoa natural que tenha os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e preservação da cultura tradicional popular de uma comunidade”¹. Essa condição diz respeito – entendo – ao papel de *guardiões da tradição*, assumido por esses mestres (nos mais distintos ofícios, como reisado, artesanato de barro, xilogravura, medicina popular etc.), o que os torna patrimônio vivo das culturas locais, incrustado na ordem civilizatória brasileira.

Entre os 5 mestres participantes, 3 já eram reconhecidos legalmente como mestres da Cultura Popular no Estado do Ceará em 2014. São eles: Pajé Luís Caboclo e Cacique João Venâncio, do povo Tremembé de Almofala, e Mestre Maria de Fátima Monteiro Cosmo, de Juazeiro do Norte, no Cariri. Os outros 2 - Pajé Barbosa, dos Pitaguary, e Dr. Raízes, de Quixadá -, junto aos primeiros, têm o reconhecimento de suas comunidades por suas habilidades em saúde e por sua liderança terapêutica e/ou espiritual ao longo dos anos.

Para este relato, conduzo a reflexão em 5 temas que emergiram de um curso com duração de 4 meses - os quais me chamaram mais a atenção, não sendo, decerto, os únicos aspectos significativos dessa experiência pedagógica. Assim, no exame dos diversos

¹ A UECE aprovou a Resolução CONSU n. 1.194 (2016), que dispõe sobre normas para a outorga do Título de Notório Saber em Cultura Popular. Em 2019 foram diplomados 11 mestres da Cultura Popular, tanto do sexo masculino quanto feminino, atuantes em cultura indígena, artesanato, dança do coco e literatura de cordel, dentre outros ofícios e áreas.

assuntos aflorados nesse invulgar encontro de saberes, levo em conta tanto o conteúdo oral/tradicional trazido pelos mestres quanto o conteúdo sistemático/acadêmico.

Contrastes interculturais

Um cerimonioso clima, de indiscreto impacto visual, tomou conta da sala de aula quando da entrada de 2 representantes do povo Pitaguary. Pajé Barbosa e sua assistente estavam “a caráter”: com pés descalços e usando penas, cocares, pintura corporal e colares. De início, o contraste das vestimentas marcou a distinção étnica entre os protagonistas do encontro. A pintura corporal e os adornos explicitaram um marco identitário, também indicando um deslocamento espacial e cultural. Em seu *habitat* acadêmico, discentes e docentes estiveram diante de “estrangeiros”, em certo sentido, não apenas diante das vestimentas, mas da linguagem de seus interlocutores, de seus conselhos e dos casos contados, imersos em um território cultural particular: seja o Cariri, as terras do Quixadá, as praias de Almofala ou as matas de Pacatuba, regiões e localidades do Estado do Ceará de onde vieram esses mestres. No relato de um dos participantes, frisou-se a *notória reação de estranhamento, os olhares por vezes admirados, perplexos, confusos*, dos integrantes do curso diante dos docentes.

A diferença também se firma mediante canções e danças, em sala de aula, cujos conteúdos acentuaram uma fronteira cultural com os estudantes universitários - em sua maioria, pessoas da classe média urbana de Fortaleza. Entretanto, se esta fronteira acentua um distanciamento (geográfico, linguístico, simbólico), sob outro ângulo, ela desperta a curiosidade, a vontade de conhecer outro horizonte cultural, o movimento em direção à alteridade distante (Geertz, 2006; Silva, 2012). Tal esforço, seja na situação da pesquisa etnográfica, no contato interétnico espontâneo ou, ainda, no contexto pedagógico, exige um se colocar no lugar do outro, implica um reconhecimento da diferença e uma autorreflexão sobre a identidade. Isso põe em questionamento - ao menos potencialmente - os sistemas classificatórios com os quais os indivíduos operam, digo, os sujeitos parceiros nesse diálogo interepistêmico em particular. Cabe ter em mente, nesse cenário, que identidade e diferença são complexos fenômenos relacionais, constrangidos por situações sociais e marcados simbolicamente enquanto sistemas de representação (Silva, 2012). Tais sistemas operam por oposição, inclusão e exclusão, em um movimento para conferir sentido às relações sociais, com suas variadas repercussões. Essa dinâmica certamente invade a situação pedagógica criada pelo projeto Encontro de Saberes: testemunhei essa possibilidade ao longo do curso, que acrescenta uma interessante riqueza de conteúdos e um conjunto de desafios metodológicos e didáticos. Daqui decorrem questões relevantes nessa experimentação pedagógica e epistêmica, enquanto propósito do Encontro de Saberes. Cabe realçar que a proposta de uma universidade multiepistêmica exige uma reestruturação pedagógica

aberta a uma diversidade de formatos de aulas, espaços e sistemas de avaliação, como acentuam Carvalho e Águas (2015). Nesse sentido, pergunta-se:

- Como encarar a diversidade cultural enquanto matéria curricular?
- De que modo explorar os mecanismos classificatórios formuladores da diferença e da identidade?
- Como os saberes tradicionais, marcadamente dominados no universo acadêmico, podem ser levados em conta como saberes distintos?
- Qual é a melhor estratégia para fazer confluírem conteúdos orais/tradicionais com o acervo de saberes formais/científicos?

Estas são algumas questões pertinentes que atravessaram toda essa experiência de ensino, constituindo espécies de enquadramentos nos quais o curso tomou projeção própria.

Cura, carisma e *Sat Sanga*

O tema da cura, central para o curso, necessariamente nos conduziu ao território da espiritualidade. Estivemos diante de curadores e de guias espirituais, particularmente as lideranças Pitaguary e Tremembé. Ao longo da exposição sobre os cuidados em saúde, muitos tópicos foram tratados: o uso de plantas medicinais (coleta, manuseio, princípios terapêuticos), a identificação de enfermidades, as causas das doenças, a alimentação regional, os cânticos cerimoniais, dentre outros. Todos esses assuntos estiveram enlaçados pelo circuito da espiritualidade, tanto em sua matriz xamanística indígena, na tradição católica popular, quanto, ainda, na vertente evangélica.

No caso dos povos Pitaguary e Tremembé, tanto o Toré quanto o Torém (variações da mesma dança ritualística indígena) encarnam um ritual sagrado, central para os povos indígenas tradicionais no Nordeste. Entra nesse contexto a atitude reverencial aos lugares sagrados, a ligação com os encantados das matas (índios ancestrais) e o amparo de diversas entidades espirituais (Caipora, Exu, Preto Velho). Na roda do Toré/Torém, no embalo dos maracás e cânticos ritualísticos, no movimento ritmado dos corpos, Pajé Barbosa ensina que “quem dança é o espírito, não é o corpo”. Nessa direção, tanto espírito quanto corpo podem ser curados e transformados, mas o espírito, tantas vezes aludido, parece ser a realidade fundamental.

De outro lado, o uso das ervas medicinais, associado ao poder das rezas, foi destacado sobretudo por Mestre Fátima e Mestre Lúcio (Dr. Raízes). Mestre Fátima lembra um dom recebido, espécie de iluminação ou graça, de modo a curar as pessoas, em situações nas quais “os médicos já desenganaram os pacientes”. De modo análogo, Dr.

Raízes menciona que sua habilidade para produzir medicamentos naturais, a partir das plantas de Quixadá, resulta da sabedoria presenteada por Deus, destacando o poder da fé. Mostra-se oportuno registrar que todos esses curadores, em situações diversas ao longo da experiência pedagógica, trouxeram cânticos religiosos, lideravam orações, faziam referências respeitosas a entidades metafísicas.

Essas e tantas outras manifestações da convicção religiosa, da firme crença nas realidades espirituais e na direta vinculação dos mestres com a arte da cura, conferem-lhes uma aura carismática nesse encontro intercultural. Ora, o carisma configura atributo especial de um sujeito, portador de qualidades incomuns, como pensado por Max Weber (1982) na sociologia clássica. Em sua concepção da autoridade carismática, Weber (1982) sublinha que esses *líderes naturais* são portadores de dons considerados sobrenaturais, não acessíveis à maioria das pessoas. Isso é bem marcado no caso dos xamãs e dos *medicine men* nas sociedades tradicionais, além da atuação de diversos líderes religiosos. Tal característica - inerente aos mestres da Cultura Popular - resulta tanto das habilidades terapêuticas de sua ação, mas sobretudo de seu trânsito junto a outras dimensões da condição humana, como o mundo espiritual, em suas diversas variantes. De tal modo, o encontro entre esses docentes e os alunos constitui algo além da relação convencional desses sujeitos na situação de sala de aula. Com um carisma indisfarçável, os mestres puseram em ação um encontro que transcendeu a formalidade e racionalidade da transmissão de conteúdos, rumo a um estado de exame de princípios espirituais. Nesse sentido, o encontro pedagógico assume mais apropriadamente o lugar de um *Sat Sanga*, conforme a tradição cultural hindu. O *Sat Sanga* diz respeito ao encontro dos sábios com seus discípulos irmanados no estudo das verdades metafísicas. Trata-se de uma ocasião auspiciosa na qual os mestres aconselham e propagam ensinamentos espirituais, à luz das escrituras e da linhagem de *gurus*. Entendo assim que, sobretudo por conta do tema *cura*, a atuação dos mestres se coloca acima da função de meros comunicadores de técnicas terapêuticas. Os mestres não se apresentam apartados de suas crenças e convicções espirituais, mas as trazem encarnadas em suas narrativas, seus aconselhamentos e sua presença carismática.

Performances corporais

A corporeidade abriga outra dimensão dessa experiência pedagógica. Ela foi - e pode ser - deslocada de sua posição passiva na sala de aula (alunos sentados absorvendo informações) para vivências concretas, como abraços coletivos, gritos cerimoniais, cânticos ritualísticos, dança do Toré, trilhas na caatinga cearense, visitas a lugares sagrados, manipulação de ervas curativas. Ora, tais performances corporais, em vivências como a dança, mobilizam os diversos sentidos da apreensão cognitiva, favorecendo novas

possibilidades de autopercepção, de entendimento dos temas tratados e das narrativas dos mestres.

Um exemplo ilustrativo foi protagonizado por Pajé Barbosa: o mestre incitou a turma ao exercício de um grito pessoal, espécie de som gutural, como que em anúncio de cada individualidade. Esse incomum exercício desafiou os participantes, pois se tratava de tarefa estranha à prática docente convencional. O abraço coletivo, realizado em círculo, provocando o contato de corpos estranhos entre si, também gerou surpresa e, para alguns, desconforto. Igualmente, a vivência da dança cerimonial, ao som do tambor e do maracá, no movimento ritmado dos corpos, pôs em marcha a performance corporal e, “na outra margem” (a da reflexão racional), impactou de algum modo (na verdade, em reações diversas) a percepção individual e o confronto analítico com os conceitos tratados (cura, celebração, natureza, ritual etc.).

Em diversos estudos etnográficos, a experiência corporal se situa no contexto de performances ritualísticas, com diversos propósitos (Andrade, 2006; Godinho, 2014). Essas realizações ou desempenhos corporais ocorrem em cenários nos quais têm lugar cerimônias, sejam festas, casamentos, ritos funerários, celebrações religiosas, dentre outras. A imersão de pessoas e grupos nessas práticas mobiliza tanto experimentações biofísicas quanto sensações e percepções diversas, frequentemente conduzindo seus protagonistas à atribuição de significados e crenças coletivas. No sentido pensado por Merleau-Ponty, a experiência corporal está colada à percepção cognitiva, pois o indivíduo é sujeito/corpo ou corpo/sujeito, realidades indissociáveis unidas ontologicamente (Rabelo, Souza, & Alves, 2012).

Penso, assim, que a situação de sala de aula pode (e deve) favorecer o domínio intelectual de conteúdos mediante experimentos ritualísticos. Disso se aproximam as diversas dinâmicas de grupo postas em uso pela pedagogia moderna. Porém, tratar a performance corporal como técnica didática reduziria sua riqueza cultural enquanto vivência ritualística e limitaria o encontro intercultural, no sentido inspirado pelo projeto Encontro de Saberes. Esse aspecto revela a potencial dimensão descolonizadora de tais práticas pedagógicas diante dos saberes universitários, favorecendo a reintrodução das ciências tradicionais e de práticas espirituais (Carvalho & Flórez, 2014), com origem em diversos ritos culturais.

Oratórias não lineares

Quem, entre discentes e docentes, aguardava exposições claras e sequenciais, com propósitos definidos e conclusões à vista, certamente encontrou algo distinto por parte dos mestres. O ofício do docente na escola e universidade tem, entre alguns de seus

atributos, a marca da comunicação direta, da fala elucidativa, das explicações estruturadas por argumentos lógicos, dos conceitos teóricos, dos exemplos e das fórmulas. Ademais, frequentemente os *docentes convencionais* fazem uso de tecnologias audiovisuais para aperfeiçoarem a transmissão e o entendimento dos conteúdos. Na atividade de ensino também é comum uma oratória rebuscada, repleta de referências autorais e de reflexões conceituais, inerentes à atividade intelectual. Todavia, nesse caso, respeitam-se certas fronteiras discursivas no desenrolar da comunicação didática. Ocorre, todavia, que os mestres trazem seus ensinamentos em um discurso indireto e pouco estruturado, em oratória não linear - na maioria das vezes circular e multiforme.

Um dos alunos do curso chegou a dizer que “não entendia” o que um mestre falava. Essa inquietante constatação evidencia que esquemas cognitivos distintos se puseram em marcha, gerando perplexidades, fazendo com que “o aluno se desacomodasse” de sua costumeira posição pedagógica passiva e de sua inserção disciplinar por vezes limitante. Outro estudante comentou que “os mestres não eram docentes”, cabendo aceitar o modo pessoal como cada um veiculava sua mensagem. Essa perspectiva nos revela que, ao não serem professores profissionais, os mestres são outra coisa, sujeitos de seus saberes e do modo de entender o mundo à sua volta. Essa “ambivalência” do discurso dos mestres guarda características peculiares, que aqui ousou pressupor: a) eles não buscam assemelhar-se à prática discursiva dos docentes de cátedra, pois nem almejam tornarem-se docentes, muito menos - parece-me - demonstram atração pelo *modus operandi* da fala professoral; b) seu discurso se movimenta a partir de um *éthos* particular, dentro de um universo semântico próprio; e c) a oratória dos mestres opera mediante a dinâmica do contar histórias em falas livres, um fluxo narrativo espontâneo.

Essa via de transmissão e atualização do conhecimento encontra abrigo na recente crítica de Boaventura de Sousa Santos (2018) ao império cognitivo, marca do domínio eurocêntrico em muitas áreas. Santos (2018) enfatiza o ressurgimento da cultura oral, como instrumento das epistemologias do Sul. O autor destaca que *o conhecimento oral não conhece disciplinas, tempos lineares, espaços delimitados*. Apoiando-se no linguista ugandês Pio Zirimu, Santos (2018) faz uso da ideia de oratura, como sistema estético oral, com uma dimensão performática, sendo *um universo de expressão e de apreciação*, a partir da atuação do *performer*, do contador de histórias. Destaco que é justamente nesse modo próprio da comunicação que os mestres se situam. Com base nessas premissas, o discurso dos mestres corresponde a uma delicada escuta epistemológica, que não se restringe à tradução hermenêutica da alteridade, mas deve dar atenção aos modos filosófico e cosmológico, fundantes da fala desses docentes. Nesse sentido, tal modalidade narrativa se aproxima mais da fruição estética e da linguagem mitológica do que do discurso acadêmico dominante, exigindo uma postura distinta de seus ouvintes e interlocutores. Esse desafio já instaura uma atração específica para os parceiros do projeto Encontro de Saberes.

O lugar de *outra episteme*

Nesta reflexão, entendo que o lugar para outra episteme implica uma mudança cognitiva – ainda que provisória –, mas também exige um movimento espacial, um deslocamento territorial². Diz respeito ao que Marc Augé denominou *lugar antropológico*, espaço onde prevalecem relações de sociabilidade, em que os indivíduos percorrem e habitam, constituindo contextos identitários e históricos (Sá, 2014). Assim, os mestres trazem seus saberes enraizados em contextos existenciais particulares, onde suas vidas ganham sentido. Em uma vertente, tal condição ontológica contribui para uma alteração do esquema perceptivo e do raciocínio lógico em face do confronto com a alteridade. Isso é expresso na linguagem dominante dos interlocutores, no conteúdo das narrativas apresentadas e no esforço pela tradução hermenêutica – por parte de alunos, sobretudo – dos assuntos postos em cena. Penso, assim, em um território simbólico e antropológico, apropriado pelos mestres, no qual um modo de ser e saber se instala. Por exemplo, histórias sobre a arte de navegação dos Tremembé, narradas em dado momento, impõe um considerável distanciamento existencial. Ou, então, os procedimentos técnicos para o preparo do Mocororó, bebida sagrada indígena, relativos ao manuseio do caju, a seu armazenamento e ao uso sacramental na roda do Torém. Ou, ainda, as particularidades das receitas para garrafadas e medicamentos sertanejos, desde a identificação de plantas, a coleta e o armazenamento até seu uso terapêutico. Todos esses exemplos são mostras daquilo que Geertz (2006) denominou *saber local*, com suas idiosincrasias e sua densidade étnica.

Então, cumpre sublinhar que tal esforço cognitivo está diretamente associado à experiência subjetiva de outro lugar ou território. Essa episteme diversa ganha substância ao emergir de um mundo concreto, físico-espacial, no contato vivencial com ambientes naturais, com sujeitos não humanos (cães, sapos, pássaros...), com temperaturas e cheiros da mata, do mar e do sertão. Essa qualidade da experiência subjetiva exige, em esforço reflexivo, uma abordagem fenomenológica. Segundo essa concepção filosófica, a construção social do conhecimento opera de acordo com as noções de intencionalidade e de experiência. Um suposto fenomenológico é de que a consciência é uma *consciência de objetos*, sejam pessoas, árvores, situações sociais, o que qualifica a mente como coisa pública (Sokolowski, 2000), como consciência que sempre se dirige a um objeto para além dela mesma (Giorgi, 2010). Sob outro ângulo, a noção de experiência é central e configura os modos de envolvimento no mundo, a forma primária de situarmo-nos na esfera das atividades (Rabelo, Souza, & Alves, 2012). Desse modo, deve-se levar em conta, a partir da

2 Ao longo do curso ocorreu uma viagem para Quixadá, no sertão central do Ceará, quando alunos, docentes e mestres entraram em contato com a caatinga. Em segunda viagem visitamos o território dos Pitaguary, em Maracanaú, região metropolitana de Fortaleza.

inserção no lugar do outro, os liames da construção social do conhecimento e, sobretudo, que tal conhecimento emerge de um *lugar concreto* no cotidiano da vida diária. Trata-se do mundo-de-vida, na concepção fenomenológica. É nesse horizonte - *o ponto de vista do nativo*, mencionado por Geertz (2006) - que os mestres conduzem sua ação no mundo. Tal perspectiva pode iluminar o *lugar/mundo* habitado pelos mestres, no qual eles constroem suas narrativas e sua peculiar episteme.

Concluindo

Nesta breve reflexão, procurei examinar o projeto Encontro de Saberes tendo por base alguns temas oriundos da disciplina Saberes Tradicionais da Cura. Os tópicos escolhidos foram: contrastes interculturais; cura, carisma e *Sat Sanga*; performances corporais; oratórias não lineares; e o lugar de *outra episteme*. Não sendo uma análise exaustiva daquilo que o curso propiciou, de algum modo, esses temas podem contribuir para fortalecer as bases teórico-metodológicas desse projeto.

Debruçar-me sobre esses tópicos, enlaçados pelo tema central da cura, faz-me ver a conexão transdisciplinar entre tais assuntos e abordagens. Esse aspecto é identificado no esquema teórico-metodológico do Encontro de Saberes e mostra que o enfoque é muito promissor do ponto de vista da aproximação de áreas do conhecimento e do diálogo entre saberes de bases epistemológicas distintas.

Entretanto, o que essa reflexão acentua de modo mais pertinente diz respeito às dimensões pedagógica e epistêmica dessa experiência acadêmica. No primeiro aspecto, o que me surpreende é a possibilidade de descolonizar os saberes tradicionais e populares, que podem migrar da posição de objetos passivos para a condição ativa e criativa no interior do processo pedagógico, com os desafios e os desdobramentos que isso impõe. No segundo aspecto, os temas tratados e, sobretudo, o modo como eles são abordados, sinalizam a *base pluriepistêmica* que motiva o Encontro de Saberes. Tal processo, todavia, exige um avançar no refinamento teórico, em diálogo mais próximo com sujeitos e grupos das diversas epistemes, buscando estratégias que promovam interfaces criativas entre os diversos saberes em jogo.

Referências bibliográficas

Andrade, J. T. (2006). *Medicina alternativa e complementar: experiência, corporeidade e transformação*. Fortaleza, CE: Ed. UECE.

Barth, F. (2000). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa.

Brown, P. J. (Ed.). (1998). *Understanding and applying medical anthropology*. Mountain View, CA: Mayfield.

Carvalho, J. J., & Águas, C. (2015). Encontro de saberes: um desafio teórico, político e epistemológico. In *Proceedings do Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: Aprendizagens Globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul* (Vol. 1, pp. 1017- 1027). Coimbra, Portugal.

Carvalho, J. J., & Flórez, J. F. (2014). Encuentro de saberes: proyecto para decolonizar el conocimiento universitario eurocéntrico. *Nómadas*, 41, 131-147.

Geertz, C. (2006). *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Giddens, A. (2001). *Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e trélicas*. São Paulo, SP: Ed. UNESP.

Giorgi, A. (2010). Sobre o método fenomenológico utilizado como modo de pesquisa qualitativa nas ciências humanas: teoria, prática e avaliação. In J. Poupart et al., *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 386-409). Petrópolis, RJ: Vozes.

Godinho, P. (Org.). (2014). *Antropologia e performance: agir, atuar, exhibir*. Castro Verde, Portugal: 100Luz.

Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo, SP: Centauro.

Helman, C. G. (2003). *Cultura, saúde & doença*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Lei Estadual n. 13.351, de 22 de agosto de 2003. (2003). Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará. Fortaleza, CE.

Lei Estadual n. 13.842, de 27 de novembro de 2006. (2006). Institui o Registro dos “Tesouros Vivos da Cultura” no Estado do Ceará e dá outras providências. Fortaleza, CE.

Rabelo, M. C. M., Souza, I. M. A., & Alves, P. C. (Orgs.). (2012). *Trajetórias, sensibilidades, materialidades: experimentações com a fenomenologia*. Salvador, BA: Ed .UFBA.

Resolução CONSU n. 1.194, de 25 de fevereiro de 2016. (2016). Dispõe sobre as normas para a outorga do Título de Notório Saber em Cultura Popular pela Universidade Estadual do Ceará - UECE.

Fortaleza, CE.

Sá, T. (2014). Lugares e não lugares em Marc Augé. *Tempo Social*, 26(2), 209-299.

Santos, B. S. (2018). *O fim do império cognitivo*. Coimbra, Portugal: Almedina.

Silva, T. T. (Org.). (2012). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Sokolowski, R. (2000). *Introdução à fenomenologia*. São Paulo, SP: Loyola.

Weber, M. (1982). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

Para citar este artigo

Norma A – ABNT

ANDRADE, J. T. Encontro de Saberes: experiência intercultural na pós-graduação da Universidade Estadual do Ceará. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 11, n. 27, p. 193-205, 2021.

Norma B – APA

Andrade, J. T. (2021). (2021). Encontro de Saberes: experiência intercultural na pós-graduação da Universidade Estadual do Ceará. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 11(27), 193-205.

Norma C – Vancouver

Andrade, JT. Encontro de Saberes: experiência intercultural na pós-graduação da Universidade Estadual do Ceará. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2021 [cited Ago 21, 2021];11(27):193-205. Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/6258>